



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DALVA DE SOUZA FRANCO

AS CRECHES NA EDUCAÇÃO PAULISTANA

2002 A 2012

CAMPINAS

2015



DALVA DE SOUZA FRANCO

AS CRECHES NA EDUCAÇÃO PAULISTANA

2002 A 2012

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor(a) em Educação, na área de concentração de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais.

Orientador (a): Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião

CAMPINAS

2015

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

F848c Franco, Dalva de Souza, 1962-
As creches na educação paulistana - 2002 a 2012 / Dalva de Souza Franco.
– Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Educação infantil. 2. Creches. 3. Privatização. 4. Custo aluno qualidade
inicial. I. Adrião, Theresa Maria de Freitas, 1965-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The child care in São Paulo city education - 2002 to 2012

Palavras-chave em inglês:

Early childhood education

Day care centers

Privatization

Cost student quality

Área de concentração: Políticas, Administração e Sistemas Educacionais

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora:

Theresa Maria de Freitas Adrião

Rubens Barbosa de Camargo

Raquel Fontes Borghi

Bianca Cristina Correa

Adriana Missae Momma Bardela

Data de defesa: 03-12-2015

Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

TITULO: AS CRECHES NA EDUCAÇÃO PAULISTANA
2002 A 2012

Autora: Dalva de Souza Franco

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Theresa Maria de Freitas Adrião

COMISSÃO JULGADORA:

Adriana Missae Momma-Bardela

Bianca Cristina Correa

Raquel Fontes Borghi

Rubens Barbosa de Camargo

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

2015

Dedico àquelas e àqueles que lutam por uma Educação Infantil para todos.

AGRADECIMENTOS

À minha companheira Gislene Moreira Alves e a minha amada Sofia

À Prof.^a Dr.^a Theresa Maria de Freitas Adrião

À todas e todos que contribuíram de alguma forma com esta pesquisa:

- Maria Aparecida Perez,
- Sandra Sansone,
- Fabio Renzo,
- André Galhardo,
- Enéas Rodrigues Soares,
- Paulo Fiorilo,
- Adriana Missae Momma-Bardela,
- Bianca Cristina Correa,
- Raquel Fontes Borghi,
- Rubens Barbosa de Camargo,
- Marineide de Oliveira Gomes,
- Luciane Muniz Ribeiro Barbosa.
- Egle Pessoa Bezerra Freitas Adrião,
- Luciana Sardenha Galzerano,
- Silvana Brandão, Jeane Garcia
- Selma Zeferino,
- Amigos do Grupo de Educadores de São Mateus,
- Bruno Silva Santos, Marisa Leiko, Maurício Pereira,
- Companheiras do Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo,
- Amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais - GREPPE,
- Maria de Souza Franco e Silvandira Franco Heleno,

RESUMO

O presente estudo caracteriza e analisa de que forma ocorreu o processo de expansão do atendimento às crianças de zero a três anos durante os primeiros dez anos, de 2002 a 2012, em que os Centros de Educação Infantil/ creches estiveram vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de São Paulo, após sua transferência do setor de Assistência Social para o setor da Educação, o que, no caso deste município ocorreu a partir de 2002. A hipótese é que a ampliação do atendimento, nesta etapa, se deu prioritariamente via convênios, indicando um aprofundamento de mecanismos de privatização da oferta para as crianças pequenas. A investigação é de cunho qualitativo e pautou-se na pesquisa documental em fontes primárias e em diálogo com a produção sobre o tema, especialmente, as relacionadas às políticas de financiamento e gestão da educação infantil e de creches. Conclui-se que houve um crescimento do atendimento à educação de zero a três anos no período analisado, principalmente via convênios considerando que em 2002 havia 459 creches conveniadas e em 2012 o total de convênios passou para 1.137. Ou seja, houve um crescimento de 678 unidades conveniadas, o que representou um aumento 167% em 10 anos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Creche; Privatização; São Paulo; CAQi.

ABSTRACT

The present study characterizes and analyzes how was the process of expansion of care for children, from birth to three years, during the first ten years, from 2002 to 2012, when the Child Education Centers and Day Care Centers that were linked to the Municipal Education (SME) of the São Paulo City Hall, after the transition from Social Assistance sector to the Education sector, which in the case of this municipality took place from 2002. The hypothesis is that the expansion of the service at this stage occurred primarily via agreements, indicating a deepening of privatization mechanisms for small children. The research is qualitative nature and was marked in documentary research in primary sources and in dialogue with the literature on the subject, especially those related to funding policies and management of early childhood education and day care centers. It was concluded that there was a increasing of the education attendance from zero to three years old in the period analyzed, especially via agreements whereas in 2002 there were 459 Day Care Centers and in 2012 the total number of agreements passed to 1,137. So, there was an increase of 678 units financed, representing a 167% increase in 10 years.

Keywords: Early Childhood Education; Day Care Centers; Public-Private Relationship; São Paulo; Cost student quality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da região metropolitana de São Paulo, 2014.

Figura 2 – Organograma da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2012

Figura 3 – Organograma da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2012

Figura 4 – Organização das Diretorias Regionais de Educação da Secretaria Municipal de São Paulo, 2014

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Entidades/ unidades conveniadas com a SME/PMSP – Para o ano de 2012

Gráfico 2 - Tipos de instituições conveniadas com SME - 2012

Gráfico 3 – Entidades Mantenedoras das creches conveniadas - 2012

Gráfico 4 – Categorias das instituições mantenedora dos convênios - 2012

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Salário do ADI (antes e depois do enquadramento) e salário do PDI

Quadro 2 – Comparação do Salário base do Diretor de Equipamento Social com o Diretor de Escola – enquadramento no Quadro do Pessoal da Educação – QPE, em início de carreira.

Quadro 3 – Valor salarial do Pedagogo e do Coordenador Pedagógico em início de carreira

Quadro 4 – Atendimento da demanda e mecanismo de matrícula: 2002 à 2004

Quadro 5 – Prédios e equipamentos: 2002-2004

Quadro 6 – Quadro de Pessoal em exercício nas unidades de CEI direto: 2002 à 2004

Quadro 7 – Organização da gestão: 2002 à 2004

Quadro 8 – Formação dos educadores: 2002 à 2004

Quadro 9 - Alterações das Portarias de orientação para as creches conveniadas - de 2002 à 2012.

Quadro 10 – Total de matrícula de zero a três e demanda não atendida: 2002 à 2012

Quadro 11 - Diferença entre CEIS indiretos e creches particulares conveniadas

Quadro 12 - Síntese das conquistas dos CEIS diretos relacionados aos insumos do CAQi

Quadro 13 – Síntese das realizações da SME com relação os CEIS diretos e creches conveniadas relacionados às metas do PNE 2001 – 2011, na série histórica (2001 – 2012)

Quadro 14 - Síntese das realizações da Secretaria Municipal de educação com relação às Dimensões dos Indicadores de qualidade na série histórica (2001 – 2012)

Quadro 15 - Diferenças entre CEIS diretos e creches conveniadas na SME da PMSP em

Quadro 16 - Evolução das Matrículas municipais e demanda não atendida – Educação infantil - 2002 – 2012

Quadro 17 – ampliação das redes físicas dos CEIS diretos e das creches conveniadas (2002 – 2012)

Quadro 18 – Total de matrícula e demanda não atendida na série histórica – 2002 - 2012

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gestões municipais em São Paulo, 2001 – 2014

Tabela 2 – Quantidade de equipamentos educacionais da rede municipal de educação de São Paulo, 2012

Tabela 3 – Número de matrículas e de demandas cadastradas, por etapa de escolaridade, 2012.

Tabela 4 – Valor *per capita*, em Reais: 2002

Tabela 5 - Variação dos valores per captas de 2002 a 2012

Tabela 6 – Quadro de pessoal dos CEI indiretos e das creches particulares conveniadas, 2002

Tabela 7 – Quantidade de crianças por professora, por grupo de atendimento, 2002

Tabela 8 – Quantidade de ADIs volantes (substitutas), por quantidade de crianças atendidas, 2002

Tabela 9 – Ampliação dos equipamentos (2002 – 2012), por governo

Tabela 10 – Matrícula nos CEIS da rede direta e das creches conveniadas 2002 – 2012

Tabela 11 – Quantidade de Unidades ano a ano – 2002 - 2012

Tabela 12 - Subsídios públicos repassados para as creches conveniadas com a SME/PMSP

Tabela 13 - Total dos equipamentos para atendimento à creche no município de São Paulo: 2001 – 2012

Tabela 14 – Despesas realizadas com as creches conveniadas (CEIS indiretos e creches particulares conveniadas): 2002 à 2012

Tabela 15 – Despesas realizadas com os CEIS da rede direta: 2002 à 2012

Tabela 16 – Diferença dos valores dos recursos gastos com os CEIS diretos e as creches conveniadas em porcentagem (%): 2002 à 2012

Tabela 17 – Diferença dos valores criança de CEIS diretos e creches conveniadas em porcentagem (%): 2002 à 2012

LISTA DE ABREVIATURAS

ADIS – Auxiliares de Desenvolvimento Infantil

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ATE – Auxiliar Técnico Educacional

ATP – Assessoria Técnica de Planejamento

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAQi – Custo Aluno Qualidade Inicial

CEIS – Centro de Educação Infantil

CEU – Centro Educacional Unificado

CEFAI - Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão

CP – Coordenador (a) Pedagógico (a)

DEM – Democratas

DOTP – Diretoria de Orientação Técnico Pedagógica

DRES – Diretorias Regionais de Educação

EMEIS – Escolas Municipais de Educação Infantil

EMEFS – Escolas Municipais de Ensino Fundamental

EOL – Escola On-Line

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOVA – Movimento de Alfabetização

NAE – Núcleo de Ação Educativa

ONGS – Organizações não governamentais

PDI – Professor de Desenvolvimento Infantil

PEDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PEI – Professores de Educação Infantil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PNE – Plano Nacional de Educação

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

SAS – Secretaria de Assistência Social

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento

SEO/NOVOSEO/SOF – Sistema de Execução Orçamentária/Novo Sistema de Execução Orçamentária/ Sistema Orçamentário de Finanças

SF – Secretaria de Finanças

SME – Secretaria Municipal de educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	22
1.1 Sobre o Município de São Paulo.....	22
1.2 Organização da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.....	29
1.2.1 As Diretorias Regionais de Educação.....	33
2. OS DEZ ANOS DE CRECHES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO.....	36
2.1. As creches na Secretaria Municipal de Educação.....	37
2.1.1. Sobre a transição das creches da rede direta da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação.....	43
2.1.2. Sobre a integração das creches conveniadas: CEIS da rede indireta e creches particulares conveniadas à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.....	54
2.2. O atendimento à criança de zero a três anos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – 2002-2012.....	69
2.2.1 Como ocorreu a ampliação do atendimento dos CEIS/creches.....	69
2.2.2. Evolução das matrículas na série histórica (2002 - 2012) comparando as redes: pública e conveniada.....	70
2.2.3 Caracterização das Entidades conveniadas e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) que mantém convênios de CEIS/ creches com a SME/PMSP.....	73
2.3 Outras ações da SME/PMSP que envolveram os CEIS/creches: 2002-2012.....	75
3. CONTEXTUALIZANDO AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO - APROXIMANDO O OLHAR PARA A CRECHE PAULISTANA.....	82
3.1. Ausência do Estado desde a origem da creche no Brasil e em São Paulo.....	82
3.2. Reformas recentes na administração pública e as consequências para a oferta da educação infantil no Brasil, no final do século XX.....	88
3.3. Tipos de convênios entre SME e entidades privadas para a oferta de creche 2002-2012	92
3.4. As creches conveniadas no município de São Paulo: 2002 – 2012.....	94

4.	ANÁLISE DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARA OS CEIS/CRECHES.....	105
4.1.	Breve reflexão sobre qualidade na educação infantil desenvolvida pelas creches.....	106
4.2.	Conversando com os dados pesquisados.....	116
4.3	Execução orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura São Paulo com os CEIS diretos e CEIS indiretos/ creches particulares conveniadas (2002 - 2012)	128
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
	REFERÊNCIAS.....	139
	ANEXOS.....	147

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca caracterizar e analisar o processo de expansão do atendimento às crianças de zero a três anos durante os primeiros dez anos, de 2002 a 2012, em que os Centros de Educação Infantil/ creches estiveram vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de São Paulo, tendo em vista a determinação da LDB 9394/96, sobre a passagem das creches do setor de Assistência Social para o setor da Educação, o que no caso deste município ocorreu a partir de 2002 (FRANCO, 2009).

O interesse em desenvolver este tema decorreu da conclusão do mestrado “Gestão de creches para além da assistência social - Transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004”, desenvolvida na FE/USP entre 2006 e 2009. Como a Dissertação de mestrado tratou apenas da transição dos Centros de Educação Infantil – CEIS da rede direta e não havendo novas pesquisas sobre a integração das creches conveniadas, isso aguçou a minha disposição em completar o trabalho já começado. Esse entusiasmo veio acompanhado da curiosidade e necessidade de investigar a nova fase dos CEIs/creches na educação, que me trouxe então, a investir nesta pesquisa.

Por mais de vinte anos atuei como servidora¹ na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) e milito em prol da Educação Infantil, trajetória que permitiu acompanhar o processo de transição dos CEIS/creches da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria de Educação no município de São Paulo. Presenciar a inserção desta etapa na educação básica com um olhar crítico, despertou-me o interesse em averiguar as respostas do governo municipal para o seguinte problema: De que forma ocorreu a expansão do atendimento à criança de zero a três anos na Prefeitura Municipal de São Paulo, durante os dez primeiros anos em que as creches estão na Secretaria Municipal de Educação (de 2002 a 2012)?

O problema em questão suscitou a hipótese de que a ampliação do atendimento se deu prioritariamente via convênios. Devendo assim, haver uma investigação dos dados, já que pesquisas anteriores como a de Adrião (2009) identificou 138 municípios paulistas que, para ampliação do atendimento, investiram em “parcerias” com entidades privadas para a oferta da educação infantil e São Paulo estava

¹ Durante alguns parágrafos da Introdução usarei o termo na primeira pessoa do singular para localizar-me no processo, porém, no decorrer do texto usarei a primeira pessoa do plural por acreditar que o conhecimento social é construído no coletivo.

entre os municípios que apresentavam diferentes arranjos entre a esfera pública e a iniciativa privada.

No período selecionado para análise, 2002 a 2012, o município de São Paulo passou por quatro gestões diferentes, conforme a tabela a 1:

Tabela 1 – Gestões municipais em São Paulo, 2001 – 2014

Período	Prefeito	Partido
01/01/2001 a 31/12/2004	Marta Suplicy	Partido dos Trabalhadores - PT
01/01/2005 a 31/03/2006*	José Serra	Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB
01/04/2006 a 31/12/2012	Gilberto Kassab	Democratas – DEM

Fonte: Franco com base em Prefeitura de São Paulo (2014)

* Em 2006 José Serra afastou-se do governo municipal para concorrer a outro cargo político, ficando em seu lugar o vice-prefeito Gilberto Kassab.

Durante este período, a educação em São Paulo, assim como a de todo país, sofreu reflexos da reforma na gestão pública ocorrida no Brasil na década de 1990, que gerou mudanças na gestão educacional reconfigurando o papel do Estado, ocasionando a substituição de ações nas esferas públicas com relação às proposições das políticas sociais (ARELARO, 2008). Nesse sentido, o Estado passou a redefinir a sua organização administrativa com base nos pressupostos da gestão gerencial, o que, para a condução das políticas sociais voltadas para a educação, implicou em concentrar suas ações na descentralização de recursos e responsabilidades o que levou o modelo gerencial para a administração das escolas e dos sistemas de ensino (ADRIÃO, ARELARO, BORGHI, 2009).

A ênfase no aumento da participação da sociedade civil para assumir os serviços, antes tidos como responsabilidade do Estado, no conjunto das reformas ocorridas no bojo desse contexto sócio-histórico-brasileiro amplia as possibilidades das parcerias entre as organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) e entidades filantrópicas, levando-as a assumirem as obrigações do Estado à medida em que esse resolve o seu impasse entre atender as funções privadas (capital) e as públicas (direitos sociais) desonerando-se de suas responsabilidades. (ABRUCIO, 2007)

Relembramos ainda, que a Emenda Constitucional nº. 19/98 (BRASIL, 1998) modificou o conceito da esfera “pública não estatal”, construindo-a de “uma forma ‘intermediária’ de propriedade, entre as tradicionais propriedades privada e estatal.” (ARELARO, 2008, p. 145).

O conceito de ‘público não-estatal’ como expressão sinônima de interesses públicos, autorizando e incentivando propostas de contrato de gestão público-privadas, com transferência de responsabilidades tradicionalmente afetas ao poder estatal para a esfera privada, com o respectivo investimento de recursos públicos. (ARELARO, 2008, p. 53).

Diante do exposto e dos dados coletados, é possível afirmar que este conceito está presente na ampliação do atendimento dos CEIs e creches no município de São Paulo.

Observa-se, também, que os pressupostos deste trabalho, ao se pautarem na pesquisa da ampliação do atendimento à demanda de zero a três anos no município de São Paulo através da rede conveniada, necessitam atentar para o fato da aprovação da Lei nº. 11.494 de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007), que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e que consequentemente influenciou nesta perspectiva da ampliação do atendimento. Nesse sentido concordamos com Arelaro (2008) quando afirma que

É difícil imaginar que, com todas as facilidades que a regulamentação do Fundeb concedeu às relações público-privadas na educação, as esferas públicas empenhem-se para construir alternativas de atendimento diferentes das que se vêm consagrando como as mais ágeis e viáveis para o atendimento, em especial o emergencial, das crianças pequenas, com a significativa (des)responsabilização do Estado pelo atendimento educacional direto. (ARELARO, 2008, p. 61)

Ou seja, consequências das reformas do Estado da década de 1990 e a vigência do Fundeb estão presentes na conjuntura dos dez anos de creche na educação do município de São Paulo.

Ao ter como objetivo caracterizar o processo de integração das creches no sistema de Educação do município de São Paulo, foi necessário aprofundar a caracterização e análise da oferta de educação infantil na cidade no que se refere ao atendimento na modalidade creche no período da série histórica (2002 a 2012) e analisar as formas de atendimento considerando a relação público/privado, o que condicionou a considerar referenciais teóricos como as discussões sobre Custo Aluno

Qualidade Inicial (CAQi) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.

Diante das observações e compilação dos dados ao longo deste trabalho, foi possível detectar que houve um investimento na privatização da oferta de vagas na educação infantil e que o município de São Paulo aderiu à essa agenda.

A investigação aqui proposta é de cunho qualitativo, tendo em vista que “para realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre: os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (ANDRÉ e LUDKE, 1986, p.1), por se tratar de uma análise de política educacional do município de São Paulo com relação ao atendimento das crianças de zero a três anos.

Nesse sentido, destaca-se que a metodologia de coleta e análise de dados pautou-se na pesquisa documental, tendo como fontes primárias a documentação da Prefeitura Municipal de São Paulo, ou seja, as legislações municipais que tratam sobre educação infantil, educação básica, educação de zero a três desse período; peça orçamentária do município, informações sobre atendimento da demanda e matrícula; portarias de conveniamento e dados sobre as instituições conveniadas. Esta documentação foi angariada junto à funcionários da Secretaria Municipal de Educação, pesquisa no site da Prefeitura Municipal de São Paulo e portal da educação da SME.

Foi realizada pesquisa complementar, em fontes secundárias, abrangendo a bibliografia, levantamento de dados em sites do IBGE, Ministério da Educação, pesquisa em banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Scientific Eletronic Library Online (Scielo) usando os seguintes descritores: Parceria Público-Privado na Educação Infantil; Subsídio público para educação infantil; Educação infantil de zero a três anos.

A metodologia adotada para coleta e análise de dados segue o padrão de investigação desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional - GREPPE², grupo do qual faço parte desde 2011, vislumbrando as características e as

² O Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, GREPPE, agregando pesquisadores vinculados a diferentes universidades públicas no Estado de São Paulo, caracteriza-se pela realização de estudos, pesquisas e eventos acadêmicos de caráter predominantemente interinstitucional com o objetivo de promover o aprofundamento teórico e discussão de temas relevantes para a política educacional brasileira. Com seções em três universidades públicas de São Paulo (Unesp-RC, Unicamp e USP-RP), o GREPPE é composto por docentes, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação. <<https://groupe.wordpress.com/>>

consequências de políticas implantadas no âmbito de sistemas de ensino, assim como, as consequências da relação público/privado para a educação.

Para a coleta de dados teve-se dificuldades em conseguir algumas informações fundamentais como a relação das entidades mantenedoras das creches conveniadas e dos dados orçamentários.

Para organizar as informações sobre as entidades mantenedoras das creches conveniadas, após conseguir a relação das instituições, foi necessário tabular manualmente quantas creches cada instituição mantinha em 2012, visto que neste havia 570 instituições e 1.137 unidades de creches conveniadas. O que demandou muitos dias de organização de dados, visto que a planilha oferecida pela Secretaria Municipal de Educação informava as unidades de creches individualmente relacionando-as com as entidades mantenedoras. Para verificar se a instituição era filantrópica, confessional ou comunitária, também, exigiu uma dedicação intensa, com pesquisa na internet, por vários dias, da origem das entidades.

Os dados orçamentários utilizados para análise do capítulo quatro, também, foram elementos de grande exercício de busca, visto que essas informações foram oferecidas por funcionários internos da SME que têm acesso ao Sistema de Execução Orçamentária – SEO/NOVOSEO/SOF da Prefeitura Municipal de São Paulo, assim como ao banco de dados do Departamento de Informática ligado à Assessoria de Técnica de Planejamento (ATP) da Secretaria Municipal de Educação. Ressalto aqui, que isso só foi possível, devido a contatos pessoais que tenho com a atual gestão do governo municipal.

Foi necessário utilizar os dados do Sistema de Execução Orçamentária – SEO/NOVOSEO/SOF da Prefeitura Municipal de São Paulo, para a organização das tabelas 14, 15, 16 e 17 (capítulo IV), pois, os dados publicizados na Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA, não traziam os dados específicos de CEIS diretos e das creches conveniadas na série histórica (2002 – 2012), sendo possível encontrar no sistema deles apenas dados de alguns anos.

As planilhas de gastos analisadas traziam o demonstrativo da aplicação dos recursos na educação, com detalhamento das despesas ano a ano e optou-se por trabalhar com os valores liquidados, visto que os mesmos foram concretamente pagos ao final de cada ano.

As rubricas analisadas corresponderam a: 2825 – Convênios para Operação e Manutenção de CEIS e Creches e 2845 – Operação e Manutenção de Centros de Educação Infantil da rede direta. Até 2007 a remuneração dos profissionais do Magistérios dos CEIS diretos aparece dentro da rubrica 2845. Em 2008 e 2009 aparece separado na rubrica 2856 e de 2010 a 2012 passa a aparecer na rubrica 2867. Para a composição do montante dos CEIS diretos foram somados os valores das rubricas 2845 e das rubricas que continham a remuneração dos profissionais do Magistérios dos CEIS.

O trabalho aqui apresentado organiza-se em quatro capítulos a saber: O primeiro capítulo introduz uma caracterização do município de São Paulo em que traça o perfil do município e explica sobre a organização da Secretaria Municipal de Educação e dos órgãos regionais de educação (Diretorias Regionais de Educação – DRES) em 2012. O capítulo II descreve os dez anos das creches na Secretaria Municipal de Educação, com enfoque na transição dos CEIS diretos, na integração das creches conveniadas (CEIS da rede indireta e creches particulares conveniadas), no atendimento à criança de zero a três anos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, sobre como ocorreu a ampliação do atendimento, a evolução das matrículas na série histórica (2002 - 2012) comparando as redes: pública e conveniada e como ocorreu a normatização das creches conveniadas nesse período. O capítulo III contextualiza as relações entre o público e o privado no Brasil, aproximando da realidade da Educação em creches no município de São Paulo, e enfatiza os tipos de convênios entre SME e entidades privadas para a oferta de creche -2002-2012. O capítulo IV forja uma análise das políticas municipais de educação para as creches, momento em que se aprecia a execução orçamentária da Secretaria com os CEIS/ creches da rede direta e conveniada, o crescimento do atendimento à demanda e sua relação com o Fundeb, sempre referenciado no CAQi e nos Parâmetros Nacionais de Educação Infantil, a partir de uma breve discussão sobre qualidade na educação de creche. As Considerações Finais, expõem reflexões referentes ao contexto analisado e algumas angustias da autora com relação às creches no município de São Paulo.

1. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Neste capítulo apresenta-se o perfil do município de São Paulo, observando o período analisado, seus prefeitos e partidos, considerando a sua organização histórica desde os primeiros movimentos voltados à descentralização de ações específicas até a recente organização da administração (2014). Em seguida, será exposta a estrutura hierárquica, equipamentos, demanda atendida e não atendida (cadastrada) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

1.1. Sobre o Município de São Paulo

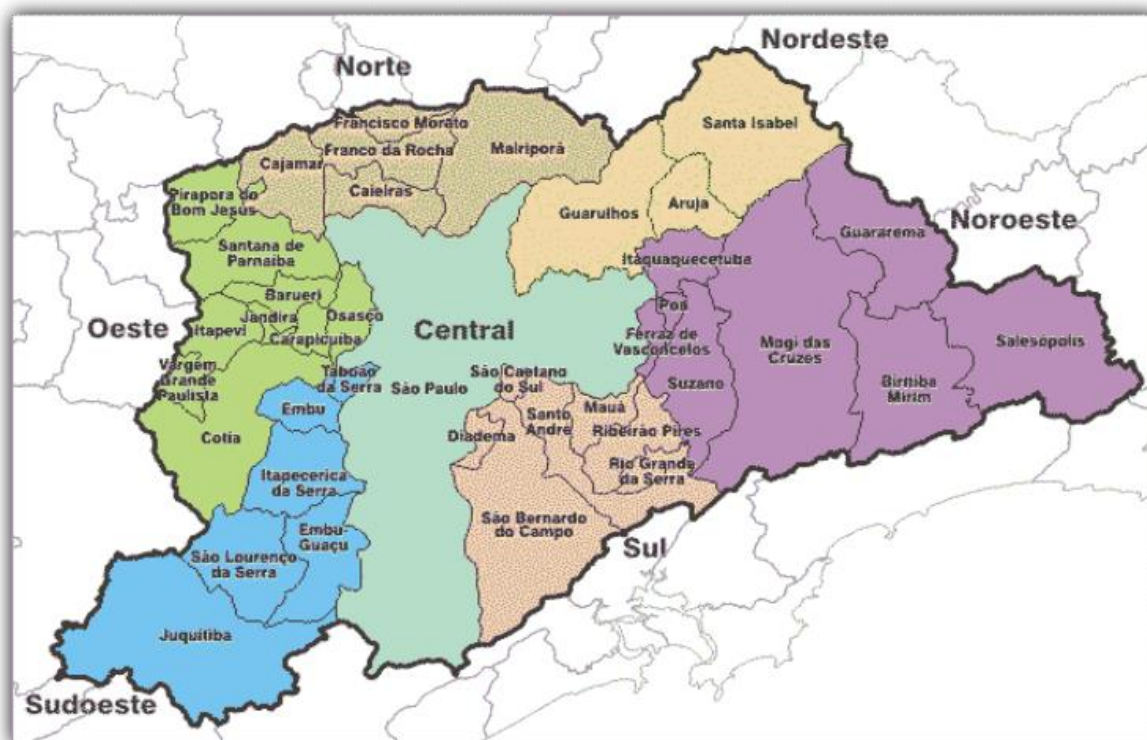
O município de São Paulo foi fundado em 25 de janeiro de 1554 e situa-se na região sudeste do Brasil sendo a capital do estado de São Paulo. Pelos dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 o município apresentava uma população de 11.253.503 habitantes. Sua área territorial era de 1.521,101km² e a densidade demográfica de 7.398,26 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,805 (IBGE, 2014; SEADE, 2014).

São Paulo é considerada uma metrópole. Exerce influência cultural, social e econômica sobre as demais cidades da região metropolitana a qual compõe-se por 39 municípios³ distribuídos em cinco sub-regiões, possui 19,7 milhões de habitantes, numa área de 8.047 km², segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Metropolitano de São Paulo (EMPLASA, 2011).

Por ser de grande dimensão, a densidade demográfica é avantajada, o que dificulta a percepção da divisão entre São Paulo e alguns de seus municípios vizinhos. É considerada um dos maiores aglomerados humanos do mundo, comparada a Tóquio, Nova Iorque e Cidade do México, composta por muitas pessoas vindas de várias regiões do Brasil e de outros países (EMPLASA, 2011). A Figura 1 ilustra a região metropolitana:

³ Constituem a Região Metropolitana de São Paulo: Arujá; Barueri; Biritiba Mirim; Caieiras; Cajamar; Carapicuíba; Cotia; Diadema; Embu; Embu-Guaçu; Ferraz de Vasconcelos; Francisco Morato; Franco da Rocha; Guararema; Guarulhos; Itapeverica da Serra; Itapevi; Itaquaquecetuba; Jandira; Juquitiba; Mairiporã; Mauá; Mogi das Cruzes; Osasco; Pirapora do Bom Jesus; Poá; Ribeirão Pires; Rio Grande da Serra; Salesópolis; Santa Isabel; Santana de Parnaíba; Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul; São Lourenço da Serra; São Paulo; Suzano; Taboão da Serra; Vargem Grande Paulista.

Figura 1 – Mapa da região metropolitana de São Paulo, 2014.



Fonte: Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos. Localizado em:
<http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/sao-paulo.jsp>. Acesso em março de 2014.

Perez (2010) destaca em sua pesquisa que em 1823, São Paulo recebeu o título de Imperial Cidade, ainda que respondesse ao Imperador do Brasil. Somente em 1898 criou-se o primeiro cargo de Prefeito para o município, com vistas à modernização. O cargo era exercido por um vereador que se subordinava às seções de justiça, de polícia e higiene, de obras e finanças, as quais, mais tarde, se transformariam nas secretarias municipais.

Conforme Pasquale Petrone (1950) no início do século XX o município de São Paulo sofreu inúmeras mudanças, o que fez com que deixasse de ser a “metrópole do café” ou “a capital dos fazendeiros”⁴ e passasse a ser a grande metrópole industrial. Segundo o autor, essa circunstância decorre de vários fatores, entre eles, a Primeira Grande Guerra (1914-18) e a crise econômica do ano de 1929. Porém, apesar dos desafios, São Paulo tornou-se o maior centro industrial da América do Sul no final da

⁴ “Metrópole do café” ou “a capital dos fazendeiros” – aspas do autor

década de 1930. No site da Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de São Paulo é possível confirmar as informações de Petrone

A transformação de São Paulo em importante centro industrial deu-se progressivamente, mas já era plenamente visível na década de 1920 – as manifestações artísticas do grupo Modernista em 1922 refletem bem este fato. O processo de industrialização no Brasil, centrado em São Paulo, muito beneficiou-se de dois eventos históricos de grande importância: a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais, respectivamente ocorridas de 1914 a 1918 e de 1939 a 1945, períodos em que a retração do comércio mundial gerou a necessidade de substituição de importações, favorecendo a produção local de bens de consumo. (Fonte: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/introducao.php. Acesso em 10/08/2015)

Na década de 1950, iniciaram-se as primeiras estruturas da Prefeitura de São Paulo com algum grau de descentralização, a partir da criação dos Distritos de Obras⁵, organizados para “atender a periferia que surgia e precisava de asfalto, dos serviços básicos de manutenção e de regularização das ruas de terra que se formavam numa velocidade espantosa” (DONATO, 2006, p. 35).

A população do município de São Paulo na década de 1950 teve um crescimento muito expressivo devido à expansão da economia:

Nos anos 50 São Paulo viu sua população passar de pouco mais de 2 milhões de habitantes para mais de 3,5 milhões. O dinamismo da economia refletia-se então no aumento da população: a cidade crescia impulsionada pelo movimento de expansão do setor industrial. As correntes migratórias respondiam por grande parte do crescimento demográfico e eram geradas especialmente na região Nordeste, trazendo mais e mais pessoas, atraídas pela possibilidade real de incorporação dos recém chegados ao mercado de trabalho, seja nas fábricas, seja na construção civil. (http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1950.php, acesso em 29/07/2015)

Conforme Scarfoni Filho (1981, p. 64), em 1965, estabeleceram-se as primeiras Administrações Regionais⁶ com a preocupação de descentralizar administrativamente a “máquina estatal” e favorecer a intervenção no curso do crescimento da cidade visto que

⁵ Locais de atendimentos regionalizados para os serviços de obras (DONATO, 2006).

⁶ Segundo Scarfoni Filho (1981, p.65): O Prefeito Faria Lima, pelo decreto nº 6.236, de 13 de Outubro de 1965, criou as Administrações Regionais, com a justificativa de assegurar maior dinâmica na execução de serviços e obras de interesse predominantemente local, através do planejamento centralizado com execução descentralizada das atividades administrativas, para obter com economia de recursos o atendimento das necessidades públicas.

A administração de um núcleo urbano como São Paulo, através da Prefeitura Municipal, estruturada em bases funcionais por meio de Secretarias, embora com condições de coordenar e compatibilizar políticas e programas no âmbito do Município, dificilmente poderia analisar todas as repercussões dessas intervenções, quando acionadas em escala regional ou local. (SCARFONI FILHO, 1981, p.64)

Por ser uma cidade de dimensões gigantescas, tanto em termos físicos quanto populacionais, com características econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais de grandes proporções tornou-se impossível administrá-la apenas com órgãos públicos centrais. Segundo Scarfoni Filho (1981, p. 51):

[...] esta impossibilidade de atuação da Prefeitura em todas as áreas das regiões, torna a administração do núcleo urbano muito mais difícil e complexo devido à proximidade entre os problemas que surgem e o primeiro nível de governo mais próximo que é justamente o governo do Município.

As Administrações Regionais tinham duas funções básicas: zeladoria/manutenção da cidade e fiscalização do uso do solo.

Após essa primeira organização, várias outras alterações administrativas e políticas foram pensadas com vistas à descentralização de ações visto que conforme Pedro Jacob (1989, p. 1)

Por trás da descentralização está colocada uma questão básica da sobrevivência econômica, ou se preferirmos um mecanismo adequado para o uso e redistribuição mais eficiente do escasso orçamento público. Partindo-se das aspirações, demandas e projetos locais, a descentralização representa não somente a possibilidade de ordenação dos serviços públicos, mas uma garantia de que os próprios beneficiários garantam o seu controle, configurando principalmente a recuperação da racionalidade da decisão local.

Em 1989, na gestão da Prefeita Luiza Erundina de Souza (PT), houve uma tentativa de implantação das Subprefeituras, com funções administrativas e políticas, como relata Maria Lúcia R. Martins (1997, p. 2)

As Subprefeituras foram então concebidas como unidades integradoras, com orçamento próprio e autonomia, responsáveis pelo planejamento e execução do conjunto de serviços, num território claramente definido. Diferentemente das Administrações Regionais, que se subordinam à Secretaria das Administrações Regionais e ocupam-se apenas de fiscalização, limpeza e pequenas obras, as Subprefeituras foram concebidas como tendo real autoridade técnico-administrativa, dotadas da necessária infraestrutura para responder pela Administração Municipal ao nível da respectiva região. Os

Subprefeitos, nomeados pelo Prefeito, responderiam diretamente a este.

A concepção da descentralização nesse governo, de acordo com Jacob (1989, p. 2), “não significava só a delegação de funções, mas também a fragmentação do poder através das mais diferentes esferas sociais”. Nesse sentido, os esforços envidados para a concretização dessa descentralização como opção de política participativa, é revestida de desafios

Na medida em que a descentralização representa uma opção política e uma possibilidade concreta de que os cidadãos tenham uma maior participação na vida política municipal, o desafio neste contexto de transição política é de estabelecer novas regras de convivência entre Estado e Município onde a participação social possa assumir um estimulante papel de reforço da construção de novas formas de representação, organização e cooperação na gestão da vida municipal. (JACOB, 1989, p. 2)

A disposição do PT de incentivar a participação popular junto à administração das Prefeituras que conquistou nas urnas tem gerado diversas reações, principalmente em torno da proposta dos Conselhos Populares⁷. Os setores mais conservadores da sociedade se utilizam de argumentos que refletem não só o mais acentuado desconhecimento técnico do assunto, como a sobrevivência de concepções maniqueístas no trato das alternativas que florescem nas sociedades modernas destinadas a assegurar uma participação mais efetiva das comunidades nos procedimentos de gestão dos assuntos públicos. (JACOB, 1989, p. 4)

Diante dos impasses políticos e administrativos existentes na época, decorrentes das questões analisadas por Jacob (1989), o que foi possível instalar nas Administrações Regionais foram os Núcleos Regionais de Planejamento, com o objetivo de:

- Articular a atuação dos vários setores da Administração no âmbito de cada região; - associar planejamento e gestão do território; - identificar as especificidades de cada Região visando à elaboração e uma Política Urbana local;
- Incorporar a participação da população no processo de planejamento e decisão, tendo como objetivo mais pragmático e imediato estabelecer prioridades (e consequentemente produzir uma peça orçamentária) através de uma visão integrada das necessidades, trabalhando de modo descentralizado e participativo. (MARTINS, 1997, p.5)

No ano de 1993, o prefeito eleito, Paulo Maluf (PDS⁸), retoma as atividades das Administrações Regionais como zeladoria e fiscalização, desenho mantido também pelo governo sucessor de Celso Pitta (PPB⁹), de 1997 à 2000. (DONATO, 2006).

⁷ Conselhos compostos por representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

⁸ Partido Democrático Social

Quando a prefeita Marta Suplicy (PT) assumiu o governo em 2001, retomaram-se as discussões sobre as subprefeituras como expressão de descentralização das ações do governo por meio da dotação de autonomia financeira, condição que segundo Donato (2006), significava o poder de decisão sobre o planejamento e recursos públicos necessários na base da administração. Donato (2006) corrobora que a descentralização das ações era importante do ponto de vista da organização do território, pois a cidade apresentava uma divisão de serviços de forma desconexa, visto que para cada serviço havia uma organização espacial do atendimento, ou seja, existiam 28 Administrações Regionais, 17 supervisões de Assistência Social, 13 Núcleos de Ação Educativa (NAE) e 41 Distritos de Saúde, ou seja, “não existia base territorial comum na administração pública para o mínimo de planejamento” (DONATO, 2006, p. 38).

Para o governo, as Subprefeituras garantiriam inclusive a intersetorialidade¹⁰ e a participação popular, pois por estar mais próxima da comunidade nas regiões, poderiam assegurar os Conselhos das Subprefeituras e as prestações de contas, o que facilitava o acesso ao usuário dos serviços, dentre outros fatores.

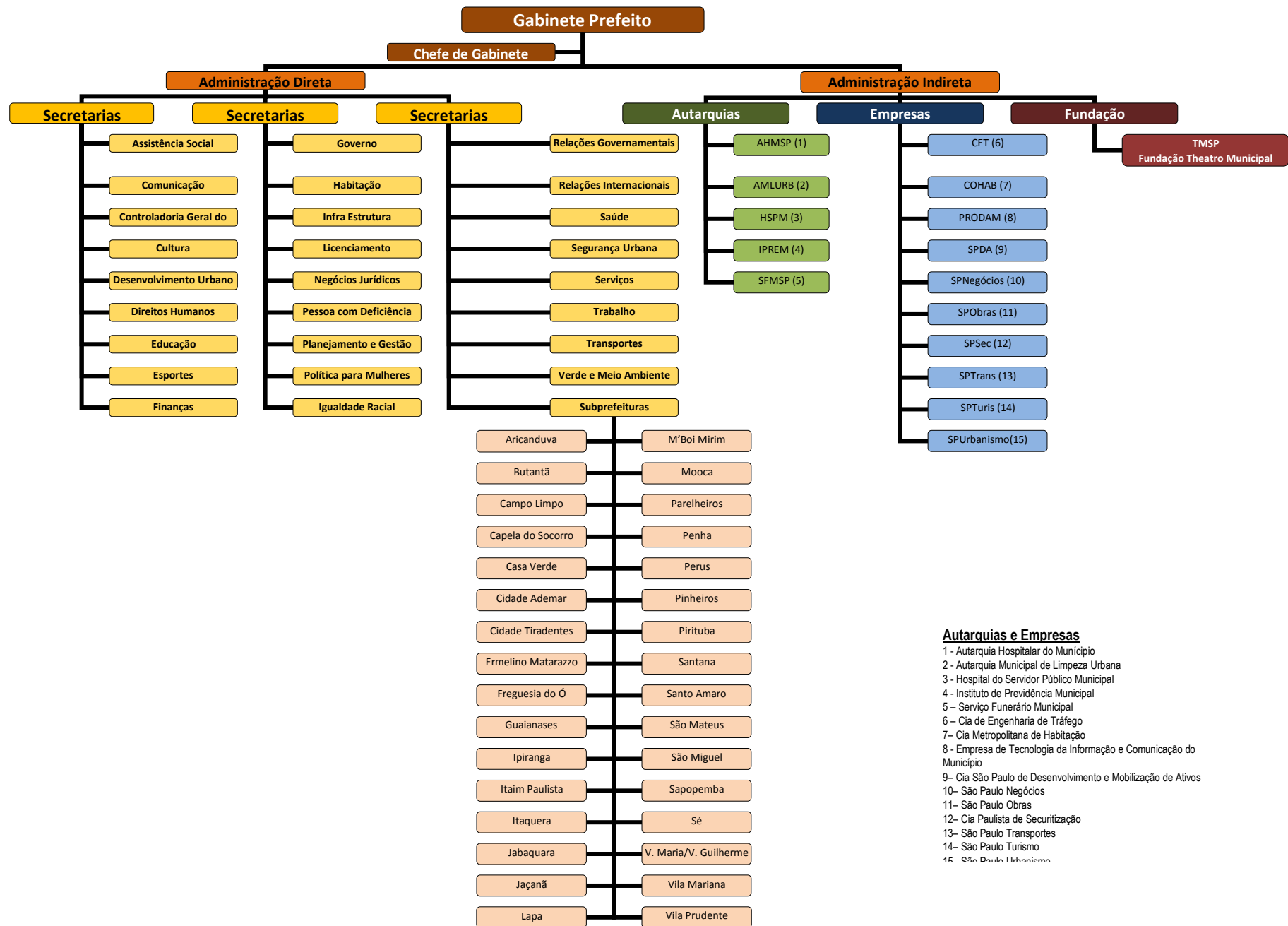
Assim, foram aprovadas, em 2002, pela Lei Municipal n.º 13.399, a criação de 31 Subprefeituras, abrangendo todos os serviços municipais (SÃO PAULO, 2002).

Com a derrota do PT à reeleição, retrocedeu-se com relação às competências e atribuições experienciadas pelas Subprefeituras, visto que o prefeito eleito José Serra (PSDB) alterou a legislação e conferiu a estes órgãos de gestão pública novamente a função de zeladoria e fiscalização, retornando o controle orçamentário e demais serviços para o prefeito e para as Secretarias (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014) apesar de manter o mesmo desenho administrativo das subprefeituras apresentadas em 2002: Aricanduva, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaçanã, Lapa, M'Boi Mirim, Mooca, Parelheiros, Penha, Perus, Pinheiros, Pirituba, Santana, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel, Sapopemba, Sé, Vila Maria/Vila Guilherme, Vila Mariana e Vila Prudente. (http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/ - acesso em 29/07/2015)

Figura 2– Organograma da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2012

⁹ Partido Progressista Brasileiro

¹⁰ Intersetorialidade refere-se à relação das subprefeituras entre si, entre as Secretarias e seus representantes nas localidades e entre os representantes das secretarias dentro da subprefeitura (DONATO, 2006).



Autarquias e Empresas

- 1 - Autarquia Hospitalar do Município
- 2 - Autarquia Municipal de Limpeza Urbana
- 3 - Hospital do Servidor Público Municipal
- 4 - Instituto de Previdência Municipal
- 5 - Serviço Funerário Municipal
- 6 - Cia de Engenharia de Tráfego
- 7 - Cia Metropolitana de Habitação
- 8 - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município
- 9 - Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
- 10 - São Paulo Negócios
- 11 - São Paulo Obras
- 12 - Cia Paulista de Securitização
- 13 - São Paulo Transportes
- 14 - São Paulo Turismo
- 15 - São Paulo Urbanismo

1.2. Organização da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em 2012

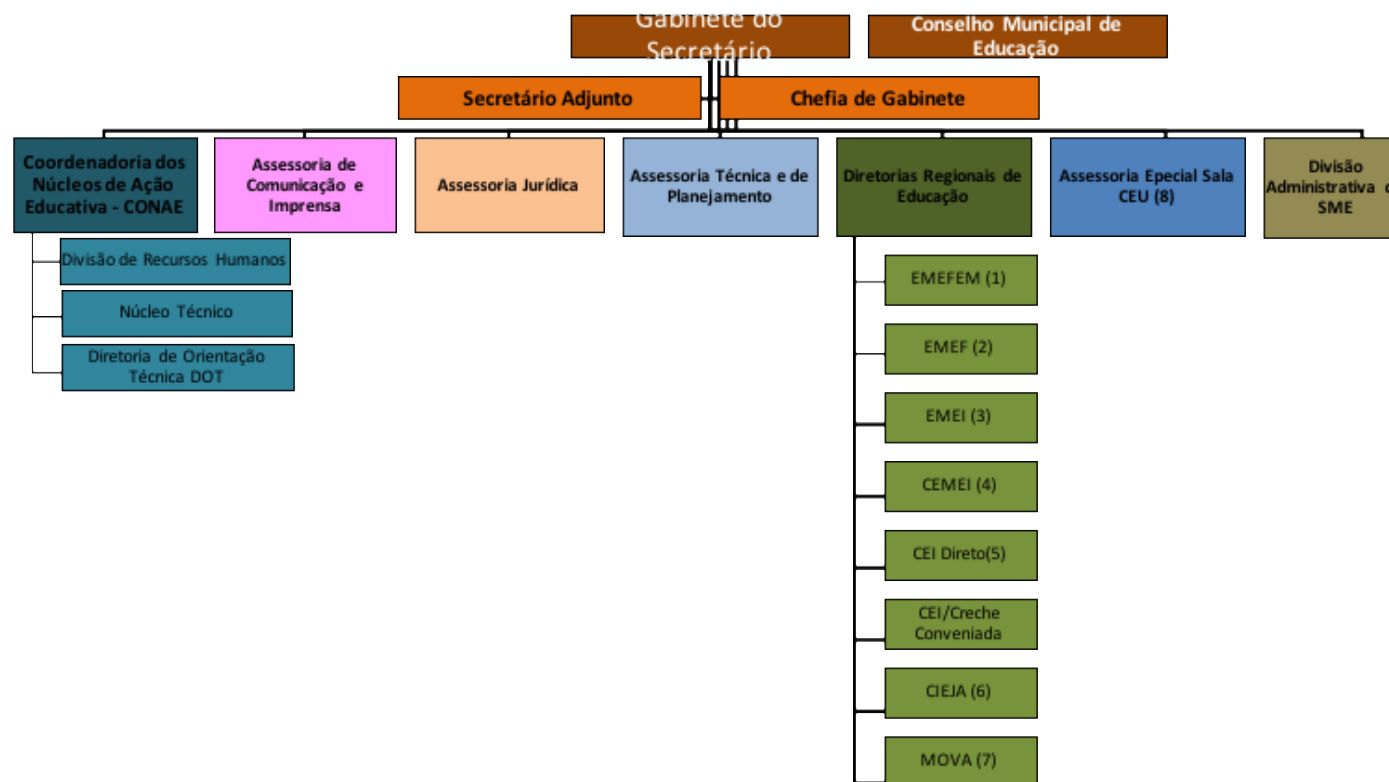
A Secretaria de Educação do município de São Paulo, em 2012, era formada por uma rede de ensino composta por 910.091¹¹ alunos, ou seja, 08% dos habitantes da cidade, sendo considerada, no mesmo ano, o maior sistema de ensino público municipal do Brasil. Segundo o site da Secretaria, “somados alunos aos pais e familiares, envolve quase cinco milhões de pessoas, ultrapassando, e muito, a população da maioria das capitais brasileiras” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014d).

Sua estrutura hierárquica era vertical, como apresentado na figura 3 e o Secretário de Educação era o responsável por toda ação específica da secretaria no município. O Conselho Municipal de Educação tinha poder deliberativo. O cargo de Secretário Adjunto criado em 2005, o Chefe de gabinete tinha a responsabilidade da organização interna e dos sistemas administrativos como o de RH e orçamentária, junto a CONAE 2 E ATP, respectivamente. Na Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa – CONAE a Divisão de Recursos Humanos, denominada de CONAE 2 era responsável pelas questões relativas ao quadro de pessoal de toda a Secretaria (ingresso de funcionários, aposentadoria, folha de pagamento, etc). O Núcleo Técnico era responsável pelas compras (de materiais, uniformes, etc), convênios e outras atividades afins. A Diretoria de Orientação Técnica – DOT era responsável pelo trabalho pedagógico realizado junto às Diretorias Regionais de Educação – DRES e às Unidades Educacionais. A Assessoria Técnica de Planejamento era responsável pelo planejamento de construções, orçamento, etc., porém, sempre vinculada, diretamente, com o gabinete do Secretário. A Assessoria Especial Sala CEU¹² era responsável por todos Centros Educacionais Unificados – CEUS do município, principalmente, com relação às atividades desenvolvidas na gestão, na cultura e no esporte. Os outros ícones do organograma são autoexplicativos

¹¹ Dados retirados do site: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/anonimo/demanda.aspx> em 30/07/2015

¹² Centro Educacional Unificado são espaços arquitetônicos organizados nas periferias do município para atendimento Educacional, Esportivo e Cultural da comunidade que não dispõe de espaços para realizações dessas atividades necessárias a todo cidadão. Ele é composto por equipamentos educacionais: Escolas de Ensino Fundamental I e II - EMEFS, Escola de Educação Infantil - EMEIS e Centros de Educação Infantil – CEIS; Esportivos: Quadra coberta, quadra descoberta, piscinas (adulto e infantil), espaços específicos para jogos e outros esportes (judô, capoeira, vôlei, basquete, etc), rampa de skate; Culturais: Teatro para 450 pessoas, salas de dança; espaços para oficinas culturais, ateliês, espaços para exposições.

Figura 3 – Organograma da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2012



<p>Siglas:</p> <p>1 - EMEFEM – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Ensino Médio;</p> <p>2 - EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental;</p> <p>3 - EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil;</p> <p>4 - CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil;</p>	<p>5 - CEI – Centro de Educação Infantil;</p> <p>6 - CIEJA - Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos;</p> <p>7 - MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos;</p> <p>8 - CEU – Centro Educacional Unificado;</p>
--	--

Fonte: Franco com base em Prefeitura de São Paulo (2014; 2014).

No ano de 2012 a SME tinha mais de 84.734 mil funcionários, a rede DE Unidades Educacionais era composta por 3.058¹³ equipamentos sendo que desse total, 1.117 eram convênios de creche/CEI.

Tabela 2 – Quantidade de equipamentos educacionais da rede municipal de educação de São Paulo, 2012

TIPO	ATENDIMENTO	TOTAL
Centro Educacional Municipal de Educação Infantil - CEMEI	Criança de zero a cinco anos e onze meses	01
Centro de Educação e Cultura Indígena - CECI	Criança indígenas de quatro e cinco anos e onze meses	03
Centro de Educação Infantil Direto - CEI	Crianças de zero a três anos e onze meses	357
Centro de Educação Infantil Indireto - CEI	Crianças de zero a três anos e onze meses	322
Centro Educacional Unificado - CEU	Crianças, jovens e adultos a partir do CEI e em atividades diversificadas para além das escolas em cultura, lazer e esporte.	45
Centro Integrado de Educação de Jovens de Adultos - CIEJA	Jovens e Adultos a partir da alfabetização até o final do ensino fundamental II	14
Centro Municipal de Capacitação e Treinamento CMCT	Jovens e adultos em formação profissional	02
Centro de Convivência Infantil /Centro Infantil de Proteção à Saúde – CCI/CIPS	Crianças de seis a quatorze anos com atividades complementares no contra turno escolar	07
Creche Particular Conveniada	Crianças de zero a três anos e onze meses	795
Escola Municipal de Educação Especial – EMEBS	Crianças com vários tipos de deficiência, com atendimento de escolas regulares	06
Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI	Crianças de quatro até cinco anos e onze meses	514
Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF	Crianças do ensino fundamental	537
Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio - EMEFM	Crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio	08

¹³ Dados do Sistema Escola Online (Eol) de 28/07/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na Secretaria Municipal de Educação, em 10/04/2015.

Escola Técnica	Jovens e adultos – cursos profissionalizantes	01
MOVA (Movimento de Alfabetização)	Jovens e adultos - alfabetização	446
TOTAL		3.058

Fonte: Franco com base nos dados do Sistema Escola Online (Eol) de 28/07/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na Secretaria Municipal de Educação, em 10/04/2015.

Assim, no período compreendido neste trabalho (2002 – 2012), o atendimento oferecido, segundo Prefeitura de São Paulo (2014), às crianças de zero a três anos era realizado por meio de oferta em:

1. ***Centros de Educação Infantis - CEIS diretos***: construídos e mantidos em todos os seus serviços pela Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP;
2. ***Centros de Educação Infantis - CEIS indiretos***: construídos pela PMSP e repassados a uma instituição privada que recebe subvenção *per capita* da Prefeitura para seu funcionamento, devendo esta complementar os custos, caso os gastos ultrapassem o valor repassado pelo órgão público;
3. ***Creches particulares conveniadas***: toda estrutura da creche é de responsabilidade da entidade privada, que recebe subvenção *per capita* da Prefeitura do Município para seu funcionamento, devendo a mesma arcar com os custos que ultrapassem o valor repassado pelo órgão público.

A legislação municipal de São Paulo emprega o termo ***particular***¹⁴ para se reportar as instituições conveniadas sem fins lucrativos, visto que essa condição é uma premissa para o convênio, conforme portarias de convênios da Prefeitura Municipal de São Paulo, apesar da legislação nacional especificar que as creches particulares têm finalidade lucrativa.

Com relação à oferta de vagas e demanda não atendida no município de São Paulo, segundo o site da prefeitura/portal da educação a situação em 2012 encontrava-se da seguinte forma:

¹⁴ Grifo da autora

Tabela 3 – Número de matrículas e de demandas cadastradas, por etapa de escolaridade, 2012.

SEGMENTO	MATRÍCULA TOTAL 2012	DEMANDA CADASTRADA¹⁵
Creche	214.094	93.814
Pré-escola	183.257	2.346
Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)	211.072	Não tem
Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)	244.227	Não tem
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	53.802	Não tem
Ensino médio	3.103	Não tem
Educação Profissionalizante	530	Não tem

Fonte: Franco com base nos dados do Sistema Escola Online (Eol) - 27/12/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na Secretaria Municipal de Educação, em 10/04/2015, no site: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Demanda-Escolar>, através de pesquisa realizada em 04/ 08/ 2015

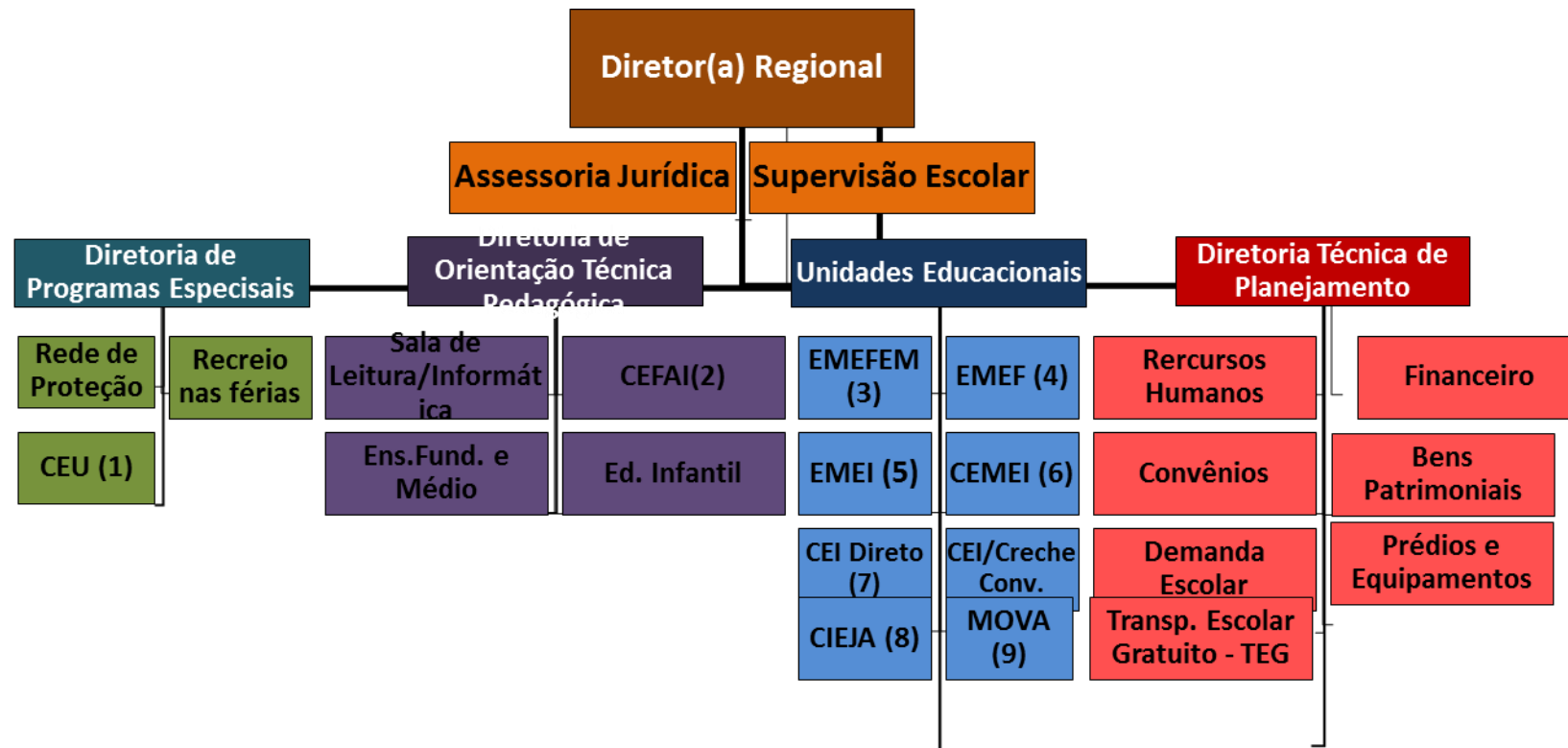
Os dados apresentados neste capítulo são referentes aos anos da série histórica pesquisada de 2002 a 2012.

1.2.1. As Diretorias Regionais de Educação

Para administrar estes equipamentos educacionais nas diferentes regiões da cidade, a SME tem 13 órgãos regionais denominados de Diretorias Regionais de Educação (DRES) e sua divisão geográfica se organiza da seguinte forma: Butantã; Campo Limpo; Capela do Socorro; Freguesia do Ó/Brasilândia; Guaianases; Ipiranga; Itaquera; Jaçanã/Tremembé; Penha; Pirituba; Santo Amaro; São Mateus; São Miguel (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014c).

¹⁵ Demanda cadastrada: São as crianças que precisam de vagas na rede pública municipal e ainda não conseguiram. As famílias eram orientadas a realizar um cadastro/inscrição e aguardar ser chamada. Essa inscrição era direcionada para um cadastro único do município, gerando assim o número total de solicitante de vagas. O qual podia ser acompanhado no site da Secretaria Municipal de Educação da PMSP.

Figura 4 – Organização das Diretorias Regionais de Educação da Secretaria Municipal de São Paulo, 2014



Siglas:

1 – CEU - Centro Educacional Unificado;
 2 – CEFAI – Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão
 3 - EMEFEM – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Ensino Médio;
 4 - EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental;
 5 - EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil;

6 - CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil;
 7 - CEI – Centro de Educação Infantil;
 8 - CIEJA - Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos;
 9 - MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos

Fonte: Franco com base em Prefeitura de São Paulo (2014h).

Como é possível observar na Figura 4 cada DRE é composta por um(a) Diretor(a) Regional de Educação, indicado pela SME; um Advogado que presta assessoria jurídica; Supervisores Escolares cujo módulo corresponde a quantidade de escolas vinculadas a DRE; Diretoria de Programas Especiais que é responsável por atividades específicas de participação popular como Conselho de Escola, Grêmios Estudantis, Recreio nas férias¹⁶, Centros Educacionais Unificados – CEUS, saúde escolar, transportes para passeios escolares e demais atividades promovidas pela SME ou outras Secretarias que sejam voltadas a garantir cultura, esporte e lazer para as crianças, para além dos projetos específicos das Unidades Educacionais; Diretoria de Orientação Técnico Pedagógica - DOTP, responsável pela formação permanente dos professores, gestores, pela orientação pedagógica nas escolas referentes aos programas propostos pela SME como Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Educação Especial – Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAI, Educação de Jovens e Adultos – EJA e MOVA, Informática Educativa, Programa nas Ondas do Rádio, Salas de Leitura, Educação Étnico-racial, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC; Diretoria Técnica de Planejamento, responsável por toda parte de recursos humanos, setor financeiro/orçamento, transporte escolar, prédios e equipamentos, bens patrimoniais, convênios¹⁷, informática administrativa e demanda escolar; e por fim, as Unidades Educacionais, visto que todos os setores anteriores trabalham em função do andamento das mesmas.

A peça orçamentária da SME é composta por recursos centralizados para uso exclusivo do Gabinete e órgãos centrais, mas também é composta de dotações e rubricas direcionadas a usos específicos das Diretorias Regionais de Educação (DRES) e das Unidades Escolares. As dotações e rubricas direcionadas as Escolas são geridas pelas DRES. Apesar de certa flexibilidade para uso dos recursos, o modelo orçamentário é o mesmo para todas as regiões da cidade. Não existem critérios específicos para a divisão dos recursos para as DRES. A distribuição fica a critério do gabinete do Secretário.

¹⁶ Recreio nas férias – São atividades recreativas oferecidas por SME nos meses de Janeiro e Julho em escolas cadastradas e nos CEUS. Essas atividades são coordenadas por monitores contratados e as crianças participam, conforme organização local.

¹⁷ Este setor cuida da parte administrativa dos convênios. O acompanhamento pedagógico e a fiscalização das ações eram feitas pela Supervisão Escolar.

2. OS DEZ ANOS DE CRECHES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

A Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata da educação, inclui as creches em seu texto, legitimando-as como espaço educacional e de direito da criança pequena à educação. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, a Educação Infantil pela primeira vez na história brasileira, passa a ser reconhecida como primeira etapa da Educação Básica. Para que de fato isso ocorresse, a LDB 9394/96 dispôs em seu artigo 89 que as creches fossem inseridas ao sistema formal de educação, na esfera pública municipal, no prazo de três anos após sua promulgação (BRASIL, 1996).

No Município de São Paulo, assim como em outras localidades, ocorreram algumas dificuldades para o atendimento do prazo de três anos, sendo realizado a partir de 2001.

Relembramos neste capítulo, as diferenças entre os três tipos de CEIS/creches que existem na Prefeitura Municipal de São Paulo:

Centros de Educação Infantil - CEIS diretos: são os espaços mantidos diretamente pelo poder público, em que todo atendimento é custeado pelo Estado: prédios, funcionários, alimentação, manutenção, crianças, materiais, etc.

Centros de Educação Infantis - CEIS indiretos: Funcionam em espaços públicos, da PMSP, e são administrados por uma instituição privada que recebe subvenção do município para seu funcionamento, devendo esta custear todos os gastos com a Unidade Educacional, como manutenção, funcionários, crianças e materiais. Recebem do Estado, além da verba, toda alimentação básica para as crianças, menos carne.

Creches particulares conveniadas: são de total responsabilidade da instituição mantenedora, que deve custear todos os gastos da Unidade Educacional com os recursos recebidos pelo convênio com a PMSP. Também, recebe do Estado toda alimentação básica para as crianças, exceto carne.

Nos documentos oficiais e mesmo no site da Prefeitura paulistana e da Secretaria Municipal de Educação adota-se a expressão ***Creches Conveniadas***¹⁸ para se

¹⁸ Grifo da autora

referir tanto aos CEIS Indiretos quanto às Creches particulares conveniadas, ou seja, todas as unidades provenientes de convênios.

Com relação à nomenclatura, as unidades da rede direta e as indiretas são denominadas Centros de Educação Infantil – CEIS, já as creches particulares conveniadas podem optar por receber essa denominação (CEI) ou, simplesmente, creche.

2.1. As creches na Secretaria Municipal de Educação

Os primeiros registros de creches vinculadas à Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP datam da década de 1950 e naquela época o atendimento era realizado, apenas, por meio do estabelecimento de convênios entre entidades beneficentes e o setor de Assistência Social (FRANCO, 2009), em que a função do município

limitava-se apenas à ação normativa das creches conveniadas. A qualidade dessas creches era variável, sendo muitas vezes constatadas irregularidades no funcionamento cotidiano, o que causava grande insatisfação da comunidade usuária. (FRANCO, 2009, p.32)

Além de haver apenas as conveniadas, o número de creches gratuitas, fossem elas conveniadas à prefeitura ou não, era irrisório e não conseguia atender à demanda existente, “fato este que impulsionou os movimentos sociais a se organizarem para solicitar a criação de uma rede direta para o atendimento da população de creche” (FRANCO, 2009, p.32). Apesar dessas manifestações sociais, demorou muitos anos para que o governo municipal iniciasse a construção de uma rede direta. Em 1966 ocorreu uma ampliação dos convênios por meio de uma programação específica na Secretaria de Bem Estar Social, em função das necessidades de atendimento à criança, e as creches passaram a ser mantidas pela PMSP através do repasse de um valor *per capita* mensal.

O início da oferta de creches pela PMSP ocorreu em 1969 em decorrência de problemas com uma entidade mantenedora no bairro de Guaianazes, o que gerou a primeira creche da rede direta do poder público municipal. Com o intuito de ampliar o atendimento à criança pequena, o município gradativamente o propiciou por três diferentes modelos de oferta: creches diretas; creches indiretas e creches particulares conveniadas¹⁹.

¹⁹ Já explicado no capítulo um deste texto.

O atendimento em creches foi mantido pelo município por meio desses formatos, com crescimento lento, o que levou a intensificar a luta dos Movimentos Sociais na década de 1970 para que houvesse um investimento em construções e ampliação do atendimento das crianças de 0 a 6 anos. Essa luta forçou o governo municipal²⁰ a construir no período de 1970 a 1972, os primeiros prédios da rede direta (FRANCO, 2009). O processo de ampliação de espaços para atendimento continuou através de construções e convênios, porém sempre com defasagem de atendimento da demanda existente.

Em pesquisa realizada junto ao banco de teses da Capes²¹, compreendendo o período de 2005 a 2012 e efetuada pelos descritores educação infantil x creches, privatização x creches, educação infantil x São Paulo, políticas públicas x creches, subsídio público x educação infantil, parceria público-privado x creche, educação infantil x políticas públicas e educação infantil de zero a três anos, não localizou-se teses ou dissertações sobre a oferta de creches pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Trabalho relativo à transição das creches diretas do setor de Assistência Social para o setor de Educação na prefeitura de São Paulo encontra-se desenvolvido na minha dissertação de mestrado “Gestão de creches para além da assistência social - Transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004” de 2009. Sobre a integração dos Centros de Educação Infantil (CEIS) da rede indireta e das creches particulares conveniadas, não existe trabalho registrado neste mesmo período.

Segundo estudo dessa dissertação, em 1999 o então Prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PPB) adotou algumas iniciativas em relação ao cumprimento da lei, em que se destacam publicações de Portaria Intersecretariais²² – que criaram comissões para a definição do processo de transferência das creches – e publicações de Decretos que estabeleceram o primeiro plano de integração dos CEIS ao sistema municipal de ensino. Porém, apesar dessas iniciativas, o grupo de trabalho instituído em 2000 limitou-se a apresentar algumas propostas que não chegaram a ser implementadas (FRANCO, 2009).

Nesse período, as creches do município de São Paulo atendiam crianças de zero a seis anos de idade, porém, o prefeito Celso Pita (PPB), havia estipulado que a

²⁰ Prefeitos da época - Paulo Salim Maluf (08/04/1969 - 07/04/1971) e José Carlos Figueiredo Ferraz (08/04/1971 - 27/08/1973)

²¹ Pesquisa realizada no banco de teses da CAPES em jul. 2013.

²² Essas Portarias e Comissões Intersecretariais eram compostas por membros da Secretaria de Assistência Social (SAS) e da Secretaria de Educação (SME).

partir de 2001 o atendimento seria apenas às crianças de zero a três anos e as crianças de quatro a seis anos deveriam ser encaminhadas para as Escolas Municipais de Educação infantil – EMEIS em período parcial – visto que a LDB em seu artigo 30, estipulava creches para crianças de até 3 (três) anos de idade (BRASIL, 1996)²³. Essa medida gerou grande desconforto entre os familiares que estavam acostumados e precisavam do período integral.

Franco (2009) afirma que em 2001 ao assumir a administração de São Paulo, a Prefeita Marta Suplicy (PT) publicou no mês de janeiro, o Decreto n.º 40.268/01 (SÃO PAULO, 2001) que apresentava as diretrizes para a integração das creches diretas no sistema municipal de educação e determinava as competências da Secretaria de Assistência Social (SAS) e da Secretaria Municipal de Educação (SME), com vistas ao trabalho conjunto de atendimento à criança de 0 a 6 anos e 11 meses em creche.

Com o Decreto as creches continuaram a atender crianças de zero a seis anos de idade e passariam a denominação de Centro de Educação Infantil - CEI, visto que o atendimento era efetuado para crianças de creche e pré-escola no mesmo espaço físico.

O Decreto n.º. 40.268/01, publicado pela Prefeita Marta Suplicy (SÃO PAULO, 2001), dispunha sobre a efetivação das diretrizes de integração das creches ao Sistema Municipal de Ensino. Esse decreto considerava o disposto no Art. 89 da LDB 9394 (BRASIL, 1996), que determinava o prazo de três anos, a partir da publicação da LDB, para a transferência das creches do setor da Assistência Social para o setor da Educação em todo o Brasil. A aplicabilidade do inciso IV, do Art. 4º da mesma Lei enfatiza o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade²⁴, associando-o a garantia de atendimento socioeducativo com ações compartilhadas entre SME e SAS. (BRASIL, 1996)

Para a efetivação das determinações previstas, o Decreto n.º 40.268/01 (SÃO PAULO, 2001) orientava a criação de uma comissão intersecretarial composta por representantes de ambas secretarias (SME/SAS) com o objetivo, segundo seu Art. 3º, “de fixar as normas a serem seguidas pelas creches municipais das redes direta e indireta e as particulares conveniadas” (SÃO PAULO, 2001). Outro ponto tratado no

²³ Conforme Portaria 4.457/2000 (SÃO PAULO, 2000) e Portaria intersecretarial, nº 09/00 (SÃO PAULO/SME/SAS, 2000).

²⁴ Em 2001, conforme a LDB (BRASIL, 1996), era considerado educação infantil crianças de até os seis anos de idade.

Decreto foi a mudança de nome das creches municipais das redes diretas e indireta para Centros de Educação Infantil (CEI).

O ajuste foi adequado pelo atendimento nos equipamentos existentes, que deixaram de ser “creches”, nomenclatura da época e passaram a ser designados por Centros de Educação Infantil (CEIS). Conforme artigo 1º e 4º:

Art. 1º - As creches municipais da rede direta, da rede indireta e as particulares conveniadas, integrantes do Sistema Municipal, de Ensino, poderão atender a crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos e 11 (onze) meses de idade, observando as diretrizes estabelecidas neste decreto.

Parágrafo Único – Os equipamentos referidos no “caput” deste artigo manterão atendimento adequado para as crianças a partir de 4 (quatro) anos de idade, a fim de garantir-lhes a oferta de conteúdo pedagógico próprio a essa faixa etária, obedecendo as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases.

Art. 4º - A partir de 1º de julho, as creches municipais das redes direta e indireta passam a denominar-se Centros de Educação Infantil – CEI, mantido o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º deste decreto.

Parágrafo Único – Caberá às Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social, por meio de Comissão Intersecretarial, indicar as diretrizes para a elaboração dos planos de trabalho dos Centros de Educação Infantil – CEI, observando a Lei de Diretrizes e Bases (SÃO PAULO, 2001).

O mesmo Decreto orientava em seus Arts. 5º e 6º ações específicas com relação aos convênios como segue:

Art. 5º - A partir de 1º de julho de 2001, os convênio e aditamentos celebrados entre as entidades e organizações sociais e a Municipalidade, visando ao atendimento de crianças na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos e 11 (onze) meses, deverão conter planos de trabalho, submetido a aprovação de SME obedecendo a Lei de Diretrizes e Bases e as diretrizes fixadas pela Comissão Intersecretarial.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário (SÃO PAULO, 2001).

Constatou-se também, que embora os CEIS indiretos e as creches particulares conveniadas ainda estivessem sobre a tutela da SAS, essas começavam a responder para a SME através da ação conjunta estipulada pela Comissão Intersecretarial.

Durante o ano de 2001, em decorrência do referido Decreto 40.268/01 (SÃO PAULO, 2001), foram instituídas Portarias Intersecretariais, Comunicados e Comissões voltadas às providências necessárias para a integração dos CEIS/creches à SME. Em 20 de dezembro de 2001 a Comissão Especial Intersecretarial publicou no Diário Oficial do Município o Comunicado n.º 1 da Comissão Intersecretarial SME/SAS (SÃO PAULO/SME/SAS, 2001), a qual justificava que:

[...] após amplo debate com as entidades representativas apresentou aos Senhores Secretários Municipais de Educação e Assistência Social o Plano de Integração dos CEIS/CRECHES do Município de São Paulo.

O Plano em questão foi elaborado com auxílio das Comissões Regionais²⁵, Sindicatos e demais representantes da Sociedade Civil organizada que, em muito colaboraram para sua constituição e finalização. É de entendimento da Comissão Especial Intersecretarial que apenas iniciamos o processo de integração e durante o mesmo poderão surgir novas indagações a serem resolvidas com os atores envolvidos.

O Plano de Integração das Creches ao Sistema Municipal de Ensino, conforme Comunicado n.º 1/01 da Comissão, explicava a razão da integração das creches ao sistema de educação do município, referenciando-se na Constituição Federal de 1988, na LDB 9394/06 (BRASIL, 1996) e na Lei 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001). Os objetivos e as diretrizes da integração remetiam-se às exigências legais, mas também à perspectiva de melhorar a qualidade do atendimento às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos e 11 (onze) meses até então atendidas na Educação infantil²⁶. As diretrizes do plano concluíam:

Apontamos ainda a necessidade de incluir os Centros de Educação Infantil na proposta política da educação na cidade de São Paulo. Isso significa reconhecer o CEI não como um satélite, mas como parte do sistema educativo, responsável pela educação das crianças pequenas com vistas à promoção do desenvolvimento humano e promoção do conhecimento. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2001).

O documento recuperava historicamente a construção da rede municipal de creches. Tratava também sobre as diretrizes, propostas e as metas para a integração

²⁵ As Comissões Regionais eram comissões compostas por representantes das Coordenadorias regionais de Educação e Assistencial Social, assim como por representantes das entidades locais.

²⁶ Lembrando que com a Lei Nº 11.274/06 as crianças de 6 anos são inseridas no Ensino fundamental, ficando a pré-escola com quatro a cinco anos.

da rede direta, sobre orientações e políticas para os convênios e sobre a formação permanente dos profissionais dos CEIS apenas da rede direta.

No que diz respeito às políticas para os convênios, o texto previa:

1. Os CEIS da rede indireta e as creches particulares conveniadas passariam para responsabilidade da SME a partir de 01/07/2002.
2. O poder público e a sociedade civil deveriam, através de uma ação conjunta, possibilitar o atendimento das necessidades dos usuários do serviço a ser oferecido garantindo-se o disposto na Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).
3. Os serviços prestados pelos CEIS indiretos e pelas creches particulares conveniadas “será prestado com 100% de gratuidade para os usuários, garantindo-se serviço de qualidade e nenhuma forma de discriminação quanto às suas diversidades culturais, sociais, políticas, econômicas e religiosas” (SÃO PAULO/SME/SAS, 2001).
4. Todos os segmentos envolvidos com os convênios ligados diretamente com o atendimento das crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos e 11 (onze) meses, no município de São Paulo “elaborarão uma Política de Convênios em consonância com a Política de Educação Infantil da SME”. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2001).
5. As ações norteadoras das parcerias deveriam obedecer aos princípios da transparência, tornando-as públicas.
6. O pagamento pelas atividades oferecidas pelas entidades conveniadas estaria sujeito à avaliação do cumprimento dos critérios estipulados pela SME/SAS.
7. A forma de organização e atendimento dos CEIS indiretos e creches particulares conveniadas seriam estabelecidas pela SME/SAS.
8. A participação da comunidade na escolha das entidades prestadoras de serviços seria garantida respeitando o disposto no Art. 116 da Lei Federal nº. 8666/93²⁷.
9. O conveniamento seria estabelecido mediante apresentação de Projeto Pedagógico, Plano de Trabalho e Regimento, construído com o suporte pedagógico do Núcleo de Ação Educativa (NAE) e publicados no Diário Oficial do Município.

²⁷ Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. O Art. 116 desta lei disserta sobre convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração (BRASIL, 1993).

10. Os NAES junto com a SAS Regional deveriam, no ano de 2002, acompanhar, assessorar e avaliar o trabalho desenvolvido pelas entidades conveniadas.
11. A contratação de profissionais deveria, a partir da publicação das Diretrizes, ocorrer mediante as habilitações exigidas pelas Leis nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996) e nº. 10.172/01 (BRASIL, 2001).
12. O Poder Público deveria garantir, no prazo definido legalmente, os recursos financeiros necessários para a execução do convênio firmado.
13. As entidades conveniadas deveriam criar conselhos ou outras formas de participação da comunidade interna e externa visando a melhoria da qualidade do funcionamento da instituição, o enriquecimento dos recursos pedagógicos, acompanhamento, avaliação e controle de verbas públicas.
14. A entidade conveniada que não possuísse autorização de funcionamento deveria, a partir da publicação das Diretrizes, solicitar junto aos respectivos órgãos regionais – NAES, pedido de autorização de funcionamento.

As creches do município de São Paulo permaneceram na Secretaria de Assistência Social - SAS até dezembro de 2001. A administração das diretas foi transferida para a Secretaria Municipal de Educação – SME – a partir de janeiro de 2002 e as indiretas e particulares conveniadas a partir de Janeiro de 2003.

2.1.1. Sobre a transição das creches da rede direta da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação

Os 271 Centros de Educação Infantil - CEIS diretos existentes em 2001 passaram a subordinar-se completamente à Secretaria Municipal de Educação – SME – a partir de 01 de janeiro de 2002, conforme as Diretrizes do Plano de Ação publicadas no Comunicado nº 1 da Comissão Intersecretarial SME/SAS (SÃO PAULO/SME/SAS, 2001).

Esse movimento trouxe aos CEIS diretos, mudanças que redefiniram suas ações e funcionamento, como a contratação de mais Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIS)²⁸ para suprir a defasagem entre outras alterações importantes, que ocorreram nesse início de 2002, destacando-se:

²⁸ No início de 2002 foi realizada contratação emergencial de ADIS, com a exigência do magistério, para que pudesse suprir as necessidades emergenciais até a criação dos cargos de Professores de Educação Infantil (PEI) e a realização do primeiro concurso para estes cargos.

a. Atendimento à demanda

A Portaria Intersecretarial SAS/SME 06/01 orientava que o levantamento da demanda a ser atendida poderia ser organizado de acordo com as microrregiões²⁹, nas quais se dividiam a administração municipal e que compreendiam os Núcleos de Ação Educativas (NAEs). Essa mesma organização foi seguida para o atendimento à demanda de CEI em que era considerada a demanda registrada em cada Unidade e/ou órgão das Secretarias (SAS e SME), e as equipes internas dos NAEs eram responsáveis pelo processo de compatibilização desta demanda, contando para isso com a participação dos diretores e supervisores dos equipamentos de cada microrregião. Os critérios consideravam o Art. 4º da Portaria

O atendimento à demanda será definido por microrregiões considerando os seguintes critérios, na perspectiva da garantia:

- I- Do direito de proteção à infância priorizando os casos de situação de risco pessoal e social da criança;
- I- Da inclusão de crianças portadoras de deficiência;
- II- Do atendimento às crianças cujas famílias se encontrem na menor faixa de renda;
- III- As demais vagas poderão ser preenchidas de acordo com as características e necessidades da população local e, se remanescerem vagas, as matrículas deverão ser efetuadas de forma ininterruptas, no decorrer do ano, e todos os esforços serão empreendidos para o atendimento à demanda. (Portaria Intersecretarial SAS/SME 06/01)

A demanda não atendida foi organizada através de um sistema *on-line*, o mesmo das demais Escolas Municipais. Segundo Franco (2009, p. 90) “estabeleceu-se o atendimento por ordem de cadastro, excetuando-se as situações específicas constantes na portaria de atendimento à demanda e as situações que sofriam interferências do Ministério Público³⁰”.

Também conforme Franco (2009), as visitas sociais que eram realizadas para verificar as condições das famílias, sua realidade e necessidades, na Secretaria de Assistência Social – SAS, foram mantidas no início da transição. Porém, em curto

²⁹ Cada NAE é composto por várias microrregiões quando se organiza a demanda, não sendo possível dizer aqui quantos são em todos o município, porém, é possível citar o exemplo do NAE 13, que corresponde a Subprefeitura de São Mateus, a qual é composta por três Distritos, denominados, nesse caso de microrregiões, São Rafael, São Mateus e Iguatemi.

³⁰ Quando a criança está em situação de risco e é acionado o Ministério Público, há uma intervenção direta deste para efetuar a matrícula da criança imediatamente.

tempo deixaram de acontecer devido a adaptação às regras da SME, visto que na educação básica municipal, esta prática não ocorria.

b. Prédios e Equipamentos

Os prédios e equipamentos que estavam em estado precário de conservação, os quais eram a maioria, receberam reforma e ampliação para a expansão do número de crianças atendidas.

As reformas e ampliações dos prédios e revitalização dos equipamentos receberam investimentos ao longo dos três anos (2002 – 2004) através de várias frentes da Secretaria de Educação. Havia os planejamentos dos órgãos centrais de SME para as reformas de maior valor. As reformas, cujos valores eram menores, foram realizadas através dos órgãos regionais da Secretaria, principalmente depois que houve a mudança da nomenclatura de Núcleos de Ação Educativa (NAEs) para Coordenadorias de Educação (CE) com a instalação das Subprefeituras, pois, a partir desta alteração, as Coordenadorias tornaram-se Unidades Orçamentárias, junto às Subprefeituras, havendo maior autonomia para gerir seus orçamentos. (FRANCO, 2009, p. 94)

Os CEIS diretos passaram, como as demais escolas da rede municipal, a receber recursos para pequenas reformas e consertos – Adiantamento Bancário³¹, materiais apropriados para as atividades com as crianças, como brinquedos e materiais pedagógicos entre outros.

c. Salário e quadro de pessoal

Conforme pesquisa anterior

Os cargos e a carreira dos funcionários de CEI que vieram de SAS foram repensados para que pudessem ser enquadrados no Quadro do Magistério Municipal, o que foi efetivado através da Lei 13.574, de 12 de maio de 2003. A Lei dispunha sobre a inclusão no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação (QPE), do Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, do Pedagogo e do Diretor de Equipamento Social. (FRANCO, 2009, p. 100)

³¹ Adiantamento Bancário – Recurso financeiro específico para cada unidade da SME em que os diretores se responsabilizam pelos gastos e prestação de contas junto à Secretaria. <<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/108600/Documentos/Adiantamente%20Bancario.pdf>> consulta realizada em 12/10/2015

A lei orientava também, que o prazo para a conclusão das transformações dos cargos, era de seis anos a partir da sua publicação. Desta forma, cada cargo teve uma organização específica.

Houve mudanças salariais para a maioria dos funcionários dos CEIS diretos. Nesse sentido é possível verificar em Franco (2009, p. 100) que o aumento salarial dos ADIS pós-transição e transformação dos cargos em Professores de Desenvolvimento Infantil – PDIS foi de 63% como é possível perceber no quando a seguir.

Quadro 1 – Salário do ADI (antes e depois do enquadramento) e salário do PDI

Cargo	De Janeiro de 2002 a maio de 2003	Com enquadramento no Quadro de Pessoal da Educação (QPE) e novo cargo – maio 2003
ADI	R\$ 340, 92	R\$ 465, 75
PDI		R\$ 907,09

Fonte: Franco (2009, p. 100) – Valores de 2003

A lei garantia que para o enquadramento no Quadro do Magistério, as ADIs poderiam optar por realizar, ou não, a formação necessária – ADI Magistério³² para a mudança de cargo, equiparando-as aos professores das escolas municipais, e aquelas que não quisessem permaneceriam como ADIS, enquadradas com um salário base como consta no Quadro 1. Observa-se que mesmo as ADIS que permaneceram no cargo, ao mudar para a SME teve aumento salarial de 71%. A transformação dos cargos não ocorreu de uma só vez, pois, aqueles que já tinham magistério ou pedagogia puderam transformá-lo em professores assim que a lei foi regulamentada em 2003, porém outras cursaram o ADI Magistério, aguardando a conclusão do curso para receber a certificação necessária à transformação.

A transformação dos antigos cargos de Diretor de Equipamento Social em Diretor de Escola, também, veio acompanhada de grandes diferenças visto que na Secretaria de Assistência Social não era exigência que Diretores de Equipamentos Sociais fossem Pedagogos, como exige o Estatuto do Magistério Municipal de São Paulo, Lei nº. 11.229/92. Na SAS, deviam ter formação em uma das três áreas:

³² Curso ADI Magistério – curso compacto de Magistério, com apostilas reunindo teoria e prática terceirizado pela SME para a Fundação Vanzolini.

Pedagogia, Assistência Social ou Psicologia. Quando “passaram” para SME houve a transformação do cargo para Diretor de Escola, com exigência de Pedagogia. Assim, os diretores que possuíam formação em Assistência Social e Psicologia, também, tiveram que complementar sua formação com o curso de pedagogia, processo financiado pelo município. (FRANCO, 2009).

Essa transformação dos cargos para Diretores de Escola garantiu a equiparação salarial e de funções com os outros diretores de EMEI e EMEF. A mudança salarial dos diretores, também, foi substancial conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Comparação do Salário base do Diretor de Equipamento Social com o Diretor de Escola – enquadramento no Quadro do Pessoal da Educação – QPE, em início de carreira.

Cargo	De Janeiro de 2002 a maio de 2003	Com enquadramento no Quadro de Pessoal da Educação (QPE) – maio 2003	Total do salário
Diretor de Equipamento Social	R\$ 1.402,78	R\$ 1.468,32 + R\$ 296,37 (abono pela diferença do cargo de DES para o de Diretor de Escola)	R\$ 1764,69
Diretor de Escola			R\$ 1764,69

Fonte: Franco (2009, p. 98) – valores de 2003

A diferença do salário inicial do Diretor de Escola era 21% maior que o do Diretor de Equipamento Social, além de ser inserido em um Plano de Carreira com Evolução Funcional e demais direitos, situação que não fazia parte do cargo anterior.

Os diretores de CEI, que tinham o curso de pedagogia conseguiram transformar “automaticamente” seus cargos já em 2003 após regulamentação da lei. Os demais aguardaram o curso de complementação pedagógica oferecido pela PMSP a partir de 2005, conseguindo a certificação e a efetivação como Diretor de Escola a partir de 2007.

A mesma Lei criou, nos CEIS diretos, os cargos de Coordenador Pedagógico (CP), e os poucos³³ Pedagogos que trabalhavam nos CEIS, na função pedagógica, por terem a mesma formação que o CP, conseguiram transformar seus cargos logo após a regulamentação da Lei, passando a ter os mesmos direitos e deveres

³³ Quando da transição das creches para a SME mais de 90% das creches não tinham o profissional Pedagogo. (Franco, 2009)

que os CPs das EMEIS e EMEFS. O salário base para os CPs, também implicou em vantagens, conforme segue:

Quadro 3 – Valor salarial do Pedagogo e do Coordenador Pedagógico em início de carreira

Cargo	Antes da transformação	Depois da transformação
Pedagogo	R\$ 1.286,92	
Coordenador Pedagógico		R\$ 1.555, 90, no início da carreira.

Fonte: Franco (2009, p. 99) – valores de 2003

Além do aumento salarial, foram chamados CPs recém concursados para todos os CEIS que estavam com os cargos vagos. Os Pedagogos, que não quiseram transformar seus cargos, puderam optar por permanecer na Secretaria de Assistência Social. Vale lembrar que o processo foi permeado por conflitos e disputas.

A legislação municipal permitia e ainda permite, que os Diretores de Escola e Coordenadores Pedagógicos possam, nos concursos de remoção internos à SME, transferir-se para qualquer equipamento da educação básica. O mesmo não ocorria com os PDIS, que só podiam se remover de CEI para CEI, condição que continuou ocorrendo até 2012. As Professoras de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – PEIEFI, também não podiam se remover para os CEIS, justificado pela diferença das jornadas e das funções.

Com a Lei nº. 14.660, de 26 de dezembro de 2007, o cargo de Professor de Desenvolvimento Infantil – PDI foi transformado em Professor de Educação Infantil – PEI. As atribuições e demais especificações do cargo continuaram as mesmas.

d. Organização da gestão

Na SAS, os Diretores não eram responsáveis por realizar atividades meio, conforme conceito de Paro (p. 39, 1992)

As atividades-meio são aquelas que, embora referindo-se ao processo ensino-aprendizagem, não o fazem de maneira imediata, colocando-se, antes, como viabilizadoras ou pré-condições para a realização direta do

processo pedagógico escolar que se dá predominantemente em sala de aula. Destacam-se, entre estas, as operações relativas à direção escolar, aos serviços de secretaria e às atividades Complementares e de assistência ao escolar.

O que exigiu esforços para adaptação dos diretores. Porém, essas dificuldades foram se acomodando a partir do momento em que o quadro dos CEIS começaram a receber reforços como Coordenador Pedagógico e Auxiliar Técnico Educacional – ATE, cuja função era auxiliar nas atividades de secretaria.

Em 31 de dezembro de 2004, diante da necessidade de orientações específicas para o processo de criação dos Conselhos de CEIS, foi publicada a Orientação Normativa nº. 01 que dispunha sobre concepções de criança, educação infantil, currículo, gestão e conselho de escola orientando a criação do Regimento e do Conselho de CEI.

Os CEIs foram incorporados a uma administração vertical estruturada de forma rígida e os diretores sentiram dificuldades para habituariem-se à nova situação. Apesar das confusões e frustrações surgidas no processo, é possível perceber [...] que houve renovação nos processos de gestão, visto que havia compensações como os ganhos com relação à complementação do quadro de pessoal, formação, reorganização da gestão dos equipamentos, do atendimento à demanda, do Conselho de CEI, da Verba e de outras ações complementares. Assim, assumiram esta nova fase como algo que veio a contribuir positivamente com a criança e com as ações cotidianas das unidades. (FRANCO, 2009, p. 118)

Essa normativa deu origem às discussões sobre o processo de formação dos Conselhos de CEIS, os quais funcionariam como órgão deliberativo junto à comunidade, da mesma forma que os Conselhos de Escola e deveriam ser constituídos até o final do ano de 2005.

e. Formação dos Educadores

A transformação dos cargos das ADIS em Professores de Desenvolvimento Infantil (PDI) impôs mudanças à formação desses profissionais, pois, quando as creches estavam no setor da Assistência Social, as ADIS não necessitavam ter magistério, bastava o “segundo grau completo”³⁴. A exigência do segundo grau completo ocorreu a

³⁴ Segundo grau completo – significa ter o certificado de conclusão do Ensino Médio.

partir do primeiro concurso público na década de 1990, após a transformação dos cargos dos então Pajens em Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADIS), anteriormente, as Pajens eram contratadas por meio de indicações políticas e não necessitavam formação específica, bastava ser alfabetizada e “saber” cuidar de criança (FRANCO, 2009). A exigência de ter no mínimo o Magistério, fez com que as ADIS frequentassem o curso ADI Magistério (curso compacto de Magistério, terceirizado pela SME para a Fundação Vanzolini, com financiamento do município). A formação exigiu grande esforço das ADIS, visto que grande parte das funcionárias não tinha nem o Ensino Médio completo e outras, sequer o Ensino Fundamental completo³⁵. Para que conseguissem realizar suas matrículas no curso “ADI Magistério”, estas tiveram que concluir o Ensino Fundamental em cursos supletivos ou participar dos processos de provas classificatórias para obter os diplomas necessários, uma vez que para cursar o “ADI Magistério” era necessário ter o Segundo Grau Completo. (FRANCO, 2009)

Complementarmente, a SME organizou outras formas de formação permanente para todos os funcionários dos CEIs, da mesma forma que ocorria com as escolas. “As Reuniões Pedagógicas mensais, denominadas de “Fechamento” foram mantidas, orientadas pelas Equipes das Coordenadorias de Educação, que ofereciam formação para as Diretoras e Coordenadoras Pedagógicas, as quais investiam na formação das profissionais nas unidades” (FRANCO, 2009, p. 122). Aconteceram, também, encontros regionais entre professores de CEI, EMEI e EMEF para compartilhar experiências; seminários; cursos; congressos e encontros realizados pela SME para todos os funcionários da rede municipal, incluindo-se os de CEI da rede direta. (FRANCO, 2009).

Os quadros a seguir apresentam uma síntese comparada das alterações na organização do atendimento das creches que integram a rede direta a partir da transição para SME. A síntese refere-se a ações ocorridas entre 2002 e 2004.

³⁵ As Pajens que tiveram seus cargos transformados em ADIs, na sua maioria não tinham o Ensino Médio completo e algumas não haviam terminado o Ensino Fundamental, pois pertenciam ao grupo contratado antes de 1990 por indicação.

Quadro 4 – Atendimento da demanda e mecanismos de matrícula: 2002 à 2004

SAS	SME
Demanda não informatizada, registro e controle unicamente pela unidade de creche	Demanda informatizada com dados organizados pelo sistema on-line, impedindo dupla demanda
Demanda irreal (famílias fazem cadastro em mais de uma creche, superestimando o total de demanda não atendida)	Organização da demanda por microrregiões e controle de dupla matrícula
Critérios para a matrícula baseados em elementos socioeconômicos, priorizando baixa-renda, número de pessoas por família, tipo de moradia; faixa de risco e atendimento a crianças portadoras de deficiência;	Critérios para matrícula estipulados por portaria específica, publicada anualmente, visando à garantia do direito à proteção da infância, priorizando os casos de situação de risco pessoal e social da criança; inclusão de crianças portadoras de deficiências; menor faixa de renda. As demais matrículas por ordem de cadastro, organizando o atendimento por idade correspondente ao módulo e quantidade de salas;
Visita às famílias para verificar a necessidades, atendendo aos critérios	Suspensão das visitas
Matrícula feita na unidade, com preenchimento de fichas específicas	Matrícula feita na unidade, com preenchimento de fichas específicas
10% da capacidade de atendimento reservada a filhos de funcionários	Fim do privilégio
Número de crianças atendidas, na rede, menor do que a capacidade de atendimento	Ampliação de vagas após reformas, construções e contratação de pessoal, em mais de 40%

Fonte: Franco com base em Franco, 2009.

Quadro 5 – Prédios e equipamentos: 2002 a 2004

SAS	SME
Construção de prédios em padrões diferenciados de atendimento de 42 a 180 crianças	Construção de novos prédios para atender de 150 a 300 crianças; continuando o mesmo modelo e padrão para os CEIS que não faziam parte dos CEUS
Prédios atendiam às estipulações de medidas legais	Prédios atendiam às estipulações de medidas legais
Manutenção centralizada na SAS e órgãos regionais, porém com baixo investimento em reformas	Verba para manutenção alocadas nas Unidades; investimento em reformas e ampliação pela SME e órgãos regionais
Espaços mal aproveitados (como depósito de bens inservíveis, equipamentos odontológicos sem uso, moradia)	Liberação e reforma de espaços que estavam mal aproveitados para atendimento de crianças
Entre os anos de 1994 e 2000 não houve investimento em construção de prédios	Ampliação da rede física e, consequentemente, do atendimento à demanda

Fonte: Franco com base em Franco, 2009.

Quadro 6– Quadro de Pessoal em exercício nas unidades: 2002 a 2004

SAS	SME
Diretor de Equipamento Social, Pedagogo, Assistente Técnico Administrativo (ATA), Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI (de acordo com número de crianças atendidas por idade), Auxiliar de cozinha, Auxiliar de limpeza geral, Auxiliar de vigilância, Auxiliar de zeladoria	Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Auxiliar Técnico Educacional I (ATE I), ADI (de acordo com número de crianças atendidas por idade), Auxiliares de enfermagem, Agente Escolar, Agente de Apoio
Falta de pessoal para realização das funções de ADI	Contratação emergencial de ADIs até o concurso de Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI); Concurso para PDIs
Auxiliar de Enfermagem e Agente de Apoio para Vigilância apenas em alguns CEIS	Mantida situação anterior
Quadro de pessoal totalmente defasado	Contratação de pessoal
Não havia plano de carreira e os salários defasados	Enquadramento desses funcionários na carreira do magistério municipal; Aumento salarial
Alto número de funcionários readaptados	Manteve a situação anterior

Fonte: Franco com base em Franco, 2009.

Quadro 7 – Gestão das Unidades: 2002 a 2004

SAS	SME
Diretor responsável pela Unidade, sem atividades meio (apontamento de pagamento dos funcionários, atribuição de salas etc.), realizadas pelos órgãos centrais	Diretor responsável pela Unidade, com incumbências de atividades meio (apontamento e organização da folha de pagamento dos funcionários, atribuição de salas para as professoras, processo de prestação de contas da verba de Adiantamento Bancário, processo de baixa de bens, etc.)
Diretor não tinha autonomia financeira, nem sobre decisões pedagógicas	Diretor responsável por verba de Adiantamento Bancário para pequenas reformas e dirigente do CEI
A unidade não tinha Conselho, APM e Regimento	Criação de Conselho de CEI, APM e Regimento “Escolar”
Falta de funcionários, com arranjos diários para o funcionamento da unidade	Quadro de pessoal completo
Não havia Projeto Político Pedagógico	Diretrizes políticas da SME e exigência de Projeto Político Pedagógico
Não havia participação da comunidade através de instância que garantissem decisão junto à unidade.	Investimento na participação da comunidade.

Fonte: Franco com base em Franco, 2009.

Quadro 8 – Formação dos educadores: 2002 a 2004

SAS	SME
ADI – Formação Inicial em nível médio para ingresso	ADI – Formação Inicial – Curso “ADI Magistério”, para todas as que já tinham Ensino Médio completo com posterior transformação do cargo em Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI)
Maioria das ADIs não tinha ensino médio	Curso de Ensino Médio para as ADIs que não o tinham para posterior ingresso no “ADI Magistério”
Ingresso por concurso em nível de ensino médio, porém sem formação específica	Ingresso por concurso com exigência de magistério ou pedagogia
Formação Permanente: - Uma Reunião Pedagógica por mês.	Formação Permanente: - Uma Reunião Pedagógica por mês.
Não existia hora atividade para planejamento	Hora Atividade – 3 horas Atividades por semana, dentro das 30 horas semanais do professor
Não havia formação	Formação regional bimestralmente junto com EMEIs e EMEFs; Formação quinzenal dos Diretores e Coordenadores Pedagógicos pelos órgãos regionais.

Fonte: Franco com base em Franco, 2009.

As conquistas realizadas nos CEIs da rede direta na Prefeitura Municipal de São Paulo após a transição da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria de Educação trouxeram “várias alterações significativas para os CEIS, porém as mais palpáveis foram com relação ao quadro de pessoal no tocante à carreira, formação e às questões salariais” (FRANCO, 2009, p. 149). Considera-se ainda, que muitas dessas mudanças são decorrentes das exigências da LDB 9394/96, por exemplo o Projeto Político Pedagógico e formação específica em magistério ou pedagogia para os profissionais de Educação infantil que integram a carreira do magistério. A junção das exigências impostas pela LDB, somada as providências tomadas pelo município, fizeram naquele momento, com que a rede de creches diretas, tivesse um salto de qualidade.

2.1.2. Sobre a integração³⁶ das creches conveniadas: CEIs da rede indireta e creches particular conveniada à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

A Portaria Intersecretarial nº. 01 (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002a) instituiu que os CEIs indiretos e as creches particulares conveniadas permanecessem na Secretaria de Assistência Social - SAS até o dia 31 de dezembro de 2002, visto que a adaptação dos CEIs diretos à Secretaria Municipal de Educação – SME demandaria um tempo e esforço do sistema municipal de educação.

Segundo a mesma Portaria, os novos convênios celebrados a partir de 1º de julho de 2002, teriam prazo de vigência de doze meses podendo ser prorrogado em até dez dias, pois não havia certeza sobre os trâmites para a celebração de convênios. Em maio de 2002 instituiu-se a comissão intersecretarial por meio da Portaria Intersecretarial nº 03/02 (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002b), que passou a desempenhar as seguintes incumbências:

1. Acompanhar o processo de celebração de novos convênios, de aditamento aos convênios já existentes em vigor e de integração, a partir de janeiro de 2003, dos CEIs indiretos e das creches particulares conveniadas ao sistema municipal de ensino.
2. Elaborar estudos e proposta de Portaria Intersecretarial que fixariam normas para celebração de novos convênios a partir de janeiro de 2003, assim como elaborar modelo para os termos de convênio, no prazo de seis meses a partir da data da publicação da portaria, mantendo sempre a interlocução com a sociedade civil.
3. Suscitar debates entre componentes dos órgãos regionais da SAS e dos NAES enviando análise da “composição de custo *per capita* de criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos atendida em período integral nas creches conveniadas, obedecendo os padrões do Sistema Municipal de Ensino” (item IV do art. 3º da Portaria Intersecretarial nº. 01 – SÃO PAULO/SME/SAS, 2002);

Na sequência a Portaria Intersecretarial nº. 4 (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002) instituía normas gerais para celebração de convênios no âmbito das duas secretarias com entidades e organizações da sociedade civil que atendiam crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos e 11 (onze) meses. A normativa dispunha que o atendimento seria

³⁶ Nos documentos da Prefeitura de São Paulo analisados nesta pesquisa o termo usado para a transferência das creches indiretas e particulares conveniadas, da Secretaria da Assistência Social para da Secretaria da Educação é integração. Por isso utilizaremos esse mesmo termo.

orientado pela promoção dos direitos da criança estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8069/90) e pela LDB (9394/96). Em seu art. 3º apresentava uma definição de convênio

O convênio é um acordo da Secretaria Municipal de Assistência Social juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, com entidades e organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, de interesse privado e finalidade pública, que necessitem de assistência técnica e recursos financeiros para sua implantação ou continuidade, para assumirem mútuo compromisso e responsabilidade no enfrentamento das questões da assistência e da educação no Município de São Paulo.

Parágrafo Único - A parceria mencionada no "caput" deste artigo consiste em relações de complementaridade, cooperação e articulação da rede pública e privada e de corresponsabilidade entre o poder municipal e a sociedade civil para a operacionalização da política pública da educação. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

Orientava também, em seu art. 4º, que as entidades³⁷ ou organizações conveniadas deveriam garantir a “participação dos funcionários e dos usuários na avaliação do serviço prestado, bem como o acesso às informações relativas ao desenvolvimento das atividades que lhes são afetas” (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

Acompanhavam a portaria alguns anexos fundamentais para a definição dos serviços prestados. O anexo 1 (um) tratava das normas gerais para a celebração de convênios com entidades e organizações da sociedade civil que mantinham creches/CEIS. O item I tratava do serviço e o descrevia da seguinte forma:

A Creche/CEI, compreendida como um espaço sócio educacional de construção de identidade, de autonomia e de cidadania, objetiva promover o desenvolvimento infantil em todos os aspectos: físico, afetivo, cognitivo e moral, assim como proporcionar à criança proteção, segurança, alimentação, cultura, saúde e lazer. Tem ainda como objetivo contribuir para a construção do conhecimento da criança sobre si própria e sobre o mundo. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

O anexo trazia, também, a definição de CEIS/creches indiretas e creches particulares conveniadas:

A creche desenvolve ações complementares às da família, devendo voltar-se para a inserção, prevenção, promoção e proteção à infância,

³⁷ Entidades são as instituições assistenciais e filantrópicas que realizam convênios com a Prefeitura de São Paulo para abertura das creches ou CEIS. Esse termo é usado regularmente na legislação municipal.

propiciando ainda a integração entre famílias e comunidade. Centros de Educação Infantil da rede indireta: São entidades que gerenciam o próprio municipal e bens móveis necessários ao seu funcionamento, durante o período do convênio, para desenvolver atividades correspondentes ao plano de trabalho específico do convênio, inclusive quando o imóvel for locado pela Secretaria competente. Creches Particulares Conveniadas: São aquelas que desenvolvem atividades correspondentes ao plano de trabalho específico do convênio, em imóvel equipado por bens móveis da própria entidade ou por ela administrada. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

O item II, do Anexo 1, tratava dos requisitos para o estabelecimento de convênios para o serviço Creche/CEI. Com relação às condições da entidade e/ou da organização da sociedade civil para estabelecimento de convênios exigia-se

Não ter fins lucrativos; Estar consoante com as normas gerais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação; Possuir capacidade técnica e operacional em relação às obrigações a serem assumidas de acordo com o termo de convênio, quais sejam: instalações, recursos humanos, equipamentos, estrutura administrativa e financeira; Oferecer gratuidade ao usuário do serviço conveniado. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

A referida portaria, ainda no anexo I, item II acrescenta orientações sobre a relação da documentação necessária para a formalização de convênios, e orientação que a entidade que firmasse convênio com a SME deveria colocar placas informando sobre o conveniamento com a PMSP

Ofício do representante legal da entidade social dirigido aos titulares das Secretarias, solicitando a celebração do convênio;

* Cópia reprográfica da Ata de reunião de eleição e posse da diretoria em exercício registrada no cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

* Cópia reprográfica de Estatuto Social registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, quando a Ata de Eleição não mencionar o período de mandato dos membros em exercício;

* Cópia reprográfica da inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, com prazo de validade em vigência;

* Cópia reprográfica da Certidão Negativa de Débito - CND com validade em vigência;

* Comprovante de conta bancária específica para o convênio;

* Certificado de regularidade junto ao FGTS

* Termo de compromisso da entidade, objetivando a solicitação de funcionamento expedida pelo NAE, ou protocolo do pedido ou mesmo Portaria de Autorização;

* Plano de Trabalho elaborado em consonância com as diretrizes técnicas da Secretaria, objeto do convênio. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

Orientava ainda sobre o procedimento para publicização do convênio:

A entidade que celebrar convênio com a Secretaria deverá:

* Colocar placa em local frontal e visível, informando sobre a ação conveniada com a Prefeitura do Município de São Paulo.

* Mencionar o convênio celebrado com a PMSP, em toda publicação, material promocional e de divulgação de suas atividades e eventos. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

Outro aspecto tratado no Anexo da mesma Portaria referia-se aos recursos financeiros para implantação da creche. Os quais deveriam usar o pagamento de despesas iniciais da execução de convênios, com a finalidade de proporcionar a infraestrutura necessária à implantação do serviço. Sobre a vistoria dos imóveis, constava no ponto 6, item II, do Anexo 1 (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002), que a celebração do convênio estava sujeita

[...] à aprovação das instalações físicas por meio de parecer emitido por comissão designada pela Secretaria. A vistoria física dar-se-á nos locais ainda não contemplados em convênio anterior e quando uma alteração no número e tipo de atendimento assim o exigir. Torna-se dispensável a realização de vistoria física em equipamentos que mantinham convênio anterior com a Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo término de validade tenha ocorrido em 30.06.02, desde que mantidas as condições anteriormente pactuadas.

Em 10 de janeiro de 2003, a PMSP publicou a Portaria Intersecretarial 01/03 (SÃO PAULO/SME/SAS, 2003) alegando que, diante da “necessidade de apropriação por SME das práticas adotadas por SAS quanto à celebração, aditamento e prestação de contas dos convênios” a gestão administrativa, técnico e financeira dos CEIs indiretos e das creches particulares conveniadas passariam a ser compartilhadas entre as duas Secretarias até 30/03/2003. Segundo o art. 3º (SÃO PAULO/SME/SAS, 2003), para atendimento das necessidades geradas pela gestão compartilhada, a SME deveria disponibilizar representantes de cada Coordenadoria de Educação

[...] sendo 1(um) supervisor ou técnico e 1 (um) administrativo, para cada SAS Regional como responsável pelo acompanhamento, durante

os meses de janeiro, fevereiro e março de 2003, da prestação de contas dos convênios Creches/CEIS, bem como as solicitações de celebração e aditamento de convênios Creches/CEIS.

Além dos representantes regionais, foram designados dois representantes do setor financeiro da SME Central para acompanhar a SAS Central, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2003, no processo de pagamento dos convênios.

A partir do mês de abril daquele ano, todas as ações referentes aos convênios com CEIS indiretos e creches particulares conveniadas passaram a ser de responsabilidade única da SME.

De forma diferente da transição dos CEIS diretos, apresentado no item 2.1.1, a inserção dos CEIs indiretos e das creches particulares conveniadas ao Sistema Municipal da Educação não trouxe grandes mudanças para as unidades, limitando-se à adequação das normas de conduta das creches e entidades a realidade da SME.

Para que as entidades pudessem realizar a prestação de contas segundo as orientações da SME todas as Coordenadorias de Educação – CE organizaram um setor de Convênios, responsável por orientar as entidades interessadas em instituir convênio com a PMSP, receber a prestação de contas e auxiliar as instituições nas questões administrativas.

- **Sobre a prestação de contas**

O item III do Anexo I da Portaria Intersecretarial nº. 4 (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002), já citada, tratava dos procedimentos relativos à prestação de contas e determinava que os recursos deveriam constar em um plano de trabalho previamente aprovado pela SME e que não poderiam ser utilizados nos seguintes casos:

- Realização de despesas a título de taxa de administração ou similar.
- Finalidade diversa da estabelecida no instrumento de convênio.
- Realização de despesa em data anterior ou posterior a sua vigência, qualquer realização de despesas com multas, juros ou correção monetária e, inclusive, pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

Acrescentava que a penalidade para o uso indevido da verba era a suspensão do convênio e em relação ao subsídio, especificava que

O montante do pagamento é referenciado no valor "*per capita*" estabelecido por meio de Portaria Intersecretarial, equivale à soma do número de crianças atendidas no mês e que tiveram 75% (setenta e cinco por cento) de comparecimento dos dias de funcionamento, sendo que o prazo para sua efetivação é de 25 (vinte e cinco) dias, contados a partir da data da solicitação, desde que satisfeitas às condições pactuadas no termo de convênio, nesta Portaria e no plano de trabalho. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

O pagamento dos subsídios vinculava-se à quantidade de matrícula efetuada e à frequência das crianças cujo controle e fiscalização ficavam a cargo da supervisão escolar e da equipe das Coordenadorias de Educação³⁸ responsáveis administrativos pela prestação de contas das entidades, assim como a inclusão de novos convênios, aditamentos e implantação de novos equipamentos por equipes específicas organizadas regionalmente. As funções desses dois segmentos de supervisão eram:

- Assessorar a elaboração do Plano de Trabalho dentro de uma nova dinâmica de participação democrática.
- Emitir parecer técnico no processo de formalização e aditamento de convênio.
- Assessorar a entidade no recrutamento e seleção dos candidatos, sempre que necessário.
- Indicar e acompanhar os processos de formação dos funcionários em consonância com a legislação vigente.
- Supervisionar, acompanhar e avaliar qualitativa e quantitativamente os serviços e projetos de acordo com o estabelecido no plano de trabalho.
- Acompanhar o processo de avaliação do serviço ou projeto conveniado considerando os indicadores de avaliação apresentados e aprovados no plano de trabalho; visando uma nova dimensão nas relações com entidades e usuários.
- Examinar e aprovar a prestação de contas, visando assegurar o exato cumprimento das obrigações contidas no termo de convênio e, quando constatar irregularidades, indicar prazo para adoção de providências necessárias;
- Avaliar o convênio 60 (sessenta dias) antes do término, tendo como parâmetro o cumprimento das disposições contidas nesta portaria, no termo de convênio e no plano de trabalho correspondente. (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

A prestação de contas e posterior liberação de pagamento ocorriam mediante atendimento das condições previstas no Termo de Convênio, considerando-se sua suspensão nos termos ali contidos ou, ainda, quando verificado o desvio da

³⁸ Retomando informação do capítulo 1 que em 1º de agosto de 2002 entrou em vigor a Lei nº 13.399 que dispunha sobre a criação de Subprefeituras do Município de São Paulo, a qual mudou a denominação dos Núcleos de Ação Educativa – NAES para Coordenadorias de Educação.

finalidade ou má aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas ou por inadimplência do executor com relação às cláusulas do convênio (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002).

Apesar do recurso ser *per capita*, quando a entidade prestava contas no setor de convênios da Coordenadoria de Educação no início de cada mês (do dia 01 ao dia 10), era necessário demonstrar de que forma havia utilizado o recurso apresentando notas fiscais de serviços prestados, materiais e complemento de alimentação comprados pela instituição destinados ao atendimento, além da frequência das crianças, folha de pagamento dos funcionários e parecer da supervisão.

Quando a documentação apresentada na prestação de contas demonstrava que a entidade havia gasto além do repassado pelo valor per capita total das crianças frequentes no mês, essa diferença era assumida pela própria entidade. Se o valor gasto fosse *a menos* do que a soma do valor per capita total das crianças frequentes no mês, a sobra era descontada do pagamento do mês seguinte. Após reivindicações das entidades, este processo foi mudando e os dados da prestação de contas passou a ser “planilhado”, mês a mês, pela Coordenadoria de Educação, o que fez os descontos das diferenças serem trimestrais. Posteriormente, passou a ser semestral, até chegar a ser anualmente calculado e, se ao final do ano, a entidade não tivesse conseguido gastar todo recurso destinado à Unidade, esta deveria devolver o valor restante. Quando faltava, a entidade arcava com a diferença. Esse processo de prestação de contas permaneceu até 2012.

✓ **Valor per capita**

Com o intuito de regulamentar o atendimento das creches conveniadas na educação, durante o ano de 2002, publicou-se ainda a Portaria intersecretarial 08/02 (SÃO PAULO/SME/SAS/SF, 2002), fixando os valores per capita da atividade de manutenção de crianças nas unidades na seguinte proporção:

Tabela 4 – Valor per capita, em Reais: 2002

EQUIPAMENTO/CAPACIDADE	VALOR
Até 60 crianças	300,00
De 61 a 90 crianças	238,00
De 91 a 120 crianças	221,00
Acima de 120 crianças	208,00
Adicional para atendimento às crianças de faixa etária de 0 a 1 ano e 11 meses	74,00

Fonte: Franco com base em (SÃO PAULO/SME/SAS/SF, 2002). Os valores foram corrigidos para (mês) de 2012, pelo índice oficial de inflação (IPCA)

Esse foi primeiro reajuste per capita após a integração dos CEIS indiretos e das creches particulares conveniadas à SME. A Tabela 5, a seguir, apresenta a variação dos valores *per capita* do período analisado por essa pesquisa – de 2002 a 2012.

TABELA 5 - Variação dos valores per captas de 2002 a 2012

E./C.*	Até 60	De 61 a 90	De 91 a 120	Acima-120	Adicional**
VALOR	crianças	crianças	crianças	crianças	
2002	300,00	238,00	221,00	208,00	74,00
2003	302,00	241,00	223,00	210,00	76,00
2004	297,00	237,00	219,00	207,00	75,00
2005	296,00	236,00	217,00	206,00	75,00
2006	300,00	240,00	222,00	209,00	77,00
2007	287,00	229,00	212,00	212,00	92,00
2008	285,00	228,00	210,00	199,00	92,00
2009	306,00	245,00	214,00	214,00	98,00
2010***	318,00	254,00	236,00	236,00	102,00
	382,00	305,00	283,00	283,00	123,00
2011	444,00	359,00	332,00	314,00	144,00
2012	467,00	373,00	346,00	326,00	150,00

Fonte: Franco com base em (SÃO PAULO/SME/SAS/SF, 2002; SME 2003,2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

*Equipamento/ Capacidade; **Adicional para atendimento às crianças de faixa etária de 0 a 1 ano e 11 meses; *** Ano de 2010 houve dois reajustes (Jan. e Ago.). Os valores foram trazidos a valores de 2012, corrigidos pela variação de preços verificadas no índice oficial de inflação (IPCA).

De 2002 para 2012 houve um reajuste de 64% para o atendimento em todos os equipamentos, independentemente da quantidade de crianças. Para as unidades que privilegiaram o atendimento em berçários o reajuste foi maior, perfazendo 72%.

- **Atendimento à demanda**

Com relação ao atendimento à demanda, as unidades conveniadas passaram a atender às mesmas regras já estipuladas para os CEIS diretos. As portarias de organização das escolas publicadas anualmente incluíram aspectos específicos do atendimento dos CEIS diretos, indiretos e das creches particulares conveniadas a partir de 2003.

- **Prédios e Equipamentos**

Os prédios dos CEIs indiretos são construídos pela própria PMSP. A entidade responsável pela implantação do CEI recebe recurso necessário denominado Verba de Implantação³⁹ para adequações e início das atividades, calculado a partir da previsão da quantidade de criança que será atendida. A PMSP, por meio da Coordenadoria de Educação/ Diretora Regional de Educação, fornece os bens permanentes com a cessão de uso destes à entidade. A manutenção dos bens imóveis compete à SME.

Os prédios das creches particulares conveniadas são alugados ou construídos pelas entidades mantenedoras, estas recebem Verba de Implantação para as adequações iniciais como nos CEIS indiretos. Nas creches conveniadas, mantidas pela rede privada, os bens permanentes podem ser adquiridos, no seu início com esta mesma verba e com recursos próprios da instituição. Os demais serviços de manutenção e conservação dos equipamentos são de responsabilidade da própria Entidade mantenedora. A manutenção dos bens permanentes poderá ser executada com recursos provenientes do convênio, desde que esses bens sejam indispensáveis e essenciais ao atendimento à criança em relação à segurança, alimentação, higiene, limpeza, material pedagógico, devendo as referidas despesas, serem devidamente comprovadas e documentadas.

³⁹ A “Verba de Implantação” destina-se ao pagamento das despesas iniciais de execução do convênio, com a finalidade de possibilitar a criação de uma infraestrutura mínima necessária à implantação do serviço, inclusive para material de consumo e recursos humanos. A sua solicitação deverá ser justificada no plano de trabalho da entidade, tendo como limite máximo o valor mensal do convênio. Essa verba poderá ainda ser concedida quando houver aditamento para ampliação de 50% ou mais de atendimento.

- **Quadro de Pessoal**

Com relação ao quadro de pessoal a Portaria Intersecretarial nº. 4 (SÃO PAULO/SME/SAS, 2002c) expunha que as unidades apresentassem o que consta na Tabela 6. O quadro é o mesmo para todas as creches conveniadas (CEI indiretos e das creches particulares conveniadas)

Tabela 6 – Quadro de pessoal dos CEI indiretos e das creches particulares conveniadas, 2002

FUNÇÃO	FORMAÇÃO	QUANTIDADE/PROPORÇÃO
Diretor	Pedagogia ou cursando	01
Coordenador Pedagógico	Pedagogia completo	01
Auxiliar Desenvolvimento Infantil*	Ensino Médio / com término do Curso Normal previsto até o final da vigência do convênio	Conforme tabela 7
Cozinheira	Fundamental incompleto	01
Auxiliar de Cozinha	Fundamental incompleto	Conforme tabela 7
Auxiliar administrativo	Ensino Médio	01 para núcleos acima de 250 crianças
Auxiliar de enfermagem	Ensino Médio com registro no COREN	01

Fonte: Franco com base em São Paulo/SME/SAS, 2002c.

*Para fins de contratação de novos profissionais na Educação Infantil, a titularização mínima prevista em lei deverá ser exigida.

O quadro de funcionários das creches conveniadas era semelhante ao dos CEIS da rede direta, o que os difere são as jornadas e a formação. Na rede de CEIS diretos, o Diretor de escola necessita ter formação completa em pedagogia, já nas creches conveniadas, pode estar cursando pedagogia. O mesmo acontece com o ADI.

A Tabela 7 apresenta a quantidade de crianças por grupo e por professora sendo possível constatar a mesma quantidade de crianças por adulto como nos CEIS da rede direta.

Tabela 7 – Quantidade de crianças por professora, por grupo de atendimento, 2002

GRUPO	FAIXA ETÁRIA	Nº MÁXIMO DE CRIANÇA	Nº DE ADIS E DEMAIS FUNCIONÁRIOS
Berçário Menor	0 a 11 meses	07	01
Berçário Maior	1 a 1 ano e 11 meses	09	01
Mini Grupo	2 a 2 anos e 11 meses	12	01
Grupo 1	3 a 3 anos e 11 meses	18	01
Grupo 2	4 a 4 anos e 11 meses	20	01
Grupo 3	5 a 5 anos e 11 meses	25	01
Grupo 3	6 a 6 anos e 11 meses	30	01

Fonte: Franco com base em São Paulo/SME/SAS, 2002c.

A Tabela 8 aponta a quantidade de ADIS volantes (substitutas) adequada a quantidade de crianças matriculadas na unidade, auxiliar de limpeza e de cozinha. Considera-se que a quantidade de ADIS volantes é a mesma de professoras volantes, estipulada para os CEIS da rede direta. Já para as funções de auxiliar de limpeza e de cozinha evidenciam diferença na proporção.

Tabela 8 – Quantidade de ADIs volantes (substitutas), por quantidade de crianças atendidas, 2002

QUANTIDADE DE CRIANÇAS	ADI VOLANTE	AUXILIAR DE LIMPEZA	AUXILIAR DE COZINHA
Até 60 crianças	01	01	01
De 61 a 120 crianças	02	02	02
De 121 a 180 crianças	03	03	03
De 181 a 240 crianças	04	04	04

Fonte: Franco com base em São Paulo/SME/SAS: em 2002.

As orientações sobre as férias dos profissionais de educação nas creches conveniadas, indicavam que deveriam ser coletivas, em período estabelecido pela SME através de portaria específica.

A carga horária de todos os funcionários, inclusive dos professores, dos CEIs indiretos e das creches particulares conveniadas era de 8 horas dia, com direito a 1 hora para as refeições, ou seja, 40 horas relógio⁴⁰ semanais.

- **Organização da gestão**

A gestão dos CEIs indiretos e das creches particulares conveniadas é compartilhada entre a entidade mantenedora, o Diretor, o Coordenador Pedagógico e a SME, através dos representantes da Coordenadoria de Educação (Supervisor Escolar e Técnico do setor de convênios). Com a inserção na educação e para atender a legislação federal, foram obrigadas a fazer o Projeto Político Pedagógico e o Regimento do Cei/Creche da mesma forma que as unidades da rede direta. A gestão da Unidade responde, em primeira instância, para a entidade mantenedora, depois, a SME.

- **Formação dos Educadores**

A formação dos educadores é de responsabilidade da entidade e é permitida a contratação de palestras, oficinas e demais atividades de formação com o recurso do convênio, porém, o tempo destinado à formação desses profissionais é em horário alternativo, por não terem uma regulamentação específica para tal. Também era garantido a “parada pedagógica mensal” em que, no início – 2003 e 2004, a equipe gestora recebia formação específica da equipe de formação da Coordenadoria de Educação, com orientações para a organização das reuniões pedagógicas. Posteriormente a organização das reuniões pedagógicas passaram a ser de responsabilidade da Unidade Educacional e da entidade mantenedora.

Ao implantar uma nova creche ou Cei, toda equipe recebia formação específica da Coordenadoria de Educação, nos anos de 2003 e 2004, durante um período antes de iniciar as atividades juntos às crianças. Essa prática deixou de existir em 2005

⁴⁰ Nas Escolas Municipais de São Paulo trabalha-se com horas aulas, porém nos CEIS diretos e nas creches conveniadas trabalha-se com horas relógio.

com a Portaria 4023, ficando a critério de cada entidade a organização de seus CEIS/creches para o início das atividades.

- **A Ação Supervisora nos CEIs indiretos e nas Creches particulares conveniadas**

Com as orientações da Portaria SME nº. 03 de 2004, as Coordenadorias de Educação passaram a supervisionar técnica e administrativamente as creches conveniadas. A equipe que integrava esse trabalho era composta por um Supervisão Escolar, um representante da Diretoria de Orientação Pedagógica (equipe que acompanha a ação pedagógica das unidades) e um representante da Diretoria de Planejamento (setor de convênios), sendo de responsabilidade destas:

- ✓ Subsidiar a Unidade Educacional na elaboração dos documentos necessários à solicitação de funcionamento do CEI/Creche;
- ✓ Supervisionar, orientar e acompanhar a construção implementação, concretização da unidade, os registros e as avaliações periódicas do Plano de Trabalho, do projeto Político Pedagógico e do Regimento Educacional do CEI/Creche, considerando a qualidade social de educação;
- ✓ Assessorar a elaboração de Planos de trabalho, a serem realizados pelas Unidades Educacionais com o objetivo de enfrentar os desafios do cotidiano escolar, com vistas a garantir a inclusão nas diversidades das crianças;
- ✓ Integrar o sistema educacional, articulando as Unidades do Município de São Paulo: CEIs da rede direta e conveniada;
- ✓ Assessorar a entidade na implantação de novos convênios;
- ✓ Indicar e acompanhar a formação inicial dos profissionais, divulgando as mais recentes teorias e pesquisas na área da Educação Infantil e as discussões realizadas na Rede Municipal;
- ✓ Estimular a criação e a participação da Comunidade Educativa nas diversas instâncias: Conselhos Gestores e Conselhos Regionais;
- ✓ Garantir a consonância do Projeto Político Pedagógico com as diretrizes de SME;
- ✓ Participar da elaboração de critérios de avaliação e acompanhamento das práticas educativas desenvolvidas nas Unidades Educacionais;

- ✓ Emitir parecer técnico no processo de formalização e aditamento do convênio;
- ✓ Acompanhar o processo de avaliação do serviço conveniado, considerando os indicadores de avaliação apresentados e aprovados no plano de trabalho;
- ✓ Examinar e aprovar a prestação de contas, visando a assegurar o exato cumprimento das obrigações contidas no termo de convênio e, quando constatar irregularidades, indicar prazo para adoção de providências necessárias;
- ✓ Avaliar o convênio 60 (sessenta) dias, antes do término, tendo como parâmetro o cumprimento das disposições contidas nesta Portaria, no Termo de Convênio e plano de trabalho correspondente.

No decorrer dos anos, a Supervisão permaneceu, porém, com alterações específicas determinadas em Portarias, contudo, sempre mantendo o Supervisor Escolar como responsável pelo acompanhamento das ações das unidades e pelo setor de convênios, tanto na organização administrativa quanto na prestação de contas das entidades.

- **Alterações das Portarias de celebração de convênios**

Em 2002, as regras gerais para a celebração de convênios foram pautadas na Portaria nº. 04/2002/SAS/ SME. Após a integração da rede conveniada à SME, houve alterações das regras de conveniamento por seis vezes durante o período analisado (2002-2012). As alterações serão resumidas no Quadro 9⁴¹. Para tanto, o conteúdo das mudanças foram organizadas em sete descritores definidos em função da organização das Portarias: 1. Requisitos para estabelecimento de convênios; 2. Pessoal; 3. Uso dos recursos financeiros e Prestação de contas; 4. Prazo de vigência; 5. Ação supervisora; 6. Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico; 7. Prédios e equipamentos e Bens patrimoniais.

⁴¹ Um quadro com maiores detalhes consta dos documentos anexos a essa tese.

Quadro 9 - Alterações das Portarias de orientação para as creches conveniadas - de 2002 a 2012.

PORTARIA	03/2004 SME/SMSP	18/2004 SME/SMSP	4.023/2005 SME	2.752/2007 SME	3.969/2009 SME	.477/ 2011 SME
Requisitos para estabelecimento convênios	Alteração celebração e aditamento de convênio	Alteração documentos; autorização; Prestação de contas	Alteração Prestação de contas	Alteração celebração de convênio	Alteração tempo de funcionamento da instituição/ documentação	Alteração - Idade das crianças para atendimento - Locação do imóvel
Pessoal	Altera o quadro de pessoal	Adequação na formação dos professores	Adequação na formação dos ATEs	Alteração - Férias coletivas - Auxiliar de berçário	Alteração - Professor volante - Auxiliar de enfermagem	Adequação dos cargos e funções
Uso dos recursos financeiros e Prestação de contas	Alteração no prazo de entrega da documentação	Alteração do montante do repasse	Alteração na prestação de contas da verba de implantação	Regulamenta descontos Altera o uso do adicional	Novas orientações sobre saldos de recursos	Novas orientações sobre inclusão de despesas
Prazo de vigência	Alteração nas regras de vigência do convênio	Não houve alterações	Alteração nas regras de vigência do convênio	Não houve alterações	Altera prazo para lavratura de convênio	Alteração nas regras de vigência do convênio
Ação supervisora	Definições das regras para a ação supervisora às entidades conveniadas.	Alteração dos responsáveis para ação supervisora e de suas funções.	Não houve alterações com relação à ação supervisora	Não houve alterações com relação à ação supervisora	Alterações com relação ao Relatório de visita mensal da supervisão.	Novas orientações com relação ao acompanhamento e fiscalização dos convênios pelos setores da DRE.
Plano de Trabalho/ Projeto Pedagógico	Definições sobre a construção do Projeto Político Pedagógico	Não houve alterações	Não houve alterações	Alterações e orientações sobre o número de crianças por salas.	Novas orientações para o Plano de Trabalho.	Novas orientações com relação ao Projeto Pedagógico.
Prédios e equipamentos e bens patrimoniais	Não houve alterações	Novas orientações para uso dos recursos financeiros dos convênios.	Não houve alterações	Orientações para a manutenção dos Imóveis com verba do convênio	Novas orientações sobre as obras para adequação do prédio e das instalações do CEI/Creche.	Novo prazo para as adequações dos convênios.

Fonte: Franco com base nas Portarias de celebração de convênios da Secretaria Municipal de Educação.

2.2. O atendimento à criança de zero a três anos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – 2002-2012

Será considerado o atendimento realizado às crianças de zero a três anos no município de São Paulo, tanto pelos CEIS diretos, quanto pelas creches conveniadas, referente à matrículas e ampliação dos equipamentos.

2.2.1 Como ocorreu a ampliação do atendimento dos CEIS/creches

A ampliação das redes de CEIS/ Creches no município de São Paulo ao longo dos 10 anos (2002 – 2012) analisados se deu de forma lenta e sem conseguir acompanhar a necessidade da população infantil da faixa etária de zero a três anos, cadastrada como demanda não atendida pela própria Secretaria Municipal de Educação.

Na Tabela 9 é possível observar a desigualdade de crescimento entre a rede direta e a conveniada (somando CEIS indiretos e creches particulares conveniadas), explicitando o foco do investimento para a expansão dos equipamentos.

Tabela 9 - Ampliação dos equipamentos (2002-2012) – por governo

PERÍODO	CEIS DIRETOS	CEIS INDIRETOS	CRECHES PARTICULARES CONVENIADAS
Existentes em 2001	267	158	286
De 2002 à 2004 (PT)	59	42	41
De 2005 à 2006 (PSDB)	07	20	85
De 2007 à 2012 (DEM)	24	102	403
TOTAL	357	322	815

Fonte: com base nos dados do Sistema Escola Online (Eol) - 28/07/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na Secretaria Municipal de Educação, em 10/04/2015,

O crescimento da rede direta é lento, sendo possível observar uma maior aceleração nos anos de 2002 a 2004 (gestão da prefeita Marta Suplicy – PT), podendo afirmar que houve um maior investimento na ampliação da rede direta nestes três anos.

Essa ampliação ocorreu por meio de construções de 38 (trinta e oito) prédios individuais de Centros de Educação Infantil, mas também, devido à construção de 21 (vinte e um) Centros Educacionais Unificados – CEU, pois cada um, além dos outros equipamentos, é composto por um CEI com capacidade de atendimento a 300 crianças, totalizando 59 (cinquenta e nove) equipamentos da rede direta. Neste mesmo período 2002-2004 houve uma ampliação de 83 (oitenta e três) equipamentos conveniados. Apesar da série histórica demonstrar que foi neste triênio (2002-2004) onde houve maior investimento nos CEIs diretos é possível perceber, também que se comparar a porcentagem de construção da rede direta com a ampliação das conveniadas a proporção de convênio é maior. Ou seja, a rede conveniada cresceu 29% a mais que a direta.

No biênio 2005-2006 (gestão do Prefeito José Serra – PSDB)⁴², foram inaugurados 07 CEIs da rede direta, todos eles em CEUs construídos em 2005, cuja construção teve início na gestão anterior. A rede conveniada (CEI indireto e creches particulares conveniadas), neste biênio, cresceu em 105 unidades, ou seja, foi ampliada 1.500% mais que a rede direta.

No sexenio seguinte 2007-2012 (gestão do Prefeito Gilberto Kassab – DEM) foram construídas 24 CEIs diretos enquanto a rede conveniada (CEI indireto e creches particulares conveniadas) contou com 505 novos equipamentos. O que significa que a rede conveniada cresceu 2.104% mais que a rede direta.

2.2.2 Total de matrículas na série histórica (2002-2012) comparando as redes: pública e conveniada

Segundo informação obtida junto ao representante da SME, embora os dados estivessem no cadastro do sistema municipal de cadastramento da demanda, denominado Escola Online (Eol), de 2002 a 2006, não havia, por parte da prefeitura, a obrigatoriedade de disponibilizar informações sobre os mesmos à população. Sendo assim, seus arquivos não estavam publicizados, não sendo possível encontrar esses dados na SME. Em 2006, com a publicação do Decreto nº. 47.155, de 30/03/2006, que regulamentou a Lei nº. 14.127 de 05/01/2006, a qual dispõe sobre a criação do

⁴² O Prefeito José Serra (PSDB) permaneceu no governo municipal durante o ano de 2005 e parte de 2006, deixando o cargo no segundo semestre para concorrer ao governo do Estado de São Paulo. Com sua saída quem assumiu a como Prefeito foi o vice Gilberto Kassab (DEM) até 2008, ano em que se candidatou novamente, desta vez como prefeito, e ganhou a eleição permanecendo no governo municipal por mais quatro anos (2009 a 2012).

Programa de Informação sobre demanda por acesso e permanência de crianças, jovens e adultos na Rede Municipal de Ensino, a SME foi obrigada a criar programa para pesquisa permanente da população no site. Sendo assim, só é possível obter as informações pertinentes à demanda atendida e não atendida, no Portal da Secretaria a partir de 2007. Os dados do quadro 10 completos foram retirados do Sistema EOL da SME e do Censo-Escolar/Inep. Optou-se em manter os dados de matrícula dos dois sites – sistema EOL e Censo-Escolar/Inep, visto que ambos são oficiais e estão com informações diferentes, embora tenham sido coletados na mesma época.

Quadro 10 – Total de matrículas de zero a três e demanda não atendida na cidade de São Paulo: 2002-2012

ANO	TOTAL MATRÍCULA (Eol 2012)	TOTAL MATRÍCULA (Censo-Escolar)	TOTAL MATRÍCULA (Portal SME 2015)	DEMANDA NÃO ATENDIDA (Portal SME 2015)
2002	91.591	102.869		
2003	102.988	123.116		
2004	117.250	123.116		
2005	124.108	139.980		
2006	128.008	95.724		
2007	142.963	115.453	83.364	79.231
2008	165.915	150.865	109.717	57.607
2009	166.012	159.436	123.155	74.707
2010	172.069	169.872	130.412	100.401
2011	193.738	244.806	195.561	97.751
2012	204.142	261.261	214.094	93.814

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema Escola Online (Eol) - 28/07/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na Secretaria Municipal de Educação, em 10/04/2015, no site: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Demanda-Escolar>, através de pesquisa realizada em 10/04/2015 e no portal Inep < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> > pesquisa realizada em 04/04/2015.

Os dados de matrícula total, localizado no Sistema Escola Online (EOL) em 28/07/2012, Portal SME e aqueles disponíveis no Censo-escolar-Inep não coincidem, razão que no quadro 10 apresenta-se os dados das três fontes. Percebe-se, também, que a oscilação das matrículas na rede privada é mais significativa. De qualquer forma, é possível afirmar que o município de São Paulo cumpre a meta 1 do Plano Nacional de

Educação (2001-2011), visto que atende mais de 50% da demanda informada. Porém, esta análise será realizada com maior profundidade no capítulo quatro.

A Tabela 10 disponibiliza dados de matrícula separando os três segmentos pelos quais a SME/PMSP atende às crianças de zero a três anos. Nesta Tabela é possível analisar o atendimento de cada uma das partes e da soma das creches conveniadas (CEI indireto e creches particulares conveniadas)

Tabela 10 - Matrícula nos CEIS da rede direta e das creches conveniadas 2002 – 2012				
ANO	MATRÍCULA			TOTAL
	DIRETA	INDIRETA	PARTICULAR CONVENIADA	CONVENIADAS – (Soma das indiretas + particular conveniadas)
2002	32.224	22.806	36.561	59.367
2003	38.779	25.361	38.848	64.209
2004	48.774	28.120	40.356	68.476
2005	50.138	30.048	43.922	73.970
2006	48.498	29.548	49.962	79.510
2007	47.895	38.263	56.805	95.068
2008	51.053	45.327	69.535	114.862
2009	51.581	42.416	72.015	114.431
2010	48.517	44.483	79.069	123.552
2011	55.166	48.776	89.796	138.572
2012	54.970	50.835	98.337	149.172

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema Escola Online (Eol) - 28/07/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na Secretaria Municipal de Educação, em 10/04/2015, no site:

<<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Demanda-Escolar>> através de pesquisa realizada em 10/04/2015 e no portal Inep <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>> pesquisa realizada em 04/04/2015

A última coluna da direita, na Tabela 10 corresponde a soma das colunas de matrículas dos CEIs indiretos e das creches particulares conveniadas. Comparando esta coluna com a dos CEIs diretos, é possível perceber que desde a chegada das creches à SME, o atendimento via convênios sempre foi maior do que pela rede direta. Porém, o crescimento do atendimento via convênios, explicita maior investimento na parceria público-privado, após o ano de 2007. Considera-se, também, que houve oscilação no

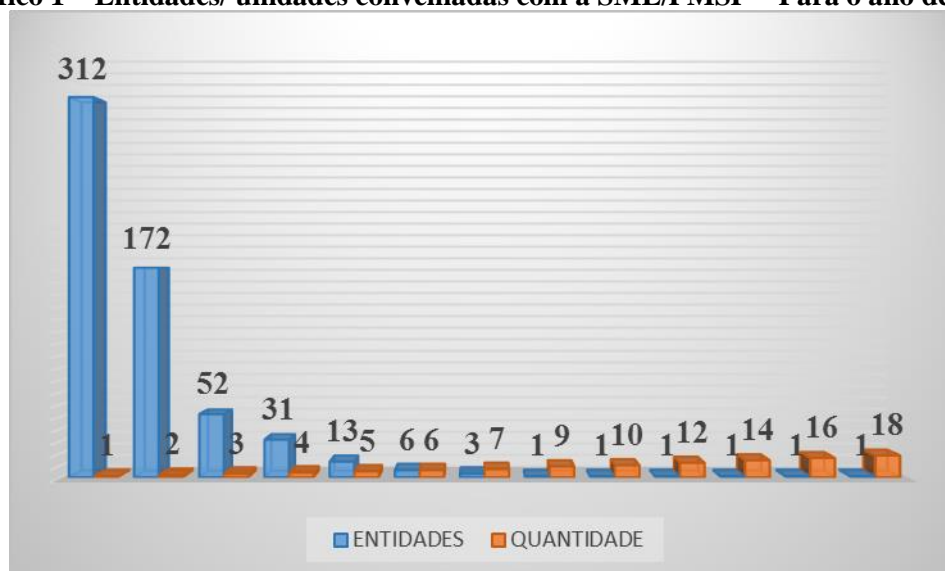
atendimento dos CEIs diretos, ocorrendo, inclusive uma queda em 2007, ano que apresenta uma elevação considerável do atendimento via convênios. Isto posto, é possível concluir que Lei do FUNDEB, facilitou a ampliação do atendimento por meio dos convênios via parceria público-privado em creches na Secretaria de Educação do município de São Paulo.

2.2.3 Caracterização das Entidades conveniadas e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip)⁴³ que mantém convênios de CEIS/ creches com a SME/PMSP

O total de instituições conveniadas em 2012 era de 570. Cada instituição arregimentava um total de unidades (CEIS indiretos e/ou creches particulares conveniadas). Nesse contexto, o total de unidades ao final deste ano foi 1.137 (um mil cento e trinta e sete).

O Gráfico 4 a seguir apresenta a proporção entre entidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a quantidade de unidades mantidas por cada uma delas.

Gráfico 1 – Entidades/ unidades conveniadas com a SME/PMSP – Para o ano de 2012



Fonte: Franco, com base em dados cedidos por SME/ATP sistematizados durante o período da pesquisa (agosto e setembro de 2015).

⁴³ Oscip – “As “organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip)” foram definidas pela Lei Federal nº 9.790, de 1999, regulamentadas pelo Decreto Federal nº 3.100/99 e qualificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. A sua finalidade é realizar serviços sociais não exclusivos do Estado, contando com incentivo e fiscalização do poder público”. (ADRIÃO; BEZERRA, p. 262, 2013)

É possível perceber que a maioria das entidades 312 (trezentas e doze) é mantenedora de um único CEI Indireto ou creche particular conveniada, outra grande parte, 172 (cento e setenta e duas) mantém duas unidades, e ainda, existe um percentual que mantém de três a cinco unidades. Porém, os dados evidenciam que existem entidades que alimentam verdadeiras “redes próprias” de creches conveniadas, pois, gerenciam entre seis e dezoito unidades.

Das 570 (quinhentas e setenta) entidades que mantinham, em 2012, convênios com a SME, foi possível categorizá-las conforme suas características institucionais em: comunitárias, confessionais ou filantrópicas, pelos parâmetros oferecidos pelo MEC conforme documento apresentado no site: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/entidades_conveniadas.pdf> (Pesquisa realizada em 03/09/2015), o qual baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.

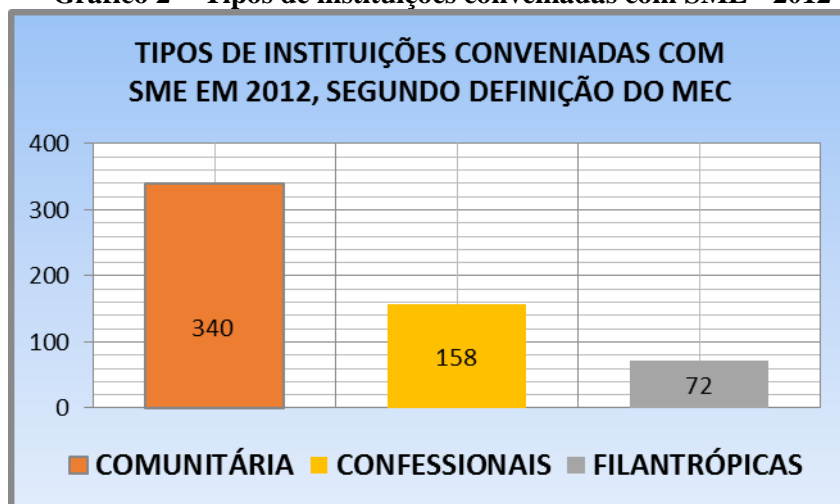
Instituições comunitárias são aquelas instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

Instituições confessionais são aquelas instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas;

Instituições filantrópicas são pessoas jurídicas de direito privado que não possuem finalidade lucrativa e promovem assistência educacional à sociedade carente.

O resultado da categorização gerou o Gráfico 2 está pautado na organização dos dados conforme apresentação realizada na introdução deste trabalho.

Gráfico 2 - Tipos de instituições conveniadas com SME - 2012



Fonte: Franco, com base nos dados cedidos por SME/ATP sistematizados durante o período da pesquisa (agosto e setembro de 2015).

As Instituições Comunitárias traziam nos nomes associações de moradores de bairro, sociedade amigos de bairro, grupos de voluntários, grupos de mulheres, mães e movimentos sociais entre outros grupos. As Confessionais se referiam às instituições religiosas das quais as mais frequentes foram a igreja católica, organizações espíritas e evangélicos. Na categoria Filantrópicas foram computadas as instituições beneficentes, de promoção ou assistência social que não estavam vinculadas às instituições religiosas.

Diante do grande número de entidades é possível inferir que há um intenso investimento de organizações não governamentais - ONGS em empregar esforços para garantir o convênio com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, e desta em ampliar o número de CEIS/ creches conveniados.

2.3. Outras ações da SME/PMSP que envolveram os CEIS/ Creches: 2002 - 2012

Após pesquisas no site da Prefeitura Municipal de São Paulo⁴⁴, no ícone que traz as leis municipais com os descritores: creche, CEI e Educação Infantil, no portal da Secretaria Municipal de Educação⁴⁵ e da documentação impressa pela PMSP/SME/DOT - Diretoria de Orientação Técnica, foi possível complementar levantamento sobre o desenvolvimento de ações destinadas à educação infantil em CEIs e creches conveniadas do município de São Paulo durante os dez anos da série histórica pesquisada apresentadas no item 2.1 deste capítulo.

- **Portarias**

Ao final de todos os anos a SME publica Portarias de:

- Matrícula - incluía as orientações para as matrículas de CEIs diretos e indiretos e creches particulares conveniadas.
- Calendário - Que dispunha sobre as diretrizes para a elaboração do Calendário de Atividades o cronograma e execução de serviços das Unidades Educacionais e os CEIs diretos faziam parte da mesma portaria que era

⁴⁴ < <http://www.capital.sp.gov.br/portal/> > vários dias no mês de abril de 2015.

⁴⁵ < <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Educacao-Infantil> >, < <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/BibliPed/Anonimo/ArquivoDot.aspx> >, < http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/BibliPed/Anonimo/Public_coletanea.aspx?MenuID=34&MenuIDAberto=23 > vários dias no mês de abril de 2015.

direcionada a todos os outros segmentos: EMEFM, EMEF e EMEI, porém, a orientação aos CEIs indiretos e Creches da rede particular conveniada era feito em portaria separada visto que a organização das mesmas obedecem as regras impostas pelas legislações referentes aos conveniamentos.

- De Organização das Unidades Educacionais - incluindo os CEIs da rede direta. Para as Unidades conveniadas há uma publicação específica de acordo com as normativas dos convênios.
- De remoção – destinada a funcionários da rede direta, incluindo CEIs.
- De pontuação dos Profissionais de Educação docentes para escolha/ atribuição de turnos e de classes/aulas, que também inclui regras para os profissionais docentes dos CEIs diretos.
- Para organizar os Centros de Educação Infantil que funcionarão como Unidades-Polo durante o mês de janeiro, período de férias escolares. Apenas os CEIs diretos funcionavam como polos.

- **Alterações na carreira do magistério**

Com relação à carreira dos funcionários, em 2007 foi publicada a Lei nº. 14.660, de 26 de dezembro, que alterou o Estatuto do Magistério Público Municipal (Lei nº. 11.229, de 26 de junho 1992). Nessa Lei houve a inclusão da carreira dos profissionais de CEIs diretos e entre outras alterações transformou o cargo de Professor de Desenvolvimento Infantil - PDI em Professor de Educação Infantil – PEI. Em atendimento ao art. 83 da Lei nº. 14.660, foi instituído o Decreto nº. 51.762, de 3 de setembro de 2010 que regulamentou o artigo que orientava a transformação dos cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil em cargos de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I mediante opção de seus respectivos titulares, ou seja, no caso dos professores de CEI que quisessem passar a ser professor de EMEI e/ou EMEF, e que portassem a titulação exigida. A jornada desses profissionais é de 30 horas relógio semanal.

Os profissionais dos CEIS e creches conveniadas recebiam orientações sobre carga horária e salário referenciados em outros padrões. A SME regulamentou a remuneração dos professores através de Portarias, como a Portaria nº. 4.340, de 16 de agosto de 2010, que fixou o valor mínimo da remuneração dos profissionais docentes,

habilitados na forma da lei, em exercício nas instituições conveniadas, estipulando o valor mínimo de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) a partir de 01/08/2010.

- **Atendimento às crianças com deficiência**

O atendimento à criança que apresentava quadro de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento - TGD e altas habilidades/superdotação passaram a ser referenciados nos mesmos serviços disponíveis às crianças das demais unidades educacionais do município, porém, sempre a partir de uma ordem de necessidades: primeiro atendia-se as crianças de EMEF, em seguida as de EMEI e na sequência as crianças de CEI direto. As crianças das Instituições conveniadas raramente eram atendidas por esse serviço de acompanhamento das regionais de educação⁴⁶.

- **O trabalho de formação pedagógica**

O trabalho pedagógico desenvolvido de 2002 a 2012 na rede municipal de educação de São Paulo passou a envolver os CEIs diretos a partir de sua transição para SME, porém os CEIs indiretos e conveniados vivenciaram situações diversas. Em 2002, foram instituídos Grupos de Acompanhamento da Ação Educativa - GAAES:

Grupos de Formação Permanente (GAAE), no interior das escolas e creches, compostos pelos diversos segmentos da comunidade escolar. A diversidade apresenta-se como um dos princípios constitutivos do Grupo de Formação Permanente, propiciando a vivência de uma parceria pautada nas possibilidades de diálogo entre profissionais que desempenham, em espaços múltiplos, diferentes funções. Diálogo por meio do qual as experiências concretas e plurais dos participantes serão inseridas no processo de formação como objeto de discussão e reflexão. O trabalho reflexivo será respaldado pela Equipe Pedagógica (Supervisor Escolar, Professor, Coordenador Pedagógico, Diretor de Escola, Assistente Técnico Educacional), e pelos participantes dos Grupos de Trabalho da DOT. (Educ-Ação 2, SME/DOT, 2002, p. 7)

⁴⁶ Cada Diretoria Regional de Educação – DRE tem uma equipe específica de profissionais em um núcleo denominado CEFAI – “O Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão, tem como atribuições: o acompanhamento aos alunos com deficiência por meio de visitas sistemáticas às escolas, avaliação pedagógica, reuniões com professores e coordenadores pedagógicos, atendimentos a pais, mapeamento dos atendimentos da região. Assim, desenvolve ações de formação, produção de materiais, desenvolvimento de projetos, orientação e supervisão às Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI). Também organiza acervo bibliográfico e materiais/equipamentos específicos para alunos com necessidades educacionais especiais”. Dados retirados de <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/108300/Anonimo/index_cefai.aspx?MenuID=38&MenuIDAberto=32> em 21/04/2015. Porém, esse quadro de funcionários é pequeno diante do grande número de inclusão, não sendo possível atender a todas as crianças.

Segundo a documentação consultada durante a pesquisa, os CEIs diretos, indiretos e as creches particulares conveniadas faziam parte desse processo dos GAAES, trocando experiência sobre questões específicas e se apropriando do funcionamento de toda a rede da educação. Os GAAES existiram de 2002 a 2004, deixando de existir na troca de governo. Durante esse período foram apresentados vários cadernos de formação e os mesmos foram distribuídos e discutidos em conjunto com os CEIS diretos e indiretos e com as creches particulares conveniadas. Os Cadernos são:

1. Revista Educ-Ação 2 – que orienta a organização da formação continuada da rede municipal de educação;
2. Revista Educ-Ação 3 – explicita as diretrizes que norteavam a política educacional pública, conduzida pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – SME na gestão de 2001 a 2004, que eram: Democratização da Gestão; Democratização do Acesso e da Permanência; Qualidade social da Educação. Discutia também, o movimento de reorientação curricular proposto, a formação permanente e a construção do Projeto Político Pedagógico - PPP.
3. Revista O Projeto Político Pedagógico e o Movimento de Reorientação Curricular – Oferecia orientações para a organização do PPP a partir do movimento de reorientação curricular em todos os segmentos da rede municipal de ensino e conveniadas.
4. Revista Educ-Ação 4 – Denominado “Cidade Educadora-Educação Inclusiva: um sonho possível” – falava sobre os avanços na construção da qualidade social da educação, pensando na “educação que queremos na cidade de São Paulo”, discutindo a educação e a rede de proteção social, os Centro Educacional Unificado – CEU, os avançando na concretização das diretrizes, os desafios da escola/ CEIS e creches, sobre a gestão e a organização da escola em ciclos, os programa de formação e acompanhamento visando o programa de reorientação curricular na educação básica e a participação do município de São Paulo no projeto “Cidade Educadora-Educação Inclusiva: um sonho impossível”.
5. Revista Educ-Ação 5 – Denominado “Gestão, Currículo e Diversidade” tratava do currículo na perspectiva da diversidade; dos ciclos na rede municipal de ensino; da gestão democrática, currículo e a construção do projeto político-pedagógico; da formação e acompanhamento; sobre o CEU, a cidade e a

educação; e realizava uma avaliação da formação da Secretaria durante os anos de 2001 a 2003.

6. Caderno Temático de Formação I – Leitura do mundo, letramento e alfabetização: Diversidade cultural, étnica, gênero e sexualidade – Caderno voltado a formação de profissionais de educação infantil de EMEIS, CEIS e Creches, com artigos escritos por profissionais especializados em cada área tratada no caderno.

A construção do trabalho pedagógico das Unidades Educacionais eram pautadas nas orientações dos documentos supracitados, nas formações dos GAAES e as reuniões de Polos⁴⁷. Além dessas ações as Coordenadorias de Educação - CE realizavam formação mensal com Diretores e Coordenadores dos CEIs diretos e conveniados e das EMEIS tratando de temas pertinentes e específicos para educação infantil. Esses profissionais das CE recebiam, por sua vez, formação semanal da Diretoria de Orientação Técnica – DOT de SME com orientações para a formação local.

Em dezembro de 2004 publicou-se a Orientação Normativa nº. 1 como suplemento do Diário Oficial do Município. Esse documento, denominado "Construindo um Regimento da Infância", foi dirigido a todas Unidades Educacionais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, porém, o foco principal foi a discussão de concepções de educação, criança e infância, currículo, unidade de educação infantil, espaço na educação infantil, organização de tempos e espaços, perfil do educador de educação infantil, competência e atribuição dos cargos dos profissionais de educação infantil, gestão, conselho de CEI, acolhimento das crianças e da família e avaliação buscando construção do Regimento dos CEIs. O conjunto das escolas municipais já tinham seus regimentos, porém os CEIs ainda não os havia construído e a orientação era que fosse realizado no coletivo da unidade e a partir de concepções progressistas de educação infantil.

Os Regimentos dos CEIs foram elaborados ao longo do ano de 2005, com publicação da aprovação em Diário Oficial. Muitas unidades pautaram-se no documento da Orientação Normativa nº 1.

Com a mudança de governo em 2005, ocorreram novas orientações, desconsiderando as propostas realizadas na gestão anterior com relação à formação

⁴⁷ As Reuniões Gerais de Polo constavam em calendário escolar, com datas estipuladas pela SME para que houvesse, naqueles dias, em todo município momentos de formação continuada para todos os profissionais da educação, da rede direta e conveniada. Os grupos de profissionais eram reunidos regionalmente com atividades específicas de formação organizadas pelas Coordenadorias de Educação.

permanente na educação infantil do município. As reuniões locais passaram a ser pautadas por uma orientação formativa, coordenada por uma professora específica, na qual a pauta de formação era a mesma para todas as equipes das diferentes regiões. Essa formação foi denominada “Rede em Rede” e era destinada a Coordenadores Pedagógicos – CPS de educação infantil da rede direta (EMEIS e CEIS). Os documentos de formação, escritos pela DOT, com assessoria específica, destinados à educação infantil durante o período de 2002 à 2012 foram:

1. Proposta de formação DOT 2005 – documento que orientava como seria a formação a partir do ano de 2005 considerando a gestão pedagógica e a aprendizagem na escola – com metas a curto, médio e longo prazo.
2. Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMEIs da cidade de São Paulo – Os temas abordados neste livreto eram: por que a educação infantil passou a tratar desses dois conceitos - educar e cuidar de modo integrado; aprendizagem e desenvolvimento; tempo e espaço para viver, crescer e aprender; infância, cultura e brincadeira no CEI, na creche e na EMEI; como as diferentes linguagens podem ser trabalhadas na educação infantil.
3. São Paulo é uma escola - Manual de Brincadeiras – Este é um livreto que apresenta jogos e brincadeiras para serem compartilhados com as crianças.
4. A Rede em Rede: a Formação Continuada na Educação Infantil (Fase 1). Este é um documento destinado ao Coordenador Pedagógico com foco na orientação do seu papel cotidiano no desenvolvimento do trabalho na Unidade Educacional.
5. Série Cadernos da Rede - A Rede em Rede: a formação continuada na educação infantil:
 - Formação de professores – Percursos de aprendizagens: Material de apoio ao Coordenador Pedagógico;
 - Formação dos gestores - Relação entre os diferentes atores da unidade educacional - âmbito 1;
6. Orientações curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil – Este documento contém orientações para a prática cotidiana nas unidades de educação infantil.

Segundo dados da SME, foram entregues exemplares dessas publicações às unidades de educação infantil da rede direta e conveniada.

Também, segundo dados da SME, houve cursos temáticos específicos de formação para professores de educação infantil da rede direta (EMEIs e CEIs). Os CEIs

indiretos e as creches particulares conveniadas não foram contempladas com formação de 2005 a 2012.

- **Integração das Creches do Estado ao Sistema de Ensino do Município de São Paulo**

Em dezembro de 2006, por meio do Decreto nº. 51.407, a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social institui o programa de integração das Creches do Estado ao Sistema de Ensino do Município de São Paulo. O programa tinha como objetivo básico implementar as ações necessárias para a transferência das 47 (quarenta e sete) unidades de atendimento de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, ainda atreladas ao governo do estado de São Paulo para responsabilidade do município. O Decreto dispunha que, durante o ano de 2007, a gestão dessas creches ocorreria em regime de cooperação mútua e que a partir de 2008 seria de total reponsabilidade do município. As creches e pré-escolas “vindas do Estado” foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino através da celebração de convênios da rede indireta⁴⁸ obedecendo as regras das Portarias da SME nº. 4.023 de 2005 e nº. 4.679 de 2006.

- **Manual de orientações gerais para a prestação de contas das creches conveniadas**

Em 2008 publicou-se um Manual com as orientações gerais para a prestação de contas dos CEIs e creches conveniadas. Esse manual buscava garantir uniformidade nos procedimentos relativos à prestação de contas dos convênios, mantidos pela Secretaria Municipal de Educação com entidades privadas que atendessem crianças em CEIs e creches, consoante às normas gerais estabelecidas na Portaria SME nº. 5152, de 19 de outubro de 2007, na tentativa de padronizar procedimentos de prestação de contas em todas as DRES⁴⁹, visto que cada uma organizava os processos a partir das orientações das portarias de convênio, porém, conforme organização local.

Essas regras foram seguidas até o final da gestão Gilberto Kassab em 2012.

⁴⁸ Isto se deu pelo fato dos prédios serem públicos e a SME, optar por transferir a administração das creches para entidades privadas.

⁴⁹ Em 2005 ao assumir o governo municipal o Prefeito José Serra modificou a organização das Coordenadorias de Educação passando, inclusive, a denomina-las de Diretorias Regionais de Educação – DRES.

3. CONTEXTUALIZANDO AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO - APROXIMANDO O OLHAR PARA A CRECHE PAULISTANA

Este capítulo apresentará reflexões que analisam criticamente o processo histórico institucionalizado de atendimento às crianças pequenas em creches no Brasil, partindo de uma perspectiva assistencialista, dado a ausência do Estado ou da assunção deficitária do mesmo. “Com efeito uma das principais características dos programas destinados às crianças pequenas de baixa renda é o fato de se constituírem basicamente em máquinas burocráticas e técnicas de repasse de verbas para entidades privadas de diversos tipos” (CAMPOS, 1988, p. 19).

É possível perceber nas análises sobre o atendimento à criança de zero a três anos no Brasil que desde seu início sempre houve maior investimento do setor privado e ausência do Estado, e quando este assume, o faz por vias indiretas, por meio de repasses de recursos às entidades privadas. A assunção dessas responsabilidades por via do atendimento direto ocorre tardiamente, isso, quando acontece. O que historicamente caracterizou o atendimento a essa faixa etária, a partir da década de 1990 torna-se ainda mais complexo com as alterações decorrentes da globalização, neoliberalismo e financeirização econômica e as reformas no Estado.

3.1. Ausência do Estado desde a origem da creche no Brasil e São Paulo

Analisando os registros históricos e as produções sobre a origem das creches no Brasil há uma diversidade de análises e narrativas com focos específicos. Aqui pretende-se centrar a reflexão no diálogo com produções sobre a ausência do Estado na oferta direta deste tipo de atendimento.

Segundo Kuhlmann Jr. (1998) datam de 1899 os primeiros registros sobre *instituições assistenciais*⁵⁰ para atendimento a crianças de zero a três anos no Brasil em creche, seja por meio do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, fundadas pelo médico Arthur Moncorvo Filho, seja por meio da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, também no Rio de Janeiro. Duas instituições criadas por iniciativa privada para darem assistência às crianças pobres, fossem elas filhas de população carente e de mães trabalhadoras domésticas, como no primeiro caso ou de trabalhadores da fábrica da fiação, como no segundo caso.

⁵⁰ Grifo da autora

Ocorreram outras iniciativas de atendimento à criança pequena, no início do século XX, como as Creches de Anália Franco, em São Paulo (1901), a Creche Central, do Patronato de Menores, no Distrito Federal (1906), a Creche Baronesa de Limeira patrocinada pela Revista Educação e Pediatria (1913), destinadas a filhos de criados e operários. Todas de cunho assistencialista, sustentadas por grupos beneficentes, instituições, juristas, chefes de polícia ou outro tipo de iniciativa privada, mas nunca de responsabilidade do Estado. (KUHLMANN JR., 1998)

Ainda no início do século XX, por volta de 1922, com a expansão das indústrias no Brasil ocorre a massificação do ingresso das mulheres no mercado do trabalho e, em atendimento às leis trabalhistas, assim como para garantir a tranquilidade dessa mão de obra e aumentar produção, amplia-se a necessidade de criação de creches, principalmente nos grandes centros urbanos. Ou seja,

A questão econômica – entendida de modo amplo, como o processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial – evidencia-se como um fator determinante, sem que isso represente a resolução de uma mera equação de primeiro grau. (KUHLMANN JR., 1998, p. 81)

A criação de creches para atender a esta “nova demanda”, da mesma forma que ocorria no final do século XIX e primeiros anos do século XX, acontece por meio da iniciativa das empresas, ou de pessoas físicas, que o fazem de forma assistencialista. O Estado atua de forma indireta, a respeito do que Sanches, assevera

Ao analisar o surgimento das creches no Brasil, é fundamental retomar suas raízes atreladas à necessidade do nascente capitalismo e urbanização, para atender especialmente filhos de trabalhadores, crianças de origem pobre. Os segmentos com melhores condições de vida mantêm este atendimento à infância como uma forma de garantir seus próprios interesses. O Estado apoiava as iniciativas, não assumindo concretamente uma política de atendimento à infância. (SANCHES, 2003, p. 70)

O apoio oferecido pelo governo federal, na década de 1940, era através do Departamento da Criança – DNCR, vinculado ao Ministério da Saúde e com repasse de recursos às instituições privadas, oferecendo pessoal “qualificado” na área da saúde para exercer papel fiscalizador das ações junto às crianças visando evitar doenças e a diminuição da taxa de mortalidade, por meio de ações higienistas. (SANCHES, 2003).

Nesta mesma década outras alternativas paliativas, sem o envolvimento direto do Estado ocorreram, como referência Franco:

Além dessa iniciativa, as creches domiciliares e soluções alternativas de atendimento foram estimuladas por organismos internacionais como o UNICEF (United Nations International Children's Emergency Fund, ou seja, Fundo das Nações Unidas para a Infância), com o objetivo de guardar adequadamente as crianças com medidas de baixo custo, pouca tecnologia e com a participação da comunidade. (FRANCO, 2006, p.17)

Tais medidas também isentavam o Estado de ações específicas sobre o atendimento à criança pequena e repassavam para a comunidade a responsabilidade de organização e gestão do atendimento à criança em creches domiciliares.

Segundo pesquisas referentes ao tema dentre os registros sobre as creches no Brasil, destaca-se o papel de órgãos como:

a) Legião Brasileira de Assistência – LBA criada para em 1942, atrelada ao Ministério do Interior, para dar amparo às famílias dos convocados para a II Guerra Mundial e “suas metas previam sua fixação como instituição destinada a desenvolver serviços de assistência social” (CAMPOS, 2006, p. 30);

b) Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM criada em 1964, como personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Presidência da República, substituindo o Serviço de Assistência ao Menor – SAM. O propósito da Fundação era o atendimento ao menor em situação de risco pessoal e social;

c) Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC criada em 1985, também vinculada ao gabinete da Presidência da República que desenvolvia programas destinados às crianças de zero a seis anos ligados à área de nutrição e saúde “ e dois subprogramas que podiam financiar o atendimento em creches: os subprogramas de Creches Comunitárias e o da Campanha de Roupas e Agasalhos” (CAMPOS, 2006, P. 43).

Segundo Campos (2006)

Estes três órgãos foram criados em momentos históricos diversos, viveram trajetórias político-administrativas próprias e atribuem prioridade desigual, tanto no plano de metas quanto de abrangência territorial, à educação de criança de zero a seis anos. Porém, sua forma privilegiada de atuação tem sido o repasse direto de verbas para as prefeituras e/ou instituições privadas (filantrópicas, comunitárias e outras) através de convênios. (CAMPOS, 2006, p. 30)

Ou seja, de uma ou de outra forma o Estado brasileiro, quando toma a iniciativa de atuar no atendimento às creches, o faz indiretamente, através do conveniamento e/ou por meio de fiscalização das entidades conveniadas.

Exemplo disto presencia-se na atuação da LBA. Esta quando passou a investir em creches, o fez de forma indireta através de repasse de recursos para prefeituras e instituições privadas de cunho filantrópico, comunitário e outros. Junto à LBA atuava o Departamento da Criança – DNCr, vinculado ao Ministério da Saúde, que também se limitava a fiscalizar questões higienistas das creches.

Em 1977, a LBA criou o Projeto Casulo que atuou sistematicamente no atendimento às crianças pequenas por meio de repasse de verba per capita mensal às entidades conveniadas. Tratava-se de

Órgão de assistência que repassava verba para às instituições comunitárias, sem necessidade de intermediações das instâncias administrativas estaduais e municipais. A estratégia usada para a expansão de vagas baseou-se na diminuição da per capita mensal repassada às entidades beneficiadas. (ROSEMBERG, 1999, P. 18)

Ainda, segundo Rosenberg (1999), essa diminuição de *per capita* ocorreu propositalmente⁵¹ obrigando as entidades a buscar formas complementares de financiamento, visto que o valor recebido correspondia a apenas a um terço do que era necessário para o atendimento básico da criança. Nesses moldes, o Projeto Casulo, se espalhou pelo Brasil no final da década de 1970, como nos referencia Arelaro (2008):

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada na década de 1940, expandiu seu atendimento e sua área de atuação a partir dos anos 1970, com o Projeto Casulo (1977), que estimulou a criação, por meio do apoio financeiro, de um grande número de creches e pré-escolas em todo o país. Esta expansão seria garantida, fundamentalmente, por instituições privadas sem fins lucrativos, por intermédio de convênios firmados diretamente com essas instituições ou por meio das prefeituras. Esse processo de atendimento das crianças esteve em vigência por cerca de 20 anos, até a LBA ser extinta, em 1995. (ARELARO, 2008, p. 57)

Com a FUNABEM, o atendimento em creche não era prioridade, porém, também manteve os convênios, principalmente para atendimento de crianças sob tutela judicial. O objetivo do SEAC, por sua vez, era dar apoio financeiro a creches comunitárias, intermediado por prefeituras, para construção e reforma de prédios e compra de equipamentos e utensílios. (ROSEMBERG, 1999)

Entretanto, o atendimento subsidiado pelo Estado não foi suficiente para o atendimento das crianças, visto que com a situação econômica e política da década

⁵¹ Justifica-se que o projeto tinha um valor de recurso financeiro para atender o máximo de convênios possível, então, diminuindo o per capita foi possível atingir maior número de entidades com o mesmo montante. (Rosemberg, 1999)

A creche e a pré-escola representam alternativas concretas para viabilizar a liberação da mulher para o mercado de trabalho, mas em todos os tipos de atendimento se coloca como igualmente relevante a necessidade de que o trabalho realizado no seu interior tenha não só um caráter assistencial, mas principalmente educativo. Assim, além da garantia do atendimento nutricional, de saúde e de segurança, se reconhece a importância de existirem condições de funcionamento e de recursos materiais e humanos que propiciem benefícios sociais e culturais para as crianças.” (KAPPEL, CARVALHO, KRAMER, 2001, P. 36)

Nas últimas décadas do século XX, a Igreja Católica e os Movimentos Sociais encamparam ações, especialmente nos grandes centros urbanos visando impulsionar o movimento por creches comunitárias e assistenciais, como forma de garantir o atendimento dos filhos das mulheres que necessitavam trabalhar (FRANCO, 2009).

Para Campos:

Com a emergência dos movimentos sociais urbanos, em meados da década de 70, começaram a surgir, no país, especialmente nas grandes cidades, experiências comunitárias de organização e gestão de creches e pré-escolas nos bairros populares. [...] Em algumas cidades formaram-se associações e movimentos que buscavam aglutinar várias entidades para negociar com o poder público em melhores bases. [...] as grandes entidades filantrópicas aderiram a esses movimentos quando perceberam as vantagens que poderiam obter com essa aliança. (CAMPOS, 1998, p. 19)

Nesse sentido Campos (1998) afirma que para muitas entidades filantrópicas, era difícil conseguir o repasse de verba pública. Em função disso, várias entidades agregavam-se em uma única instituição, o que garantia o funcionamento das creches.

O Movimento de Luta por Creches em 1978, entre outros grupos de movimento popular, refletiu a mobilização e organização de setores populares, que passaram a exigir do poder público a modificação e a implantação de políticas sociais de atendimento às crianças pequenas.

Esse foi um marco na história e na política de creches no Brasil. Toda essa movimentação teve um papel fundamental, principalmente o desempenho dos movimentos sociais que passaram a ser reconhecidos e interferiram na Constituição de 1988, nos capítulos referentes ao direito à educação das crianças de 0 a 6 anos e do dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas como direito, reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. (FRANCO, 2006, p.22)

Considerando a importância desses movimentos sociais para convocar a presença do estado no atendimento de crianças pequenas e o fortalecimento da democracia Momma-Bardela; Palmen; Bryan (2014) acrescentam que

Pode-se afirmar que os avanços na educação infantil no Brasil [...] como política pública, estão diretamente relacionados ao fortalecimento das estruturas democráticas (apesar de ainda incipientes) e também são fruto de reivindicações da sociedade organizada. (MOMMA-BARDELA; PALMEN; BRYAN, 2014, p. 38)

Até o sancionamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9 394 de 1996, não houve definição sobre as responsabilidades pela oferta de creches no Brasil. Era como se essa faixa etária não existisse na educação brasileira. Consequentemente, em âmbito nacional, as creches permaneciam vinculadas ao setor da assistência social, com raras exceções, mantendo-se o viés de que creches eram para os pobres, de caráter assistencial e submissa às regras impostas pela classe dominante.

Além disso,

A essa ausência de definições e responsabilidades somam-se os fatos de que o atendimento é oferecido apenas a uma minoria de crianças de zero a seis anos, não havendo uma democratização da educação infantil e de que, na constituição das instituições pré-escolares destinadas aos pobres, o assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional própria para este setor social, voltada para a submissão das famílias e das crianças das classes populares às regras impostas pela classe dominante. (FRANCO, 2006, p.20)

Esse mesmo movimento, relativo ao crescimento das creches, ocorreu no município de São Paulo. Na década de 1950 foram estabelecidos os primeiros convênios entre a Prefeitura Municipal e entidades beneficentes, por meio da Comissão de Assistência Social Municipal (CASMU)⁵², para o atendimento em creche. (FRANCO, 2006).

A rede de creches no Município de São Paulo teve início por meio de convênios, condição que permaneceu até o ano de 1969, quando um problema de uma entidade no bairro de Guaianazes, zona Leste da cidade, que ao não conseguir manter a creche pela qual era responsável, levou o setor governamental de assistência social a assumir diretamente a Unidade. (COMISSÃO INTERSECRETARIAL 1.

⁵² Comissão de Assistência Social Municipal - CASMU órgão que cuidava da assistência a moradores de favela e dos convênios que serviam para atendimento das necessidades dessa população no município de São Paulo (FRANCO, 2006)

SME/SAS/PMSP, 2001). Inicia-se assim, a rede direta de creches no município de São Paulo.

Ou seja, um início determinado pela necessidade e não por planejamento político. Até esta data, o compromisso do governo com o atendimento à criança pequena restringia-se a 29 (vinte e nove) creches conveniadas, a partir da mudança, contam-se 28 (vinte e oito) conveniadas e 1 (uma) direta”. (FRANCO 2006, p. 30)

A ampliação das duas redes (direta e conveniada) deu-se sempre de forma paralela, crescendo concomitantemente. Para maiores informações sobre a transição das creches diretas do setor de Assistência Social para o setor de Educação sugiro Franco (2006). As alterações ocorridas após a transição das creches diretas e conveniadas para Secretaria Municipal de Educação, medida determinada pela LDB nº. 9.394/96, com dados de crescimento, atendimento e demais informações constam do Capítulo II deste mesmo trabalho.

3.2. Reformas recentes na administração pública e as consequências para a oferta da educação infantil no Brasil, no final do século XX

Para Correa (2002), a inserção da educação infantil no capítulo da educação na Constituição Federal de 1988 deu-se por interferências dos movimentos populares e de grupos de luta pelos direitos à educação. Relembramos, também, que foi na LDB nº. 9.394/96 que a educação infantil foi considerada pela primeira vez, como primeira etapa da Educação Básica, a qual é dividida em creche de zero a três anos e pré-escola de quatro a seis anos⁵³ (CORREA, 2002).

Essas conquistas de direitos vêm permeadas por políticas neoliberais que ofuscam os verdadeiros valores pelos quais as creches foram inseridas na educação. O que se acena como momento histórico positivo para a construção de uma creche de zero a três anos junto à educação básica continua a ser burlado, por meio de várias brechas legais que permitem a dicotomia do atendimento dessa criança, principalmente quando a legislação facilita a ação do setor privado junto à educação infantil. A exemplo disso, pode-se citar “que o artigo 213 da CF 88 prevê a possibilidade de repasse de recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos”

⁵³ Sendo alterada a idade da pré-escola para quatro a cinco anos com a LEI Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

(CORREA, 2002, p. 20) e a LDB nº. 9.394/96 compreende o setor privado como “portador das competências necessárias à qualificação dos serviços públicos e o Estado como responsável pela adequada coordenação dos mesmos” (ADRIÃO; GARCIA; BORGHI; ARELARO, 2012, p. 545).

Paralelamente à ampliação e reconhecimento dos direitos à educação das crianças pequenas ocorreram várias reformas na década de 1990, sempre com a afirmação oficial da necessidade de reorganização e adequação do sistema a novas exigências da realidade

As alterações na dinâmica e funcionamento do aparelho estatal, levada a cabo durante a década de 1990, expressa em medidas voltadas para a diminuição de sua capacidade na oferta de serviços públicos e em discursos que indicam a necessidade de alteração do papel do Estado. (ADRIÃO, 2006, p. 23)

Ainda, segundo a autora:

Durante os anos 1990 um conjunto de medidas governamentais voltou-se para alterações na organização e dinâmica do Estado brasileiro. Esse movimento inseria-se na perspectiva da manutenção das relações capitalistas e buscava legitimar-se por meio da “generalização” de um dado diagnóstico a respeito das causas da crise do capitalismo, acirrada a partir da década de 1980”. (ADRIÃO, 2006, p. 34)

Um dos teóricos que mais influenciou as reformas do Estado brasileiro da década de 1990, foi Luiz Carlos Bresser Pereira⁵⁴ que criou e implantou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Ainda segundo Adrião (2006):

Pereira propõe como ideia central a descentralização e autonomia para as unidades prestadoras de serviços. A mudança na lógica da ação estatal corresponde uma divisão das atividades do Estado moderno e, em função da “natureza” dessas atividades, um padrão diferenciado de gestão para as mesmas. (ADRIÃO, 2006, p. 36)

Complementando o raciocínio ressalta-se que

As reformas na gestão pública desencadeadas desde o início dos anos 1990, ainda que flertando com pressupostos liberalizantes, não significaram um simples decalque dos processos observados em outros países, em especial se nos concentramos na esfera educacional. A principal diferença reside no fato de que as reformas não se assentavam na transferência dos setores públicos para o setor privado por meio da transferência de sua propriedade [...] as iniciativas relativas à

⁵⁴ Luiz Carlos Bresser foi membro do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e Ministro da Administração e Reforma do Estado durante a primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

administração gerencial assentaram-se na perspectiva da “governança” cujo desenho se encontra em documentos de agências internacionais, especialmente do Banco Mundial, e se pauta, grosso modo, em certa revisão das orientações anteriores de cunho liberalizante e na percepção da necessária presença do Estado como agente indutor do desenvolvimento e da equidade. (ADRIÃO, BEZERRA, 2013, p. 257)

Ou seja, o Estado continuará financiando a oferta serviços como a educação, porém por meio de entidades privadas. Nesse sentido a Emenda Constitucional nº. 19, de 1998 (EC nº. 19/98), se apresenta como um marco significativo “para a normalização de parcerias entre a administração pública e o setor privado, tendo em vista, o estabelecimento, no sistema jurídico brasileiro, das agências executivas e das organizações sociais (OS)” (ADRIÃO, BEZERRA, 2013, p. 258).

A partir da EC nº. 19/98 intensificou-se a expansão do conveniamento entre os municípios e as instituições privadas para ampliação do atendimento à demanda por creche, entretanto, com foco diferente do que ocorria anteriormente às reformas, pois

Neste contexto, a relação público/privado ganha novos contornos, repassando para o público não estatal ou o privado a execução das políticas, ou mudando a lógica da gestão do público, tendo como parâmetro o privado, por julgá-lo padrão de eficiência e produtividade, com profundas consequências para a construção da gestão democrática da educação. (PERONI, 2008, p. 111)

Considera-se como complementar a esse “pacote” de incentivos à oferta privada com subsídio público, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº. 101/2000), a qual estabelece limites para os gastos públicos com pessoal, que resulta por induzir ainda mais os convênios.

A criação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Lei nº. 11.494/07), também, contribuiu para a “consolidação da tradição de convênios e parcerias entre o setor público e o privado na oferta de educação infantil, ainda que tenha resgatado o conceito de educação básica como um direito, uma vez que nele estão incluídas todas as etapas e modalidades de ensino” (BORGHI; ADRIÃO; ARELARO, 2009, p. 15)

Nesse contexto, é possível afirmar que

A inclusão dos alunos de instituições conveniadas sem fins lucrativos no FUNDEB revela uma reconfiguração entre as esferas pública e privada. O atendimento que legalmente se configura como privado sem fins lucrativos vem sendo considerado atualmente como atendimento público não-estatal. [...] Há agora uma transposição das instituições consideradas legalmente “privadas sem fins lucrativos” para instituições consideradas “públicas não-estatais”. Tal estratégia contribui para a naturalização dos repasses de recursos públicos para instituições

privadas, sob a alegação de que possuem finalidades públicas. (BORGHI; ADRIÃO; ARELARO, 2009, p. 16)

Durante o período em que ocorreu a introdução das grandes reformas (década de 1990), as creches no município de São Paulo estavam sob a tutela da Secretaria de Assistência Social. É possível entretanto, constatar que os reflexos das mudanças indicadas repercutiram nas mesmas, inclusive após a chegada das creches no setor de educação, visto que em janeiro de 2002 haviam 267 CEIS diretos, 158 CEIS indiretos e 286 creches particulares conveniadas. Ou seja, os investimentos nos convênios ocorreram acintosamente, se comparados ao crescimento da rede direta, como é possível perceber na Tabela 11.

Tabela 11 – Quantidade de unidades ano a ano -2002 – 2012

TIPO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
CEI DIRETO	10	19	30	07		05	08	10	01			90
CEI INDIRETO		21	21	17	03	53	21	03	09	07	09	164
CRECHES PART. CONVEN.	15	24	02	24	61	56	73	69	65	69	71	529

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema Escola Online (Eol) - 28/07/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na Secretaria Municipal de Educação, em 10/04/2015 e no site: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Demanda-Escolar>, através de pesquisa realizada em 10/04/2015

Ao analisar a Tabela 11 é possível constatar que a ampliação dos equipamentos de creche ocorreu, com maior intensidade, via convênios. O aumento dos CEIS indiretos aconteceu na medida que as construções de prédios pelo poder público, passaram para a gestão das instituições privadas. É possível observar também, que houve uma redução ano a ano, das construções de prédios da rede de CEIS diretos, com exceção de 2008, época em que houve maior entrega de CEUS e nessas construções há equipamentos de CEIS. Acrescenta-se ainda que não houve construção de CEIS diretos nos dois últimos anos (2011 e 2012) da série histórica.

Cabe lembrar que no ano de 2007 passaram para a SME/PMSP as 47 creches que eram do governo estadual e que foram incorporadas via CEIS indiretos,

visto que os prédios eram públicos e o município optou por assumi-las por meio do conveniamento.

Nos três primeiros anos do período analisado, de 2002 a 2004, anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), houve o crescimento maior na rede direta, com 59 novas unidades. Porém, entre 2005 e 2012, governos do PSDB e DEM, apenas 31 CEIS diretos foram criados.

A lógica inversa ocorre com a rede conveniada⁵⁵. Nos primeiros três anos do governo de Partido dos Trabalhadores (PT), de 2002 a 2004, a mesma, aumentou em 83 unidades, já nos oito anos de governo PSDB/DEM, foram criadas 610 unidades. Ou seja, no período em análise, em que as creches se vinculam à SME no município de São Paulo (2002-2012), nos três primeiros anos, houve um investimento maior na ampliação da rede direta, embora também houvesse a ampliação da rede conveniada. Já nos dois governos seguintes, condizentes com os fundamentos das reformas na gestão pública iniciada na década de 1990 ampliou-se a rede conveniada. É possível afirmar aqui que não se trata apenas de “reflexos” das reformas, mas também, de opção de governo, visto que a demanda a ser atendida é volumosa e o atendimento via convênios responde com maior rapidez às necessidades de ampliação, principalmente quando o Ministério Público impetra ações coletivas para o acolhimento das crianças nas creches, como o ocorrido em 2008, estendendo-se até 2012.

O que é possível concluir é que

Mesmo estando claro que a obrigação do Estado com a educação infantil deve ser efetivada pela expansão da rede pública, o convênio entre o poder público e instituições educacionais sem fins lucrativos foi e é uma realidade que assegura, na maioria dos municípios, o atendimento a um número significativo de crianças, em geral, da população pobre e vulnerabilizada. (BRASIL, 2009, p. 7)

3.3. Tipos de convênios entre SME e entidades privadas para a oferta de creche - 2002-2012

Como já explicitado em outros momentos deste Capítulo, inicialmente, as creches no Brasil ocorreram por meio da iniciativa privada, o que futuramente transformou-se em convênios com o Estado.

⁵⁵ Rede conveniada entende-se: CEIS indiretos e as creches particulares conveniadas

A princípio, esses convênios ocorriam pela via mais “simples” por meio das entidades filantrópicas ou assistenciais. “A história da assistência representa justamente o embate das questões envolvendo a sua função, as prioridades e modalidades de entendimento, o papel do Estado e das organizações da sociedade civil, os requisitos e os procedimentos a adotar para a prestação de serviços”. (KUHLMANN JR., 1998, p.62) e segundo Donzelot (1986) a assistência é permeada pela filantropia que corresponde a economia social organizando todas as formas de assistência aos pobres para diminuir o custo de sua reprodução.

Após a Constituição Federal de 1988 o Estado aperfeiçoou as formas institucionais para o repasse de subsídios públicos ao setor privado para a oferta da educação. A regulamentação para estes mecanismos está na LBD nº. 9.394/96, em seu art. 77:

Art. 77º. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

- I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
- II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
- IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

Algumas instituições privadas que recebem subsídios público caracterizaram-se como:

1. Organizações Sociais – OS que são instituições que atuam em parceria formal com o Estado e colaboram de forma complementar. Nos termos da Lei Federal nº. 9.637, de nº. 18.5.1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sociais sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos previstos nesse mesmo diploma. (ADRIÃO; BEZERRA, 2013)
2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OsciP são Organizações não governamentais - ONGS criadas por iniciativa privada, que obtêm um

certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas. (ADRIÃO; BEZERRA, 2013)

Destaca-se ainda que

Foram definidas pela Lei Federal nº 9.790, de 1999, regulamentadas pelo Decreto Federal nº 3.100/99 e qualificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. A sua finalidade é realizar serviços sociais não exclusivos do Estado, contando com incentivo e fiscalização do poder público, e pode perder a sua qualificação a partir de processo administrativo ou judicial, tanto de iniciativa popular quanto do Ministério Público (DI PIETRO, 2007; BRASIL, 1999). Os acordos entre o poder público e as Oscips são definidos pelo “termo de parceria”, regido pela Lei nº 9.790/994, o qual se assemelha ao contrato de gestão, pois também se volta para o desenvolvimento de objetivos pautados em interesses comuns entre os partícipes, e, nesse sentido, diz respeito muito mais a uma diferença de terminologia do que jurídica. (ADRIÃO; BEZERRA, 2013, p. 262).

As entidades que mantem convênio com a SME/PMSP para atendimento das creches classificam-se nesses dois grupos.

3.4. As creches conveniadas no município de São Paulo: 2002 – 2012

As orientações legais da Secretaria Municipal de Educação são as mesmas para as creches particulares conveniadas e para os CEIS indiretos, visto que o princípio do conveniamento é o mesmo para os dois segmentos. Existem algumas diferenças pontuais entre os dois segmentos de creches. São elas:

Quadro 11 - Diferenças entre CEIS indiretos e Creches particulares conveniadas

	CEIS indiretos	Creches particulares conveniadas
PRÉDIOS	Público, cedido pela SME	De propriedade da instituição ou alugado por ela com recursos do convênio
REFORMAS E MANUTENÇÃO	Responsabilidade da SME	Responsabilidade da instituição, porém, pode ser financiado com a verba de implantação e outros recursos advindos do convenio com a SME
BENS PERMANENTES	Cedidos pela SME	Comprados pela instituição com recursos do convênio.
OBSERVAÇÕES	Apesar de receber esses benefícios a mais que as Creches particulares conveniadas os CEIS indiretos, também, recebem a verba de implantação para as compras de bens permanentes e para as adequações necessárias quando a entidade inicia o convenio da unidade com a SME.	

Fonte: Franco, com base nas informações dos documentos pesquisados na SME/PMSP – 2015

Apesar dessas diferenças, em muitos momentos do texto ou mesmo no portal da SME encontra-se a referência às creches conveniadas compreendendo os dois segmentos de creches: CEIS indiretos e creches particulares conveniadas.

- **Tipos de subsídios concedidos aos convênios**

Na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo o subsídio público repassado às instituições privadas responsáveis pelas creches conveniadas ocorre de quatro formas diferentes: Per capita, Verba de implantação, Verba de instalação e Verba adicional. Todas as creches recebem o per capita, de acordo com o

número de crianças matriculadas, a verba de implantação e a verba adicional. A verba de instalação só é repassada para as creches que a instituições não tem espaço próprio para abrigá-la, necessitando alugar espaço.

Tabela 12 - Subsídios públicos repassados para as creches conveniadas com a SME/PMSP

TIPO DE SUBSÍDIO	O QUE É	DESTINO	COMO É CALCULADO	QUANDO É PAGO/ PRESTAÇÃO DE CONTAS
Per capita*	Subvenção por criança matriculada na unidade	Pagamento das despesas em geral de toda a Unidade	Valores são calculados pela capacidade de atendimento do equipamento	- Pago por mês, todos os meses. - Prestação de contas mensal
Verba de implantação	Recurso destinado a pagamento das despesas iniciais da execução do convênio	Pode ser utilizado para organização da infraestrutura mínima necessária para o início do atendimento e inclui reforma, material de consumo, material pedagógico e pessoal	Esse valor é calculado mediante à capacidade de atendimento do equipamento. Ex: Se o equipamento atenderá 100 crianças a verba será no valor de 100 <i>per capita</i> s (de um mês)	- Uma única vez, no início do convênio - Prestação de contas – início do funcionamento da unidade
Verba de instalação	Recurso para pagamento de aluguel e IPTU repassado para as creches particulares conveniadas	Pagamento de aluguel e IPTU	Valor o imóvel, a partir da avaliação da equipe da Diretoria Regional de Educação, junto com a presença do Engenheiro.	-Repasse mensal - Prestação de contas mensal
Verba adicional	Verba anual que deve ser destinada ao pagamento do décimo terceiro salário e férias dos funcionários e compra de bens permanentes, material pedagógico e qualificação profissional	No mínimo 70% para pagamento do décimo terceiro salário e férias dos funcionários e os outros 30% poderá ser gasto nos outros itens, caso sobre.	O cálculo desse valor é referente ao valor de um mês per capita de todas as crianças da unidade.	- O pagamento do mesmo é feito em duas parcelas de 50%, sendo uma em junho e outra em outubro - Prestação de contas é realizada sempre no mês de janeiro do ano seguinte.

Fonte: Franco, com base nas informações dos documentos pesquisados na SME/PMSP – 2015

*O per capita foi reajustado anualmente, no período pesquisado, com exceção do ano de 2010 que teve dois reajustes, conforme Tabela 5 do capítulo II deste texto.

Além desses subsídios, as creches conveniadas recebem mais dois tipos: Os alimentos não perecíveis, distribuído em gênero, quinzenalmente, pelo Departamento de Merenda Escolar e o repasse do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae⁵⁶, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo qual se repassa os recursos anualmente para o município e este para as entidades conveniadas.

O repasse de todos esses subsídios ocorria antes da vinculação das creches conveniadas à Secretaria Municipal de Educação, quando ocorreu uma regulamentação por meio da Portaria nº. 03/ 2004.

Considerando as diferentes formas combinadas para o repasse de recursos da Secretaria Municipal de Educação para as creches conveniadas torna-se evidente o investimento do município na ampliação dos convênios, o que transparece nos números da Tabela 13: de 459 creches conveniadas em 2002, para 1.137 em 2012. Ou seja, houve um crescimento de 678 unidades conveniadas, o que representa um aumento 167% em 10 anos. Evidencia-se assim a opção em investir na privatização da oferta, oferecendo possibilidades para o setor privado associar-se para a ampliação do atendimento público sem ser pela via estatal, conforme proposto pela EC nº. 19/98, ou seja, garantindo as vagas às crianças em creches públicas não estatal. Utiliza-se aqui

O conceito de ‘público não-estatal’ como expressão sinônima de interesses públicos, autorizando e incentivando propostas de contrato de gestão público-privadas, com transferência de responsabilidades tradicionalmente afetas ao poder estatal para a esfera privada, com o respectivo investimento de recursos públicos. (ARELARO, 2008, p. 53).

A tabela 13 explicita a ampliação total dos equipamentos dos CEIS diretos, indiretos e das creches particulares conveniadas na série histórica: 2002 - 2012.

⁵⁶ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é um programa do Governo Federal, destinado a alimentação escolar de alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.
< <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao> >.

Tabela 13 - Total dos equipamentos para atendimento à creche no município de São Paulo: 2001 – 2012

TIPO	2001*	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CEI DIRETO	267	277	296	326	333	333	338	346	356	357	357	357
CEI INDIRETO	158	158	197	200	217	220	273	294	297	306	313	322
CRECHES PART. CONVEN.	286	301	325	327	351	412	468	541	610	675	744	815
TOTAL CONVENIOS	444	459	504	527	568	632	741	835	907	981	1054	1137
TOTAL	711	748	817	870	919	982	1095	1197	1278	1351	1426	1494

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema Escola Online (Eol) - 28/07/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na Secretaria Municipal de Educação, em 10/04/2015 e no site: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Demanda-Escolar>, através de pesquisa realizada em 10/04/2015

*Em 2001 as creches ainda estavam na Secretaria de Assistência Social. Este ano é tomado como parâmetro inicial para as análises.

Outro ponto importante a ser observado na Tabela 13 refere-se ao total de equipamentos de CEIS/Creches, que é de 1.494. Se comparada a quantidade do início da série histórica (711), nota-se que houve um crescimento de 110% em 10 anos. No contexto geral da SME/PMSP essa quantidade de 1.494 CEIS/Creches ultrapassa o total dos outros equipamentos da rede municipal de educação: EMEI/ EMEF/ EMEFM/CEU/CECI, etc. que é de 1.162⁵⁷, o que no cotidiano dificulta a supervisão.

Pondera-se essa questão pelo fato do quadro de Supervisores Escolares, no município, ser composto por 336 cargos⁵⁸ e se for dividir a supervisão das 2.656 unidades entre eles, cada um ficará responsável por pelo menos 8 equipamentos, e diante das responsabilidades legais da obrigatoriedade do ensino fundamental e médio, a atenção maior desses profissionais é voltada para o atendimento às escolas. Nesse sentido os CEIS diretos e principalmente, as creches conveniadas não recebem

⁵⁷ Esse número de equipamentos (1.162) da rede municipal de educação de São Paulo em 2012 não inclui as salas de MOVA.

⁵⁸ Essa quantidade de cargos de supervisores escolares passou a existir após 2007, quando houve a criação de 70 novos cargos. Antes desse ano o quadro era composto por 266 supervisores escolares. O fato de existir 336 cargos criados, não significa que tenha essa quantidade de profissionais em atividade. (Informações oferecidas pela Diretora de CONAE 2, Marisa Leiko Kubo em 21/10/2015)

supervisão na mesma intensidade que as unidades escolares, o que pode levar a prejuízos na fiscalização e acompanhamento.

- **Portarias de regulamentação dos convênios**

Outra questão importante a ser salientada são as Portarias de convênios cujas alterações foram apontadas também, no capítulo 2. No ano de 2004 foram publicadas duas Portarias, com o intuito de normatizar as regras já existentes na Secretaria de Assistência Social como a verba de instalação (Port. 18/04); exigência de adequação dos profissionais de educação conforme a lei (Port. 18/04). As outras quatro, de 2005 a 2011 trouxeram alterações que facilitaram a tramitação do convênio, como a adequação das crianças por grupos (Port. 2.752/07); dispensada a exigência da declaração de concordância de complementação do aluguel, quando exceder 25% do valor do convênio (Port. 3477/11); facilidades para a formalização do termo de aditamento (Port.3.969/09); ampliação e mudança no quadro de pessoal (várias Portarias); possibilidade de inclusão de despesa com multas, juros ou correção monetária, quando houver atraso no pagamento por parte da PMSP (Port. 3477/11); facilidades com relação a locação dos prédios (Port.3.969/09).

Essas Portarias indicam o esforço da Secretaria Municipal de Educação em garantir a legalização do atendimento oferecido pelas entidades privadas. Entretanto, o município opta por manter uma política educacional que garante as parcerias que se estabelecem “entre o setor público e a iniciativa privada, justificando-as, por pragmatismo ou por adesismo, ao discurso reformador, como mecanismo mais eficiente, menos oneroso e que permitiria ampliar a participação social.” (DOMICIANO; FRANCO; ADRIÃO 2011, p. 316)

- **Construções de prédios para as creches**

É possível perceber, considerando os dados levantados, que os novos prédios construídos pela prefeitura durante a série histórica (2002 – 2012), em sua maioria foram transferidos para as entidades conveniadas. Das 204 unidades construídas, apenas 90 permaneceram na rede direta e 114 passaram para instituições particulares por meio de convênios, passando a ser CEIS indiretos. Lembrando que os

outros 47 CEIS indiretos funcionam em prédios públicos doados pelo governo do estado ao município em 2007.

Os 20 CEIS diretos construídos na gestão Serra (PSDB)/ Kassab (DEM) – 2005-2008, integravam os complexos dos Centros Educacionais Unificados – CEUs, não podendo ser transferida à gestão da iniciativa privada.

Os dados mostram que a construção dos equipamentos pode ocorrer pelo poder público, porém colocá-los em funcionamento e fazer a sua gestão torna-se compensador repassar a uma entidade conveniada.

Sabe-se que com a Lei Complementar nº. 101/00, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que

fixou limites de gasto com pessoal, inibindo o investimento direto em educação (ARELARO, 2008). Os mecanismos de descentralização, aliados às medidas de contingenciamento de gastos com despesas de pessoal, deflagraram, no contexto municipal, a ampliação de responsabilidades diante da crescente demanda por atendimento à educação infantil, o que aprofundou a busca de parcerias com o setor privado, como estratégia para a oferta educativa (ADRIÃO, 2009; BORGHI, ADRIÃO; ARELARO, 2009). (DOMICIANO; FRANCO; ADRIÃO 2011, p. 314)

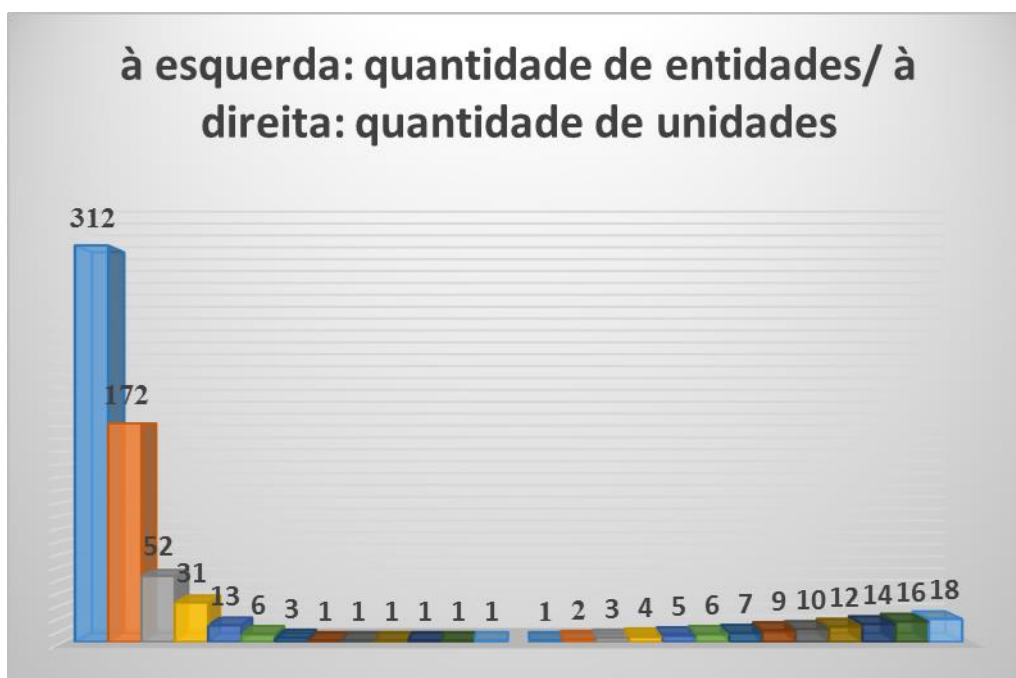
Esta norma parece reforçar o modelo de oferta pública previamente existente.

- **Entidades conveniadas e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) que mantém convênios de CEIS/ creches com a SME/PMSP**

Ao final de 2012, havia 1.137 unidades conveniadas no município de São Paulo, entre CEIS indiretos e creches particulares conveniadas. Esse total de unidades eram geridas por 570 mantenedoras. Ou seja, havia mantenedoras responsáveis por uma unidade de creche, mas também, havia aquelas que tinham várias unidades.

Segundo o gráfico a maioria, 312 instituições geriam apenas uma unidade; 172 instituições duas unidades; 52 instituições três unidades; 31 instituições quatro unidades. Acreditamos que a limitação no número de creches gerida por uma única entidade indica um esforço das mesmas em manter certos princípios de coerência com a assistência filantrópica, que muitas instituições preconizam.

Gráfico 3 – Entidades Mantenedoras das creches conveniadas - 2012



Fonte: Franco, com base em dados cedidos por SME/ATP sistematizados durante o período da pesquisa (agosto e setembro de 2015).

A observação de entidades provedoras com número elevado de unidades de creche conduz a outras interpretações: Estarem usando de recursos públicos para criarem suas próprias redes particulares.

À Sociedade Beneficente São Camilo, por exemplo, vinculam-se 16 estabelecimentos espalhados por várias regiões de São Paulo (São Mateus/ São Miguel/ Jaçanã/Ipiranga/Freguesia/Capela/Butantã); Cruzada Pro-Infância com 16 estabelecimentos distribuídos por Santo Amaro/ Penha/ Jaçanã/ Ipiranga/ Butantã. Segundo exemplo é o Centro de Assistência e Promoção Social Nosso Lar com 12 estabelecimentos em Itaquera/ Penha/ São Mateus.

Uma terceira entidade parece ter criado uma rede própria é o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, que conta com 18 estabelecimentos espalhados pelas Diretorias Regionais de Educação do Ipiranga/ Itaquera/ Penha/ São Mateus.

O Caritas Diocesana de Campo Limpo responsabiliza-se por 18 estabelecimentos, estes apenas na Diretoria de Educação do Campo Limpo e a Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos – SOBEI tem 16 estabelecimentos, todos na Capela do Socorro.

Em resumo 15 entidades concentram 136 unidades, ou seja, 12% das creches com convênio com o município. Cabe ressaltar que além das questões relativas a destinação de fundos públicos ao setor privado, o que a “expressão parceria público-privada implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade”. (COSTA; BORGHI, 2013, p. 1020).

A relação entre entidades e instituições envolve, inclusive, relações de clientelismo e interesses privados de outra ordem. É o caso da Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos – SOBEI, instituição ligada à igreja católica, mas que tem como membro de sua diretoria um vereador, Ricardo Nunes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) o qual, durante a elaboração do Plano Municipal de Educação – PME⁵⁹ enfatizou, na Audiência Pública da Comissão de Finanças da Câmara Municipal de São Paulo, ao compor a mesa diretora, que defenderia o modelo de parceria público-privada como forma de financiamento da educação infantil/creche, visto que participava de uma instituição privada na zona sul de São Paulo, responsável pelo atendimento de mais de duas mil crianças.

O indicado remete ao que Campos afirmara já em 1988:

O que precisa ser melhor investigado e avaliado é o papel que estas organizações vêm cada vez mais assumindo como receptoras de verba pública na prestação de serviços de saúde, educação e assistência social para a população. Esta é uma função que parece estar se afirmando em vários setores e ainda está por ser feita uma análise cuidadosa sobre as articulações entre estas tarefas e os outros papéis que elas frequentemente assumem enquanto grupos de pressão, reforçadoras de prestígio para alguns grupos e personalidades, base de candidaturas a cargos eletivos ou, simplesmente, constituindo-se em apoio ideológico para determinados setores da sociedade, como empresários, profissionais liberais, religiosos e assim por diante.” (CAMPOS, 1988, p. 18)

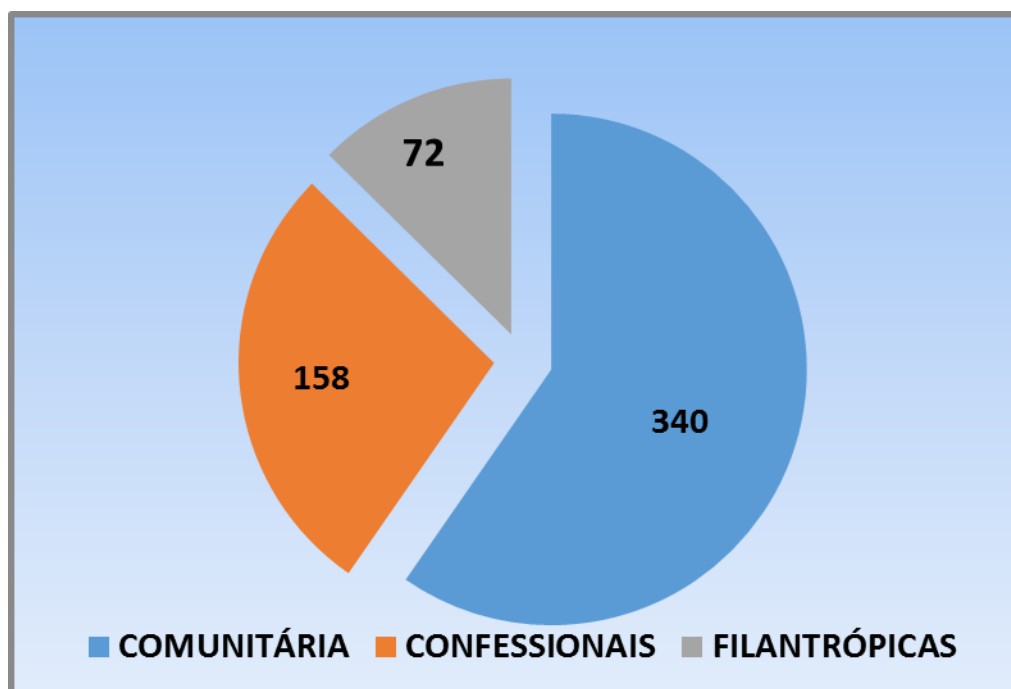
Há uma conjunção de interesses privados que interferem na política educacional do município, fazendo com que essa responda àqueles.

Ainda que seja possível decifrar a natureza dos diferentes provedores dado que a fonte é a auto declaração que consta dos documentos oficiais, apresentado pelas

⁵⁹ Durante o mês de Junho de 2015, o PME do município de São Paulo (PL 414/2012) estava na Comissão de finanças da Câmara Municipal de São, em discussão e votação das possibilidades orçamentárias para concretização do plano. O Vereador Ricardo Nunes era um dos membros da comissão.

entidades como filantrópicas, o gráfico 8 indica a proporção dos três principais tipos de instituições privadas mantenedoras das unidades educacionais/ creche.

Gráfico 4 – Categorias das instituições mantenedora dos convênios - 2012



Fonte: Franco, com base nos dados cedidos por SME/Assessoria Técnica de Planejamento sistematizados durante o período da pesquisa (agosto e setembro de 2015).

Ao realizar as pesquisas de dados das entidades em suas páginas na internet, percebeu-se que todas registram sua natureza jurídica como Associação Privada, cuja Atividade Econômica Principal é: Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais e/ou Serviços de Assistência Social Sem Alojamento e/ou Educação infantil – creche.

Ao classificá-las, no gráfico 8 em comunitárias, confessionais e filantrópicas, dado ser essa a categorização adotada pelo MEC⁶⁰ baseou-se em dados de suas páginas, e especialmente no conteúdo de seus “Estatutos Sociais Consolidado”⁶¹ pelo qual a instituição apresenta-se formalmente para a SME/PMSP com vistas à concretização dos convênios. A maioria identifica-se como filantrópica, usando como texto padrão:

⁶⁰ ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/fundeb/entidades_conveniadas.pdf

⁶¹ Estatuto apresentado pelas entidades às DRES, quando inicia o convênio.

A Instituição X, fundada em x data com sede e foro nesta capital a rua – endereço, devidamente inscrita na Receita Federal sob o CNPJ x, é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituído de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, com duração por tempo indeterminado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário. (Estatuto Social de Entidades)

Ou seja, as 570 entidades se consideram como filantrópicas, mas, pela categorização oficial do MEC 12% são filantrópicas, 29% são confessionais e 59% são comunitárias.

4. ANÁLISE DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARA OS CEIS/CRECHES

Com objetivo de refletir sobre a qualidade do atendimento realizado pelas creches paulistanas, este capítulo dialogará com autores que discutem o tema considerando o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2011, por estar em vigência durante os anos da série histórica analisada (2002-2012), no qual salientaremos as metas referentes à educação infantil em creche; os Parâmetros Nacionais de qualidade para a Educação infantil; os parâmetros do Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, conceito utilizado a partir de estudo realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e depois incorporado à legislação nacional através do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica – CNE/CNE nº. 08/2010, o qual “estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº. 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública” (Brasil, 2010). Lembrando que o CAQi foi incorporado, apenas, ao novo PNE, pois, apesar do parecer do Conselho Nacional de Educação, não foi homologado à tempo de fazer parte do PNE de 2001 à 2011.

A proposta do CAQi teve início em 2002 quando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação iniciou a organização de uma pesquisa que concluiu-se com a publicação do documento “Custo aluno-qualidade inicial, rumo à educação pública de qualidade no Brasil”, sistematizada por CARREIRA e PINTO (2007). O início ocorreu quando a

Campanha Nacional pelo Direito à Educação estabeleceu como uma de suas metas a construção do custo aluno-qualidade. Em resposta a esse desafio, realizou oficinas, seminários e encontros destinados a discutir o CAQ e a qualidade que deveria ser assumida como horizonte desse esforço. Esses eventos reuniram representantes de organizações, grupos, movimentos e pesquisadores, dialogando com os diferentes conhecimentos e saberes existentes nas organizações da sociedade civil, em governos e nas universidades. Três pesquisas promovidas pela Campanha também trouxeram conteúdos fundamentais para essa definição: a Consulta sobre qualidade nas escolas (2002), realizada em dois Estados (Pernambuco e Rio Grande do Sul); a atividade de pesquisa educativa Qualidade em educação, promovida como parte da mobilização da Semana de Ação Mundial de 2003, que ouviu o que estudantes, pais, mães, educadores e educadoras de diversos Estados brasileiros consideravam ser uma boa escola; e a Consulta sobre qualidade na educação infantil, realizada entre 2005 e 2006 no Ceará, em Pernambuco, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. (NASCIMENTO, 2011, P. 17)

Para efetuar uma análise a partir desses referenciais, torna-se necessário compreender de que qualidade se trata, diante da complexidade e do caráter polissêmico do conceito de qualidade.

4.1. Breve reflexão sobre qualidade na educação infantil desenvolvida pelas creches

É comum, nas conversas sobre educação, o uso do termo qualidade. Argumenta-se que se quer uma educação de qualidade como se todos estivessem falando do mesmo referencial, porém, é aí que mora o perigo. Na verdade, nem sempre é possível saber de que qualidade está se falando, a não ser que se tenha parâmetros para tal definição. Isso porque “qualidade não se traduz em um conceito único, universal e absoluto, de tal modo que diferentes setores da sociedade e diferentes políticas educacionais podem tomá-la de modo absolutamente diverso” (CORREA, 2003, p. 87). Nesse sentido, “o primeiro e principal cuidado na discussão em pauta é ter clareza de que se trata de qualidades e não da qualidade” (CORREA, 2003, p. 89). Mas então, como definir de que qualidade se está falando? Independente da origem da palavra, “o conceito de qualidade não é neutro, nem isento de valores. É o resultado de um modo específico de ver o mundo e está permeado de valores e pressupostos” (MOSS, 2002, p.17).

O discurso dos autores supramencionados confirmam a multiplicidade de significados do conceito de qualidade, o que torna complexo dissertar sobre o tema. Porém, arrisca-se aqui sinalizar algumas reflexões sobre referenciais para uma educação infantil de qualidade em creche, construídos com base em autores como Moss, Dahlberg, Pence, Zabalza, Campos, Correa, Pinto.

Ao pesquisar sobre qualidade na educação infantil averigua-se, em muitos referenciais teóricos, o foco na qualidade das ações cotidianas, pedagógicas, que ocorrem dentro da creche na relação com a criança e com a família. Neste texto a intenção é centralizar a reflexão em uma educação de qualidade em creche referenciada nos **insumos**, para tanto, buscou-se o documento organizado por CARREIRA e PINTO (2007) para a Campanha Nacional pelo Direito à Educação em que os autores dividem em quatro categorias esses elementos essenciais para que a educação ocorra com qualidade:

1. **Os relacionados à estrutura e ao funcionamento** – referem-se à construção e à manutenção dos prédios, a materiais básicos de conservação e a equipamentos de apoio ao ensino. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 29)
2. **Os relacionados aos trabalhadores e às trabalhadoras em Educação** – abrangem as condições de trabalho, os salários, o plano de carreira, a jornada de trabalho e a formação inicial e continuada dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 29)
3. **Os relacionados à gestão democrática** – são um requisito essencial para que a educação seja viabilizada com qualidade. Entre os fatores mais importantes, destacam-se: o fomento à participação da comunidade escolar [...]; a construção de um indicador de qualidade junto à comunidade [...]; o fomento a práticas participativas de avaliação, incluindo a avaliação conjunta da escola pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras em educação, pelos estudantes, pelas famílias e pela comunidade. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 29)
4. **Os relacionados ao acesso e à permanência na escola.** O que definem como: aqueles que devem ser assegurados aos alunos e às alunas, não podendo ser impeditivos para a permanência destes nas escolas, como material didático, transporte, alimentação, vestuário. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 29)

Utilizaremos, as quatro categorias de insumos para a análise da relação entre CEIS diretos e creches conveniadas de acordo com documentos compilados para este trabalho.

Moss (2002) relata que há uma grande influência dos Estados Unidos nos trabalhos sobre qualidade apesar de seu contexto muito específico e suas deficiências com relação a educação da primeira infância.

Fortemente influenciado por ideias modernistas, métodos positivistas e pela disciplina da psicologia do desenvolvimento, o trabalho americano sobre qualidade tomou por certo que existe alguma realidade chamada “qualidade” – objetiva, real, universal, conhecida e mensurável – a qual pode ser descoberta pelos especialistas que aplicam a tecnologia e o conhecimento correto. (MOSS, 2002, p. 21)

Ainda pautado em argumentos de Moss, diante do panorama e da abrangência do tema amplia-se a discussão sobre “conceitos de contextos, complexidade, pluralidade e subjetividade” (2002, p. 21) e a qualidade, que era vista como “uma questão essencialmente técnica de medida e conhecimento objetivo e especializado” (2002, p. 22) passa a ter outras interpretações e a ser vista como “uma

questão subjetiva e filosófica de valor” (2002, p. 22). Ao pensar a qualidade na educação infantil é necessário buscar significados aos valores estabelecidos para o trabalho pedagógico, assim como explicitar em quais concepções de políticas para a educação infantil está pautada tal interpretação.

Criar significado, portanto, é uma questão de construir e aprofundar o entendimento do trabalho pedagógico em uma instituição de educação infantil – tornar significativo o que está acontecendo. Encontrar formas nas quais o trabalho pedagógico real da instituição de educação infantil possa ser visível e sujeito a diálogo, confrontação e reflexão. (MOSS, 2002, p. 24)

Zabalza (1998) afirma que a qualidade na educação infantil apresenta, entre outros, os desafios relacionados “aos aspectos funcionais da escola e serviços destinados à infância” (p. 33). Ressalta ainda que a qualidade do projeto que se desenha para a educação infantil “está intimamente ligada ao custo e às condições materiais (tipo de material empregado, custo do equipamento, etc.) e funcionais (pessoal, sistema de controle, etc.) ” (ZABALZA, 1998, p. 33).

Para o autor relaciona-se a qualidade ao “desenvolvimento organizacional”, ao qual estão conectados os “programas de formação de pessoal, os planos de transformação institucional (novas estruturas organizacionais) e os programas de equipamento” (ZABALZA, 1998, p. 35). Esses aspectos para serem tratados no contexto do processo educativo são permeados de valores, os quais “agem, quase sempre, como estruturas condensadas que condicionam todo o desenvolvimento das políticas educativas e dos programas concretos de ação e que quando associados a práticas concretas de ensino, oferecem alternativas válidas que se projetam em diferentes direções” (ZABALZA, 1998, p. 39). Assim, é importante se desvencilhar de dados mais objetivos e buscar argumentos mais qualitativos para a definição de qualidade, o que “obrigará a refletir mais sobre quais são os indicadores de qualidade na Educação infantil” (ZABALZA, 1998, p. 41).

No Brasil a discussão sobre qualidade na educação é intensificada na década de 1990, no bojo das reformas educacionais que

Trouxeram consigo a implantação dos sistemas nacionais e internacionais de avaliação dos resultados de aprendizagem medidos por testes aplicado aos alunos das escolas primárias e secundárias, disponibilizando uma grande quantidade de dados e incentivando comparações entre escolas, cidades, regiões e países. A qualidade da educação passou a ser definida principalmente por esses indicadores, os quais reiteraram, com base em critérios que ganharam grande

legitimidade pública, as diferenças sociais entre os alunos. (CAMPOS, 2013, p. 25)

Essas reformas fizeram eclodir questões relevantes e difíceis de serem conduzidas criando descompassos entre suas metas e o uso dos recursos públicos

O descompasso entre as metas das reformas e a disponibilidade de recursos públicos fez com que o tema da qualidade ganhasse centralidade, em relação à ênfase anterior na ampliação das oportunidades educacionais. A distância entre as metas das reformas e as prioridades econômicas reforçou uma concepção de qualidade baseada no modelo de eficiência gerencial. O acirramento da competição por recursos públicos levou à promoção de alguns níveis e de algumas modalidades de ensino, em prejuízo de outros; o recurso à terceirização e à privatização; a focalização em lugar da universalização; e a descentralização dos serviços educativos, sem a garantia de recursos materiais, humanos e, muitas vezes, sem condições políticas de controle social. (CAMPOS, 2013, p. 26)

Além das questões apontadas pela autora, constata-se também que esse contexto evidencia processos de discriminação e reforça as desigualdades, o que obriga a refletir sobre qual qualidade na educação se pretende, o que implica em

Refletir sobre a desigualdade de oportunidades educacionais, os processos de exclusão social vividos dentro e fora da escola e as contradições entre os objetivos econômicos e as metas das políticas educacionais. Implica situar os diversos discursos sobre a qualidade, identificando quem fala e de onde fala. Implica reconhecer que existem conflitos e disputas na definição do que seja qualidade da educação. (CAMPOS, 2013, p. 26)

As possibilidades oferecidas para a criança em conjunturas tão divergentes são desiguais acirrando as diferenças e desconsiderando as demandas sociais, culturais, étnicas e de gênero. Ou seja, não é a mesma educação que chega a todos os grupos e para pensar a qualidade no atendimento à criança é necessário relacionar-se

à ideia de garantia e efetivação de seus direitos, já consagrados universalmente e, do ponto de vista legal, bem definidos. Esses direitos estão explicitados em documentos que vão desde a Declaração Universal dos Direitos da Criança, para mencionar o plano internacional, passando pela Constituição Federal Brasileira de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (lei n. 8.069 de 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (nº. 9.394/96), e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de 1998, entre outros. (CORREIA, 2003, p. 91)

Ainda seguindo a afirmação de direitos, e buscando referenciais na LDB 9394/96, é possível citar seu art. 29 o qual evidencia a finalidade da educação infantil

preservando-os com precisão quando diz que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”⁶². Além desse aspecto, a mesma lei afirma que

a avaliação nessa etapa da educação “far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” Pelo que se tem, embora não se explicita especificamente a temática da qualidade para a educação infantil, o seu conteúdo demonstra preocupação com a questão ao propor como objetivo o desenvolvimento integral da criança e uma avaliação de caráter mais qualitativo. (CORRÊA, 2003, p. 92)

Considerando tais questões é possível delinear caminhos para pensar uma educação infantil para creche, pautada em referenciais que considere os contextos e os processos para a aprendizagem e o crescimento da criança pequena, ressaltando a “equidade como um dos eixos para se pensar a qualidade da educação infantil” (CORRÊA, 2003, p. 86).

Três documentos oficiais do Ministério da Educação – MEC destinados a explicitar posições referentes a qualidade na educação infantil e que oferecem orientações em âmbito nacional, também, são fruto de nossas reflexões. São eles: Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006); o Plano Nacional de Educação – PNE 2001 – 2011; e os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, aos quais se somam o CAQi, aqui considerado como ferramenta para análise dos insumos ofertados nas creches paulistanas.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006) apresentam uma discussão alicerçada em uma “Educação infantil que possibilite o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (p.9), procurando delimitar

parâmetros de qualidade suficientemente amplos para abarcar diferenças regionais, flexíveis para permitir que as manifestações culturais locais tenham espaço para se desenvolver, específicos para favorecer a criação de uma base nacional, de fácil aplicação e monitoramento a fim de possibilitar sua adoção e, conseqüentemente, consolidar essa base comum. (BRASIL, 2006, p. 9)

⁶² Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, que altera e adequa a LDB 9394/96

O documento ao definir parâmetros, abrange em suas discussões, além dos aspectos voltados ao cotidiano da educação infantil, questões pertinentes a qualidade relacionadas a democratização do acesso e à permanência da criança na instituição educacional, apontando a necessidade de garantia do “princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola” como “avanços fundamentais na perspectiva da qualidade e da ampliação dos direitos da criança independentemente de sua origem, raça, sexo, cor, gênero ou necessidades educacionais especiais” (p. 30). Ressalta, também, conteúdos relacionados à formação de professores, inicial e permanente, assim como sobre a carreira do magistério, como necessidade premente para a definição de uma qualidade de educação infantil voltada para a garantia de direitos.

Considerando que o professor tem um papel extremamente importante na garantia da qualidade do trabalho realizado na educação, além de tratar da formação inicial dos profissionais de Educação Infantil, a LDB estabelece que os sistemas promoverão a valorização desses profissionais, assegurando-lhes nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público, ingresso exclusivamente por concurso de provas e títulos, formação continuada, piso salarial profissional, progressão funcional, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária, e condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 2006, p. 32)

Nas considerações finais, o documento apresenta outra temática fundamental, também considerada neste trabalho, relativa à distância existente entre o que a lei prescreve e o que ocorre de fato em todos os níveis da federação em relação aos serviços prestados na educação infantil.

É importante destacar que se a Educação Infantil agora constitui a primeira etapa da Educação Básica, a ela se aplicam todos os princípios e diretrizes voltados para a educação de forma geral. Traduzir os princípios legais em transformações na realidade da educação no país torna-se um desafio a ser superado por todos os níveis da Federação. Tanto em relação ao acesso quanto em relação à qualidade do atendimento existente, a distância entre o que a lei prescreve e as demandas sociais, de um lado, e a realidade das redes e das instituições de educação infantil, de outro, ainda é grande, especialmente para a faixa de 0 a 3 anos. (BRASIL, 2006, p. 40)

Ao analisar os dados pesquisados para a cidade de São Paulo, é possível perceber divergências explícitas no tocante às garantias de direitos entre a rede de creches diretas e as conveniadas no município de São Paulo, como será demonstrado no Quadro 15 deste capítulo.

O Plano Nacional de Educação – PNE 2001 – 2011, instituído pela Lei nº. 10.172/ 01, adentra os caminhos da discussão de uma educação de qualidade para a educação infantil e enfatiza que a criança de zero a seis anos tem “o direito ao cuidado e à educação a partir do nascimento” e que a “educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (BRASIL, 2001). Ressalta, também, que, “é preciso evitar uma educação pobre para crianças pobres e a redução da qualidade à medida que se democratiza o acesso” (BRASIL, 2001). Salienta a divisão da educação infantil de zero a três anos e de quatro a seis anos como algo importante para o PNE, porém, no diagnóstico só traz dados estatísticos sobre pré-escola no Brasil. Sobre creche não consta informação específica sobre esses dados, justificando o não acesso aos mesmos e coloca como meta a inclusão das creches ou entidades equivalentes no sistema nacional de estatísticas educacionais. Nas diretrizes gerais acrescenta que nos dez anos do PNE 2001-2011⁶³

A demanda de educação infantil poderá ser atendida com qualidade, beneficiando a toda criança que necessite e cuja família queira ter seus filhos frequentando uma instituição educacional. Para tanto, requerem-se, ademais de orientações pedagógicas e medidas administrativas conducentes à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, medidas de natureza política, tais como decisões e compromissos políticos dos governantes em relação às crianças, medidas econômicas relativas aos recursos financeiros necessários e medidas administrativas para articulação dos setores da política social envolvidos no atendimento dos direitos e das necessidades das crianças, como a Educação, a Assistência Social, a Justiça, o Trabalho, a Cultura, a Saúde e as Comunicações Sociais, além das organizações da sociedade civil.

Pondera ainda que “na distribuição de competências referentes à educação infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na corresponsabilidade das três esferas de governo - Municípios, Estado e União - e da família (BRASIL, 2001) e que “quanto às esferas administrativas, a União e os Estados atuarão subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos Municípios, consoante o art. 30, VI da Constituição Federal” (BRASIL, 2001). Assinala ainda que “as inversões financeiras requeridas para cumprir as metas de abrangência e

⁶³ Em 2014 entrou em vigor a Lei nº 13.005 que aprova o Plano Nacional de Educação para vigência 2014-2024, porém, como a análise desta pesquisa compreende o período de 2002 a 2012, optou-se por remeter-se ao PNE 2001 – 2011.

qualidade deverão ser vistas sobretudo como aplicações necessárias em direitos básicos dos cidadãos na primeira etapa da vida e como investimento, cujas taxas de retorno alguns estudos já indicam serem elevadas” (BRASIL, 2001) e que as metas são relacionadas a demanda manifesta, “definida pelo número de crianças na faixa etária, pois a educação infantil não é obrigatória, mas um direito da criança” (BRASIL, 2001). Ressalta a importância da formação dos profissionais de educação infantil, dada a relevância de sua atuação e considera que

as condições concretas de nosso País, sobretudo no que se refere à limitação de meios financeiros e técnicos, este plano propõe que a oferta pública de educação infantil conceda prioridade às crianças das famílias de menor renda, situando as instituições de educação infantil nas áreas de maior necessidade e nelas concentrando o melhor de seus recursos técnicos e pedagógicos. Deve-se contemplar, também, a necessidade do atendimento em tempo integral para as crianças de idades menores, das famílias de renda mais baixa, quando os pais trabalham fora de casa. Essa prioridade não pode, em hipótese alguma, caracterizar a educação infantil pública como uma ação pobre para pobres. O que este plano recomenda é uma educação de qualidade prioritariamente para as crianças mais sujeitas à exclusão ou vítimas dela. A expansão que se verifica no atendimento das crianças de 6 e 5 anos de idade, conduzirá invariavelmente à universalização, transcendendo a questão da renda familiar. (BRASIL, 2001)

Com relação às metas para o decênio, importa considerar para este trabalho:

1. Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.
3. A partir do segundo ano deste plano, somente autorizar construção e funcionamento de instituições de educação infantil, públicas ou privadas, que atendam aos requisitos de infraestrutura definidos no item anterior.
4. Adaptar os prédios de educação infantil de sorte que, em cinco anos, todos estejam conformes aos padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos.
6. A partir da vigência deste plano, somente admitir novos profissionais na educação infantil que possuam a titulação mínima em nível médio, modalidade normal, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de nível superior.
8. Assegurar que, em dois anos, todos os Municípios tenham definido sua política para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais.

9. Assegurar que, em três anos, todas as instituições de educação infantil tenham formulado, com a participação dos profissionais de educação neles envolvidos, seus projetos pedagógicos.

12. Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na educação infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da União e dos Estados.

19. Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade. (BRASIL, 2001)

O documento Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, é um instrumento de auto avaliação da qualidade das instituições de educação infantil elaborado conjuntamente pelo Ministério da Educação, Ação Educativa⁶⁴, Fundação Orsa⁶⁵, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef com a colaboração de entidades, fóruns, professores, gestores, entre outros. O intuito do documento é “contribuir com as instituições de educação infantil no sentido de que encontrem seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática” (BRASIL, 2009, p. 7) e está intimamente ligado à meta 19 do PNE 2001 - 2011.

Para tanto, propõe que esta avaliação seja realizada conjuntamente com a comunidade, valorizando a participação de todos os segmentos da instituição, buscando verificar, coletivamente o desenvolvimento da qualidade e elencando sugestões para as melhorias necessárias no processo de construção permanente da educação infantil, em âmbito local e municipal. Mas em momento algum estimula o debate sobre destinação de recursos, atendimento a demanda ou outros aspectos voltados a questões mais específicas das políticas públicas do município.

As dimensões cinco (espaços, materiais e mobiliários) e seis (formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais) tratam dos espaços,

⁶⁴ Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1994. Sua missão é promover direitos educativo, culturais e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável. Definição retirado do site <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/quem-somos>> em 30/09/2015

⁶⁵ Fundação Orsa - é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve projetos nas áreas de educação, saúde, cultura, direitos humanos e meio ambiente. Definição retirado do site <<http://porvir.org/wiki/fundacao-orsa-falta-logo/>> em 30/09/2015

materiais e mobiliários e formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais, respectivamente. Esses aspectos, também, estarão presentes nas análises.

Os três documentos supramencionados abordam a temática da qualidade na educação infantil explicitando conceitos e evidenciando parâmetros que devem ser atendidos em âmbito nacional. É evidente que entre o que está no documento e o que ocorre nos municípios necessita de ajustes, visto que há um distanciamento entre o que está escrito e a prática de políticas públicas voltada a criança de zero a três anos. Na cidade de São Paulo, também, ocorre essa discrepância, apesar de ser um dos municípios que mais investe em educação infantil no país.

Para concluir essa breve reflexão sobre qualidade na educação infantil retomamos o documento organizado por CARREIRA e PINTO “Custo Aluno-Qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil” (2007) no intuito de afirmar que no contexto dos apontamentos bibliográficos supracitados é o que sintetiza nossa interpretação. O documento explicita a “qualidade numa perspectiva democrática” (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 22) popular, com os mesmos direitos para todos e todas. Esse conceito construído historicamente por sujeitos políticos que lutam pelo direito à educação que especificam os significados e concepções da seguinte forma:

Entendemos a qualidade em educação como processo que:

- gere sujeitos de direitos, de aprendizagem e de conhecimento, sujeitos de vida plena;
- é comprometido com a inclusão cultural e social, uma melhor qualidade de vida no cotidiano, o respeito à diversidade, o avanço da sustentabilidade ambiental e da democracia e a consolidação do Estado de Direito;
- exige investimentos financeiros em longo prazo e o reconhecimento das diversidades culturais, sociais e políticas;
- reconhece e enfrenta as desigualdades sociais em educação, devidamente contextualizado no conjunto das políticas sociais e econômicas do País;
- se referencia nas necessidades, nos contextos e nos desafios do desenvolvimento de uma região, de um país, de uma localidade;
- está indissociado da quantidade, da garantia do acesso ao direito à educação;
- se aprimora por meio da participação social e política, garantida por meio de uma institucionalidade e de processos participativos e democráticos que independem da vontade política do gestor ou da gestora em exercício. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 24)

Ao destacar a análise da qualidade na educação infantil nas creches municipais de São Paulo diante das circunstâncias teóricas aqui descritas é possível

delimitar alguns parâmetros para a apreciação dos dados colhidos ao longo da pesquisa. Diante das definições e interpretações passaremos a seguir a realizar uma conversa entre a reflexão sobre a qualidade na educação infantil e os dados pesquisados sobre as creches na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo.

4.2. Conversando com os dados pesquisados

Os dez anos (2002-2012) das creches na Educação em São Paulo foram marcados por muitas variações consideráveis. O período no qual se constatou maiores avanços foi de 2002 a 2004, após a transição dos CEIS diretos de SAS para SME. As conquistas ocorreram no tocante às quatro categorias de insumos relacionados na metodologia do CAQi e que aqui são adotadas como ferramenta para análise da qualidade ofertada pelas creches: estrutura e funcionamento, aos trabalhadores e às trabalhadoras em Educação, à gestão democrática e ao acesso e à permanência, conforme descrição de Carreira e Pinto (2007), como é possível observar no Quadro 12.

Quadro 12 - síntese das conquistas dos CEIS diretos relacionados aos insumos do CAQi

INDICADORES	CONQUISTAS
Atendimento à demanda e mecanismos de matrícula	<ul style="list-style-type: none"> • Reorganização do atendimento à demanda e encaminhamento das matrículas, através de controle informatizado. • Orientação e controle da matrícula e atendimento à demanda via portarias, com regras pré-estabelecidas • Ampliação do atendimento via reformas e reorganização dos prédios.
Prédios e equipamento	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de novos prédios para atender de 150 a 300 crianças, com ampliação da rede física. • Verba para manutenção alocados nas Unidades; Investimento em reformas e ampliação pela SME e órgãos regionais; • Liberação e reforma de espaços que estavam que estavam inutilizados para atendimento de crianças;
Quadro de pessoal em exercício nas unidades	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação de pessoal ao quadro do magistério, com formação específica, de acordo as designações legais enquadrando-os na carreira dos servidores públicos municipais da educação. • Concurso e contratação de pessoal para atendimento específico, para os cargos onde havia necessidade; • Ingresso por concurso com exigência de magistério ou pedagogia;

Gestão das Unidades	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração das funções do Diretor dos CEIS (Diretor de Escola), com ênfase nas atividades meio de organização administrativa da unidade, inclusive com reponsabilidade por recursos financeiros de manutenção e compra de materiais pedagógicos; • Criação de Conselho de CEI, APM e Regimento; • Diretrizes políticas da SME e exigência de Projeto Político Pedagógico; • Investimento na participação da comunidade
Formação dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em nível médio em Magistério para todos os Auxiliares de Educação Infantil – ADIS para a transformação do cargo em Professores de Educação Infantil; curso de Pedagogia para professores que tiveram interesse • Curso de pedagogia para Diretores para a transformação do cargo de Diretor de Equipamento Social para Diretor de escola; • Formação Permanente, dentro da jornada de trabalho;

Fonte: Franco, com base nos dados pesquisados

O Quadro 13 apresenta uma síntese das realizações da Secretaria Municipal de educação com relação às metas do PNE 2001 – 2011 referentes às responsabilidades do município.

Quadro 13 – síntese das realizações da SME com relação os CEIS diretos e creches conveniadas relacionados às metas do PNE 2001 – 2011, na série histórica (2001 – 2012)

METAS DO PNE (2001 – 2011)	AÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL COM RELAÇÃO ÀS METAS DO PNE (2001 – 2011)
Meta 1. Ampliar a oferta de vagas de creche (atender 30% da demanda nos 5 primeiros anos e 50% nos próximos 5 anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Nos primeiros quatro anos (2002 – 2005) atendeu 30% da demanda; • Nos últimos seis anos (2006 – 2012) houve dois anos (2007 e 2010) que não atenderam os 50%, no restante, conseguiram atingir a meta.
Meta 2, 3 e 4. Padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os CEIS diretos passaram por adequação dos espaços e as novas construções foram realizadas dentro dos padrões. • Os CEIS indiretos, também, foram construídos dentro dos padrões. • Nas creches particulares conveniadas, haviam prédios adaptados, porém pela pesquisa documental, não foi possível averiguar se todos estavam dentro dos padrões solicitados pelo PNE

Meta 6. Somente admitir novos profissionais na educação infantil que possuam a titulação mínima em nível médio, modalidade normal, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de nível superior.	<ul style="list-style-type: none"> • Tanto nos CEIS diretos como nas creches conveniadas houve a regulamentação para atender essa meta, com relação aos professores ao longo da série histórica (2002 – 2012) • Os Diretores das creches conveniadas poderiam estar cursando Pedagogia ao assumir a direção; • Os Diretores dos CEIS diretos eram obrigados a ter a formação completa.
Meta 7. Programa de formação em serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Nos CEIS diretos a formação passou a fazer parte da jornada do professor • Nas creches conveniadas isso não ocorreu.
Meta 8. Política para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • A SME construiu orientações pedagógica para todas os CEIS/ creches do município.
Meta 9. Formulação do Projeto Político Pedagógico - PPP	<ul style="list-style-type: none"> • Há legislação específica e portarias anuais orientando a organização do PPP, com prazo de entrega para a supervisão escolar para toda educação básica, incluindo os CEIS/ creches conveniadas.
Meta 12. Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na educação infantil	<ul style="list-style-type: none"> • Todas os CEIS/ creches tem a garantia da alimentação escolar; • Nas creches conveniadas, apenas a carne fica a critério do mantenedor, pois recebem os demais alimentos do Departamento de Merenda Escolar e são atendidos por programa do MEC (será explicado posteriormente)
Meta 13. Fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional	<ul style="list-style-type: none"> • A legislação municipal que determina a entrega de material e uniforme escolar orientava a entrega apenas para as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS) e de Ensino Fundamental (EMEFS), não estendo aos CEIS e creches conveniadas.
Meta 14. Incluir as creches ou entidades equivalentes no sistema nacional de estatísticas educacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Foi realizado.
Meta 15. Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Os Conselhos de CEI e da creches conveniadas foram implantados entre os anos de 2005 e 2006.
Meta 18. Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as crianças de CEI/ creche recebiam atendimento em tempo integral, com raras exceções que ocorriam mediante solicitação da família.

Meta 24. Oferta de cursos de formação de professores de educação infantil de nível superior	<ul style="list-style-type: none"> • Para a transformação dos cargos dos profissionais dos CEIS diretos (Professor e Diretor de Escola), houve a formação em nível superior entre 2004 e 2006, porém, para as creches conveniadas não ocorreu.
--	---

Fonte: Franco, com base nos dados retirados das documentações analisadas durante o processo da pesquisa

O Quadro 14 apresenta uma síntese das realizações da Secretaria Municipal de educação com relação às Dimensões dos Indicadores de qualidade que coincidem com os insumos relacionados: à estrutura e ao funcionamento; aos trabalhadores e às trabalhadoras em Educação; à gestão democrática; ao acesso e à permanência na escola, constantes do documento sobre o CAQi, o que compreende três dimensões. Não será possível tratar das outras quatro, por não fazerem parte desta pesquisa.

Quadro 14 - síntese das realizações da Secretaria Municipal de educação com relação às Dimensões dos Indicadores de qualidade na série histórica (2001 – 2012)

DIMENSÕES	AÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL EM RELAÇÃO ÀS DIMENSÕES
DIMENSÃO UM - Planejamento Institucional	Pela documentação analisada foi possível perceber que havia uma proposta pedagógica consolidada, e orientações para a execução de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações, porém, não foi possível averiguar se havia registro da prática educativa
DIMENSÃO CINCO - Espaços, materiais e mobiliários	Foi possível detectar que há orientações e condições financeiras para que haja espaços e mobiliários que favorecem as experiências das crianças, materiais variados e acessíveis às crianças, porém com relação aos espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos, não foi possível averiguar.
DIMENSÃO SEIS - Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais	Todas as orientações legais e documentos disponíveis para a pesquisa evidenciou o investimento na Formação inicial das professoras para todas as professoras dos CEIS/ creches (diretas e conveniadas), formação continuada, para as professoras dos CEIs da rede direta e condições de trabalho adequadas para os profissionais dos CEIs da rede direta.

Fonte: Franco, com base nos dados retirados das documentações analisadas durante o processo da pesquisa

Ao analisarmos os dados dos três quadros 12, 13 e 14 é possível perceber que houve avanços consideráveis nos CEIS da rede direta, inclusive relacionadas ao contido no PNE (2001-2011) e nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006).

Os prédios dos CEIS diretos foram adequados e construídos de acordo com a meta 3 e 4 do PNE, atendendo aos requisitos de infraestrutura definidos conformes os padrões mínimos estabelecidos pela legislação. Atende, também, ao proposto pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, quando o mesmo orienta que os municípios “adotem medidas para garantir que os imóveis onde funcionam as instituições de Educação Infantil estejam em conformidade com os padrões municipais de infraestrutura estabelecidos e de acordo com a Lei de Acessibilidade” (BRASIL, 2006, p. 21).

Com relação à meta 6 do PNE, no tocante à admissão de profissionais qualificados, é possível afirmar que este foi um dos maiores avanços nos CEIS diretos. Nesse aspecto a SME/PMSP atende ao PNE e também aos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, principalmente, no que consta do capítulo sobre as competências dos sistemas de ensino, item c – referente ao município quando orienta que “autorizem apenas a contratação, nas instituições de Educação Infantil, de professores, diretores e coordenadores com a formação exigida” (BRASIL, 2006, p. 21)

Ainda com relação às competências dos municípios, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil definem que

Cabe às secretarias municipais de educação, visando a definir e a implementar a política municipal para a área, em consonância com a legislação vigente e com os princípios expressos na Política Nacional e Estadual de Educação Infantil realizarem programas municipais de formação de todos os profissionais de Educação Infantil de modo contínuo e articulado; promovam a admissão de professores na rede pública somente por meio de concurso; implementem plano de cargos e salários para os profissionais da Educação Infantil; promovam a habilitação exigida pela legislação para os profissionais que ainda não a possuem; promovam a formação continuada dos professores e de outros profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil; garantam a supervisão de todas as instituições de Educação Infantil; garantam a gestão democrática com a implantação de conselhos nas instituições públicas de Educação Infantil, aprimorando as formas de participação da comunidade. (BRASIL, 2006, p. 18-22)

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo ao receber os CEIS da rede direta tomou todas as providências para o atendimento das definições supracitadas assegurando, também, o atendimento das metas 8 e 9 do PNE, o que garante ser uma das redes públicas de creches de maior qualidade do país.

O grande problema constatado nas políticas para creches no município de São Paulo, está relacionado a duas questões básicas, a diferença existente entre a rede direta e a conveniada e no atendimento das crianças que estão fora da creche, ou seja, na garantia de direitos iguais a todas as crianças, da equidade. Nesse sentido Carreira e Pinto afirmam

Todos os recortes dizem respeito às desigualdades sociais construídas historicamente e que se configuram no cotidiano em iniquidade de acesso a recursos, oportunidades, saber e poder formal. Tais desigualdades devem ser reconhecidas e enfrentadas pelas políticas educacionais como um todo e as condições para isso devem estar traduzidas também na política de financiamento educacional. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 31)

Ao considerar a educação infantil de zero a três anos permeada pela perspectiva de educação para todos com garantia de direitos iguais encontra-se discrepâncias na qualidade ofertada entre os CEIS da rede direta e as creches conveniadas. Para demonstrar essa disparidade construiu-se um quadro comparativo entre os CEIS Diretos e as Creches conveniadas utilizando-se de duas categorias de insumos que integram a composição do CAQi. A escolha dessas categorias deveu-se a objetividade com que evidencia as disparidades na oferta.

Torna-se relevante essa constatação visto que “um dos insumos de maior responsabilidade na aprendizagem dos alunos e também de maior peso no cálculo do custo por aluno é o que se refere às condições de trabalho, qualificação e remuneração das e dos profissionais da educação” (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 50). Essa diferenças entre CEIS diretos e creches conveniadas aparecem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo em 2012, conforme Quadro 15.

Quadro 15 - Diferenças entre CEIS diretos e creches conveniadas na SME da PMSP em 2012

INDICADORES	CEIS DIRETOS	CRECHES CONVENIADAS
Formação inicial exigida dos Professores para ingresso	Pedagogia/ Magistério	Pedagogia/ Magistério
Jornada de trabalho do professor	30 horas semanais	40 horas semanais
Equipe de funcionários	A mesma para os dois segmentos	A mesma para os dois segmentos
Plano de carreira para os funcionários	Tem plano de carreira	Não tem plano de carreira
Formação continuada para professores	Garantia de formação permanente na jornada diária	Não tem formação permanente
Número de crianças por sala	O mesma para os dois segmentos	O mesma para os dois segmentos
Especificação dos espaços para as crianças nas creches	Seguem padrões pré-estipulados por lei	Os espaços dos CEIS Indiretos seguem padrões pré-estipulados por lei, porém, as creches particulares conveniadas são adaptados.
Supervisão e acompanhamento	Ocorre a mesma supervisão para os dois segmentos	Ocorre a mesma supervisão para os dois segmentos
Atendimento à demanda	Controle centralizado em SME e nas DRES. Segue a mesma ordem de demanda para os dois segmentos	Controle centralizado em SME e nas DRES. Segue a mesma ordem de demanda para os dois segmentos
Gestão da Unidade	Equipe gestora da Unidade responde à supervisão, a DRE e à SME	Equipe gestora da Unidade responde primeiro à Entidade, depois, à supervisão, a DRE e à SME

Piso salarial/ mínimo em 2012	Piso para ingresso, na primeira referência da carreira – 1.722,28 ⁶⁶ (jornada de 30hs semanais), em dezembro/2012	Valor mínimo - R\$ 1.200,00 (jornada de 40hs semanais), em dezembro/2012
--	---	---

Fonte: Franco, com base nos dados levantados durante a pesquisa.

Pelas informações contidas no Quadro 15 é possível perceber que algumas condições favoráveis identificadas nos CEIS da rede direta, posteriormente, também, se estenderam a rede conveniada como o número de crianças por sala, o controle da demanda, a exigência da formação adequada dos profissionais para ingresso, supervisão e equipe de funcionários. Porém, há diferença de condições de trabalho entre os(as) funcionários(as) dos dois segmentos, o que consequentemente, interfere na qualidade do trabalho desenvolvido. Tal diferença é evidenciada na quantidade de horas que compõe as jornadas dos profissionais em exercício nos dois tipos de equipamentos, o valor salarial e a organização da carreira.

Observa-se que ao mesmo tempo que o município atende as metas do PNE e as regras dos Parâmetros de qualidade para a educação infantil na rede direta, permite que na rede conveniada mantenha seus funcionários com jornadas extensas, sem tempo de formação e planejamento. Cumpre a legislação de um lado, mas de outro, permite a exploração dos funcionários, que influencia negativamente a concretização de uma educação de qualidade nos parâmetros utilizados por esta pesquisa.

Outra questão relevante para constatar as diferenças é o plano de carreira que existe para os funcionários dos CEIS da rede direta, o que não existe para as creches da rede conveniada. Não ter plano de carreira está intimamente ligado a jornada e a formação permanente, além das questões salariais, que no cotidiano das creches é algo que atrapalha o desenvolvimento do trabalho dos profissionais. Haja visto que, quando surge um edital de concurso para a rede de CEIS diretos, há um movimento intenso dos profissionais das creches conveniadas para prestar concurso e mudar de rede, havendo sempre uma debandada de professores da rede conveniada para a rede direta.

A diferença salarial entre as duas redes é crucial, principalmente se ponderarmos que o valor mínimo dos salários das creches conveniadas é de R\$ 1.200,00

⁶⁶ Todos os dados referentes a salário de professor foram retirados do jornal do Sinpeem de dezembro de 2012, disponível no site: <http://www.sinpeem.com.br/sites/arquivos/downloads/jornaleletronico122012.pdf> >

por 40 horas semanais e o **piso** da carreira das Professoras dos CEIS da rede direta é de R\$ 1.722,28 por 30 horas semanais. Ou seja, além do valor do salário inicial da rede direta ser maior, ainda corresponde a uma jornada menor, o que rebaixa ainda mais o salário das professoras da rede conveniada. Acrescenta-se ainda a esta situação, o fato de existir um plano de carreira na rede direta, em que a professora pode aposentar com um salário de R\$ 4.159,23, o mesmo não ocorre com as professoras da rede conveniada.

Por fim, o espaço físico dos CEIs da rede direta e dos CEIs indiretos são padronizados, respeitando a legislação vigente, a Portaria 3479/11 que institui padrões básicos de infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino do Município de São Paulo e determina que seja seguido pelas duas redes diretas e conveniadas, já os espaços das creches particulares conveniadas são adaptados e apesar de passar por aprovação das Comissões das Diretorias Regionais de Educação, é possível notar que pode ocorrer espaços desajustados aos padrões legais. Mesmo porque, no seu artigo 5, da mesma portaria, há uma brecha para que as creches da rede conveniada possam ser instaladas em prédios adaptados com metragem menores ou sem determinados espaços como solário, parque, ou outro espaços.

Art. 5º - Na vistoria das Instituições Privadas de Educação Infantil, para concessão das Autorizações de Funcionamento, deverão ser adotadas, como parâmetro, as especificações constantes do Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Parágrafo Único: No caso de Autorização de Funcionamento em Caráter Provisório, os Padrões instituídos nesta Portaria, poderão constituir-se em elementos norteadores a serem atingidos, observados os mesmos prazos estabelecidos para a autorização em caráter definitivo, desde que asseguradas as condições mínimas de higiene, salubridade e segurança das crianças.

Ocorre que a autorização de funcionamento em caráter provisório, em muitos dos casos, acaba se tornando permanentes diante da realidade da alta demanda a ser atendida e da falta de vagas constantes no município. O que determina muitos prédios em condições precárias de atendimento continuarem funcionando, sempre com a prorrogação do termo de provisoriedade.

Com relação ao atendimento à demanda que está fora das creches e que, também, tem direito a ela, apresentamos o Quadro 16. Por ele se aponta a evolução das matrículas na série histórica analisada (2002 – 2012), organizadas segundo as esferas

administrativas: pública e privada, com base no Censo-escolar – Inep e na demanda não atendida conforme informações do sistema on-line da SME.

Quadro 16 - Evolução das Matrículas municipais e demanda não atendida – Educação infantil - 2002 - 2012

ANO	PÚBLICA	PRIVADA	Comparação do crescimento da demanda em termos de porcentagem %	TOTAL	DEMANDA NÃO ATENDIDA*
2002	24.367	78.502	69%	102.869	
2003	37.163	85.953	57%	123.116	
2004	44.796	93.073	52%	123.116	
2005	35.967	104.013	66%	139.980	
2006	27.525	68.199	60%	95.724	84.408
2007	33.537	81.916	59%	115.453	79.231
2008	41.040	107.825	62%	150.865	57.607
2009	43.182	116.254	63%	159.436	74.707
2010	42.779	127.093	66%	169.872	100.401
2011	55.218	189.588	71%	244.806	97.751
2012	60.278	200.983	60%	261.261	93.814

Fonte: Franco, com base nos dados de < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> > e < <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Demanda-Escolar> > pesquisa realizada em 04/04/2015.

*demanda não atendida só apresenta registro a partir de 2006 após exigência legal.

Com a regulamentação do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, por meio da Lei nº. 11.494/2007, toda a educação básica recebe cotas específicas de recursos de acordo com a etapa e modalidade de atendimento. Se por um lado o FUNDEB potencializa a melhoria do atendimento, via especificação de valor destinado para a educação infantil, por outro a mesma medida permite a transferência deste recurso para as “instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, desde que conveniadas com o poder público sem prazo de validade para o fim desta inclusão”. (ARELARO, 2008 p.60)

Pelos dados do Quadro 16 é possível afirmar que a meta 1 do PNE foi atingida no município de São Paulo, pois, atendeu ao propósito de “ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade [...] e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos”. (BRASIL, 2001), porém, diante do tamanho do município, a demanda ainda não atendida é imensa, o que causa grandes problemas a administração pública e à população.

Entretanto, a situação foi se avolumando de tal forma que gerou processo junto à Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da iniciativa das organizações que compõem o Movimento Creche para Todos e uma das componentes desse movimento é a ONG Ação Educativa⁶⁷. O processo teve início em 2008 e ainda corre na justiça (2015), com encaminhamentos de ações voltadas a um plano de expansão de vagas no município.

A ação que encabeça o processo em análise no TJ-SP e que levou à inédita convocação da audiência pública foi proposta ainda em 2008, na gestão do prefeito Gilberto Kassab, e requeria liminar para a matrícula de centenas de crianças cadastradas pelo Movimento e a apresentação de plano de expansão de vagas e de construção de unidades de educação infantil em número suficiente para atender a toda a demanda. No pedido final, requeria também que o Município fosse obrigado a implementar o plano de expansão e qualificação por ele apresentado ao Judiciário, assegurando-se o atendimento da demanda cadastrada e ao menos o alcance das metas mínimas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (já que São Paulo não tem plano de educação próprio). (AÇÃO EDUCATIVA, 2013)

Sem solução para o problema da falta de vagas juntou-se ao processo de 2008 uma outra Ação em 2010

A segunda Ação em discussão atualmente no TJSP, proposta em 2010 em decorrência de novas mobilizações impulsionadas pelo Movimento, requeria, além da apresentação pelo Município de plano público de expansão e qualificação, o estabelecimento de um prazo máximo de espera por vaga após o cadastramento de cada criança e a inclusão, nas leis orçamentárias anuais e plurianuais, de rubrica específica com previsão de valores financeiros suficientes para assegurar o cumprimento do plano público, garantindo-se progressivamente o acesso, nas proximidades de suas residências e com garantia de qualidade, a todas as crianças potencialmente demandantes. (AÇÃO EDUCATIVA, 2013)

⁶⁷ As informações e textos referentes a Ação Educativa foram retiradas do site da própria instituição: <http://www.acaoeducativa.org/index.php/educacao/51-acao-na-justica/10004848-tj-sp-determina-que-prefeitura-de-sp-crie-150-mil-novas-vagas-em-educacao-infantil-ate-2016> em 01/10/2015.

Mobilizado pelas ações na justiça, o Ministério Público realizou várias iniciativas como encontros, audiências públicas, com vistas a incidir sobre as decisões de intimação do governo municipal para o atendimento da demanda considerando as orientações do MEC sobre educação de qualidade como sinalizado pelos Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil.

De acordo com a Ação educativa, entidade que protagonizou essas reivindicações:

A decisão prevê também que seja garantida a oferta em tempo integral e cumpridos os parâmetros básicos de qualidade editados pelo Ministério da Educação (MEC) e previstos nas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação⁶⁸. Metade dessas vagas deverá ser assegurada no prazo máximo de 18 meses. (AÇÃO EDUCATIVA, 2013)

Uma das iniciativas que merece relevância, no sentido de acompanhar e fiscalizar o atendimento do plano de expansão de vagas para creches, foi a criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil - GTIEI⁶⁹ que acompanha as ações do governo municipal no cumprimento das determinações judiciais elencadas no processo.

É importante salientar que essas ações trouxeram à público um

quadro amplo sobre a situação de exclusão e a precariedade no atendimento. A iniciativa se deu a partir do diagnóstico dos entraves à efetivação do direito à educação infantil, envolvendo a judicialização intensa no Município pelo acesso a esse direito; a preocupação com a qualidade da educação infantil oferecida pelo poder público; a ausência de planejamento público e informações que possibilitem o controle social das ações voltadas à ampliação do direito à educação infantil no Município. (AÇÃO EDUCATIVA, 2013)

Apesar da demanda não atendida ser cadastrada no sistema on-line da Secretaria Municipal de Educação, em atendimento à legislação, esses dados são duvidosos. Um exemplo disso está na matéria postada no site da ONG Ação Educativa em 28/11/2012

O último dado divulgado pela Secretaria Municipal de Educação aponta para uma lista de 145 mil crianças em espera por uma vaga em creches da rede municipal. Além do número oficial, há uma estimativa de que a demanda por vagas neste segmento chegue a 250 mil, dado o

⁶⁸ As diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação podem ser consultadas no site: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2010-pdf/4849-diretrizes-curriculares-cne>.

⁶⁹ O GTIEI é formado pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo; pelo Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC) do Ministério Público do Estado de São Paulo; por Rubens Naves, Santos Jr e Hesketh – Escritórios Associados de Advocacia; e pelo Grupo de Trabalho de Educação da Rede Nossa São Paulo”. (AÇÃO EDUCATIVA, 2013). O Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo – FEMEISP foi agregado ao GT.

desestímulo ao cadastramento. Apesar disso, não há previsão orçamentária específica, nem um plano público de expansão e qualificação da política de educação infantil para enfrentar esse problema. (AÇÃO EDUCATIVA, 2013) <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/todas-noticias/10004584-membros-do-sistema-de-justica-discutem-acoes-em-prol-da-educacao-infantil-em-sp>)

Se em novembro de 2012 a SME apontava uma lista de 145 mil crianças a espera de vaga, como em dezembro do mesmo ano essa demanda poderia estar em 93.814 conforme Quadro 16, com dados retirados do próprio sistema da SME? Isso, sem contar com a outra informação do texto que segundo órgãos não oficiais a demanda não atendida estava próxima dos 250 mil. Ou seja, mesmo com as informações desconstruídas há uma certeza de que o município necessita urgentemente ampliar as vagas por maior que seja sua rede de creches. Outra conclusão é que o quadro apresentado dificulta a efetivação dos direitos à educação infantil no município, pois, não se percebe um esforço na melhoria da qualidade da educação infantil oferecida pelo poder público, visto que há ausência de planejamento para a expansão das vagas, assim como o desencontro de informações, dificultando o controle social das ações voltadas à ampliação dos direitos à educação infantil no Município.

4.3. Execução orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura São Paulo com os CEIS diretos e CEIS indiretos/ creches particulares conveniadas (2002-2012)

O orçamento do município de São Paulo destina 31% para a Educação, sendo no mínimo, 25% da maneira como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e 6% em Educação Inclusiva, conforme determinação da Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOM) de 04/04/1990.

Em São Paulo, a execução dos recursos compreendidos nos 31% de impostos e transferências destinados à Educação é compartilhada por várias secretarias. A maior parte desses recursos é executada pela Secretaria Municipal de Educação – SME, responsável, principalmente, pela organização e manutenção dos ensinos fundamental, infantil e especial. Dessa forma, a manutenção das escolas, os salários dos professores, transporte escolar e obras estão previstos em seu orçamento.

Existem, contudo, outras despesas que contam com recursos da Educação, mas são administradas por outros órgãos. A despesa com merenda escolar, por exemplo, é executada pela Secretaria Municipal de Gestão – SMG, como também a despesa com vencimentos dos inativos da educação, a qual é paga por meio do órgão Encargos Gerais do

Município. Já a despesa do Programa de Renda Mínima é administrada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. (SME, 2015, http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/orcamento/Entendend_o_planilha.pdf - acesso em 01/10/2015)

Dentre a parte que é executada pela SME estão duas dotações específicas para a Educação Infantil – Creche: Uma destinada aos CEIS diretos e outra destinada a Convênios para Operação e Manutenção de CEIS e Creches, ou seja às conveniadas. Os dados organizados para análise foram referenciados nessas duas dotações.

Essa diferenciação busca evidenciar o movimento e os volumes de fundos públicos que são repassados para o setor privado ofertar a educação infantil. Condição estimulada, no período, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

as alterações na gestão pública decorrentes da Emenda Constitucional nº. 19, de 04 de junho de 1998 e, mais diretamente no caso dos municípios, da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº. 101/2000. Este último, ao delimitar os gastos do poder público, também induziu o aumento das parcerias entre os municípios e o setor privado, em especial, quando fixou o gasto com Pessoal em 60% dos Orçamentos públicos; exigências que estimulam a opção pela terceirização dos serviços. (ADRIÃO, 2008, p. 5). In <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/105>

Para Arelaro et al (2004)

A LRF, aprovada não por acaso em 2000, sucede a uma série de legislações polêmicas, das quais destacaremos algumas da área educacional ou que a atingem: 1) a Emenda Constitucional nº 14/96, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e altera as funções de atuação do Ministério de Educação (MEC), junto às esferas públicas estadual e municipal; [...] 4) a Emenda Constitucional nº. 19/98, que reestrutura o aparelho de Estado, através da modificação do regime e dos princípios e normas da Administração Pública, através da qual professores e médicos do Brasil ficaram sabendo que não eram mais considerados funcionários públicos “indispensáveis”, cabendo tal designação somente aos policiais e aos auditores, até porque os “serviços” dos primeiros podem ser executados por terceiros. (CAMARGO; ARELARO; HORODYNSKI-MATSUSHIGUE; HELENE, 2004, p. 34)

Em 2006, com a instituição do Fundeb, que substituiu o Fundef, e passou a abranger também a educação infantil, ocorreu mais um incentivo para a ampliação das parcerias no atendimento da criança de zero a três anos. Essa situação acontece em

função da grande diferença de custos entre um CEI da rede direta e uma creche conveniada. Isso fica evidente se considerarmos que uma criança em tempo integral, na creche, custa muito mais do que um aluno das séries iniciais em tempo parcial, na escola, de acordo com estudo realizado por Carreira e Pinto (2007, p. 111). Nesse caso, o valor estimado é de 2,4 superior ao das séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, “o CAQi da creche se encontra bem acima dos demais, o que se explica pela jornada integral e pelo pequeno número de crianças por adulto, como mencionado anteriormente”. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 110)

É possível observar na análise dos dados constantes nas Tabelas 14 e 15, que essa diferença de custos entre uma rede e outra induz os municípios a investirem na rede conveniada, como explica Bassi:

Não obstante, os fatores de ponderação diferenciados entre si e subdimensionados devem induzir determinados comportamentos no ritmo e direção da oferta pública de educação infantil. Pode-se esperar, por exemplo, que as prefeituras, diante do elevado custo de manutenção das creches públicas, não coberto pelo Fundeb, e da obrigação legal de atender à demanda crescente da população pela educação infantil, sejam induzidas a investir na expansão do conveniamento – menos oneroso para os cofres públicos, mas com a contrapartida de um atendimento precário. O apoio financeiro de muitas prefeituras às instituições filantrópicas conveniadas é muito diverso e, na maioria das vezes, bastante inferior ao valor por aluno recebido do Fundeb, relativo a essas matrículas. (BASSI, 2011, p. 122)

A exemplo do observado por Bassi, o município de São Paulo, justifica a ampliação da rede conveniada em número maior do que a rede direta exatamente com o argumento de custo e agilidade para o atendimento da demanda, principalmente, diante do plano de expansão imposto pelo Ministério Público.

As tabelas 14, 15, 16 e 17 expõe os gastos municipais com as creches conveniadas (14) e com os CEIS diretos (15) na série histórica analisada (2002 – 2012). Por estas tabelas é possível comparar as diferenças entre as duas redes e observar o valor criança/ ano. Esse valor refere-se ao custo criança ano no município de São Paulo calculado pelo valor da despesa em creche dividido pelo número de alunos matriculados.

Tabela – 14 - Despesas realizadas com as creches conveniadas (CEIS indiretos e creches particulares conveniadas): 2002 à 2012

ANO	Valores atualizados	Matriculas	Valor criança/ano
2002	178.587.008	78.502	2.274,93
2003	189.491.345	85.953	2.204,59
2004	199.741.826	93.073	2.146,07
2005	228.592.403	104.013	2.197,72
2006	268.517.653	68.199	3.937,26
2007	347.036.341	81.916	4.236,49
2008	447.251.033	107.825	4.147,93
2009	509.259.450	116.254	4.380,57
2010	611.555.317	127.093	4.811,87
2011	755.724.827	189.588	3.986,14
2012	908.451.716	200.983	4.420,04

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária da PMSP - SEO/NOVOSEO/SOF e do Censo Escolar/INEP. Notas: Valores Atualizados pelo IPC/FIPE (valor executado no ano / índice dezembro do ano).

A tabela 14 nos informa que houve uma ampliação substancial dos recursos destinados às creches conveniadas no ano de 2007 comparados com 2006, provavelmente como reflexo do FUNDEB. Percebe-se, também, a ampliação da matrícula em 2005, com uma queda em 2006, porém, há um crescimento equilibrado nos anos seguintes

Tabela – 15 - Despesas realizadas com os CEIS da rede direta: 2002 à 2012

ANO	Valores atualizados	Matriculas	Valor criança/ano
2002	238.214.138	24.367	9.776,09
2003	260.176.048	37.163	7.000,94
2004	324.079.402	44.796	7.234,56
2005	390.419.237	35.967	10.854,92
2006	472.426.901	27.525	17.163,55
2007	606.230.566	33.537	18.076,46
2008	727.790.306	41.040	17.733,68
2009	737.756.255	43.182	17.084,80
2010	873.030.735	42.779	20.407,92
2011	924.174.753	55.218	16.736,83
2012	950.783.463	60.278	15.773,30

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária da PMSP - SEO/NOVOSEO/SOF e do Censo Escolar/INEP. Notas: valores atualizados pelo IPC/FIPE (valor executado no ano / índice dezembro do ano)

A tabela 15 demonstra um crescimento importante nos gastos de 2007 comparados aos de 2006, da mesma forma que ocorreu com as creches conveniadas, porém em proporção maior. Observa-se também, uma constância nas matrículas na série histórica.

No período examinado as matrículas de creche no município de São Paulo apresentaram significativas alterações. Houve crescimento simultâneo das matrículas nos CEIs diretos e nas creches conveniadas, porém, as creches conveniadas cresceram, em média, 62% a mais que os CEIS diretos.

A tabela 16, apresenta a diferença de valores em porcentagem (%), gastos com os CEIS diretos e as creches conveniadas.

Tabela – 16 – Diferença de valores dos recursos gastos com os CEIS diretos e às creches conveniadas em porcentagem (%)

ANO	Valores atualizados Creches conveniadas	Valores atualizados CEIS diretos	Diferença de recursos entre as duas redes em %
2002	178.587.008	238.214.138	25%
2003	189.491.345	260.176.048	27%
2004	199.741.826	324.079.402	39%
2005	228.592.403	390.419.237	42%
2006	268.517.653	472.426.901	42%
2007	347.036.341	606.230.566	43%
2008	447.251.033	727.790.306	39%
2009	509.259.450	737.756.255	31%
2010	611.555.317	873.030.735	30%
2011	755.724.827	924.174.753	18%
2012	908.451.716	950.783.463	5%

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária da PMSP - SEO/NOVOSEO/SOF e do Censo Escolar/INEP.

A tabela 16 demonstra que, na série histórica (2001 – 2012), houve um investimento médio de 31% a mais nos CEIS diretos, comparado às creches particulares conveniadas. Porém, os CEIS diretos atenderam 38% a menos, nas matrículas, que as creches conveniadas. Essa ocorrência pode ser justificada pelo fato do valor criança das creches conveniadas ser menor que o das crianças dos CEIS da rede direta.

A tabela 17 demonstra a diferença de valores criança/ano, em porcentagem (%), entre os CEIS diretos e as creches conveniadas.

Tabela – 17 – Diferença de valores criança/ano de CEIS diretos e creches conveniadas em porcentagem (%)

ANO	Valor criança/ano CEIS diretos	Valor criança/ano Creches Conveniadas	Diferença de valor criança entre as duas redes em %
2002	9.776,09	2.274,93	77%
2003	7.000,94	2.204,59	69%
2004	7.234,56	2.146,07	71%
2005	10.854,92	2.197,72	494%
2006	17.163,55	3.937,26	435%
2007	18.076,46	4.236,49	426%
2008	17.733,68	4.147,93	427%
2009	17.084,80	4.380,57	390%
2010	20.407,92	4.811,87	424%
2011	16.736,83	3.986,14	419%
2012	15.773,30	4.420,04	356%

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema de Execução Orçamentária da PMSP - SEO/NOVOSEO/SOF e do Censo Escolar/INEP.

Durante a série histórica (2001-2012) as crianças dos CEIS da rede direta apresentam valor maior que as crianças das creches conveniadas numa média de 326%. Porém no ano de 2005, é que aparece a maior diferença entre as duas redes, cujo índice é de 494%. Na pesquisa realizada não foi possível detectar a razão desse índice.

Os dados vêm corroborar as pesquisas que indicam a desigualdade no gasto efetuado por meio dos convênios, o que explicitando a desigualdade nas condições de expansão e de manutenção das redes e no tratamento das crianças paulistanas: em média o gasto aluno ano de uma creche direta equivale ao custo de três crianças em creches conveniadas.

Considera-se, ainda que houve mudanças significativas em 2011 no volume de recursos distribuídos para os convênios, porém, apesar de ter aumentado a diferença o custo aluno se manteve com grande diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou caracterizar e analisar os primeiros dez anos, de 2002 a 2012, das creches na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, contextualizando o seu processo de integração. Na perspectiva de entender o contexto buscou-se olhar para a expansão do atendimento, comparando as matrículas públicas com as conveniadas, os tipos e convênios, estrutura e funcionamento das duas redes (direta e conveniada) e questões relacionadas aos recursos destinados.

O primeiro aspecto importante a ressaltar é que se evidenciou a existência duas “redes” distintas de creche no município de São Paulo. A rede de CEIS diretos, em que há infraestrutura consistente, com garantias de espaços adequados, funcionários com plano de carreira, jornada de trabalho de 30 horas semanais para professores, com tempo para formação permanente e demais condições necessárias para a garantia de direitos das crianças e dos profissionais.

A outra “rede” é a de creches conveniadas, compreendida pelos CEIS indiretos e creches particulares conveniadas. Enfatizamos que a rede de creches conveniadas, convivem com realidade e condições de trabalho para os profissionais bem divergente da rede direta. A exemplo da jornada de trabalho dos professores que é de 40 horas semanais com criança, sem tempo específico para formação permanente, os profissionais não têm plano de carreira, nas creches particulares conveniadas os espaços são adaptados, e muitos deles sem condições para o bem-estar das crianças. Os dados evidenciam que esses “dois horizontes” paralelos dicotomizam o atendimento às crianças de zero a três anos no município, não garantindo os mesmos direitos nem às crianças, nem aos profissionais, onde o princípio da isonomia não acontece.

Diante dos dados apresentados, também, é possível concluir que houve uma ampliação do atendimento nas duas redes: direta e conveniada, porém o crescimento maior foi por meio da rede conveniada. Importante confirmar o crescimento do setor privado na oferta de creche em São Paulo identificada por Domiciano, Franco e Adrião (2011). A ampliação via convênio foi a opção do município, principalmente nas gestões José Serra (PSDB) /Kassab (DEM), de 2005 a 2012, em que é perceptível a responsabilização das esferas privadas pela oferta de creche por meio da subvenção pública. A evidência dos dados pode ser averiguada no Quadro 16, que apresenta o crescimento anual de cada rede.

**Quadro 17 – ampliação das redes físicas dos CEIS diretos e das creches conveniadas
(2002 – 2012)**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CEI DIRETO	10	19	30	07	00	05	08	10	01	00	00
CEI INDIRETO	00	21	21	17	03	53	21	03	09	07	06
CRECHE PART. CONV.	15	24	02	61	56	73	69	69	65	69	54
TOTAL CONVENIOS	15	45	23	78	59	126	90	72	74	76	60

Fonte: Franco, com base nos dados do sistema escola on-line (Eol) de 28/07/2012 oferecidos pelo responsável do sistema na SME, em 10/04/2015.

Outro fato constatado, e que é possível perceber no quadro 17, é que, nos anos de 2008 à 2012, com exceção de 2010, o município de São Paulo atendia os 50% da demanda registrada oficialmente, conforme orientava a meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE Lei No 10.172/01, “ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos”. (BRASIL, 2001).

Porém, São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil, com a maior rede de creches do país o que significa uma necessidade de atendimento muito maior, compara a outros grandes centros urbanos, nesse sentido, atender 50% das crianças de zero a seis anos não é um dado que demonstra grandes avanços neste caso, porque quando se refere a uma demanda não atendida de 93.814 (em 2012) significa uma quantidade consistente de crianças bem pequena sem garantia de seus direitos.

Quadro 18 – Total de matrícula e demanda não atendida na série histórica – 2002 - 2012

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TOTAL Matrícula	102.869	123.116	123.116	139.980	95.724	115.453	150.865	159.436	169.872	244806	261261
TOTAL Demanda não atendida	*	*	*	*	84.408	79.231	57.607	74.707	100.401	97.751	93.814

Fonte: Franco, com base nos dados do Sistema Escola Online (Eol) - 28/07/2012 disponível no site: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Demanda-Escolar>>, através de pesquisa realizada em 10/04/2015.

Para garantir o acesso dessas crianças às creches o município investiu na rede conveniada, por meio da qual o resultado é mais rápido, “menos onerosas e demandam menos esforços da administração pública municipal” (COSTA; BORGHI, 2013, p. 1026). Ou seja, garante-se o atendimento de menor qualidade justificado pelas questões orçamentárias e da necessidade emergencial, alegando que está oferecendo a vaga gratuitamente aos usuários do serviço conveniado, transferindo a responsabilidade do setor público para a iniciativa privada, indicando que

A dita publicização é, na verdade, a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (conjunto de “entidades públicas não-estatais”, mas regido pelo direito civil privado) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado.” (BORGHI; ADRIÃO; ARELARO, 2009, p. 17)

Durante a coleta de dados foi possível perceber que, embora toda documentação legal demonstre que as instituições são sem fins lucrativos, os vários tipos de subsídios repassados às entidades, podem favorecer a instituição a ter excedentes, principalmente pelo fato das portarias deixarem brechas para o uso dos recursos e na forma da prestação de contas.

Sobre a possibilidade da ampliação da oferta de vagas via convênios ter sido influenciada pelo FUNDEB, conclui-se que no município de São Paulo, também, ocorreu. Haja visto que, na série histórica analisada (2002-2012), a partir de 2006 constata-se um crescimento maior do atendimento da demanda por meio dos convênios e na rede direta há uma diminuição de ampliação de prédios de creche e um linearidade das matrículas.

Para concluir este trabalho de pesquisa gostaria de ressaltar que apesar das evidências de que a rede de creches diretas tem maior qualidade do que a rede conveniada, no município de São Paulo algumas contradições são relevantes neste processo:

Se comparada ao diagnóstico da educação infantil no Brasil, constante do PNE 2001-2011, como por exemplo, quando relata que a maioria das creches do país “não conta com profissionais qualificados, não desenvolve programa educacional, não dispõe de mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados” (BRASIL, 2001), ou que há problemas sérios de infraestrutura como falta de energia elétrica, e “mais grave é que 58% das crianças frequentam estabelecimento sem sanitário adequado” (BRASIL, 2001), entre outros problemas, pode-se afirmar que as creches do

município de São Paulo tem um padrão de atendimento de qualidade, e serve como exemplo a ser seguido por vários municípios de nosso país.

Porém, se comparada ao atendimento oferecido pelas outras etapas da educação básica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIS e Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEFS, os CEIS e as creches conveniadas estão aquém do padrão do município. Visto que, por exemplo, o Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – PEIEF, pode circular pelas duas instâncias – EMEIS e EMEFS, já o Professor de Educação infantil – PEI, não tem essa mesma mobilidade, devendo permanecer, apenas no CEI. Isso sem contar que os professores da rede conveniada não podem participar de nada, pois, não são concursado e não são funcionários públicos da rede municipal de ensino.

Outras questões importantes com relação às diferenças entre as etapas da educação básica no município de São Paulo referem-se aos direitos:

a) Ao Transporte Escolar gratuito – TEG⁷⁰ que embora fosse destinado ao Ensino fundamental e à Educação Infantil, não contemplava os CEIS diretos, muito menos as creches conveniadas. Quando diz Educação Infantil refere-se às EMEIS;

b) Uniforme⁷¹ e kit de material escolar⁷², eram entregues para alunos das EMEIS e EMEFS, não chegando aos CEIS e às creches conveniadas;

c) O atendimento à criança com deficiência, conforme explicitado no capítulo II, devido às condições de trabalho desenvolvido no município não “cobria” as creches conveniadas;

O que é possível inferir da realidade analisada é que os CEIS e as creches do município de São Paulo, apesar das suas desigualdades internas, podem ser consideradas como uma das melhores redes de creches do Brasil, porém, sofrem discriminação dentro da Educação Básica local, na medida em que, não desfruta dos mesmos direitos conquistados para as crianças e funcionários das Escolas Municipais de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Conclui-se que ainda há necessidade de investimento para que o atendimento institucionalizado à criança de zero a três anos seja de qualidade para

⁷⁰ O programa de Transporte Escolar Gratuito - TEG - foi criado pela Prefeitura de São Paulo a partir do Decreto 41.391, de 2001, substituído depois pela Lei 13.697 de 2003, cujo objetivo principal do programa é garantir o acesso seguro à escola a alunos carentes matriculados na rede municipal de educação infantil e ensino fundamental.
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/saiba_como_e_e_como_funciona/transporte_escolar_gratuito/index.php?p=3878

⁷¹ Uniforme Escolar – Leis municipal nº 13.371, de 4 de junho de 2002

⁷² Kit de Material Escolar - Lei municipal nº 13.323/ 2002

todas, que haja equidade, garantindo os direitos apresentados na legislação brasileira, mas que nem sempre chega a totalidade das crianças paulistanas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, p.67-86, 2007.

AÇÃO EDUCATIVA. **Membros do sistema de Justiça discutem ações em prol da Educação Infantil em SP**. 2013. Localizado em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/todas-noticias/10004584-membros-do-sistema-de-justica-discutem-acoes-em-prol-da-educacao-infantil-em-sp>>. Acesso em setembro de 2015.

ADRIÃO, T. **Educação e Produtividade**: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.

_____. **Estratégias Municipais para a oferta da educação Básica**: Análise das parcerias público-privado no Estado de São Paulo. Relatório de Pesquisa. Fapesp, 2009.

_____; ARELARO, L.; BORGUI, R. A relação público-privada na oferta da educação: continuidades e rupturas. In: **Anais do XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Políticas e Administração da Educação**, 2009.

_____; BEZERRA, E. P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, maio/ago. p. 256-268, 2013.

_____; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO L. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, abr.-jun. p. 533-549, 2012.

ANDRÉ, M. E. D. A.; LUDKE, M. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

ARELARO, L. A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008, p.51-66.

_____; HORODYNSKI-MATSUSHIGUE, L. B.; HELENE, O.; CAMARGO, R. B. Passando a limpo o financiamento da educação nacional: algumas considerações. In: **Revista Adusp**, p. 30-42, abr. 2004.

BALL, S. J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, jul./dez., 2001, p.99-116.

BASSI, M. E. Financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 41 n. 142, jan./abr., 2011. p. 116-141.

BRASIL. Emenda Constitucional nº. 19, de 4 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do

Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jun. 1998.

_____. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jun. 1990.

_____. Lei nº. 8.660, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jun. 1993.

_____. Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 dez. 1993.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996.

_____. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001.

_____. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, nº. 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº. 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jun. 2007.

_____. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. **Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Vol. 1 e 2. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BORGHI, R.; ADRIÃO, T.; ARELARO, L. A relação público-privada na oferta da Educação infantil: continuidades e rupturas. In: **Direitos Humanos e Cidadania: desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação**, 2009, Vitória. XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, Anpae, 2009. v. 08. p. 1-19.

CAMARGO, R. B.; GOUVEIA, A. B.; GIL, J.; MINHOTO, M. A. P. Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v.25, n.2, p. 341-363, mai./ago. 2009.

_____. **Gestão democrática e qualidade de ensino: o Conselho de Escola e a Interdisciplinaridade nas escolas do município de São Paulo (1989 - 1992)**,

1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

CAMPOS, M. M. As organizações não governamentais e a educação pré-escolar. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº. 67, p.17-22, nov. São Paulo, 1988.

_____. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 43 nº. 148, jan./abr. p. 22-43, 2013.

_____; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 2006.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. **Custo aluno-qualidade inicial, rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CHESNAIS, F. (Org.). Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

COMISSÃO INTERSECRETARIAL 1. SME/SAS/PMSP. Secretaria Municipal de Educação/ Secretaria de Assistência Social. **Considerações sobre o desenvolvimento histórico de creche** – Versão Preliminar. São Paulo, 2001.

CORRÊA, B. C. A educação infantil. In. OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. Considerações sobre qualidade na educação infantil. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.º. 119, p. 85-112, jul. 2003.

_____; ADRIÃO, Theresa. Direito à educação de criança de até 6 anos enfrenta contradições. In: **Revista Adusp**, p. 06-13. Set. 2010.

COSTA, B. A.; BORGHI, R. F. O atendimento da educação infantil via conveniamento: um estudo das justificativas municipais. In: Revista on-line **Atos de pesquisa em educação** - PPGE/ME, ISSN 1809-0354 v. 8, n. 3, p.1019-1032, set./dez. 2013.

DAHLBERG, G.; MOSS, P. e PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003;

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. In: **Educação, sociedade & cultura**, Porto, nº. 2 p.109-139, 1994.

DOMICIANO, C. A.; FRANCO, D. S.; ADRIÃO, T. A educação infantil de zero a três anos. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, nº 9, p. 309-327, jul/dez. 2011.

DONATO, A. A descentralização em São Paulo. In: GASPAR, R.; GARIBE, R.; AKERMAN, M. (Org). **Espaço urbano e inclusão social: a gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004)**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, p. 35-42.

DONZELOT, J. **A política das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

EMPLASA; SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO. **Por dentro da Região Metropolitana de São Paulo**, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/RMSP/rmsp.pdf>>. Acesso em 15 set. 2014.

FRANCO, Dalva de Souza. **Gestão de creches para além da Assistência Social: Transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004**. 2009. 189 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GENTILI, P. (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GREPPE UNICAMP. **Blog do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**. Disponível em: <<http://greppe.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 out. 2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HILL, D. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, p.24-59, jul./dez. 2003.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **São Paulo**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

JACOB, P. Administração municipal, descentralização e participação: Uma agenda de questões e indagações no contexto da transição. In: **XIII Encontro Anual da ANPOCS**. GT: Lutas urbanas, estado e cidadania. Caxambu – MG, 1989.

KAPPEL, M. D. B., CARVALHO, M. C.; KRAMER, S. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº. 16 Jan./Fev./Mar./Abr. 2001.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MACÊDO, L. C. de; DIAS, A. A. A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v.27, n.2, p. 165-184, maio/ago. 2011.

MARTINS, M. L. R. **Descentralização e Subprefeituras em São Paulo: experiência da gestão 1989-1992**: Prefeita Luiza Erundina de Souza. (Texto preparado para

pesquisa Pnud, não publicada). Disponível em:
<http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/martins_descentralizaerundi na.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

MOMMA-BARDELA, A. M.; PALMEN, S. H. C.; BRYAN, N. A. P. Políticas públicas de educação infantil em campinas: tessituras sobre a coexistência de diferentes e diversas formas de organização. In: **Revista Exitus**, Vol. 4, nº.1, Jan./Jun. p. 33- 57, 2014.

MOSS, P. Para além do problema com qualidade. In. MACHADO. M. L. de A. (org). **Encontros e Desencontros em Educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, Iracema (Coord.). **Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito?**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011.

PARO, V. H. **O caráter político e administrativo das práticas Cotidianas na escola pública**. In: **Aberto**, Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992. Localizado em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/792/711>>. Acesso em 12/10/2015.

PEREZ, M. A. **Inclusão social através da educação** - Um estudo do programa “Centro Educacional Unificado” na cidade de São Paulo. 2010. 505p. Tese de Doutorado - Fachbereich 2 Erziehungswissenschaft – Psychologie da Universidade de Siegen. Alemanha.

PERONI, V. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In. ADRIÃO Theresa, PERONI, Vera. (Orgs). **Público e privado na Educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

PETRONE, P. **A Cidade de São Paulo no Século XX**. Disponível em:
<www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/36445/39168>. Acesso em 10/08/2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Conheça um pouco mais as Subprefeituras da Cidade de São Paulo**. Disponível em:
<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/index.php?p=8978>>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. **Documentos**. Demanda. Disponível em:
<<http://www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/demanda>>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. **Diretorias Regionais de Educação**. Disponível em:
<<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Enderecos>>. Acesso em 06 jul. 2014.

_____. **Números da Secretaria**. Disponível em:
<<http://www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/AnonimoSistema/BannerTexto.aspx?MenuBannerID=22>>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. **Organograma.** Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Organograma>>. Acesso em 16 set. 2014.

_____. **Os prefeitos de São Paulo.** Disponível em: <http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. **Prefeitura de São Paulo.** Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/>>. Acesso em 06 jul. 2014.

_____. **Secretaria.** Diretorias Regionais de Educação. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Diretorias-Regionais-de-Educacao>>. Acesso em 17 set. 2014.

_____. **Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.** O que é. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/organizacao/>>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. **Unidades educacionais.** Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Unidades-Educacionais-1>>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. SME/DOT. Gestão, currículo e diversidade. In: **Revista EducAção**, nº. 5, SME São Paulo, 2004.

ROBERTSON, S; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. In: **Educação e Sociedade**., Campinas, v.33, nº.121, p.1133-1156, out./dez., 2012.

ROSEMBERG F. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 107, p. 7-40, julho/1999 Disponível em <www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a01.pdf>. Acesso em 12/10/2015.

SANCHES, E. C. **Creche:** realidade e ambiguidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

São Paulo Imagens 3D Google Maps. Mapa 3D de São Paulo. (Internet). Disponível em <http://www.carapina.com.br/capitais/sao_paulo/rmsp_regiao_metropolitana_sao_paulo.html>. Acesso em: 25 out. 2014.

SÃO PAULO (Município). Lei Orgânica do Município de São Paulo – LOM, de 04 de Abril de 1990. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1990.

_____. Decreto nº. 4.457, de 17 de novembro de 2000. Dispõe sobre a competência de SAS para supervisionar creches da rede direta/indireta/conveniada para atendimento de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 18 nov. 2000.

_____. Decreto nº. 40.268, 31 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a efetivação de diretrizes de integração das creches ao Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 01 fev. 2001.

_____. Lei nº. 13.399, 01 de agosto de 2002. Dispõe sobre a criação de subprefeituras no município de São Paulo, e dá outras providências. (PL 546/01). **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 01 ago. 2002.

_____. Lei nº. 11.229, 26 de junho 1992. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 1992.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Portaria intersecretarial 09/00. Dispõe sobre política de atendimento às crianças nas creches da rede direta/indireta/conveniadas, para integração no Sistema Municipal de Educação. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2000.

_____. Comunicado nº. 01 da Comissão intersecretarial SME/SAS. Dispõe sobre o Plano de integração das creches ao sistema municipal de ensino. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2001.

_____. Portaria intersecretarial 06/01 – SAS/SME. Critérios de atendimento da demanda nos CEIS da rede direta/indireta e das CRECHES/CEIS particulares conveniadas para 2002. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 30 nov. 2001.

_____. Portaria intersecretarial 01/02. Dispõe que a celebração de convênios com Creches/CEIS é de competência de SAS até 31/12/02. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2002.

_____. Portaria intersecretarial 03/02. Institui a comissão intersecretarial com representantes de SAS e SME para efetuar trabalho referente a acompanhamento do processo de celebração de novos convênios, elaboração de propostas sobre convênios. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 2002.

_____. Portaria intersecretarial 04/02. Institui normas gerais para celebração de convênios no âmbito da secretaria municipal de assistência social e da secretaria municipal de educação, com entidades e organizações da sociedade civil que atendam crianças na faixa etária de 0 a 6 anos e 11 meses e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 21 maio 2002.

_____. SECRETARIA DE FINANÇAS. Portaria intersecretarial 08/02. Institui valor *per capita* para crianças das creches conveniadas. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2002.

_____. SME/SAS. Portaria intersecretarial 01/03. Dispõe que as Creches/CEIs das redes particular conveniada e indireta estarão sob a gestão administrativa compartilhada da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal

de Educação até 30/03/03. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2003.

_____. SME. Orientação Normativa Nº 01. Construindo um Regimento de Infância. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2004.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **História demográfica do município de São Paulo**. Disponível em:

<http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/introducao.php>. Acesso em 10 ago. 2015.

SCARFONI FILHO, F. **O processo de descentralização na prefeitura de São Paulo: o caso das administrações regionais**. 1981, 173p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

SEADE. **Perfil Municipal**. Disponível em:

<<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em 15 set. 2014.

SILVA, L. O. **São Paulo de 1930 a 1945: verticalização, expansão horizontal e grandes obras viárias**. Disponível em

< <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/974/949>. Acesso em 10 ago. 2015.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXOS

- 1. PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, POR PARTIDO E PERÍODO DO MANDATO (1898-2013)**
- 2. QUADRO SINTESE DAS PORTARIAS DE CONVÊNIOS**
- 3. REAJUSTE DO PER CAPITA DOS CEIS/CRECHES**
- 4. QUADRO DE ALTERAÇÕES DAS PORTARIAS DE CONVÊNIOS DA SÉRIE HISTÓRICA ANALISADA**
- 5. ENTIDADES CONVENIADAS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE MANTÉM CONVÊNIOS DE CEIS/ CRECHES COM A SME/PMSP EM 2012**

1. PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, POR PARTIDO E PERÍODO
DO MANDATO (1898-2013)

	Período do Mandato	Nome do Prefeito	Partido⁷³
01	07/01/1899 15/01/1911	Antônio da Silva Prado	Partido Conservador
02	16/01/1911 14/01/1914	Raymundo da Silva Duprat	PRP
03	15/01/1914 15/08/1919	Washington Luís Pereira de Souza	PRP
04	16/08/1919 15/01/1920	Álvaro Gomes da Rocha Azevedo	PRP
05	16/01/1920 15/01/1926	Firmiano Moraes Pinto	PRP
06	16/01/1926 23/10/1930	José Pires do Rio	PRP
07	24/10/1930 05/12/1930	Joaquim José Cardoso de Mello Neto	Partido Democrático
08	06/12/1930 25/07/1931	Luiz de Anhaia Mello	—
09	26/07/1931 13/11/1931	Francisco Machado de Campos	—
10	14/11/1931 04/12/1931	Luiz de Anhaia Mello	—
11	05/12/1931 23/05/1932	Henrique Jorge Guedes	—

⁷³ Os partidos foram abreviados: Partido Republicano Paulista (PRP), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR), Aliança Renovadora Nacional (Arena), Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM).

	Período do Mandato	Nome do Prefeito	Partido⁷⁴
12	24/05/1932 02/10/1932	Goffredo da Silva Telles	–
13	03/10/1932 28/12/1932	Arthur Saboya	–
14	29/12/1932 01/04/1933	Theodoro Augusto Ramos	–
15	02/04/1933 22/05/1933	Arthur Saboya	–
16	23/05/1933 30/07/1933	Oswaldo Gomes da Costa	–
17	31/07/1933 21/08/1933	Carlos dos Santos Gomes	–
18	22/08/1933 06/09/1934	Antônio Carlos Assumpção	–
19	07/09/1934 31/01/1938	Fábio da Silva Prado	–
20	01/02/1938 15/02/1938	Paulo Barbosa de Campos Filho	–
21	16/02/1938 30/04/1938	Fábio da Silva Prado	–
22	01/05/1938 10/11/1945	Francisco Prestes Maia	–
23	11/11/1945 14/03/1947	Abrahão Ribeiro	–
24	15/03/1947 28/08/1947	Christiano Stockler das Neves	PSP

⁷⁴ Idem 3.

	Período do Mandato	Nome do Prefeito	Partido⁷⁵
25	29/08/1947 25/08/1948	Paulo Lauro	PSP
26	26/08/1948 03/01/1949	Milton Improta	–
27	14/01/1949 27/02/1950	Asdrúbal Euritysse da Cunha	PSP
28	28/02/1950 31/01/1951	Lineu Prestes	PSP
29	01/02/1951 07/04/1953	Armando Arruda Pereira	PSP
30	08/04/1953 06/07/1954	Jânio da Silva Quadros	PDC
31	07/07/1954 17/01/1955	José Porfírio da Paz	PDC
32	18/01/1955 05/02/1955	Jânio da Silva Quadros	PDC
33	06/02/1955 01/05/1955	William Salem	PSP
34	02/07/1955 10/04/1956	Juvenal Lino de Mattos	PSP
35	11/04/1956 07/04/1957	Wladimir de Toledo Piza	PSP
36	08/04/1957 09/01/1958	Adhemar Pereira de Barros	PSP
37	10/01/1958 06/02/1958	Cantídio Nogueira Sampaio	PSP

⁷⁵ Idem 3.

	Período do Mandato	Nome do Prefeito	Partido⁷⁶
38	07/02/1958 08/02/1961	Adhemar Pereira de Barros	PSP
39	09/02/1961 28/02/1961	Manoel de Figueiredo Ferraz	PSP
40	01/03/1961 07/04/1961	Adhemar Pereira de Barros	PSP
41	08/04/1961 07/04/1965	Francisco Prestes Maia	UDN
42	08/04/1965 07/04/1969	José Vicente Faria Lima	PR
43	08/04/1969 07/04/1971	Paulo Salim Maluf	ARENA
44	08/04/1971 21/08/1973	José Carlos Figueiredo Ferraz	–
45	22/08/1973 27/08/1973	João Brasil Vita	ARENA
46	28/08/1973 16/08/1975	Miguel Colasuono	ARENA
47	17/08/1975 11/07/1979	Olavo Egidio Setúbal	ARENA
48	12/07/1979 14/05/1982	Reinaldo Emygdio de Barros	ARENA e PDS
49	15/05/1982 14/03/1983	Antonio Salim Curiati	PDS
50	15/03/1983 10/05/1983	Francisco Altino Lima	PMDB

⁷⁶ Idem 3.

	Período do Mandato	Nome do Prefeito	Partido⁷⁷
51	11/05/1983 31/12/1985	Mario Covas	PMDB
52	01/01/1986 31/12/1988	Jânio da Silva Quadros	PTB
53	01/01/1989 31/12/1992	Luiza Erundina de Souza	PT
54	01/01/1993 31/12/1996	Paulo Salim Maluf	PDS
55	01/01/1997 25/05/2000	Celso Pitta	PPB
56	26/05/2000 13/06/2000	Régis de Oliveira	PFL
57	14/06/2000 31/12/2000	Celso Pitta	PPB
58	01/01/2001 31/12/2004	Marta Suplicy	PT
59	01/01/2005 31/03/2006	José Serra	PSDB
60	31/03/2006 31/12/2012	Gilberto Kassab	PFL e DEM
61	01/01/2013 Em exercício	Fernando Haddad	PT

Fonte: Elaboração própria com base em Prefeitura de São Paulo (2014).

⁷⁷ Idem 3.

2. QUADRO SINTESE DAS PORTARIAS DE CONVÊNIOS

CEI/CRECHE

PORTARIA	DESTAQUE
15/2000/SAS	<p>Entre as condições para a celebração do convênio: possuir matrícula ou credenciamento na SAS, inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>Prestação de contas: apresentação de relatório de atividades, N.F, folha de frequência.</p> <p>Pagamento: mensal, após a execução dos serviços. Prazo para pagamento: 25 dias a partir da data da solicitação do mesmo. Per capita e 75% de frequência.</p> <p>Vigência de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 meses, mediante aditamento.</p> <p>Direito à verba de implantação nos aditamentos: ampliação de 50% ou mais da capacidade conveniada.</p>
10/2001/SAS	As creches a partir do ano de 2001 poderão atender crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. As creches passam a denominar-se Centros de Educação Infantil – CEI
01/2002/SAS/SME	Celebração de convênios com Creches/CEIs são de competência de SAS até 31/12/02. Em 2003 a competência passa para SME.
047/SAS/GAB/2002	<p>(DOM 24/10/02 – pág. 14)</p> <p>Celebração de convênio, visando ao custeio de despesas com instalações de imóveis.</p>
04/SAS/SME/2002	<p>(DOM 23/05/02 pág. 15 a 18)</p> <p>Normas gerais para celebração de convênios.</p> <p>Dentre os documentos para a celebração do convênio: termo de compromisso da entidade objetivando a solicitação de funcionamento, ou protocolo do pedido ou a portaria de autorização.</p> <p>Denominação dos grupos: berçário menor, berçário maior, mini grupo, grupos 1,2 e 3.</p> <p>Quadro de ADIs volantes, Aux, de Cozinha e Limpeza: 01 para cada 60 crianças.</p> <p>Direito a férias coletivas após decorrido um ano de funcionamento, a contar da data da assinatura do convênio.</p> <p>Saldos do convênio: computados somente a crédito do convênio.</p>

	<p>Prestação de contas: N.F facultativa, no caso de imunidade, folha de frequência, comprovação de salários e encargos, depósito do fundo provisionado, planilha de gastos.</p> <p>Pagamento: mensal, após a execução dos serviços. Prazo para pagamento: 25 dias a partir da data da solicitação do mesmo. Per capita e 75% de frequência.</p> <p>Vigência de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 meses, mediante aditamento.</p> <p>Direito à verba de implantação nos aditamentos: ampliação de 50% ou mais da capacidade conveniada.</p>
01/SAS/SME/ 2003	<p>(DOM 10/01/03 – pág. 08)</p> <p>Gestão administrativa compartilhada da SAS e da SME até 30/03/03.</p> <p>A partir do mês de abril, todas as ações referentes aos convênios de CEIs/Creches passam para ar responsabilidade da SME.</p>
02/SAS/SME/ 2003	<p>(06/02/03 – pág. 9 e 10)</p> <p>Disciplina a inclusão de despesas de locação no instrumento de conveniamento.</p> <p>Autoriza o acréscimo de até 25% do valor mensal do convênio a título de suplementação de despesas para manutenção de locação de imóvel.</p> <p>A celebração da locação fica a cargo da conveniada.</p> <p>A entidade quita diretamente a despesa e apresenta o recibo de quitação do aluguel a título de prestação de contas.</p>
Decreto nº 44.272/03	<p>(DOM 23/12/03)</p> <p>Estabelece normas gerais a serem observadas pelas Subprefeituras na celebração de convênios. Os convênios em vigor passarão a ser administrados pelas Subprefeituras a partir de 01/01/04. O acompanhamento será feito pelas Coordenadorias de Educação</p>
Decreto nº 44.699/04	<p>(DOM 01/05/04)</p> <p>Os convênios em vigor passaram a ser administrados pelas Subprefeituras a partir de 01/01/04, independentemente de lavratura de termo de aditamento.</p>
03/SME/SMSP/ 2004	<p>(DOM 09/04/04)</p> <p>Normas gerais para celebração de convênios, no âmbito das Subprefeituras.</p> <p>Celebração e aditamento de convênio, somente com anuência de SME.</p> <p>Dentre as condições para o convênio, a entidade deve estar constituída há pelo menos um ano.</p> <p>Quadro de pessoal: Auxiliar Administrativo somente para equipamentos</p>

	<p>com 250 crianças ou mais.</p> <p>Poderá haver desconto no pagamento quando o quadro de RH estiver incompleto, respeitado o prazo de 3 meses para nova contratação.</p> <p>Vigência: 2 anos a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado sucessiva e automaticamente por igual período, até o máximo de 60 meses.</p> <p>O Projeto Pedagógico a ser construído pela UE com a participação de toda a comunidade educativa, não será totalmente constituído neste primeiro momento de elaboração do Plano de Trabalho.</p> <p>Pagamento: apresentar na Coordenadoria os documentos da prestação de contas, a partir do primeiro dia útil após o fechamento da frequência. O pagamento será programado dentro de 25 dias , a contar do recebimento da solicitação</p>
04/SME/SMSP/ 2004	<p>(DOM 09/04/04)</p> <p>Disciplina a inclusão de despesas de locação no instrumento de conveniamento entre as Subprefeituras e entidades sociais sem fins lucrativos.</p>
Decreto nº 45.313/04	<p>(DOM 21/09/04)</p> <p>Dispõe sobre os novos compromissos a serem adotados nos convênios mantidos pela SME e SAS com entidades.</p> <p>O custeio do serviço conveniado será automaticamente atualizado a partir de 1º de julho de cada ano pelo IPCA.</p> <p>Publicação em DOM dos servidores responsáveis pela supervisão técnica do serviço conveniado.</p> <p>Liberação dos recursos: sempre que possível, no 10º dia do mês em curso da execução do serviço. Solicitação do pagamento com no mínimo 72 horas de antecedência da data prevista para sua realização.</p> <p>Prestação de contas: relatório mensal dos serviços desenvolvidos, demonstrando a sua quantidade e qualidade, a capacidade e o número de usuários atendidos, as aquisições materiais e socioeducativas. O relatório deverá ser aprovado pela supervisão técnica. Prestação de contas trimestral das despesas financeiras realizadas. A conveniada poderá completar o gasto mensal durante o trimestre.</p> <p>Compra de bens: 3 orçamentos</p> <p>Concessão anual de um adicional: melhoria das instalações, bens permanentes, qualificação do pessoal. Equivalente ao valor mensal, dividida em 3 parcelas: 20% em janeiro (deduzida da verba mensal, em virtude das férias coletivas); 40% em março e 40% em outubro. Para quem trabalhar em janeiro recebe a verba mensal + 20%.</p>

Decreto nº 45.446/04	(DOM 26/10/04) As disposições do Decreto nº 45.313 aplicam-se, no âmbito da SME, unicamente aos convênios de CEI/Creche.
17/SME/SMSP/04	(DOM 09/11/04) Disciplina a inclusão de despesas de locação no instrumento de conveniamento entre as Subprefeituras e entidades sociais sem fins lucrativos. Nos moldes do Decreto nº 45.313/04
18/SME/SMSP/ 2004	(DOM 09/11/04) Institui normas gerais para celebração de convênios de CE/Creche nos moldes do Decreto nº 45.313/04 Dentre os documentos: CTM ou declaração sob as penas da lei de que se encontra em situação regular quanto aos tributos mobiliários junto à PMSP Aquisição de bens permanentes com a verba mensal. Adicional: a prestação de contas deverá constar da documentação apresentada no último trimestre do ano.
Decreto nº 45.787/2005	(DOC- 24/03/05) Dispõe sobre a transferência das Coordenadorias de Educação das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Educação
Decreto nº 45.868/ 2005	(DOC 03/05/05) Revoga os Decretos 45.313 e 45.446, de 2004
3.795/2005	(DOC 25/05/05) Institui normas gerais para celebração de convênios de CEIs/Creches.
3.796/2005	(DOC 25/05/05) Disciplina a inclusão de despesa de locação no instrumento de conveniamento.
4.023/2005	(DOC 09/06/05) Revoga a Portaria SME nº 3.795 e institui normas gerais para celebração de convênios de CEIs/Creches - Vigência: 30 meses, podendo ser prorrogado uma única vez, automaticamente; - Quadro de Pessoal: Auxiliar Administrativo: somente para equipamentos com mais de 100 crianças – facultativo Prazo para a formação: estipulado pela Lei Federal nº 10.172/01

	<p>- Do pagamento:</p> <p>A Conveniada deverá apresentar à Coordenadoria de Educação até o dia 20 do mês da prestação do serviço, os documentos para ocorrer o repasse: dentre os habituais, cópia dos holerites e encargos, cópia das certidões (CND e CRF).</p> <p>Pagamento até o terceiro dia útil do mês seguinte da solicitação</p> <p>- Adicional: recursos humanos: até 70% do valor do adicional;</p> <p>Em 2005: pagamento do adicional em três parcelas: 20% em janeiro, 40% em março e 40% em outubro. Parcela de 20% em janeiro: para as conveniadas que prestaram serviços ininterruptos no mês de janeiro e tinham direito à concessão de férias serão pagos, além do repasse mensal, mais 20% a título adicional. Para as conveniadas que concederam férias coletivas no mês de janeiro serão pagos 80% do repasse mensal, uma vez que não tiveram as despesas com atendimento das crianças, mais 20% a título adicional.</p> <p>A partir de 2006 o adicional será pago em duas parcelas: a 1ª em junho e a 2ª em outubro.</p>
2.798/2006	Retira da Portaria nº 4.023 a palavra “automaticamente” para a prorrogação do convênio
4.099/2005	Disciplina a inclusão de despesa de locação no instrumento de conveniamento
5.168/2005	<p>(DOC 16/08/05)</p> <p>Acrescenta à Portaria 4.099: a vedação prevista (o locador não poderá manter vínculo prévio com o locatário) poderá ser relevada em caso de interesse público.</p>
Decreto nº 51.407, de 22/12/06	<p>(DOE 23/12/06)</p> <p>Institui o Programa de Integração das Creches Pré Escolas da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social ao Sistema de Ensino do Município de São Paulo.</p>
Processo DRADS/Capital nº 066/2006	Convênio que entre si firmam o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, e o Município de São Paulo, por sua Secretaria Municipal de Educação, objetivando a cooperação técnica mútua para implantação e desenvolvimento do Programa de Integração das Creches Pré-Escolas da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social ao Sistema de Ensino do Município de São Paulo.
Comunicado nº 24/2007	<p>(DOC 31/01/07)</p> <p>As Creches Pré-Escolas integradas ao Sistema Municipal de Ensino serão objeto de celebração de convênio com a SME, obedecendo a portaria SME</p>

	4.023 e 4.679/06
2.752/SME/2007	<p>(DOC 26/05/07)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adequação do prédio e das instalações: prazo de 2 anos a partir da publicação da Portaria; - Excepcionalmente poderão ser aditados para prorrogação do prazo até 31/12/07 os convênios que se encerrarem antes da entrada em vigor da presente Portaria; - Quadro de RH: inclusão de auxiliar de berçário(facultativo) e vigia (facultativo). - Faixa etária: idade redonda, ex.: BI = 0 a 1 ano; - Denominação BI, BII, Mini grupo, 1º; 2º e 3º estágio - 1º, 2º e 3º estágio: define a quantidade mínima (18,20,25) e máxima (35 crianças); - Considerar a idade da criança até 31/12 - Denominação dos profissionais: adequar a denominação à Portaria. - Apresentar a DRE a documentação comprobatória da habilitação mínima dos funcionários, por ocasião da publicação do despacho autorizatório; - Prazo para formação: maio de 2009; - Férias coletivas, independentemente da data da celebração do convênio; - Junção na mesma portaria dos procedimentos relativos à locação de imóvel; - Vigência: prazo inicial de 30 meses, admitida prorrogação por iguais períodos, mediante termo de aditamento; - Condições: entre outras: possuir capacidade técnica e operacional; não estar inscrita no CADIN municipal. - Documentação: entre outros: autorização de funcionamento ou protocolo do pedido; declaração de capacidade máxima; projeto pedagógico; protocolo – cadastro municipal de vigilância sanitária; comprovação de disponibilidade do imóvel pelo prazo não inferior a 2 anos. Quando inclui locação: orçamentos de aluguéis (mínimo 6) e declaração da entidade de concordância de complementação caso o valor ultrapasse a 25% do valor mensal do convênio. Faltas justificadas por meio de atestados médicos - Saldos de recursos: computados a crédito do convênio e aplicados no trimestre - Adicional: deverá ser gasto a partir do seu recebimento e até o final do exercício e a prestação de contas até 15 de janeiro do exercício seguinte. O saldo não gasto do adicional será descontado na primeira parcela do

	<p>adicional do exercício seguinte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verba de implantação: poderá ser solicitada nos caso de aditamento para ampliação de 30%. - Restituir ao final do convênio o saldo financeiro não utilizado. - Apresentação do extrato da conta poupança na prestação de contas.
5.152/SME/2007	<p>(DOC 20/10/07)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adequação do prédio: no prazo de 2 anos a partir de 01/01/08 - Os convênios celebrados antes da entrada em vigor desta portaria não poderão ser prorrogados - Excepcionalmente, poderão ser aditados para prorrogação do prazo até 31/12/07, os convênios que se encerrarem antes da entrada em vigor da presente portaria. - Esta portaria entrará em vigor a partir de 01/01/08 - Atendimento preferencial de crianças de 0 a 3 anos - Os eventuais saldos de recursos serão obrigatoriamente computados a crédito e débito do convênio. Os saldos não gastos no trimestre serão descontados no mês seguinte.
Protocolo CME nº 16/08	<p>(DOC 04/09/08)</p> <p>Adote-se o prazo estabelecido na Lei Municipal nº 14.660/07, ou seja 31/12/2011, aos profissionais em educação que se encontravam nos CEIs/Creches conveniadas com o Município de São Paulo antes da Lei nº 13.574/03.</p>
Portaria Intersecretarial 2/2009 – SNJ/SME	<ul style="list-style-type: none"> - Atraso na prestação de contas até o 5º dia útil do mês seguinte ao que deveria ter sido apresentada – informar SME
2.215/SME/09	<p>(DOC 02/04/09)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caso o CEI/Creche possua em quadro de pessoal um auxiliar de enfermagem, deverá ser indicado o enfermeiro supervisor. - A entidade deverá apresentar na DRE, relação nominal e indicação da habilitação mínima dos funcionários, por ocasião da publicação do despacho autorizatório. Após trinta dias deverá comprovar a habilitação dos profissionais contratados. - Prazo para formação: dezembro/2011 - Eventuais saldos de recursos serão obrigatoriamente computados a crédito

	<p>e débito do convênio e aplicado no semestre, respeitado o semestre civil.</p> <p>- Recolher 21,57% a título de provisão em conta poupança, com o intuito de garantir pagamentos referentes ao 13º salário, remuneração de férias anuais acrescidas de 1/3 e aos encargos oriundos de rescisões trabalhistas</p>
Instrução Normativa SF/SUREM nº 8/09	<p>(DOC 04/06/09)</p> <p>A partir de 1º de julho de 2009, as entidades imunes deverão emitir Nota Fiscal de Serviços</p>
Comunicados nº 1.342/09 e 1.343/09	<p>(DOC 03/07/09)</p> <p>Concessão de liminar – caráter provisório</p> <p>Que a PMSP se abstenha de recusar ou negar validade a diplomas e certificados de cursos e programas à distância.</p>
Comunicado SME nº 1438/09	<p>(DOC 25/07/09)</p> <p>Procedimentos para a emissão de Nota Fiscal de Serviços, pelas conveniadas</p>
3.969/09	<p>(DOC 10/09/09)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incorporadas as mudanças introduzidas pela portaria 2.215/09 - Adequação do prédio e das instalações: 31/01/2012 - Novos convênios: as adequações deverão estar concluídas num prazo de 60 dias da assinatura do convênio, prorrogável por 30 dias e em casos excepcionais por mais 30 dias. - Quadro de RH: Auxiliar de Sala - Substituição de funcionários: prazo de 30 dias para nova contratação - Locação: apresentação de 03 avaliações de aluguéis <p>O locador não poderá ter vínculo prévio com o locatário: retirada a excepcionalidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dentre as condições: a entidade deve estar regularmente constituída há pelo menos 03 anos, podendo esta exigência ser excepcionada. Não estar em mora, inclusive com relação à prestação de contas, inadimplente com outro convênio ou em situação de irregularidade para com o Município. - Dentre os documentos: <p>Laudo técnico emitido por engenheiro ou arquiteto, atestando as condições de segurança e habitabilidade;</p> <p>Certidões de antecedentes criminais</p> <p>Cópia do ultimo balanço anual da entidade</p> <p>Certidões dos distribuidores cíveis</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Per capita: relativo ao nº de crianças atendidas no mês - As ausências poderão ser justificadas por meio de atestados ou declaração dos próprios pais - Procedimentos para a disponibilização de vagas, no caso de ausências consecutivas não justificadas - Prestação de contas do adicional: até o dia 30 de janeiro do exercício seguinte - Prestação de contas da verba de implantação: até 03 meses da data de recebimento - Aquisição de bens permanentes com a verba de implantação e adicional: deverão ser objeto de doação/incorporação à PMSP no prazo de 30 dias após a prestação de contas. - Após a denúncia do convênio, a entidade deverá comparecer a DRE para a prestação de contas final, no prazo máximo de 60 dias. Esgotado o prazo e observada a Ordem Interna 01/2004 – PREF/GAB deverá encaminhar o processo à Assessoria jurídica de SME, a fim de que sejam tomadas as providências administrativas, cíveis e criminais contra a conveniada e seus dirigentes.
5.743/SME/09	<p>(DOC 10/12/09)</p> <p>Altera a Portaria 3.969/09</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fica dispensada a apresentação de mesmo documento que já tenha sido entregue a DRE, desde que a situação da entidade permaneça inalterado, desde à celebração ao último aditamento do convênio. - As certidões vencidas precisam ser novamente entregues. - Retirou a exigência da apresentação das certidões de antecedentes criminais e de distribuidores cíveis. - Na prestação de contas do mês de abril a conveniada deverá apresentar cópia do último balanço geral.
5.845/SME/09	<p>(DOC 19/12/09)</p> <p>Fica autorizada, em caráter excepcional, exclusivamente para o ano de 2009, a utilização do adicional para despesas decorrentes da diferença salarial dos profissionais, em virtude do dissídio, inclusive para pagamento de 13º salário e encargos.</p>
3.395/SME/2010	<p>(DOC 22/06/10)</p> <p>Excepcionalmente, os saldos de recursos não gastos no 1º semestre do ano de 2010 poderão ser aplicados no 2º semestre.</p>
4.338/SME/10	<p>(DOC 17/08/10)</p>

	<p>Altera a Portaria nº 3969/09 e acrescenta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Da remuneração mínima: a remuneração mínima dos profissionais docentes habilitados não poderá ser inferior ao estabelecido em portaria da SME
690/SME/2011	<p>(DOC 21/01/11)</p> <p>Dispõe sobre critérios e procedimentos para credenciamento de entidades educacionais ou com atuação preponderante na área de educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todas as entidades que possuem convênio com SME (CEI/Creche, MOVA, Educação Especial e Classes Comunitárias) foram credenciadas automaticamente, quando da publicação da portaria. - No prazo de 180 dias, a partir da publicação da portaria, todas as entidades que já possuem convênio deverão entregar os documentos necessários ao credenciamento, para obtenção do certificado, que terá validade por 03 anos. - A entidade se credencia em uma única DRE, sendo a correspondente à de localização de sua sede.
Instrução Normativa SF/SUREM nº 06 e 10	<p>(de 22/06/11 e 10/08/11)</p> <p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal eletrônica de Serviços - NFe</p>
3.647/SME/2011	<p>(DOC 15/07/11)</p> <p>Prorroga o prazo concedido na Portaria nº 690/11 por mais 90 dias, para a entrega da documentação necessária ao credenciamento de entidades educacionais.</p>
3.477/SME/11	<p>(DOC 09/07/11, republicada em 27/10/11)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os CEIs/Creches destinam-se ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade. - Para a celebração e aditamento de convênios o certificado de credenciamento educacional deverá ser apresentado. - nos documentos necessários à celebração de convênios não é mais necessária a apresentação das certidões (serão juntadas pelo setor de convênios de SME) e comprovação da disponibilidade do imóvel. - O convênio poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período (30 + 30 meses). - os pedidos de convênio, devidamente instruídos deverão ser encaminhados a SME, no prazo de 30 dias. - tirou o prazo de 31/01/12 para a finalização das adequações do prédio e das instalações.

	<ul style="list-style-type: none"> - no quadro de recursos humanos não existe mais a função de auxiliar de sala. - foi retirada a exigência do CEI ter, no mínimo, 100 crianças para poder contratar um Aux. Administrativo. - a relação nominal dos funcionários deverá ser entregue quando do início do funcionamento da Unidade. - as adequações do imóvel só serão realizadas após a formalização do convênio e locação do imóvel. - o prazo para a adequação é de 30 dias, prorrogável por mais 30 dias. - o início do funcionamento só será autorizado a partir do momento em que as obras estiverem concluídas. - o não comparecimento da criança na Unidade por um período de 15 dias consecutivos não justificados, implicará no cancelamento imediato de sua matrícula. - especificamente no mês de dezembro, o repasse dos recursos poderá ocorrer no próprio mês. - foi incluído nas despesas com o adicional, o gasto com material pedagógico. - incluiu mais um título na portaria: da autorização de funcionamento – é uma autorização especial para as conveniadas - não formaliza mais aditamento quando é solicitado reajuste do aluguel. - a substituição de funcionário deverá ocorrer no prazo máximo de 45 dias. - O valor referente à despesa com locação do imóvel será repassado somente após a lavratura do contrato. - Os eventuais saldos de recursos serão aplicados no ano civil. O saldo não utilizado será descontado na primeira prestação do ano seguinte. - Mantém em 70% os gastos com Rh, no uso da verba do adicional. - Mantém a possibilidade de solicitação da verba de implantação para ampliação, no mínimo de 30% do atendimento. - a entidade deverá apresentar anualmente o Inventário dos bens permanentes adquiridos com recursos do adicional e/ou verba de implantação. - Na prestação de contas referente ao mês de maio deverá ser apresentada declaração de capacidade financeira da entidade atestada por contador com registro no CRC.
--	---

3.479/SME/2011	<p>(Republicada no DOC de 09/07/2011)</p> <p>Institui os Padrões básicos de infraestrutura para instituições de Educação infantil do Sistema Municipal de ensino do Município de São Paulo</p> <ul style="list-style-type: none"> - as instituições que já se encontram em funcionamento deverão adaptar os prédios onde funcionam as unidades de educação infantil, gradativamente, aos padrões básicos, ora instituídos. - as instituições em funcionamento deverão apresentar plano de adequação. - no caso de autorização de funcionamento em caráter provisório os padrões instituídos nesta portaria, poderão constituir-se em elementos norteadores a serem atingidos.
5.473/SME/2011	<p>(de 18/11/2011)</p> <p>Altera os artigos 7º, 23, 28,31, 44 e a cláusula nona do anexo único da Portaria SME nº 3.477/11.</p> <ul style="list-style-type: none"> - as entidades cujo termo de convênio se encontra em vigor , deverão atender, até 31/03/12, ao contido nos artigos 39 a 42 da Portaria 3.477/11.
2.228/SME/2012	<p>(de 20/03/2012)</p> <p>Altera o artigo 44 da Portaria SME nº 3.477/11</p> <ul style="list-style-type: none"> - fica prorrogado até 30/09/12 o prazo para a concessão de autorização de funcionamento
3.922/SME/2012	<p>(de 10/07/2012)</p> <p>Altera as Portarias SME nº 671/06, 3.477/11 e 5550/11</p> <p>Passa a exigir a comprovação de que os diretores da entidade sem fins lucrativos não incidem nas vedações constantes do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 53.177, de 04/06/2012</p>
4.092/SME/2012	<p>(de 16/07/12)</p> <p>Institui o “Manual de Orientação e Normas para Prestação de Contas das Instituições de Educação Infantil”que mantém convênio com a SME.</p>
4.483/SME/2012	<p>(de 07/08/2012)</p> <p>Delegar, excepcionalmente, competência aos Diretores Regionais de Educação para autorizar nos termos da Portaria SME nº 3.477/11 e alterações, a celebração em continuidade e os aditamentos para prorrogação de vigência e adequação da capacidade de atendimento de convênios de</p>

	Educação Infantil, bem como firmar os respectivos termos, até 31/01/2013.
5.263/SME/2012	<p>(de 17/09/2012)</p> <p>Altera o artigo 44 da Portaria SME nº 3.477/11, alterado pelas Portarias SME nº 5.473/11 e 2.2228/12</p> <p>- Fica prorrogado por 180 dias o prazo para a concessão de autorização de funcionamento para as entidades, cujo termo de convênio se encontre em vigor e que, exclusivamente, ainda não apresentaram os documentos indicados nos incisos VI e VII do artigo 41 desta Portaria</p> <p>As DREs deverão verificar as entidades que se encontram na situação descrita e registrarem expressamente no correspondente P.A o novo prazo concedido.</p>
LEI nº 15.625	<p>(de 19/09/2012)</p> <p>Dispõe sobre a elaboração do Calendário Anual de Atividades das unidades escolares do município de São Paulo e cria pólos de atendimento aos alunos matriculados nos CEIs que deles necessitarem.</p> <p>Cria o recesso escolar no mês de julho nos CEIs.</p>
Decreto nº 53.800	<p>(DOC 27/03/13 – pág. 03)</p> <p>Revoga o Decreto nº 51.501/2010, bem como os §§ 2º e 3º do artigo 4º do Decreto nº 49.539/2008, que dispõe sobre a celebração de convênios que envolvam a utilização de recursos financeiros e dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos do Município mediante convênios</p>
2.204/SME/2013	<p>(DOC 03/04/13 – pág. 13)</p> <p>Dispõe sobre a prorrogação de prazo para autorização de funcionamento até 30/09/13</p>
2.624/SME/ 2013	<p>(DOC 25/04/13- pág. 17)</p> <p>Altera dispositivos contidos na Portaria SME nº 5.741 (portaria de matrícula):</p> <ul style="list-style-type: none"> - prazo máximo para a convocação do(s) pai ou responsável para a efetivação da matrícula: 3 dias - prazo para desistência de vaga: 5 dias - a não efetivação da matrícula e dasativação do cadastro: 10 dias - agrupamentos mistos de MG I e MGII
2.871/SME/13	<p>(DOC 11/05/13- pág. 10)</p> <p>Delega a DRE as atribuições relativas ao CENTS</p>
Decreto nº 53.374	(DOC 07/06/2013 – pág. 01)

	Altera a denominação do Departamento de Merenda Escolar – para Departamento de Alimentação Escolar - DAE
3.711/SME/13	(DOC 29/06/13 – pág.12, republicada em 03/07/13 – pág. 12) Atendimento no recesso escolar por meio de polos nas próprias unidades conveniadas.
3.711/SME/13	(DOC 03/07/13 – pág. 12) Republicação por conter incorreções
5.024/SME/2013	(DOC 29/08/13 – pág. 12) Chamamento das organizações/Entidades/Associações que mantém convênio com a SME para apresentação de propostas de ampliação de seus atendimentos)
	(DOC- 29/08/13- pág. 48) Edital de Chamamento Público para credenciamento de organizações/entidades/associações educacionais ou com atuação preponderante na área da educação
5.493/SME/2013	(de 19/09/13) Dispõe sobre o cadastramento no Cadastro único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS
5.849/SME/13	(DOC de 10/10/13- pág. 12) Publicação por omissão no DOC de 27/09/13 Dispõe sobre a prorrogação de prazo para autorização de funcionamento das Instituições de Educação Infantil, que exclusivamente ainda não apresentaram os documentos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 41 da Portaria 3.477/11, até 31/07/14
6.447/SME/13	(DOC 19/12/13 – página 18) Dispõe sobre o cronograma e execução de serviços na rede conveniada para 2014 Recesso escolar em 2 períodos, em virtude da Copa do Mundo de Futebol Recesso escolar de 15 a 19/10/14
6.770/SME/13	(de 13/12/13) Estabelece normas complementares para a matrícula de cças nos CEIs e Creches da rede municipal de ensino Terão prioridade de atendimento nos CEIs e Creches as cças caracterizadas como em situação de extrema pobreza conforme consta do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social /programa Bolsa-Família

6.575/SME/13	(DOC 30/11/13 – pág. 13) Delegar competência aos Diretores Regionais para autorizar celebrações em continuidade, prorrogações de vigência e adequações da capacidade conveniada, mediante aditamento, até 15/02/14
2.995/SME/14	(de 16/05/14) Dispõe sobre a participação dos CEIs e Creches na organização das unidades-polo que funcionarão no período do recesso escolar.
1.298/SME/2014	(de 13/02/14) Prorrogar a delegação de competência de que trata a Portaria 6.575/13 até 14/03/14
4.293/SME/14	(DOC 31/07/14 – pág. 21) Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a autorização de funcionamento dos CEIs e Creches conveniadas até 31/07/2015.

3. REAJUSTE DO PER CAPITA DOS CEIS/CRECHES:

PORTARIA	REAJUSTE
08/SAS/SME/ SF/2002	(DOM 14/08/02) - até 60 crianças = R\$ 170,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 135,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 125,00 - acima de 120 crianças= R\$ 118,00 - adicional berçário= R\$ 42,00 Valores retroativos a 01/07/02
11/SME/SF/ 2003	(DOM 13/09/03) - até 60 crianças = R\$ 187,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 149,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 138,00 - acima de 120 crianças= R\$ 130,00 - adicional berçário= R\$ 47,00 Valores retroativos a 01/07/03
13/SME/SFDE/ 2004	(DOM 04/08/04) - até 60 crianças = R\$ 198,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 158,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 146,00 - acima de 120 crianças= R\$ 138,00 - adicional berçário= R\$ 50,00 Valores retroativos a 01/07/04
6.943/SME/2005	(DOC 18/11 e 23/11/05) - até 60 crianças = R\$ 208,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 166,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 153,00 - acima de 120 crianças= R\$ 145,00 - adicional berçário= R\$ 53,00

	Valores retroativos a 01/07/05
4.679/SME/2006	(DOC 07/12/06) - até 60 crianças = R\$ 218,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 174,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 161,00 - acima de 120 crianças= R\$ 152,00 - adicional berçário= R\$ 56,00 Valores retroativos a 01/07/06
3.751/SME/2007	(DOC 12/07/07) Escalonamento do per capita - até 60 crianças = R\$ 218,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 174,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 161,00 - acima de 120 crianças= R\$ 152,00 - adicional berçário= R\$ 70,00 Valores retroativos a 01/08/07 01 ADI volante para cada 70 crianças 01 Aux. Cozinha e Limpeza para cada 80 crianças
5.272/SME/2007	(DOC 02/11/07) De 01/07 a 31/07/07 (sem escalonamento) - até 60 crianças = R\$ 229,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 183,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 169,00 - acima de 120 crianças= R\$ 160,00 - adicional berçário= R\$ 73,50 A partir de 01/08/07 (com escalonamento) - até 60 crianças = R\$ 229,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 183,00

	<ul style="list-style-type: none"> - de 91 a 120 crianças= R\$ 169,00 - acima de 120 crianças= R\$ 160,00 - adicional berçário= R\$ 73,50 <p>Valores retroativos a 01/07/07</p>
3.967/SME/08	<p>(DOC 24/09/08)</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 60 crianças = R\$ 256,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 205,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 190,00 - acima de 120 crianças= R\$ 179,50 - adicional berçário= R\$ 82,50 <p>Valores retroativos a 01/07/08</p>
664/SME/2010	<p>(DOC 21/01/10)</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 60 crianças = R\$ 282,15 - de 61 a 90 crianças= R\$ 225,50 - de 91 a 120 crianças= R\$ 209,00 - acima de 120 crianças= R\$ 197,45 - adicional berçário= R\$ 90,75 <p>Valores retroativos a 01/01/10</p>
4.340/SME/10	<p>(DOC 17/08/10)</p> <p>A remuneração dos profissionais docentes habilitados nas instituições conveniadas deverá ser de , no mínimo R\$ 1.200,00 a partir de 01/08/10.</p>
4.339/SME/10	<p>(DOC 17/08/10)</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 60 crianças = R\$ 339,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 271,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 251,00 - acima de 120 crianças= R\$ 237,00 - adicional berçário= R\$ 109,00 <p>Valores retroativos a 01/08/10</p>
4.340/SME/2010	<p>(DOC 17/08/10)</p> <p>Fixa o valor mínimo da remuneração dos profissionais docentes</p>

	<p>habilitados, na forma da lei, em exercício nas instituições conveniadas: R\$ 1.200,00</p> <p>Valores retroativos a 01/08/10</p>
3.127/SME/2011	<p>(DOC 23/06/11)</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 60 crianças = R\$ 424,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 339,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 314,00 - acima de 120 crianças= R\$ 296,50 - adicional berçário= R\$ 136,50 <p>Valores aplicados a partir de 01/07/11</p>
3.128/SME/2011	<p>(DOC 23/06/11)</p> <p>Fixa o valor mínimo da remuneração dos profissionais docentes habilitados, na forma da lei, em exercício nas instituições conveniadas: R\$ 1.500,00</p> <p>Valores aplicados a partir de 01/07/11</p>
5.927/SME/2012	<p>(de 09/11/2012)</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 60 crianças = R\$ 467,00 - de 61 a 90 crianças= R\$ 373,00 - de 91 a 120 crianças= R\$ 346,00 - acima de 120 crianças= R\$ 326,00 - adicional berçário= R\$ 150,00 <p>Valores aplicados a partir de 01/07/12</p> <p>O piso salarial dos professores de educação infantil da rede indireta e conveniada passará para R\$ 1.650,00.</p>
6.223/SME/2012	<p>(DOC 13/12/12)</p> <p>Acrescenta parágrafo único ao artigo 3º da Portaria nº 5.927, de 09/11/12</p> <p>O piso salarial referido no caput deste artigo passa a vigorar a partir de 01/07/12.</p>
5.848/SME1	<p>(DOC 10/10/13 – página 13)</p> <ul style="list-style-type: none"> - até 60 crianças = R\$ 504,50 - de 61 a 90 crianças= R\$ 396,50

	<p>- de 91 a 120 crianças= R\$ 367,00</p> <p>- acima de 120 crianças= R\$ 343,00</p> <p>- adicional berçário= R\$ 162,00</p> <p>Valores aplicados a partir de 01/07/13</p> <p>O piso salarial dos professores de educação infantil da rede indireta e conveniada passará para R\$ 1.782,00</p>
--	--

4. QUADRO DE ALTERAÇÕES DAS PORTARIAS DE CONVÊNIOS DA SÉRIE HISTÓRICA ANALISADA.

PORTARIA	03/2004 SME/SMSP	18/2004 SME/SMSP	4.023/2005 SME	2.752/2007 SME	3.969/2009 SME	3.477/ 2011 SME
Requisitos para estabelecimento convênios	<ul style="list-style-type: none"> • Celebração e aditamento de convênio feitos pela coordenadoria /subprefeitura, com anuência de SME. • Dentre as condições para o convênio, a entidade deveria estar constituída há pelo menos um ano. 	<ul style="list-style-type: none"> • A entidade deverá comprovar que se encontra em situação regular quanto aos tributos mobiliários junto à PMSP; • Possuir autorização de funcionamento expedida pela Coordenadoria de Educação. • Compete à conveniada: <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar, a título de prestação de contas dos resultados obtidos no mês, relatório mensal dos serviços desenvolvidos, demonstrando a sua quantidade e qualidade, a capacidade e o número de usuários atendidos, as aquisições materiais e 	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência das Coordenadorias de Educação das Subprefeituras para a SME, passando a ser Diretoria Regional de Educação – DRE e a prestação de contas passam a ser para as DRES e SME. 	<ul style="list-style-type: none"> • Esta Portaria junta os procedimentos relativos à locação de imóvel, com repasse de recursos pela PMSP; • Além das condições existentes para a celebração do Convênio acrescentou - não estar inscrita no CADIN Municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • A entidade deverá: <ul style="list-style-type: none"> *Estar regularmente constituída há pelo menos 03 anos – exceções serão decididas pelo Secretário de SME após justificativas do setor de demanda, de convênios e do diretor da DRE; • Não será necessário lavrar termo de aditamento para a vigência imediata dos demais itens desta Portaria aos convênios atuais, devendo ser firmada declaração pelos representantes legais das entidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Os convênios passam a ser destinados ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade. • Definição de competências dos setores envolvidos na tramitação dos processos (celebração/aditamento): <ul style="list-style-type: none"> - DRE: *Setor de Convênios e Contabilidade; *Assistente Técnico de Engenharia; *Supervisão Escolar; *Assistente Técnico Jurídico; *Diretor Regional de Educação - SME: *Setor de Convênios; *Setor de Contabilidade (se necessário); *Assessoria Jurídica; *Secretário Municipal de

		<p>educativas, garantidas aos usuários, de acordo com as normas Técnicas;</p> <p>- Manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos, registro das provas de aplicação dos recursos, tais como notas fiscais e demais demonstrativos de despesas, o qual permanecerá à disposição dos órgãos públicos competentes para sua eventual apresentação quando solicitada, de acordo com a conveniência da administração.</p> <p>- Apresentar, até o dia 15 de janeiro de cada ano, a proposta de aplicação do adicional, a qual deverá ser aprovada pelo responsável pela supervisão técnica.</p> <p>- Entregar os documentos abaixo relacionados, em datas estabelecidas pela Coordenadoria de Educação, em calendário anual, a saber: *</p> <p>Lista de presença; *</p> <p>Recolher 21,07 % a título de provisão /fundo</p>			<p>conveniadas, no prazo de 60 dias a contar da vigência desta Portaria (19/10/09), de que está de acordo com as alterações introduzidas, sob pena de imediata denúncia do convênio.</p> <ul style="list-style-type: none"> Os convênios em vigor poderão ser prorrogados desde que adequados às disposições desta Portaria. Aditamentos – Não há necessidade de formalização de termo de aditamento nas seguintes hipóteses: <ul style="list-style-type: none"> *alteração do valor “per capita”; *alteração de faixa etária, desde que não haja repercussão financeira e/ou alteração do espaço físico; *modificação do nome do logradouro onde o CEI/Creche está instalado; *outras modificações que não impliquem 	<p>Educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Imóveis locados pela entidade - fica dispensada a exigência da declaração de concordância de complementação do aluguel, quando exceder 25% do valor do convênio. Convênios novos: - As adequações do imóvel só serão realizadas após a formalização do convênio e locação do imóvel; - Elaboração de Plano de Adequação, com previsão da conclusão das obras, não ultrapassando o período de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias; - O início do funcionamento do CEI/Creche só será autorizado a partir do momento em que as obras estiverem concluídas. Autorização de funcionamento: - As Entidades cujo Termo de Convênio se encontra em vigor na data desta publicação, deverão atender, até 31/12/2011, ao contido nos artigos desta
--	--	--	--	--	--	---

		de reserva em conta poupança ou fundo de aplicação financeira, com intuito de garantir pagamentos referentes ao 13º salário, férias e encargos oriundos de rescisões trabalhistas.			<p>acréscimo do valor conveniado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não estar em mora, inclusive com relação à prestação de contas, inadimplente com outro convênio ou em situação de irregularidade para com o Município. • Documentação para celebração de convênio: - Certidões de antecedentes criminais Estadual e Federal em nome dos membros da Diretoria da entidade; - Cópia do último balanço anual em nome da entidade; - Certidões dos distribuidores cíveis, estadual e federal, em nome dos membros da Diretoria da entidade; - Quando há a inclusão de despesas com locação, apresentar orçamentos de aluguéis de imóveis (mínimo três), com características 	<p>Portaria que tratam de Autorização de Funcionamento; - Os atos de autorização de funcionamento serão expedidos pela DRE; - As entidades terão prazo de até 30 dias, a partir da data de publicação do despacho autorizatório de celebração do convênio, para apresentarem os documentos necessários; - Fica dispensada a apresentação de documentos já solicitados por ocasião do credenciamento ou da celebração do convênio, evitando-se a duplicidade de informações.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança na documentação para o pedido de autorização de funcionamento. • Descrição das salas, relação do mobiliário, dos equipamentos, do material didático pedagógico e do acervo bibliográfico; VIII- Plano de capacitação permanente do RH; IX- Regimento Escolar. • Para as creches particulares
--	--	--	--	--	--	--

					<p>semelhantes e na mesma região do imóvel e de imobiliárias distintas.</p>	<p>conveniadas apresentar: Auto de Licença de Funcionamento ou Laudo Técnico emitido por engenheiro ou arquiteto inscrito no CREA (caráter de Autorização de Funcionamento provisório por dois anos, prorrogável por mais dois), desde que a Unidade apresente do ponto de vista técnico condições de obter o Auto de Licença.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A DRE poderá solicitar a entrega de outros documentos que não constam na portaria ou no termo de convênio, mediante justificativa fundamentada. • A entidade deverá comunicar a DRE responsável pelo seu credenciamento, toda e qualquer alteração ocorrida em seus estatutos, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros. • Quando se tratar de celebração de convênio em continuidade ao mesmo serviço prestado anteriormente pela
--	--	--	--	--	---	--

						<p>CONVENIADA, o saldo financeiro poderá ser transferido para o novo convênio.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A entidade deverá apresentar anualmente o inventário de Bens Permanentes adquiridos com recursos do Adicional e/ou Verba de Implantação. • Na prestação de contas referente ao mês de maio deverá ser apresentada declaração de capacidade financeira da entidade atestada por contador com registro no Conselho Regional dos Contadores (CRC).
Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar Administrativo somente para equipamentos com 250 crianças ou mais. • Poderá haver desconto no pagamento quando o quadro de RH estiver incompleto, respeitado o prazo de 3 meses para nova contratação. • Caberá às entidades informar à 	<ul style="list-style-type: none"> • Função: Professor de Educação infantil/auxiliar de Educação infantil - As organizações deverão gradativamente, na medida de suas possibilidades, adequar à denominação dos profissionais em exercício, de acordo com o previsto em Portaria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar Administrativo: formação exigida – Ensino Médio; 1 profissional para equipamentos com mais de 100 crianças – facultativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de 01 auxiliar de berçário e até 02 vigias • A entidade deverá apresentar na DRE a documentação comprobatória da habilitação mínima dos funcionários, por ocasião da autorização para a celebração do convênio. Toda alteração também deve ser comunicada à DRE, com a 	<ul style="list-style-type: none"> • O Auxiliar de sala poderá compor excepcionalmente o quadro de volante, constatada a carência de oferta de profissionais devidamente habilitados; • O CEI/Creche que dispuser de Auxiliar de Enfermagem em seu quadro de pessoal deverá ter o serviço desse profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores – prazo para a formação – 31/12/2011. • Demais funções: não há prazo, somente recomendação – poderão permanecer até a formação. • Novas contratações: exigida a titularização mínima. • Não há mais a função de

	Coordenadoria de Educação o período em que serão gozadas as férias coletivas, com antecedência de 30 dias.			<p>devida comprovação de habilitação mínima.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convênios em andamento: funcionários admitidos antes da Lei 13.574/03 será concedido prazo até maio de 2009 para aquisição da formação. • Férias coletivas: A entidade concederá férias coletivas no período estabelecido em Portaria publicada anualmente, independente da data de celebração do convênio. 	<p>sob a orientação de um Enfermeiro Supervisor.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entregar cópia da formação de novos funcionários à DRE na prestação de contas em que o novo funcionário passa a constar do quadro do RH do CEI/Creche; 	<p>Auxiliar de Sala: prazo para permanência – até 31/12/2011</p> <ul style="list-style-type: none"> • A contratação de Auxiliar Administrativo poderá ser realizada, independente do nº de crianças atendidas na Unidade; • Auxiliar de enfermagem – facultativo; • Não há mais a função de ADI: todos os docentes formados e os que forem contratados serão PDIs. Prazo para nova contratação 45 dias
Uso dos recursos financeiros e Prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar na Coordenadoria os documentos da prestação de contas, a partir do primeiro dia útil após o fechamento da frequência. O pagamento será programado dentro de 25 dias, a contar do recebimento da solicitação. • Não poderão ser utilizados recursos de convênios para aquisição de 	<ul style="list-style-type: none"> • A prestação de contas deverá constar da documentação apresentada no último trimestre do ano. • Pode incluir a aquisição de bens permanentes no recurso financeiro para implantação. • Deverá apresentar trimestralmente, prestação de contas das 	<ul style="list-style-type: none"> • A verba de implantação destina-se ao pagamento das despesas iniciais de execução de convênio como: aquisição de material de consumo, bens permanentes e recursos humanos. • Para ocorrer o repasse dos recursos mensais referentes ao "per capita", apresentar os 	<ul style="list-style-type: none"> • O montante do repasse é representado pelo "per capita" relativo ao nº de crianças atendidas no mês - ressalvadas as ausências justificadas por meio de atestados médicos. • Dos descontos: *Os saldos não gastos no trimestre civil. *Quadro de 	<ul style="list-style-type: none"> • Saldos de recursos - Os eventuais saldos de recursos serão obrigatoriamente computados a crédito e débito do convênio e aplicados no semestre, respeitado o semestre civil. • Do adicional: - O adicional somente poderá ser gasto a partir 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos financeiros: - Possibilidade de inclusão de despesa com multas, juros ou correção monetária, quando houver atraso no pagamento por parte da PMSP; - Especificamente no mês de dezembro, o repasse poderá ocorrer no próprio mês; - Os eventuais saldos de recursos serão

<p>bens permanentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poderá, também, haver descontos no pagamento quando o quadro de recursos humanos não estiver em conformidade com o proposto no plano de trabalho, respeitado o prazo de três (3) meses para a nova contratação. • Para ocorrer o repasse dos recursos mensais apresentar os seguintes documentos: <ul style="list-style-type: none"> *Requerimento de solicitação do pagamento; *Folha de frequência das crianças matriculadas, relativa ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior; * Declaração de Imunidade Tributária no I.S.S.; * Relatório mensal de serviços desenvolvidos. 	<p>despesas financeiras realizadas de forma devida, ratificada por seu contador responsável pelo balanço contábil financeiro.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O montante do repasse é representado pelo "per capita" relativo ao número de crianças atendidas no mês e que tiveram no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de comparecimento o nos dias de funcionamento e será liberado, sempre que possível, no 10º (décimo) dia do mês em curso da execução do serviço, mediante solicitação da conveniada, até o terceiro dia do mês. • O valor "per-capita" será atualizado, automaticamente, a partir de 1º de julho de cada ano, pelo índice de preços ao consumidor amplo- IPCA. • Será concedido, anualmente, um adicional destinado à: <ul style="list-style-type: none"> * execução de 	<p>seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Requerimento de solicitação do pagamento e prestação de contas do mês anterior; - Cópia da folha de frequência das crianças; - Nota fiscal de prestação de serviços (primeira via), facultada sua emissão, no caso de isenção ou imunidade; - Relação do pagamento dos salários dos funcionários com suas respectivas assinaturas e comprovação do recolhimento dos respectivos encargos sociais (GPS, FGTS e outros); - Cópia da comprovação do recolhimento específico para a provisão de férias, décimo terceiro salário, aviso prévio, auxílio doença, multa do FGTS e encargos sobre férias. - Cópia da Declaração de Imunidade Tributária no I.S.S., quando for o caso; - CND/INSS; - Planilha de Gastos. - Comprovantes (nota fiscal/ cupom fiscal/ recibo) das 	<p>Recursos Humanos incompleto por mais de 3 (três) meses;</p> <ul style="list-style-type: none"> *A entidade que por decisão sua, não funcionar nos dias previstos, não cabendo reposição. • Do adicional: <ul style="list-style-type: none"> *Melhoria das instalações; *Aquisição de bens permanentes; *Procedimentos de qualificação de pessoal; *Pagamento de encargos de Recursos Humanos até 70% (setenta por cento) do valor do adicional. *O adicional será gasto a partir do recebimento e até o final do exercício, sendo que a prestação de contas deverá ser até o dia 15 (quinze) de janeiro do exercício seguinte. *Além da apresentação dos comprovantes das despesas efetuadas, deverão ser apresentadas as justificativas referentes aos gastos. *O saldo não gasto do adicional será descontado no pagamento 	<p>do seu efetivo recebimento e até o final do exercício, sendo que os comprovantes da despesa para a prestação de contas deverão ser apresentados até o dia 30 do mês de janeiro do exercício seguinte;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os comprovantes de despesa para a prestação de contas deverão ser emitidos dentro do período de julho a dezembro. • Prestação de contas - Manter os seguintes instrumentais devidamente preenchidos e atualizados: <ul style="list-style-type: none"> *Registro do cadastro, inclusive no Sistema EOL; *Relatório mensal do nº de refeições servidas; *Relatório de estoque dos gêneros não perecíveis; • Constatada a ocorrência de irregularidades pela SME, por meio da DRE, a 	<p>aplicados no ano civil;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O saldo não utilizado será descontado na primeira prestação de contas do ano seguinte. • Frequência das crianças: <ul style="list-style-type: none"> - O repasse de recursos será calculado mediante o "per capita" relativo ao nº de crianças regularmente matriculadas e atendidas no mês; - O não comparecimento da criança ao CEI/Creche por um período de 15 dias consecutivos não justificados, implicará no cancelamento imediato de sua matrícula, cabendo ao Diretor assegurar ciência dos pais/responsáveis sobre as providências de eliminação; - Obs.: Apuração de assiduidade/justificativa das faltas – Diretor. • Adicional: <ul style="list-style-type: none"> - Melhorias nas instalações, que não caracterizem reforma; - Compra de bens permanentes; - Qualificação do pessoal; -
--	---	---	---	--	--

		<p>melhorias em suas instalações, de modo a garantir condições de habitabilidade compatíveis com a responsabilidade pública quanto à segurança de uso dos serviços de ocupação coletiva;</p> <p>* aquisição de bens permanentes para a substituição ou complementação das necessidades de serviço;</p> <p>* qualificação de pessoal para garantir o adequado padrão de desempenho do serviço;</p> <p>* O adicional será equivalente ao valor mensal do serviço. * Para os serviços com funcionamento ininterrupto, será concedida, no mês de janeiro, a parcela de 20%(vinte) por cento do valor mensal do convênio. * A prestação de contas do adicional deverá constar da documentação apresentada no último trimestre do ano.</p>	<p>despesas relacionadas na planilha de gastos, não necessitando ficar cópia destes no processo de pagamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos, registro das provas de aplicação dos recursos. • Poderá, também, haver descontos no pagamento quando o quadro de recursos humanos não estiver em conformidade com o proposto no plano de trabalho, respeitado o prazo de três (3) meses para a nova contratação. • No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação do pagamento, a Coordenadoria de Educação juntará o relatório de supervisão escolar e emitirá parecer técnico conclusivo da execução do Convênio e, se favorável, será encaminhado 	<p>da primeira parcela do adicional do exercício seguinte ao do recebimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verba de Implantação: A entidade deverá prestar contas da verba de implantação no prazo máximo de 01 (um) mês a partir do seu recebimento. A verba de implantação poderá ser solicitada nos casos de aditamento para ampliação de 30 (trinta) por cento ou mais de atendimento. • Compete à conveniada: <ul style="list-style-type: none"> *recolher 21,07 % sobre o total das despesas com Recursos Humanos- provisionamento. *restituir ao final do convênio o saldo financeiro não utilizado do fundo de reserva. • Apresentar na prestação de contas: - cópia individual dos holerites dos funcionários; - extrato de conta poupança acompanhada de planilha e documentos comprobatórios do uso dos 	<p>conveniada deverá ser científica, por intermédio de notificação emitida pela própria DRE.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provisionamento: - Em nenhuma hipótese o recurso da poupança deve ser retirado para finalidade diversa da especificada no convênio. • Adicional: <ul style="list-style-type: none"> - Execução de melhorias nas instalações: *manutenção no prédio (alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica) e mobiliário; *Não pode caracterizar como reforma; *Conserto de eletrodomésticos e máquinas em geral: não utilizar o adicional; realizar com a verba mensal; • Provisionamento: - Recolher 21,57% sobre o total das despesas com recursos humanos, a título de provisão/fund 	<p>Despesas com RH: 70%; - Despesas com materiais pedagógicos; - Na hipótese de haver saldo do Adicional este deverá ser considerado na prestação de contas do Adicional do exercício seguinte.</p>
--	--	--	--	--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> Para ocorrer o repasse dos recursos mensais referentes ao "per capita" apresentar os seguintes documentos: <ul style="list-style-type: none"> - Requerimento de solicitação do pagamento; - Folha de frequência das crianças matriculadas. - Declaração de imunidade tributária no I.S.S., quando for o caso. - Relatório mensal dos serviços desenvolvidos, demonstrando sua quantidade e qualidade, a capacidade e o número de usuários atendidos, as aquisições materiais e educacionais garantidas aos usuários. * O relatório deverá ser aprovado mediante expedição do relatório pela supervisão técnica do serviço, endossado pelo Coordenador (a) de Educação, que fará parte integrante do processo administrativo de pagamento. Os eventuais ajustes serão aplicados 	<p>para a liquidação e pagamento da despesa. Os eventuais ajustes serão aplicados no pagamento do mês seguinte.</p> <ul style="list-style-type: none"> Das receitas financeiras: <ul style="list-style-type: none"> *Poderá efetuar despesas de modo a completar o gasto mensal estimado para manutenção dos serviços durante o trimestre, visando obter melhor relação custo benefício. *Os eventuais saldos de recursos serão obrigatoriamente e computados a crédito do convênio e aplicados, no trimestre, respeitado o trimestre civil, exclusivamente, no objeto de sua finalidade. *Os saldos não gastos no trimestre civil, deverão ser descontados na prestação de contas do primeiro mês do trimestre seguinte. O montante do repasse é representado pelo "per capita" relativo ao número de crianças atendidas no 	<p>recursos financeiros. - retirada, as certidões.</p> <ul style="list-style-type: none"> Das penalidades: <ul style="list-style-type: none"> - Na ocorrência de irregularidades a conveniada será notificada, devendo apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis justificativa e proposta de correção. - Caso não seja aceita a justificativa apresentada pela conveniada, a C.E. estipulará a penalidade cabível, notificando a entidade. - De tal decisão caberá recurso à SME, no prazo de 05 dias úteis. Se for aplicada a penalidade de suspensão de pagamento, a conveniada terá o prazo de 30(trinta) dias para sanar as irregularidades. Caso contrário, o convênio será extinto. 	<p>o de reserva em conta poupança específica, com o intuito de garantir pagamentos referentes ao 13º salário à remuneração de férias anuais acrescidas de 1/3 e aos encargos oriundos de rescisões trabalhistas; Denúncia do convênio: - Após a denúncia do convênio, a entidade deverá comparecer à DRE para a prestação de contas final, com todos os encargos trabalhistas quitados, bem como providenciar a devolução do saldo de poupança, em havendo, no prazo máximo de 60 dias, sob pena de inscrição no CADIN. Esgotado o prazo e não atendido ao previsto, a DRE, após instrução do processo; A DRE deverá encaminhar o processo à Assessoria Jurídica da SME, a fim de</p>	
--	--	---	---	---	---	--

		<p>imediatamente no mês posterior à execução do serviço.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A prestação de contas poderá efetuar despesas de modo a completar o gasto mensal estimado para manutenção dos serviços durante o trimestre, visando obter melhor relação custo benefício em suas aquisições. • A entidade adequará suas prestações de contas para que corresponda ao trimestre civil, independentemente da data de início do convênio. • Poderá ser solicitada a alteração do valor estimado para custeio de elemento de despesa constante na proposta de trabalho, desde que não modifique o valor mensal total do convênio, assegure a qualidade dos resultados e o melhor desempenho dos serviços. • Para o uso 	<p>mês será pago até o terceiro dia útil do mês seguinte da solicitação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Será concedido à organização conveniada um adicional destinado à: - execução de melhorias em suas instalações, de modo a garantir condições de habitabilidade compatíveis com a responsabilidade pública quanto à segurança de uso dos serviços de ocupação coletiva; - qualificação de pessoal para garantir o adequado padrão de desempenho do serviço; - recursos humanos: até 70% do valor do adicional; • Para o exercício de 2005, a concessão do adicional será efetuada em 03 (três) parcelas, sendo: * 20% (vinte) por cento no mês de janeiro; * 40% (quarenta); - 40% (quarenta) no mês de outubro; • O adicional 		<p>que sejam tomadas as providências administrativas, cíveis e criminais contra a conveniada e seus dirigentes.</p>	
--	--	--	---	--	---	--

		<p>da Verba de Implantação será necessário relatório detalhado das atividades de implantação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Subprefeitura deverá efetuar o desconto no primeiro mês após a apresentação do balanço trimestral dos saldos dos repasses não gastos para a devolução dos valores. 	<p>deverá ser gasto no exercício do recebimento, e a prestação de contas deverá ser apresentada até o primeiro dia do mês de Janeiro do exercício seguinte.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O saldo do adicional não gasto no exercício do respectivo pagamento deverá ser descontado no pagamento do mês de fevereiro do exercício seguinte ao recebimento. 			
Prazo de vigência	<ul style="list-style-type: none"> • O convênio terá vigência de 2 (dois) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessiva e automaticamente, por igual período, até 60 (sessenta) meses, mantidas todas as suas cláusulas e condições se as partes conveniadas não manifestarem, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias a intenção de pôr fim ao convênio. • O convênio poderá, ainda, 		<ul style="list-style-type: none"> • O convênio terá vigência de 30 (trinta) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, automaticamente, por igual período. 		<ul style="list-style-type: none"> • O convênio vigorará a partir da data de sua lavratura, pelo prazo inicial de 30 meses, admitida prorrogação por iguais períodos, mediante termo de aditamento precedido de parecer conclusivo de técnicos da DRE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vigência do convênio: prazo inicial de 30 meses, admitida prorrogação por igual período, mediante aditamento.

	<p>ser extinto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por inadimplência de suas cláusulas; - A qualquer tempo por mútuo acordo, mediante a lavratura do termo de denúncia, desde que haja aviso prévio, por escrito, com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência; - Unilateralmente, por irregularidades constatadas pela Coordenadoria de Educação, referentes à administração dos gêneros alimentícios e valores recebidos, à execução do Plano de Trabalho aprovado. 					
Ação supervisora	<ul style="list-style-type: none"> • As Coordenadorias de Educação deverão supervisionar e administrativamente os serviços conveniados integrando nesse trabalho a Supervisão Escolar, representante da Diretoria de Orientação Pedagógica e representante da Diretoria de Planejamento, sendo de 	<ul style="list-style-type: none"> • Será designado formalmente pelo Coordenador da Coordenadoria de Educação, dentre os representantes da ação supervisora, o responsável para exercer a supervisão técnica dos CEIs/ Creches devendo: - Emitir relatório mensal sobre a qualidade dos serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • As Coordenadorias de Educação, por meio do Supervisor Escolar, deverão supervisionar os serviços conveniados; • Emitir relatório mensal sobre a qualidade dos serviços prestados pela entidade, visando a assegurar o exato 		<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de visita mensal da supervisão: - Contagem física das crianças em comparação com o diário de classe, devidamente preenchido com a frequência das crianças, as atividades realizadas, bem como o abono das faltas; - Verificar as 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento e fiscalização dos convênios pelos setores da DRE: - Setor de Convênio e Contabilidade: *acompanhar o processo de avaliação do serviço conveniado, no que se refere à documentação e cumprimento das cláusulas conveniadas; - Assistente

	<p>responsabilidade e destas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Subsidiar a Unidade Educacional na elaboração dos documentos necessários à solicitação de funcionamento do CEI/Creche; * Supervisionar, orientar e acompanhar a construção implementação, concretização da unidade, os registros e as avaliações periódicas do Plano de Trabalho, do projeto Político Pedagógico e do Regimento Educacional do CEI/Creche, considerando a qualidade social de educação; * Assessorar a elaboração de Planos de trabalho, a serem realizados pelas Unidades Educacionais com o objetivo de enfrentar os desafios do cotidiano escolar, com vistas a garantir a inclusão nas diversidades das crianças; * Integrar o sistema educacional, articulando as Unidades do Município de São Paulo: CEIs da rede direta e conveniada; * 	<p>prestados pela entidade, visando a assegurar o exato cumprimento das obrigações contidas no termo de convênio e consequente liberação de pagamentos posteriores;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quando constatar irregularidades, indicar prazo para adoção de providências necessárias; - Adotar os procedimentos necessários à regularização dos bens adquiridos pela entidade perante o patrimônio municipal. 	<p>cumprimento das obrigações contidas no termo de convênio e consequente liberação de pagamentos posteriores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando constatar irregularidades, indicar prazo para adoção de providências necessárias. • Não haverá mais formação inicial, com a equipe da DRE, dos profissionais quando da implantação da unidade. 		<p>condições de funcionamento do imóvel quanto aos aspectos físicos e materiais, com relação aos Padrões Básicos de Infraestrutura.</p>	<p>Técnico de Engenharia:</p> <ul style="list-style-type: none"> *verificar as condições de funcionamento do imóvel quanto aos aspectos físicos do prédio (Padrões Básicos de Infraestrutura); - Supervisor Escolar: *Verificar as condições de funcionamento do imóvel quanto às questões técnico-administrativas e de recursos materiais (Padrões Básicos de Infraestrutura); *Orientar e acompanhar a formação dos profissionais, socializando as recentes reflexões e pesquisas na área da Educação Infantil, bem como as discussões realizadas na Rede Municipal de Ensino; *Orientar, aprovar e acompanhar as ações e atualizações do calendário de atividades; *Acompanhar a frequência das crianças regularmente matriculadas; *Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento das práticas
--	--	---	---	--	---	---

Assessorar a entidade na implantação de novos convênios; * Indicar e acompanhar a formação inicial dos profissionais, divulgando as mais recentes teorias e pesquisas na área da Educação Infantil e as discussões realizadas na Rede Municipal; * Estimular a criação e a participação da Comunidade Educativa nas diversas instâncias: Conselhos Gestores e Conselhos Regionais; * Garantir a consonância do Projeto Político Pedagógico com as diretrizes de SME; * Participar da elaboração de critérios de avaliação e acompanhamento das práticas educativas desenvolvidas nas U. Educacionais; * Emitir parecer técnico no processo de formalização e aditamento do convênio; * Acompanhar o processo de						educativas das Unidades, assim como contribuir na elaboração de critérios de avaliação do sucesso das mesmas; * Acompanhar o processo de avaliação do serviço conveniado.
---	--	--	--	--	--	--

	<p>avaliação do serviço conveniado, considerando os indicadores de avaliação apresentados e aprovados no plano de trabalho;</p> <p>* Examinar e aprovar a prestação de contas, visando a assegurar o exato cumprimento das obrigações contidas no termo de convênio e, quando constatar irregularidades, indicar prazo para adoção de providências necessárias;</p> <p>* Avaliar o convênio 60(sessenta) dias, antes do término, tendo como parâmetro o cumprimento das disposições contidas nesta portaria, no termo de convênio e plano de trabalho correspondente.</p>					
Plano de Trabalho o/ Proj. Pedag.	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto Político Pedagógico a ser construído pela Unidade Educacional com a participação de toda a comunidade educativa, não será totalmente constituído 			<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento preferencial de crianças de 0 a 3 anos, podendo parecer conclusivo da equipe técnica de demanda, da DRE, atender crianças de até 6 anos, 	<ul style="list-style-type: none"> • Adendo ao Plano de Trabalho - *Deverão ser providenciados adendos ao Plano de Trabalho a ser submetido à aprovação da Supervisão Escolar e da DRE; 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Pedagógico: - Deverá ser elaborado contemplando os seguintes itens: a. As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil; b. Os fins e objetivos; c. A

	<p>neste primeiro momento de elaboração do Plano de Trabalho, pois ele deverá ser retomado em cada encontro com os profissionais e com a comunidade no sentido de representar o movimento cotidiano da ação educativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios norteadores para a construção do Projeto Político Pedagógico, que devem ser apontados neste Plano de Trabalho. - Discussão ampla com a Comunidade Escolar sobre: - Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; - Princípios políticos, filosóficos, históricos, sociológicos e psicológicos da Unidade; - Compreensão do grupo sobre educar de 0 a 6 anos; - Concepção de infância de 0 a 6 anos e de Educação Infantil; - Investigação e registro sobre as crianças, as famílias e a comunidade: 			<p>observada a demanda local.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Faixa etária: por ocasião da renovação, o convênio será progressivamente revisto, observada as prioridades estabelecidas pela administração pública - Proporção adulto x criança: 1º estágio: no mínimo 18; 2º estágio: no mínimo 20; 3º estágio no mínimo 25. • O registro e denominação dos grupos, faixa etária e nº de crianças nos grupos, atenderá aos critérios estabelecidos na Portaria anual de matrícula. • Respeitada a capacidade física das salas, as salas de 1º, 2º e 3º estágio deverão ser formadas com até 35 crianças. • O agrupamento das crianças em classes/ estágios deverá considerar a idade da criança até 31/12/ do ano anterior. 	<p>*Devidamente instruído, o processo deverá ser encaminhado ao setor competente de SME, para os registros pertinentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Frequência dos educadores - As ausências dos educandos poderão ser justificadas por meio de comprovante de atendimento à saúde (atestado médico, receituário, atestado de comparecimento para consulta ou realização de exames laboratoriais ou outro documento firmado por profissional da saúde) ou declaração dos próprios pais ou responsáveis (nos casos de viagem, férias, doença). 	<p>concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem; d. As características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere; e. O regime de funcionamento; f. Calendário de Atividades e horários de funcionamento; g. O espaço físico, as instalações e os equipamentos; h. O Plano de Adequação aos Padrões de Infraestrutura; i. A organização do cotidiano de trabalho junto às crianças; j. A proposta de articulação da Instituição com a família e a comunidade; k. O processo de acompanhamento de desenvolvimento integral da criança; l. O planejamento geral e a avaliação institucional; m. Articulação da Educação Infantil – interlocução entre Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental, se for o caso.</p>
--	--	--	--	--	---	--

	<p>* Histórico de Creches no Município de São Paulo e do CEI/Creche em questão;</p> <p>* Histórico da localidade inter-relacionado com o da Entidade Mantenedora;</p> <p>* Saberes acumulados e Produção Cultural da Comunidade.</p>					
Prédios e equipamentos e bens patrimoniais		<ul style="list-style-type: none"> Os recursos financeiros do convênio poderão ser utilizados para a reposição de utensílios, manutenção do imóvel, compra de equipamentos e bens permanentes de modo a garantir melhor qualidade nos serviços prestados, resguardados os valores destinados a recursos humanos. Poderá adquirir equipamentos e bens permanentes para reposição ou complementação aos instalados, com recursos financeiros procedentes do custeio mensal 		<ul style="list-style-type: none"> Manutenção dos Imóveis com verba do convênio: * Reforma e Ampliação dos CEIS Indiretos deverá ser realizada pela PMSP; * Reforma e Ampliação das creches particular conveniadas deverá ser realizada pela entidade. * Quando a Sede da entidade for no mesmo local do CEI/ creche, os gastos com concessionárias não poderão exceder a média mensal do gasto de CEI com capacidade similar. As adequações físicas realizadas em imóveis alugados ficarão a cargo e sob 	<ul style="list-style-type: none"> Nos convênios já firmados, as obras para adequação do prédio e das instalações do CEI/Creche deverão estar concluídas até 31/01/2012, respeitados os Padrões Básicos de Infraestrutura – Caracterização dos Ambientes, contidos no Anexo VIII. Para convênios a serem celebrados a partir da vigência desta Portaria, a adequação deverá estar concluída num prazo de 60 dias da data da assinatura do convênio, prorrogável 	Prazo para as adequações - 30 dias podendo ser prorrogável por mais 30. O início do atendimento só poderá ser autorizado após a conclusão de todas as adequações apontadas pela comissão de vistoria e plano de adequação.

		<p>convênio.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As compras de bens patrimoniais realizadas pela conveniada com os recursos públicos contidos nesta cláusula serão precedidas de 03 (três) cotações de preços que revelem a sua compatibilidade com os valores praticados no mercado. 		<p>responsabilidade e da conveniada. O contrato de locação só será formalizado após a celebração do convênio.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poderão adquirir bens permanentes com a verba de implantação e do adicional. Os bens deverão ser objeto de doação e incorporação à PMSP/SME. 	<p>por 30 dias.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em casos excepcionais, por motivos devidamente justificados, o Diretor Regional de Educação poderá decidir pela dilação desse prazo por mais 30 dias. • O início de funcionamento do CEI/Creche será autorizado a partir do momento em que as obras estiverem concluídas. • Os imóveis serão vistoriados pela DRE, sendo que a primeira visita deverá ocorrer antes da celebração do convênio; - A DRE poderá designar uma comissão integrada por um profissional da área de engenharia e um supervisor escolar, dentre outros para esse fim. • Da locação: - Cabe ao profissional da área de engenharia a aprovação do imóvel para a 	
--	--	---	--	--	--	--

					<p>finalidade a que se destina, bem como a análise da compatibilidade do valor da locação com o praticado no mercado, exigindo-se para tanto, a apresentação de 3 avaliações de aluguéis de imóveis da região, com características similares e fornecidas por imobiliárias distintas; - O contrato de locação é de inteira responsabilidade do locador e locatário, desobrigando-se a SME de qualquer responsabilidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os bens permanentes deverão ser objeto de doação e incorporação à PMSP/SME, no prazo de 30 dias após a aprovação de contas, sob pena de desconto do valor do bem não incorporado, na primeira parcela do adicional subsequente. • A compra de bens permanentes 	
--	--	--	--	--	---	--

					deverá constar de - 03 orçamentos, sendo 01 o da compra; - Orçamentos: mesmas características do bem adquirido.	
--	--	--	--	--	---	--

5. ENTIDADES CONVENIADAS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE MANTÉM CONVÊNIOS DE CEIS/ CRECHES COM A SME/PMSP EM 2012

ORD	ENTIDADES	TIPO DE ENTIDADE
01	13 DE MAIO ONG 03.168.415/0001-67	ONG - 1 estabelecimentos – Jd. Cabuçu - Natureza Jurídica - Associação Privada; desde 1998.
02	A MAO COOPERADORA OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS - 52.582.202/0001-92	IGREJA EVANGÉLICA - desde 1983 - 3 estabelecimentos - Jardim Três Corações. Natureza Jurídica - Associação Privada; não possui inscrição estadual.
03	ASS AMIGOS LUTANDO PARA UM FUTURO MELHOR	ONG - 1 estabelecimento – Casa Verde – desde 1994 – Natureza Jurídica - Associação Privada; não possui inscrição estadual.
04	ABC ASS BENEFICENTE COMUNITARIA NOVO MUNDO	ONG – FILANTRÓPICA - 2 estabelecimento – Vila Ema (DRE SM) – desde 1991 – Natureza Jurídica - Associação Privada; não possui inscrição estadual
05	AÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA E CONSCIENTIZACAO DA CIDADANI	ONG - ABRACCI - 6 estabelecimentos –DRE Penha, São Miguel – desde 2001 – Natureza Jurídica - Associação Privada;
06	ASS AMIGOS DE BAIROS DA CIDADE DE NOVA SAO MIGUEL - 55.953.004/0001-86	ONG - 1 estabelecimentos – São Miguel – desde 1986 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais
07	ACAO COMUNITARIA CANTINHO FELIZ - 01.870.905/0001-85	ONG - 2 estabelecimentos – São Miguel – desde 1997 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais.
08	ASS ASSISTENCIAL COMUNITARIA AZARIAS - 03.864.895/0001-09	IGREJA EVANGÉLICA - 3 estabelecimento – Perus – desde 2000 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais.
09	ACAO COMUNITARIA SAO	IGREJA CATÓLICA - 2 estabelecimento – Itaquera (DRE IQ) –

	JOSE OPERARIO - 53.494.894/0001-80	desde 1984 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Serviços de Assistência Social Sem Alojamento
10	ACAO COMUNITARIA SENHOR SANTO CRISTO - 57.854.473/0001-73	ONG - 1 estabelecimento – Guaianazes (DRE GZ) – desde 1986 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Serviços de Assistência Social Sem Alojamento
11	ACAO COMUNITARIA TODOS IRMAOS – 47.383.864/0001-01	ONG - ACTI - 2 estabelecimento – Sede – Parque Belém – desde 1975– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais.
12	INSTITUTO ASSISTENCIAL DE MULHERES JANETE CLAIR 73.862.963/0001-78	ONG - 1 estabelecimento – Cj. Jd. Bonifácio – desde 1993– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais
13	ACAO SOCIAL CAPELA DA SANTA CRUZ - 43.570.050/0001-17	ONG - 4 estabelecimento – Parada de Taipas – desde 1972– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Serviços de Assistência Social Sem Alojamento
14	ACAO SOCIAL CLARETIANA - 60.543.279/0001-81	IGREJA CATÓLICA - 1 estabelecimento – Vila Buarque – desde 1998 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação Infantil - Creche
15	ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO LAGEADO JOILSON DE JESUS - 57.060.204/0001-35	ONG - 5 estabelecimento – Guaianazes – desde 1987 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Serviços de Assistência Social Sem Alojamento
16	ASS BENEFICENTE E PROMOCIONAL BELEM - 50.709.120/0001-30	ONG - 1 estabelecimento – Belenzinho – desde 1982 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais
17	ACAO SOCIAL LARGO 13 - 43.987.809/0001-61	ONG - 02 estabelecimento – Santo Amaro – desde 1980 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Serviços de Assistência Social Sem Alojamento
18	ASS BENCAO DE PAZ - 64.025.232/0001-87	RELIGIOSA - 01 estabelecimento – Vila Carrão – desde 1990 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação Infantil - Creche
19	ACAO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA - 01.170.514/0001-58	IGREJA CATÓLICA - 01 estabelecimento – sede Pouso Alegre – desde 1996 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais
20	ASS BENEFICENTE 2001 - 04.186.163/0001-61	ONG - 03 estabelecimento – Guaianazes – desde 2000 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais
21	ACAO SOCIAL SAO MATEUS - 45.880.499/0001-07	IGREJA CATÓLICA - 5 estabelecimento – São Mateus – desde 1981 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Serviços de Assistência Social Sem Alojamento
22	ASS BENEFICENTE ANJOS DA PAZ - 09.584.495/0001-18	ONG - 1 estabelecimento – Vila Mara – desde 2008 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal -

		Educação infantil - creche
23	ASS BENEFICENTE BETSAIDA - 66.063.231/0001-52	ONG - 2 estabelecimento – Chácara Inglesa – desde 1991 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Serviços de Assistência Social Sem Alojamento
24	ASS COMUNITARIA JARDIM INDEPENDENCIA 53.755.799/0001-92	ONG - 1 estabelecimento – Jd. Independência – desde 1984 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
25	ASS BENEFICENTE BOM PASTOR	IGREJA CATÓLICA - 2 estabelecimento – Itaquera – desde 1987 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
26	ASS BENEFICENTE CAMINHO DE DAMASCO	ESPÍRITA – ONG – 3 estabelecimentos – CDHU Jd. Educandário - – desde 2010 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
27	ASS BENEFICENTE CLUBE DE MAES ACAO FAMILIAS	ONG - 2 estabelecimentos – Itaim Paulista - – desde 2010 – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
28	ASS BENEFICENTE COMUNITARIA ANJOS DA ESPERANCA	ONG - 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
29	ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL	ONG - 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
30	ASS BENEFICENTE COMUNITARIA CRIANCAS DE DEUS	ONG - 5 estabelecimentos – Guaianazes/ Pirituba/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
31	ASS BENEFICENTE COMUNITARIA CULTURAL ESPORTIVA ELITE DO ESTA	ONG - 2 estabelecimentos – Guaianazes/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
32	ASS BENEFICENTE COMUNITARIA MAOS ESTENDIDAS	ONG - 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
33	ARRASTAO MOVIMENTO DE PROMOCAO HUMANA	ONG - 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
34	ASSISTENCIA SOCIAL A COLMEIA	ONG - 3 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
35	ASSISTENCIA SOCIAL LAR DITOSO	ESPÍRITA - 3 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
36	ASS BENEFICENTE DE AMURT AMURTEL	ONG - 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

37	ASS BENEFICENTE DE APOIO A COMUNIDADE CARENTE UNIDA	ONG - 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
38	ASS BENEFICENTE DE MAES ORDEM E PROGRESSO	ONG - 3 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
39	ASS A FAMILIA UNIAO FAZ A FORÇA	ONG - 2 estabelecimentos – FO/ Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
40	ASS ADELAIDE FERREIRA	ONG - 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
41	ASS ADONAY DO JARDIM GUAIANASES	ONG - 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
42	ASS BARAO DE SOUZA QUEIROS DE PROTECAO A INFANCIA E A JUVENT	ONG - 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
43	ASS AGUAS MARINHA	ONG - 4 estabelecimentos – Santo Amaro/ Guaianazes/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
44	ASS BENEFICENTE COMUNITARIA EM ITAQUERA E ADJACENCIAS	ONG - 3 estabelecimentos – IQ/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
45	ASS ALIANCA DE MISERICORDIA	ONG - 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
46	ASS BENEFICENTE E ACAA SOCIAL DE SAO PAULO	ONG - 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
47	ASS BENEFICENTE EDUCATIVA	ONG - 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
48	ASS BENEFICENTE ESPERANCA DO JARDIM SAO PAULO	ONG - 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
49	ASS CIVICA FEMININA	ONG - 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
50	ASS CIVIL FAA DI BRUNO	ONG – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
51	ASS BENEFICENTE FAMILIA FRUTO FIEL	ONG – 1 estabelecimentos – IQ – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

52	ASS CIVIL GAUDIUM ET SPES AGES	ONG – 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
53	ASS BENEFICENTE FEMININA SIRIO LIBANESA	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
54	ASS COMUNITARIA AURI VERDE	ONG – COMUNITÁRIA 2 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
55	ASS COMUNITARIA BARRO BRANCO II	ONG - COMUNITÁRIA – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
56	ASS BENEFICENTE IMACULADA CONCEICAO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
57	ASS BENEFICENTE JERUSALEM - ABJ	EVANGÉLICA 4 estabelecimentos – Guaianazes/ IQ/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
58	ASS BENEFICENTE LUZ DA SABEDORIA	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
59	ASS COMUNITARIA BENEFICENTE PODER E QUERER	ONG - 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
60	ASS COMUNITARIA CANTINHO DO CEU	ONG - 3 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
61	ASS COMUNITARIA BENEFICENTE DO CONJUNTO RESIDENCIAL ITAJUIBE	ONG COMUNITÁRIA - 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
62	ASS COMUNITARIA E BENEFICENTE NOVA SANTANA	ONG COMUNITÁRIA - 2 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
63	ASSOCIAÇÃO UNIAO E PROGRESSO DO PARQUE ARARIBA E ADJACENCIAS	ONG – 6 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
64	ASS COMUNITARIA FAZENDA DO CARMO	ONG COMUNITÁRIA – 3 estabelecimentos – Guaianazes/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
65	ASS COMUNITARIA FLORESTAN FERNANDES	ONG COMUNITÁRIA – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
66	ASS COMUNITARIA MONTE AZUL	ONG COMUNITÁRIA – 2 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

67	ASS COMUNITARIA SAO SIMAO	ONG COMUNITÁRIA - 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
68	ASS COMUNITARIA SEMPRE VIVA	ONG COMUNITÁRIA - 2 estabelecimentos – IQ/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
69	ASS COMUNITARIA UM NOVO AMANHECER	ONG COMUNITÁRIA – 2 estabelecimentos – FO/ Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
70	ASS CONGREGACAO DE SANTA CATARINA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
71	ASS CRECHE DA TIA D	ONG - 2 estabelecimentos – FO/ Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
72	ASS CRECHE ZILDA BRANDAO	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
73	ASS CRIANCA BRASIL	ONG – 3 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
74	ASS COMUNITARIA FLOR DE LIS	ONG COMUNITÁRIA – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
75	ASS COMUNITARIA PRIMEIRO PASSO DO JARDIM DONATARIA	ONG COMUNITÁRIA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
76	ASS CORACAO DO AMOR	ONG - 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
77	ASS CRISTA BOA SEMENTE	RELIGIOSA - 3 estabelecimentos – Itaquera/ Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
78	ASS CRISTA DE MOCOS DE SAO PAULO	RELIGIOSA - 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
79	ASS CRISTA LUIS CARLOS ELO DE AMOR	RELIGIOSA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
80	ASS BENEFICENTE MADRE CAMILA	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
81	ASS CULTURAL FILHOS DA SENZALA	ONG - 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

82	ASS BENEFICENTE MELHOR IDADE DO PARQUE - AMIPA	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
83	ASS CULTURAL VITTA	ONG – 3 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
84	ASS DA VIDA VERDE TOPY BOL	ONG – 3 estabelecimentos – Itaquera/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
85	ASS BENEFICENTE MUNDO ENCANTADO	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
86	ASS DAS DAMAS DA CARIDADE DE SAO VICENTE DE PAULA	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
87	ASS BENEFICENTE O SEMEADOR	ESPIRITA – 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
88	ASS DE AMIGOS EM PROL DA EDUCACAO INFANTIL	ONG – 2 estabelecimentos – Jaçanã/Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
89	INSTITUTO OIKOS	ONG – 1 estabelecimentos – FO/ Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
90	ASS DE APOIO A LIBERDADE, VIDA E ESPERANCA	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
91	ASS DE APOIO AOS IDOSOS, CRIANCAS E ADOLESCENTES	ONG – 4 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
92	ASS BENEFICENTE VITORINO	ONG - estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
93	ASS BENEFICENTE COMUNITARIA AURORA	ONG COMUNITÁRIA – 2 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
94	OSCIP-ORG SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSES PUBLICO AMAR A VIDA	OSCIP – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
95	ASS BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA	ONG – 3 estabelecimentos – Itaquera/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
96	ASS BRISA DA MANHA	ONG - 2 estabelecimentos – São Miguel/ Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

97	ASS CAMARGO MIRON	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
98	ASS CAMINHO DO SOL	ONG – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
99	ASS CASA DA MULHER DA CIDADE TIRADENTES	ONG - 3 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
100	ASS DE CRECHES MARIA DE NAZARE	ESPÍRITA - 1 estabelecimentos – Butantã– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
101	ASS CASA DOS DEFICIENTES DE ERMELINO MATARAZZO	ONG – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
102	ASS DE EDUCACAO E RECREACAO LEAL	IGREJA CATÓLICA - 3 estabelecimentos – Guaianazes/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
103	ASS CENTRAL E COM DO CONJUNTO HABITACIONAL BRASILANDIA B3	ONG – 3 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
104	ASS CEU ESTRELADO	ONG – 5 estabelecimentos – Guaianazes/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
105	ASS DE ENSINO PROFISSIONAL E ASSISTENCIA SOCIAL AREA TREZE	ONG – 4 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
106	ASS DE LUTAS E PROMOCAO SOCIAL JARDIM ROBRU	ONG – 4 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
107	ASS DE MORADORES DO JARDIM COMERCIAL E ADJACENCIAS	ONG - 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
108	ASS DE MULHERES RACA E CORAGEM	ONG – 5 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
109	ASS DE MORADORES DE VILA CARBONE	ONG – 3 estabelecimentos – Freguesia/ Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
110	ASS DE PROMOCAO SOCIAL MAIS UMA ESTRELA QUE NASCE	ONG – 1 estabelecimentos – Jaçanã/ Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
111	ASS DE MORADORES DO JARDIM AUGUSTO DO	ONG - 4 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação

	LOTEAMENTO VILA CLAUDIA	infantil – creche
112	ASS DE VOLUNTARIOS EDUCADORES SOCIAIS AVES	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
113	ASS DE MORADORES DO PROJETO MILENIO	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
114	ASS DO ABRIGO NOSSA SRA RAINHA DA PAZ DO JD FIM DE SEMANA	IGREJA CATÓLICA - 4 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
115	ASS DO BEM ESTAR SOCIAL DA ZONA NORTE	ONG – 2 estabelecimentos – Jaçanã/ Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
116	ASS DE MORADORES VALE VERDE	ONG – 4 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
117	ASS DO COMERCIO DA ECONOMIA INFORMAL DE ITAQUERA	ONG - 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
118	ASS DO JARDIM SAO VICENTE E ADJACENCIAS	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
119	ASS FILANTROPICA DE ASSISTENCIA A FAMILIA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
120	ASS FRATERNIDADE ASSISTENCIAL RIO PEQUENO	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
121	ASS DOS MORADORES AJUDA SAO PAULO - AMASP	ONG – 4 estabelecimentos – Ipiranga/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
122	ASS GRUPO DE MAES NOVO AMANHECER	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
123	ASS GRUPO DE MAES SOLIDARIAS BEM VIVER	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
124	ASS DOS MORADORES DA VILA ARCO IRIS	ONG - 2 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
125	ASSOCIACAO DOS MORADORES DA ZONA NORTE	ONG - 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
126	ASS GRUPO MISSAO DIVINA	RELIGIOSA – 4 estabelecimentos – Guaianazes/ Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica

		Principal - Educação infantil – creche
127	ASSOCIACAO PARA A SAUDE - NUCLEO SALUS PAULISTA	ONG – 2 estabelecimentos – Ipiranga/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
128	ASSOCIACAO PAULISTA DE APOIO A FAMILIA - APAF	ONG – 2 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
129	ASS PROMOCIONAL CORACAO IMACULADO DE MARIA - APROCIMA	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
130	ASSOCIACAO RECREATIVA CULTURAL E ASSISTENCIAL - ARCA	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
131	ASSOCIACAO RESTAURAR DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
132	ASSOCIACAO SANTA BARBARA - CAMINHO DA PAZ	ONG – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
133	ASSOCIACAO SANTO AGOSTINHO	IGREJA CATÓLICA – 5 estabelecimentos – Butantã/ Ipiranga/ Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
134	ASSOCIACAO SAO GABRIEL	ONG – 4 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
135	ASS LAR CRIANCA FELIZ	ONG – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
136	ASS MADRE CABRINI DAS IRMAS MISSIONARIAS DO SAGRADO CORACAO	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – Capela do Socorro/ Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
137	ASS MARIA FLOS CARMELI	ONG – 2 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
138	ASS MENINO DEUS	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
139	ASS MENSAGEIROS DO SEculo XXI	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
140	ASS METODISTA DE ACAO SOCIAL - AMAS MOOCA	IGREJA METODISTA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
141	ASS DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil –

	SAO JUDAS TADEU	creche
142	ASS SAO JOSE DAS SERVAS DA CARIDADE	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
143	ASSOCIACAO SAO VICENTE DE PAULA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Jaçanã/ Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
144	ASSOCIACAO SOCIAL E CULTURAL LETRAS MAGICAS	ONG – 3 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
145	ASSOCIACAO SOCIO CULTURAL IDEIA SOLIDARIA	ONG – 4 estabelecimentos – Jaçanã/ Tremembé– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
146	ASSOCIACAO SOLIDARIEDADE E ESPERANCA	ONG – 3 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
147	ASSOCIACAO SSJ SAO JOSE	ONG – 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
148	ASSOCIACAO UNIAO DA JUTA	ONG – 1 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
149	ASS METODISTA DE ACAA SOCIAL AMAS TUCURUVI	IGREJA METODISTA – 4 estabelecimentos – Jaçanã/ Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
150	ASS METODISTA LIVRE AGENTE	IGREJA METODISTA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
151	ASS MISSIONARIA ATRAVESSANDO OS VALES	EVANGÉLICA – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
152	ASS E CENTRO DE APOIO SOCIAL DE EDUCACAO CASTELINHO ENCANTADO	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
153	ASS EDUCA SAO PAULO	ONG – 4 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
154	ASS SONHAR E ACREDITAR	ONG – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
155	ASS UNIAO DE MORADORES E AMIGOS ITAQUERA IV E ZONA LESTE	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
156	ASS MISSIONARIA SO	RELIGIOSA – 2 estabelecimentos – Guaianazes/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica

	VITORIA	Principal - Educação infantil – creche
157	ASS MORIAH	RELIGIOSA Jana – 4 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
158	ASS MUTIRAO DO POBRE	ONG - 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
159	ASS NANY APPLE EM BENEFICIO DO OBESO E DO CARENTE	ONG – 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
160	ASS EDUCATIVA MARIA TEREZA	ONG - 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
161	ASS EDUCACIONAL E DE ASSIST SOCIAL ESTACAO SOLIDARIA	ONG – 4 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
162	ASS ESTRELA BRILHANTE	ONG – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
163	ASS EVANGELICA BENEFICENTE	EVANGÉLICA – 5 estabelecimentos – Campo Limpo/ FO/ Ipiranga/ Jaçanã/ Penha/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
164	ASSOCIACAO VIA COMUNIDADE	ONG – 5 estabelecimentos – Guaianazes/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
165	CASAS - CENTRO DE APOIO A SAUDE E ASS SOCIAL	ONG – 5 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
166	CARITAS DIOCESANA DE CAMPO LIMPO	IGREJA CATÓLICA - 18 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
167	CASA DE BENEFICENCIA SAO PAULO	ONG – 2 estabelecimentos – Ipiranga/ Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
168	CASA DA CRIANCA FELIZ	ONG - 2 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
169	CASA DA PEQUENA IVETE ASSOCIACAO ASSISTENCIAL	ONG - 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
170	ASS FEM COMUN DO CONJ HABITACIONAL BRIGADEIRO EDUARDO GOMES	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

171	ASS FEMININA DAS SERVIDORAS PUBLICAS DO BRASIL	ONG – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
172	ASS FEMININA VILA ALPINA - PARQUE SAO LUCAS	ONG – 2 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
173	ASS FILANTROPICAS METALURGICOS	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
174	ASS NINHO CRIANCA ESPERANCA	ONG – 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
175	ASS NOSSO CAMINHO	ONG – 2 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
176	INSTITUTO CAESVI	ONG - 3 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
177	ASS OBRA DO BERCO	ONG – 3 estabelecimentos – Campo Limpo/ Ipiranga/ Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
178	ASS OBRAS SOCIAIS SANTA CRUZ	ONG – 1 estabelecimentos – Jaçanã/ Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
179	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	IGREJA CATÓLICA - 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
180	CASA DO CRISTO REDENTOR	ESPÍRITA - 3 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
181	CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE SANTA TEREZA DE ARTUR ALVIM	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
182	CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE SANTA LUZIA	IGREJA CATÓLICA - 2 estabelecimento – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
183	CASA FREI REGINALDO DE ACOLHIDA A CRIANCA E AO IDOSO	IGREJA CATÓLICA – 3 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
184	CEI FILADELFIA	ONG - 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
185	CEI COMUNITARIA ECUMENICA SANTO EXPEDITO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

186	CENTRO ANHAGUERA DE PROMOCAO E EDUCACAO SOCIAL - CAPES	ONG - 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
187	CENTRO ASSISTENCIAL SANTA ANGELA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
188	CENTRO SOCIAL EVANGELICO DO SACOMA	EVANGÉLICA – 2 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
189	CENTRO COMUNITARIO E CRECHE SINHAZINHA MEIRELLES	ONG – COMUNITÁRIA – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
190	CENTRO COMUNITARIO CATOLICO E OBRAS SOCIAIS OSCAR ROMERO	ONG – COMUNITÁRIA – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
181	CENTRO COMUNITARIO DO JARDIM JAPAO	ONG – COMUNITÁRIA – 1 estabelecimentos – Jaçanã/ Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
182	CENTRO COMUNITARIO E SOCIAL DO JARDIM LOURDES	ONG – COMUNITÁRIA - estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
183	CENTRO SOCIAL FE E ALEGRIA	ONG - 1 estabelecimento – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
195	CENTRO SOCIAL LAUZANE PAULISTA	ONG – 1 estabelecimentos – Jaçanã/ Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
195	CENTRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
196	CENTRO DE ASS E PROMOCAO SOCIAL NOSSO LAR	ESPÍRITA – 12 estabelecimentos – Itaquera/ Penha/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
197	CENTRO DE ASS SOCIAL DE VILA DIONISIA	ONG – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
198	CENTRO DE ASS SOCIAL E PROMOCAO DE VILA ALPINA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
199	CENTRO DE ASS SOCIAL SANTA TEREZINHA	ONG – 1 estabelecimentos – Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
200	CENTRO DE ASS SOCIAL SANTO AGNELO	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

201	CENTRO DE ORIENTACAO A FAMILIA- COR	ONG - 4 estabelecimentos – Ipiranga/ Jaçanã/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
202	CENTRO DE PROMOCAO HUMANA NOSSA SENHORA AP DO JD PEDREIRA	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
203	CENTRO DE PROMOCAO HUMANA SAO JOAQUIM SANTANA	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
204	CENTRO DE PROMOCAO SOCIAL BORORE	ONG - 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
205	CENTRO COMUNITARIO JARDIM AUTODROMO	ONG – COMUNITÁRIA – 7 estabelecimentos – Capela do Socorro/ Santo Amaro – Natureza Jurídica – Ass. Privada; Atividade Econômica Principal - Ed infantil/ creche
206	CENTRO COMUNITARIO JOAO PAULO I	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
207	CENTRO COMUNITARIO MARANATA DE SAO PAULO	ONG - 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
208	CENTRO COMUNITARIO NOSSA SENHORA APARECIDA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
209	CENTRO COMUNITARIO NOSSA SENHORA DE NAZARE	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
210	CENTRO SOCIAL LEAO XIII	ONG – 3 estabelecimentos – Jaçanã/Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
211	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DAS MERCES	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
212	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
213	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO BOM PARTO	IGREJA CATÓLICA – 18 estabelecimentos – IP/ IT/ Penha/ SM– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
214	CENTRO SOCIAL PADRE CICERO ROMAO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – IT– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
215	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SAO GERALDO DAS PERDIZES	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

216	CENTRO SOCIAL SANTA CATARINA	ONG – 3 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
217	CENTRO SOCIAL SANTO DIAS	ONG – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
218	CENTRO SOCIAL SAO JOSE	ONG – 2 estabelecimentos – Capela do Socorro– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
219	NUCLEO ASSISTENCIAL IRMAO ALFREDO	ESPÍRITA – 2 estabelecimentos – Butantã/ Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
220	CIPS CENTRO INTEGRADO DE PROMOCAO SOCIAL	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
221	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTAOS DE VILA PRUDENTE	RELIGIOSA 3 estabelecimentos – Vila Prudente/ Sapopemba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
222	CIRCULO SOCIAL SAO CAMILO DO IPIRANGA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
223	CLUBE DE MAES CORACAO DE JESUS	IGEJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
224	CLUBE DE MAES CRIANCA ESPERANCA	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
225	ASS CLUBE DE MAES DA CASA VERDE ALTA E ADJACENCIAS	ONG – 2 estabelecimentos – Casa Verde – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
226	CENTRO COMUNITARIO PAROQUIAL DO JARDIM BRASIL	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
227	CENTRO COMUNITARIO SANTA INES - CECOSI	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
228	CENTRO DE ACAO SOCIAL ESPERANCA	ONG – 1 estabelecimentos – Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
229	CENTRO DE APOIO COMUNITARIO DE PERUS	ONG - COMUNITÁRIO 2 estabelecimentos – Perus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
230	CASA DE ISABEL APOIO MULHER CRIAN ADOLES VIT DOMESTICA	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

231	CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL CONEGO LUIZ BIASI - CPSCLB	ONG - 1 estabelecimento – Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
232	CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL JESUS NO HORTO DAS OLIVEIRAS	RELIGIOSA 1 estabelecimentos – Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
233	CENTRO DE RECREAÇÃO INFANTIL BETEL	ONG – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
234	CENTRO DE REVALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E SOCIAL	ONG - estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
235	CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL REGINA ANGELORUM	ONG – 1 estabelecimentos – Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil - creche
236	CENTRO EDUCACIONAL PINGO D'ÁGUA	ONG – 1 estabelecimentos – Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
237	CENTRO ESPÍRITA IRMA NICE	ESPÍRITA 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
238	CENTRO ESPÍRITA JOÃO SILVA	ESPÍRITA 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
239	CENTRO INTEGRADO DE PROMOÇÃO SOCIAL	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
240	CENTRO INTERESCOLAR DA JUVENTUDE	ONG - 3 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
241	CENTRO ORGANIZADO DE REVALORIZAÇÃO INFANTIL E SOCIAL - CORIS	ONG – 2 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
242	CENTRO SOCIAL BENEFICENTE DE RECUPERAÇÃO EL SHADAI	RELIGIOSA – 2 estabelecimentos – São Miguel/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
243	CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL CARMEN MENDES CONCEIÇÃO	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
244	CENTRO ESPÍRITA JESUS REDIVIVO	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
245	ASS DAS FRANCISCANAS FILHAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – Campo Limpo/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

246	CONGREGACAO DE SANTA CRUZ	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
247	CONGRAGACAO SAO VICENTE PALLOTTI - IRMAS PALOTINAS	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
248	CONJUNTO ASSISTENCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
249	CLUBE DE MAES DO JARDIM SAO PAULO VELHO E JARDIM SOARES	ONG – 4 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
250	CLUBE DE MAES DO JARDIM VISTA ALEGRE	ONG – 5 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
251	ASS CLUBE DE MAES FLOR DO ORIENTE	ONG – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
252	CLUBE DE MAES MONTE DAS OLIVEIRAS	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
253	COMUNIDADE ASSISTENCIAL RAINHA DOS APOSTOLOS	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
254	COMUNIDADE EDUCACIONAL DE BASE SITIO DO PINHEIRINHO	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
255	FEDERACAO DE IRMAOS BENEFICENTE	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
256	CONS COMU EDUC CULTURA E ACAO SOCIAL - PROF MILTON SANTOS	ONG - estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
257	FORCA HUMANITARIA NOSSO LAR	ESPÍRITA 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
258	FUNDACAO COMUNIDADE DA GRACA	EVANGÉLICA 4 estabelecimentos – São Miguel/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
259	FUNDACAO ESPERANCA	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
260	FUNDACAO FE E ALEGRIA DO BRASIL	EVANGÉLICA 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

261	COMEB - CONSELHO DE MINISTROS EVANGELICOS DO BRASIL	EVANGÉLICA 4 estabelecimentos – SM/ Itaquera/ Ipiranga/ Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
262	COORDENACAO REGIONAL DE OBRAS DE PROMOCAO HUMANA	ONG – 2 estabelecimentos – Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
263	CRECHE ANTONIO ASSUNCAO FERREIRA	ONG – 1 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
264	CRECHE ARQUINHA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
265	CRDC- CENTRO DE RECREACAO E DESENVOLV DA CRIANCA ESPECIAL	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
266	CRECHE BARONEZA DE LIMEIRA	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
267	CRECHE CARROSSEL ENCANTADO	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
268	CRECHE CATARINA LABOURE	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
269	CRECHE COMUNITARIA SANTA ISABEL	ONG – COMUNITÁRIA 2 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
270	CRECHE DE JESUS MENINO	IGREJA CATÓLICA 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
271	CENTRO SOCIAL COMUNITARIO JARDIM PRIMAVERA	ONG - COMUNITÁRIA 2 estabelecimentos – Capela do Socorro– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
272	INSTITUICAO BENEFICENTE PERSIO GUIMARAES AZEVEDO	ONG – 6 estabelecimentos – Butantã/ Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
273	INSTITUTO ALANA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
274	INSTITUTO ANGLICANO	IGREJA CATÓLICA 2 estabelecimentos – Campo Limpo/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
275	INSTITUTO BENEFICENTE JOSE KENTENICH	ONG – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

276	CRECHE FRATERNIDADE MARIA DE NAZARE	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
277	CRECHE IMACULADA CORACAO DE MARIA DO JARDIM PRINCESA	IGREJA CATÓLICA – 4 estabelecimentos – FO/ Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
278	CRECHE JESUS MARIA E JOSE	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
279	CRECHE NOSSA SENHORA MAE DA IGREJA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
280	CRECHE NOVA ESPERANCA AMIGOS DE PIANORO	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
281	CRECHE PRINCESA ISABEL	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
282	CRUZADA PRO INFANCIA	ONG – 16 estabelecimentos – Santo Amaro/ Penha/ Jaçanã/ Ipiranga/ Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
283	INSTITUTO SOCIAL SAO JOAO GUALBERTO	ONG – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
284	NUCLEO COMUNITARIO DE VILA TEREZINHA	ONG - COMUNITÁRIO 3 estabelecimentos – FO/ Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
285	NUCLEO CORACAO MATERNO	ONG – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
286	INSTITUTO SOL NASCENTE	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
287	LAR ALTAIR MARTINS	ONG – 2 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
288	LAR BATISTA DE CRIANCAS	EVANGÉLICO 3 estabelecimentos – Campo Limpo/ Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
289	LAR DA BENCAO DIVINA	EVANGÉLICO – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
290	LAR DA CRIANCA MENINO JESUS	RELIGIOSA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

291	LAR DAS CRIANCAS DIVINO AMOR	RELIGIOSA 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
292	LAR DE IDOSOS VIVENCIA FELIZ	ONG - 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
293	INSTITUTO BRASIL SOCIAL	ONG – 4 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
294	INSTITUTO CEM POR CENTO SOCIAL	ONG – 3 estabelecimentos – São Mateus/ Itaquera/ Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
295	INSTITUTO CEPODH	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
296	INSTITUTO CIDADÃO BRASILEIRO PARTICIPATIVO	ONG – 6 estabelecimentos – Campo Limpo/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
297	INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
298	INSTITUTO DAS FILHAS E FILHOS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
299	INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL AMIGOS DA CIDADE	ONG – 2 estabelecimentos – Itaquera/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
300	INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL PRESIDENTE JUSCELINO	ONG - 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
301	INSTITUTO DE INT DE APOIO A CIDADANIA BEM VIVER	ONG - 3 estabelecimentos – São Miguel/ Itaquera/ Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
302	INSTITUTO BENEFICENTE EDUC E DE AÇÃO COMUNITARIA - IBEAC	ONG - COMUNITÁRIA 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
303	LAR DO ALVORECER CRISTÃO	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
304	INSTITUTO BEVENUTTO	ONG – 3 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
305	LAR NOSSA SENHORA DA CONSOLACAO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

306	LAR DO AMOR CRISTAO	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
307	NUCLEO ARTESANAL E PROMOCIONAL O PEQUENO MUNDO DE ELLEN	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
308	LIGA DAS SENHORAS CATOLICAS DE SAO PAULO	IGREJA CATÓLICA – 7 estabelecimentos – Butantã/ Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
309	FUNDACAO PAULISTA DE ASSISTENCIA A INFANCIA	ONG – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
310	GFA - GRUPO FRATERNAL DE ASSISTENCIA	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
311	GFWC CRE-SER	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
312	GRAO DA VIDA - CENTRO DE REFERENCIA	ONG – 2 estabelecimentos – Capela do Socorro– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
313	GREMIO BENEFICENTE RECREATIVO JESUS E ESPERANCA	RELIGIOSA – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
314	GRUPO ASSISTENCIAL EMMANUEL	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
315	GRUPO ASSISTENCIAL OS SAMARITANOS	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
316	GRUPO DA FRATERNIDADE IRMAO DE SAGRES	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
317	GRUPO DE APOIO A CRIANCA E ADOLESCENCIA CRIANCA ESPERANCA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
318	GRUPO DE ASSISTENCIA AO IDOSO, A INFANCIA E ADOLESCENCIA	ONG – 2 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
319	GRUPO DE MAES COMUNIDADE FELIZ	ONG – 1 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
320	GRUPO DE MULHERES DE VILA FLAVIA SAO MATEUS	ONG – 1 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

321	GRUPO ESPIRITA BATUIRA	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – FO– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
322	GRUPO ITAPOLIS ACAO E REINTEGRACAO SOCIAL	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
323	GRUPO SEMPRE SERVINDO	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
324	IGREJA BATISTA NACIONAL DE VILA MARIA	EVANGÉLICO 1 estabelecimentos – Vila Maria – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
325	IGREJA EVANGELICA MISSAO MUNDIAL SEMEAR	EVANGÉLICO – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
326	IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL BRASIL PARA CRISTO ITAIM PAULI	EVANGÉLICO – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
327	IGREJA EVANGELICA RHEMA	EVANGÉLICO 2 estabelecimentos – FO– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
328	INSTITUICAO ASSISTENCIAL ESPIRITA CRISTA MEU CANTINHO	ESPÍRITA 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
329	INSTITUTO DE FORMACAO E ACAO EM POLITICAS SOCIAIS	ONG – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
330	INSTITUTO DE JUV, INIC, FORM E CAPACIT PROF DANIEL COMBONI	ONG – 1 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
331	INSTITUTO EDUCAR DE SAO PAULO	ONG – 4 estabelecimentos – Campo Limpo/ Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
332	INSTITUTO ESPERANCA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
333	IHDI - INSTITUTO HUMANIZACAO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
334	INSTITUTO NOSSA SENHORA DA ANUNCIACAO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
335	INSTITUTO PAULISTA DE ED - MORADIA E PROMOCao	ONG – 2 estabelecimentos – Itaquera/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal -

	SOCIAL	Educação infantil – creche
336	INSTITUTO SAO PAULO MELHOR	ONG – 4 estabelecimentos – Itaquera/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
337	INSTITUTO SOCIAL DE BEM COM A VIDA	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
338	NUCLEO ASSISTENCIAL FRATERNAL - NAF	ESPÍRITA 4 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
339	NUCLEO RECREATIVO MUNDO ENCANTADO	ONG – 4 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
340	OBRA ASSISTENCIAL JESUS MENINO	IGREJA CATÓLICA – 7 estabelecimentos – Butantã/ Ipiranga/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
341	MAMA UNIAO PARA ASSISTENCIA A CRIANCA	ONG – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
342	INSTITUTO KWARAY	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
343	OBRA BENEFICENTE E ASSISTENCIAL SAO JOSE	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
344	OBRA DE SAO TEODORO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
345	OBRA SOCIAL DA PAROQUIA SAO MATEUS APOSTOLO	IGREJA CATÓLICA – 4 estabelecimentos – Itaquera/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
346	OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA PAZ	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
347	MAMAE ASS ASSISTENCIA A CRIANCA SANTAMARENSE	ONG – 5 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
348	MOSTEIRO SAO GERALDO DE SAO PAULO	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
349	INSTITUTO ROGACIONISTA ANIBAL DIFRANCIA	ONG – 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
350	MOVIMENTO ASSISTENCIAL	ONG – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação

	DO BUTANTA	infantil – creche
351	MOVIMENTO COMUNITARIO CRISTO LIBERTADOR	ONG – 2 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
352	OBRA SOCIAL SANTA RITA DE CASSIA	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
353	OBRA SOCIAL SAO JOSE DE VILA ZELINA	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – Vila Zelina – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
354	OBRA SOCIAL SAO JUDAS TADEU	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
355	OBRAS COMUNITARIAS DE PROMOCAO HUMANA DE SAO JOSE OPERARIO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
356	OBRAS SOCIAIS DE VISTA ALEGRE	ONG – 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
357	MOVIMENTO COMUNITARIO DO JARDIM SAO JOAQUIM	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
358	OBRAS SOCIAIS DO JARDIM RECANTO	ONG – 2 estabelecimentos – Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
359	OBRAS SOCIAIS NOSSA SENHORA AQUIROPITA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
360	MOVIMENTO COMUNITARIO ESTRELA NOVA	ONG - COMUNITÁRIA 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
361	MOVIMENTO DAS MULHERES DE GUAIANASES	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
362	OBRAS SOCIAIS SAO FRANCISCO XAVIER	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
363	MOVIMENTO DE DEFESA DO FAVELADO REGIAO EPISCOPAL BELEM	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
364	MOVIMENTO DE ORIENTACAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
365	MOVIMENTO PAULISTA	ONG – 2 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação

		infantil – creche
366	ONG FORÇA E PERSEVERANCA	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
367	ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL - ONG PLENO VIVER	ONG – 4 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
368	MOVIMENTO SOCIAL BENEFICENTE MOSOBE	ONG - 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
369	PRO SAUDE ASS BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
370	PROGRAMA COMUNITARIO DA RECONCILIACAO	ONG – 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
371	PROMOVE ACAO SOCIO-CULTURAL	ONG – 2 estabelecimentos – Ipiranga/ Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
372	PROVINCIA CARMELITANA DE SANTO ELIAS	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
373	ASS BENEFICENTE CULTURAL E COMUNITARIA LAGEADO VELHO	ONG – 1 estabelecimentos – Lageado – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
374	ASS BENEFICENTE ESPERA POR UMA VIDA MELHOR	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
375	SOCIEDADE ESPIRITA TEREZINHA DE JESUS	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
376	SERVICO COMUNITARIO DO ITAIM PAULISTA	ONG – 2 estabelecimentos – Itaim Paulista – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
377	SERVICO DE ASSISTENCIA A INFANCIA PAULO SILAS	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
378	SERVICO SOCIAL PERSEVERANCA	ESPÍRITA – 2 estabelecimentos – Itaquera/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
379	SOCIEDADE INSTRUCAO E SOCORROS	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
380	ASS BENEFICENTE MOVIMENTO DAS MULHERES	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil –

	DA CIDADE TIRADENTES	creche
381	SOCIAL BOM JESUS	IGREJA CATÓLICA – 3 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
382	SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO	16 estabelecimentos – São Mateus/ São Miguel/ Jaçanã/ Ipiranga/ Freguesia/ Capela/ Butantã – Natureza Jurídica – Ass. Privada; Ativ. Econ. Princ. - Educação infantil - creche
383	SOCIEDADE AGOSTINIANA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
384	SOCIEDADE AMIGOS DA VILA SILVA TELLES	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
385	SOCIEDADE AMIGOS DE GUAIANASES	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
386	SAVIC - SOCIEDADE AMIGOS DE VILA CONSTANCA	ONG – 1 estabelecimentos – Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
387	SOCIEDADE AMIGOS DE VILA MARA JARDIM MAIA E VILAS ADJACENTES	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
388	SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM LAPENNA	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
389	SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM ROSA MARIA	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
390	SOCIEDADE AMIGOS UNIDOS DA RIVIERA E ADJACENCIAS	ONG – 2 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
391	SOCIEDADE BENEFICENTE CAMINHANDO PARA O FUTURO	ONG – 3 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
392	SOCIEDADE BENEFICENTE EQUILIBRIO DE INTERLAGOS - SOBEI	IGREJA CATÓLICA – 16 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
393	SOCIEDADE BENEFICENTE SAO LUIZ GONZAGA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
394	SOCIEDADE BENFEITORA JAGUARE	ONG – 1 estabelecimentos – Jaguaré – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
395	SOCIEDADE DE AMPARO FRATERNAL CASA DO	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal -

	CAMINHO	Educação infantil – creche
396	SOCIEDADE DE DEFESA E APOIO AS COMUNIDADES URBANAS - SDA	ONG – 2 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
397	SOCIEDADE DE ENSINO PROFISSIONAL E ASSISTENCIA SOCIAL-SEPAS	ONG – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
398	SOCIEDADE DE ESTUDOS ESPIRITAS 3 DE OUTUBRO	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
399	SOCIEDADE EDUCATIVA E BENEFICENTE ESTRELA DA ESPERANCA	ONG – 4 estabelecimentos – Ipiranga/ Tremembé – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
400	SOCIEDADE SANTOS MARTIRES	ONG – 3 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
401	SOCIEDADE UNIAO E PROGRESSO DO PARQUE ARARIBA E ADJACENCIAS	ONG – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
402	TURMA DA TOUCA ASS CULTURAL RECREATIVA E SOCIAL	ONG – 3 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
403	SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO PARQUE DO LAGO	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
404	UNIAO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM ESTAR SOCIAL	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
405	UNIAO CIDADE LIDER PRO MELHORAMENTOS DO BAIRRO09	ONG – 2 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
406	UNIAO DOS MORADORES DOS JARDINS NELIAS I II III E ADJACENCIA	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
407	UNIAO DOS MORADORES DA VILA PALMEIRAS E ADJACENCIAS	ONG – 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
408	UNIAO DOS MORADORES DO PARQUE ANHANGUERA	ONG – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
409	ASS EDUCACIONAL JUVENIL E INFANTIL SANTO EXPEDITO	ONG – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
410	ASS JUVENIL E INFANTIL -	ONG – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação

	ASS ABRACAR	infantil – creche
411	UNIAO POPULAR DE MORADIA ADAO MANOEL DA SILVA	ONG – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
412	UNIAO SOCIAL BRASIL GIGANTE	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
413	ASS METODISTA DE ACAO SOCIAL - AMAS AGUA FRIA	IGREJA METODISTA 1 estabelecimentos – Jaçanã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
414	VENERAVEL IRMANDADE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE	IGREJA CATÓLICA - 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
415	CENTRO EDUC COMU DA CRIAN E DO ADOL ADEMIR DE ALMEIDA LEMOS	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
416	CENTRO SOCIAL DE PARELHEIROS	ONG – 1 estabelecimentos – Parelheiros – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
417	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO ROSARIO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
418	FEDERACAO MORIA DE ENTIDADES COMUNITARIAS E LIDERA	RELIGIOSA – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
419	INSTITUTO VIDA SAO PAULO	ONG – 5 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
420	LICEU CORACAO DE JESUS	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
421	MOVIMENTO COMUNITARIO DE PROMOCao HUMANA	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
422	UNIAO DE NUCLEOS ASS E SOCIEDADE DE MORADORES DE HELIOPOLIS	ONG – 9 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
423	CEDDCA DO IPIRANGA CASA DEZ	ONG – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
424	ASS DOS ESTUDANTES DO CONJ PAULISTANO	ONG – 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
425	OBRA ASSISTENCIAL NOSSA	IGREJA CATÓLICA – 5 estabelecimentos – FO/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica

	SENHORA DO O	Principal - Educação infantil – creche
426	ONG FUTURO DO AMANHA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
427	ONG DE UNIAO DE VILA SOLIDARIEDADE E JUSTICA	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
428	RECANTO GARRA FEMININA DO CONJUNTO JOSE BONIFACIO	ONG – 2 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
429	UNIAO DOS MORADORES DA FAVELA DO JARDIM COLOMBO	ONG – 2 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
430	CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL DO JARDIM PERI	ONG – 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
431	CENTRO COMUNITARIO DE VILA PENTEADO	ONG – 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
432	ASS LAR RAIO DE SOL	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
433	ACAO COMUNITARIA TIRADENTES	ONG – 1 estabelecimentos – Cidade Tiradentes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
434	ASS DOS MORADORES SITIO PAIOLZINHO	ONG - 1 estabelecimento – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
435	COMUNIDADE KOLPING SAO FRANCISCO DE GUAIANASES	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
436	ASS ASSIST CLINICA ESTUDOS E PESQ DO PORT NECES ESPEC MOCOCA	ONG – 1 estabelecimentos – Mooca – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
437	ASS LUZ DO MUNDO	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
438	A NOSSA CASA DA CRIANCA	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
439	ACAO COMUNITARIA SAO BENEDITO	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimento – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
440	AME	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação

		infantil – creche
441	AMIGOS UNIDOS VENCEREMOS - MDLD	ONG – 2 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
442	ARCO - ASSOCIACAO BENEFICENTE	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
443	ASSOCIACAO AMIGOS DO JARDIM KLEIN	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
444	ASSOCIACAO AMIGOS DO JARDIM SAO FRANCISCO	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
445	ASSOCIACAO ANJUCA	ONG – 2 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
446	ASSOCIACAO BENEFICENTE DOS FUNCIONARIOS DO GRUPO MMC	ONG - 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
447	ASSOCIACAO BENEFICENTE GRUPO DA CARIDADE	ESPÍRITA – 3 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
448	ASSOCIACAO BENFICENTE SAO VITO MARTIR	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
449	ASS CEDRO DO LIBANO DE PROTECAO A INFANCIA	ONG – 10 estabelecimentos – Campo Limpo– Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
450	ASSOCIACAO CENTRO SOCIAL BROOKLIN PAULISTA	ONG - 2 estabelecimentos – Brooklin – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
451	ASS COM DAS MULHERES DO MOV SEM TERRA DE ERMELINO MATARAZZO	ONG – 1 estabelecimentos – Ermelino Matarazzo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
452	ASS CRISTA FEMININA DE SAO PAULO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
453	ASSOCIACAO CRISTA MAE ZAZA	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
454	ASS DE MORADORES JACINTO PAZ	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
455	ASS DEHONIANA BRASIL	ONG – 2 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação

	MERIDIONAL	infantil – creche
456	ASS DOS CAVALEIROS DA SOBERANA ORDEM MILITAR	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
457	ASS DOS MORADORES E AMIGOS DE VILA GUILHERME	ONG – 1 estabelecimentos – Vila Guilherme – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
458	ASS EVANGELICA PROJETO RAIZES	EVANGÉLICO 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
459	ASS FRATERNIDADE ESPERANCA	ESPÍRITA 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
460	ASS LUIZ RAMOS NATAN STAMFATER	ONG – 2 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
461	ASS LUZ DO FUTURO	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
562	ASS MADRE TERESA DE CAUCUTA	ONG – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
563	ASS METODISTA DE ACAO SOCIAL AMASVILA MARIANA	IGREJA METODISTA 1 estabelecimentos – Vila Mariana – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
464	ASS PELO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL	ONG – 2 estabelecimentos – Campo Limpo/ Freguesia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
465	ASS POPULAR DE SAUDE	ONG – 2 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
466	CASA DA DIVINA PROVIDENCIA MADRE TEREZA MICHEL	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
467	CASA DE ESTAR MARTINHO	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
468	CENTRO DE ASSISTENCIA E PROMOCAO SOCIAL ANA VIEIRA	ONG – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
469	CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL BRAS MOOCA	ONG – 2 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

470	CENTRO DE CONVIVENCIA ITATINGA	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
471	SOCIEDADE BENEFICENTE CONEGO LUIZ	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
471	CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
473	CENTRO DE TREINAMENTO DA VIDA - CTVIDA	ONG – 2 estabelecimentos – FO/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
474	CENTRO ESPÍRITA JOSEFA OLÍMPIA DE OLIVEIRA	ESPÍRITA 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
475	CENTRO SOCIAL SANTA MARIA GORETTI	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
476	COMUNIDADE CANTINHO DA PAZ	ONG – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
477	COMUNIDADE KOLPING DO JARDIM CATANDUVA	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
478	CONSELHO COMU DE EDUCAÇÃO CULTURA E AÇÃO SOCIAL DO CANGAIBA	ONG – 1 estabelecimentos – Cangaíba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
479	CRECHE MARIA TEREZA DE MELLO MORORO	ONG – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
480	FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO	ESPÍRITA – 2 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
481	FUNDAÇÃO JULITA	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
482	GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL E EDUCACIONAL RUBRO VERDE	ONG – 2 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
483	INST DAS MENSAGEIRAS DA SANTA MARIA - INST VERBO DIVINO	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
484	INSTITUTO VIVA MELHOR	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

485	LAR MARIA ALBERTINA	ONG – 1 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
486	NUCLEO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	ONG – 2 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
487	ORG NAC DE DEFESA E APOIO DA CCA ADOL IDOSO E MEIO AMBIENTE	ONG – 3 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
488	SOCIEDADE AMIGOS DE ERMELINO MATARAZZO - SAEM	ONG – 1 estabelecimentos – Ermelino Matarazzo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
489	UNIAO DE PROJETOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE - ABELC	ONG – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
490	CLUBE DE MAES ROSAS DO JD SANTA CRUZ	ONG – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
491	ASSOCIACAO CASA DOS PEZINHOS	ONG – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
492	ASSOCIACAO COMUNITARIA DESPERTAR	ONG – COMUNITÁRIA – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
493	ASSOCIACAO CRISTA MONTE GEREZIM	RELIGIOSA – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
494	ASS METODISTA DE ACAO SOCIAL - AMAS VILA MARIANA	IGREJA METODISTA - 1 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
495	CENTRO DE FORMACAO IRMA RITA CAVENAGHI	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
496	ASS AMIGOS DO PQ FIGUEIRA GRANDE	ONG – 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
497	ASS COMUNITARIA DO JD SAO JORGE E ADJACENCIAS	ONG – 2 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
498	FRATERNIDADE IRMA AMELIA	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
499	SERVICO DE ASSISTENCIA A FAMILIA CASA DA EDITINHA	ONG – 2 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

500	ASS EVANGELICA MONTE CARMELO	EVANGÉLICA 2 estabelecimentos – Itaquera/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
501	CENTRO SOCIAL COMUNITARIO PADRE JOSE	IGREJA CATÓLICA – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
502	ASS POP APOIO PESS CARENTES DO PQ DO LAGO E BAIRROS VIZINHOS	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
503	OBRAS SOCIAIS DO JARDIM CLIMAX	ONG – 2 estabelecimentos – Ipiranga – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
504	INSTITUTO EDUCACIONAL ANA E RAFAEL	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
505	ASS COMUNITARIA DE SAO MATEUS	ONG COMUNITÁRIA – 2 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
506	ASS SAO SABAS DE FILANTROPIA - ASSAF	ONG - 6 estabelecimento – Santo Amaro/ Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
507	INSTITUTO LIRIOS DO VALE	ONG – 3 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
508	PRO REI - ASS COMUNIDADE PROJETO PARA REINTEGRACAO DE VIDA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
509	ASS DE MORADIA HORTO DO IPE E ADJACENCIAS	ONG – 4 estabelecimentos – Campo Limpo – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
510	INSTITUTO AMOR E UNIAO	ONG – 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
511	ASS EVOLUCAO DIVINA DOS MORADORES VL SOLANGE E ADJACENCIAS	ONG – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
512	CENTRO DE AMPARO E REABILITACAO CANAA	EVANGÉLICA 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
513	ASS BENEFICENTE E SOCIAL SEMEADOR - ABESOS	ESPÍRITA – 1 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
514	ASS XVI DE DEZEMBRO SAGITTAIRE	ONG - 2 estabelecimentos – Ipiranga/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

515	ASS NOSSA SENHORA DE LURDES	IGREJA CATÓLICA – 3 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
516	INSTITUTO EDUCACIONAL PAIS E FILHOS	ONG – 6 estabelecimentos – Guaianazes/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
517	ASS DOS MORADORES E PROPRIETARIOS DE VILA BRASILANDIA	ONG – 1 estabelecimentos – Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
518	ASS ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO AGAPE DO ITAIM	EVANGÉLICA - 1 estabelecimento – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
519	INSTITUTO BARA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
520	ASS UNIAO DE MORADORES DO JARDIM VISTA ALEGRE	ONG – 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
521	INSTITUTO ROSARIA BARONE	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
522	ASS XV DE NOVEMBRO DO JARDIM SAO CARLOS	ONG - 1 estabelecimento – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
523	ASS BENEFICENTE E DE MUTIRANTES FABIO CANDIDO	ONG – 2 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
524	UNIAO COMUNITARIA DE MULHERES DO JARDIM NAIR	ONG – COMUNITÁRIA – 2 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
525	ASS E CENTRO DE APOIO SOCIAL DE EDUCACAO PRIMEIROS PASSOS	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
526	INSTITUTO DE EDUCACAO SOCIAL	ONG – 2 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
527	SOCIEDADE PRO MORADIA SAO VICENTE DE PAULO	ONG – 1 estabelecimentos – Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
528	INSTITUTO ASSISTENCIAL GIDEOES	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
529	ASS KALIXTO MENDES	ONG – 2 estabelecimentos – Itaquera/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

530	ASS BENEFICENTE DA COMUNIDADE DE JESUS	RELIGIOSA - 1 estabelecimentos – Santo Amaro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
531	ASS BENEFICENTE COMUNITARIA MATEUS CIDADE TIRADENTES	ONG – 1 estabelecimentos – Cidade Tiradentes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
532	OBRA SOCIAL CRIANCA FELIZ	ONG – 1 estabelecimentos – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
533	ASS DE MULHERES UNIDAS DO JARDIM SAO PAULO	ONG – 1 estabelecimentos – Cidade Tiradentes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
534	SOCIEDADE BENEFICENTE RENASCER DAS NACOES	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
535	ENTIDADE BENEFICENTE ANTONIETA GRANERO	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
536	CLUBE DE MAES RITA DE CASSIA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
537	ASS BENEFICENTE PAZ E UNIAO DA CASA VERDE	ONG – 2 estabelecimentos – Casa Verde – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
538	INSTITUTO LAETARE DE EDUCACAO, CULTURA E CIDADANIA	ONG – 1 estabelecimentos – Butantã – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
539	CENTRO DE INTEGRACAO SOCIAL GUARANI	ONG – 1 estabelecimentos – Capela do Socorro – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
540	ASS AMIGOS DE BAIRRO JK FENIX	ONG – 1 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
541	ASS BENEFICENTE SANTA FILOMENA	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
542	INSTITUTO DE ACAO SOCIAL FORCA E VIDA	ONG – 3 estabelecimentos – Guaianazes/ São Miguel/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
543	ASS EDUCACIONAL SOPHIA MARCHETTI	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
544	ASS BENEF SAGRA CORACAO DE JESUS DO ILE ASHE VODUM OSHOGUIAN	IGREJA CATÓLICA – 2 estabelecimentos – FO/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

545	ASS EDUCAR PARA TRANSFORMAR	ONG – 2 estabelecimentos – FO/ Brasilândia – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
546	INSTITUTO ANJOS SOLIDARIOS	ONG – 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
547	OASB - ORGANIZACAO DE AMPARO SOCIAL BENEFICENTE	ONG – 1 estabelecimentos – FO – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
548	ASS NOVO HORIZONTE DA CIDADE TIRADENTES	ONG – 2 estabelecimentos – Cidade Tiradentes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
549	INSTITUTO REMANSO	ONG – 2 estabelecimentos – Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
550	OSCIP - EDUCADORES EM FOCO	OSCIP 1 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
551	ASS BENEFICENTE LUZ	ONG – 2 estabelecimentos – Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
552	REAL SOCIEDADE	ONG – 1 estabelecimentos – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
553	ASS DE MULHERES TULIPAS	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes/ Pirituba – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
554	ASS BENEFICENTE KAIROS	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes/ São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
555	ASS RECREATIVA CULTURAL MAIA	ONG – 1 estabelecimentos – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
556	INST NAC DE PROT AMBIENT SUSTENT E DESENVOLV DE RESP SOCIAL	ONG – 1 estabelecimentos – Guaianazes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
557	SOCIEDADE BENEFICENTE CENTRO DE CULTURA AFROBRASILEIRO	ONG – 1 estabelecimentos – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
558	INSTITUTO ARTE DE APRENDER	ONG – 2 estabelecimentos – São Miguel/ São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

559	ASS DE MULHERES JARDIM COLORADO	ONG – 1 estabelecimentos – São Mateus – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
560	INSTITUTO AQUARELA	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
561	ONG NOVA HARMONIA	ONG – 3 estabelecimentos – São Miguel/ Guaianazes/ Penha – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
562	INSTITUTO DE APOIO AS CRIANCAS ADOLESC E IDOSOS DE SAO PAULO	ONG – 2 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
563	ASS MONTE SINAI DA UNIAO DE VILA NOVA	ONG – 1 estabelecimentos – São Miguel – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
564	ASS BENEFICENTE EPONINA ROCHA GONCALVES	ONG – 2 estabelecimentos – Cidade Tiradentes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
565	ASS COMUNITARIA DAS CRIANCAS CARENTES DA CIDADE TIRADENTES	ONG – 1 estabelecimentos – Cidade Tiradentes – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
566	ASS BENEFICENTE COMUNITARIA IRMAOS MAXI	ESPÍRITA - 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
567	ALIANCA CAPOEIRA	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
568	ASS BENEFICENTE AOS CARENTES DA SAGRADA FAMILIA	ONG – 1 estabelecimentos – Guaianazes/ Itaquera – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
569	ASS PRO FAMILIA E BEM ESTAR CASA VERDE	ONG – 2 estabelecimentos – Casa Verde – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche
570	ASS CENTRO DE APOIO SOC E EDUC PROFA THALITA DE SA SERRANO	ONG – 1 estabelecimentos – – Natureza Jurídica - Associação Privada; Atividade Econômica Principal - Educação infantil – creche

Elaboração própria a partir de dados cedidos por SME/ATP e do site:

<https://www.infoplex.com.br>, durante o período da pesquisa (agosto e setembro de 2015)

